

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E GESTÃO



TESE DE DOUTORAMENTO

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS ÍNDIOS TEMBÉ DA TERRA
INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ (TIARG), ESTADO DO PARÁ, BRASIL,
NA ERA DOS CRÉDITOS DE CARBONO**

Miguel Ramos da Silva

(versão provisória)

VILA REAL, 2012

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E GESTÃO



TESE DE DOUTORAMENTO

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS ÍNDIOS TEMBÉ DA TERRA
INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ (TIARG), ESTADO DO PARÁ, BRASIL, NA ERA
DOS CRÉDITOS DE CARBONO**

Miguel Ramos da Silva

**Trabalho efectuado sob a orientação de:
Profª. Doutora Livia Maria Costa Madureira
Prof. Doutor Thomas Adalbert Mitschein**

(versão provisória)

VILA REAL, 2012

Este trabalho foi expressamente elaborado como dissertação original para efeito de obtenção do grau de Doutor em Gestão, sendo apresentado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

AGRADEÇO

Aos meus **SANTOS**:
Benedito de Bragança.
Benedito de Cametá.
Benedito da Aldeia Canindé.
Benedito da Aldeia TekoHaw.
Benedito da Aldeia cajueiro.

A estas impressionantes **MULHERES**:
Ana Maria (mamãe).
Ana Regina.
Nazaré Abdón.
Livia Madureira.
Maria Angélica.
Marilene Sales.
Nílce Elias.
Raimunda Conceição (Mundiquinha)
Valéria Cristian.
Silvana Allodi.

A estes marcantes **HOMENS**:
Casemiro Pinheiro (Seu Cazuza, papai).
Carlos Alberto Costa.
Carlos Machado-Santos.
Claudionor Dias.
Edilson Matos
Juscelino Bessa.
Mauro Magalhães.
Nilson Pinto.
Ricardo Pinto.
Raul Tavares.
Thierry Valentin.
Thomas Mitschein.

Aos guerreiros **TEMBÉ** da TIARG do Alto Rio Gurupi e do Alto Rio Guamá. Minha maior gratidão

Ofereço

Aos meus **FILHOS**: *Pablo Apoena*
 Fagner Yanomani
 Danillo Taiguara
 Juliana Ymira
 Vinicius Caeté
 Luís Inácio Tenetehara

Ao meu primeiro neto Murilo Matos Apoena Ramos, filho de Pablo Apoena e Thayze Matos.

E a quem mais chegar!!!!

Aos Amigos Tembê

Na Amazônia do tempo lento, muito lento, as mudanças que ocorrem, quando ocorrem, pouco são notadas, tornam-se quase imperceptíveis. Chega a ser um movimento monótono, inodoro e incolor. Assim se faz a realidade do viver cotidiano dos Tembê da TIARG. Um esperar constante e paciente sem saber o que e de onde. Nesta Amazônia ilhada de cidades, de cores, luzes e sabores chamativos, passam a vida inteira morando da forma como vivem hoje os índios do Alto Rio Gurupí e do Alto Rio Guamá, notadamente para os jovens, parecerá uma película desbotada e velha, daquelas descontinuas e lentas, fotografadas em branco e preto.

Talvez seja conveniente ou romântico para determinados grupos de pessoas, desprenderem um esforço colossal para manter os Tembê na sua pobreza secular e no seu atraso permanente de modo a permanecerem eternamente sendo vistos como grupos diferenciados e exóticos, fadados ao desaparecimento lento e gradual como etnia indígena. Porém continuariam a ser excelente material para artigos e teses sobre povos indígenas intocados a sobreviverem perdidos na imensidão da floresta Amazônica, fósseis vivos de crianças, mulheres e homens primitivos, ótimos para serem fotografados.

Para mantê-los verdadeiramente Tembê, detentores da língua e dos saberes do seu povo, urge içá-los para o mundo contemporâneo, envidar todos os esforços possíveis para melhorar sua qualidade de vida, ações necessárias e imprescindíveis que com provável certeza, farão emergir como acessórios permanentes, sua bagagem cultural, sua história e seu orgulho. No meio da mata Amazônica existirá e resistirá um povo, não um novo povo, e sim aquele que teimou em sobreviver a toda sorte de injustiças e engodos.

Não será fácil fazê-los conhecer o mundo real e atual dos mercados, grande parte das vezes visto como mais selvagens do que o modo de vida dos habitantes das florestas mais recônditas, para que possam aprender meios de não serem apanhados nas armadilhas espalhadas pelos longos caminhos das negociações. E ao mesmo tempo poderem saber que é possível participar das benesses que por ventura sejam conseguidas através das diversas propostas postas à mesa, que vão desde a venda de créditos de carbono, passando pelo manejo adequado da floresta, exploração racional da biodiversidade, serviços ecossistêmicos e artesanato, entre outras. Os referidos recursos financeiros serão destinados para manter atado o cordão umbilical do povo Tembê da TIARG ao seu tempo, e ao seu modo de viver. Sem a oportunidade de saber o mundo lá fora, não conseguirão manter coeso o mundo Tembê.

Resumo

A sobrevivência dos povos da floresta, na floresta Amazônica é o objeto deste estudo. Em evidência o povo Indígena Tembé habitante da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG) situada no nordeste do Estado do Pará, Brasil. Os Tembé da TIARG vivem em duas faixas de terra: o Alto Rio Guamá e o Alto Rio Gurupí. Suas aldeias estão organizadas em pólos de influência, sendo três pólos em cada região. Cada aldeia é comandada pelos caciques, pelas capitoas e pelas lideranças. Vivem basicamente de suas roças de mandioca onde produzem farinha para consumo e vendem o excedente. Também exploram com moderação os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) de suas florestas primárias. Isso não é suficiente para suprir as necessidades básicas crescentes dos Tembé. A região do Alto Rio Guamá, não conta mais com madeira para ser explorada comercialmente. O Alto Rio Gurupi ainda conserva parte de suas florestas primárias em sua área de domínio. Os PFNM também não aparecem como solução imediata para seus problemas. A grande maioria dos Tembé da TIARG vive abaixo da linha da pobreza. Uma solução que se configura, no momento atual, viável para que os Tembé possam melhorar sua condição de vida é a venda de créditos de carbono originados pelas suas florestas primárias. Neste trabalho descrevemos todo o processo de organização dos Tembé da TIARG para que possa estar pronto para participar e permanecer no comércio de créditos de carbono. Da sua organização depende a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo contribuem de maneira decisiva para a mitigação dos efeitos da elevação dos Gases de Efeito Estufa (GEE), e passam a ser atores de destaque na preservação ambiental.

Palavras chave: povos indígenas, povo Tembé, créditos de carbono, PFNM, meio ambiente, preservação ambiental, REDD.

Abstract

The survival of the indigenous forest tribes in the Amazonian rain forest is the object of this study. The Amerindian tribe, Temb  that inhabits the TIARG reserve in the higher Guam  River, which is located in the northeastern region of the states of Pará and Maranhão is the focus of this work. The Temb  tribe inhabit two geographical sectors: the headwaters of the Guam  River (Alto Rio Guam ) and the headwaters of the Gurupí River (Alto Rio Gurupí). Their villages are organized along these rivers in strategic poles of influence and there are three in each sector. Each village is governed by a chief, a dominant female leader (capitoa), and other leaders. They practice subsistence agriculture in forest clearings growing mostly manioc and corn selling the surplus in good years. They also moderately extract and sell renewable forest products other than timber, Non-Timber Forest Products (NTFP) that are extracted from the primary forests of the reserve. These activities are not sufficient to support the tribe's basic necessities in current times as the Temb  tribe continues to grow. Their vast reserve has been stripped of its commercial timber by outsiders and the small tribe has been able to protect its primary forest only in the most inaccessible sectors under their dominion. The extraction of Non-Timber Forest Products (NTFP) does not seem to provide an immediate solution for the Temb  tribe, whose members in majority live in complete poverty. It would seem that the most viable solution available would be for the Temb  tribe to sell carbon credits on the international markets, carbon sequestered from the atmosphere by their primary forests. This study describes the process of organizing the indigenous Temb  tribe of the TIARG region so that they can participate in this new worldwide endeavor to clean up the earth's atmosphere by sequestering greenhouse gases and also engage the tribe in an endeavor that could provide a venue for its survival as well as that of the rainforest.

Keywords: Amerindians, the Temb  tribe, carbon credits, non-timber forest products, environmental preservation, REDD.

Résumé

La survie des peuples de la forêt, en Forêt Amazonienne, est l'objet de cette étude. Celle-ci est centrée sur le peuple Indien Tembé habitant la Terre Indienne du Haut Rio Guamá (TIARG), située au nord-est de l'État du Pará, Brésil. Les Tembé de la TIARG vivent sur deux terres : celle du Haut Rio Guamá et celle du Haut Rio Gurupí. Leurs villages sont organisés en pôles d'influence, au nombre de trois pour chacune des régions. Chaque village est dirigé par des chefs, des capitaines et des leaders. Les Tembé vivent principalement de leurs champs de manioc, où est produit de la farine tant pour la consommation que pour en vendre l'excédent. Ils exploitent aussi avec modération les Produits Forestiers Non Ligneux (PFNM) tirés de leur forêt primaire. Ceci n'est néanmoins pas suffisant pour répondre aux nécessités de base croissantes chez les Tembé. La région du Haut Rio Guamá ne comporte pas de bois pouvant être commercialement exploité. Celle du Haut Rio Gurupí conserve encore une part de forêt primaire dans son domaine. Les PFNM ne paraissent pas être une solution immédiate pour ces problèmes. La grande majorité des Tembé de la TIARG vivent sous le niveau de pauvreté. La solution la plus viable pour que les Tembé puissent améliorer leur condition de vie est celle de la vente de crédits de carbone basés sur leurs forêts primaires. Dans ce travail, nous décrivons tout le processus d'organisation des Tembé de la TIARG pour se préparer à participer et à perdurer dans le commerce des crédits de carbone. De cette organisation dépend leur survie. En même temps, ils contribuent de manière décisive à la limitation des effets de l'augmentation des Gaz à Effet de Serre (GEE), et deviennent des acteurs centraux de la préservation environnementale.

Mots clefs: peuples indiens, peuple Tembé, crédits de carbone, PFNM, environnement, préservation environnementale, REDD.

ÍNDICE

LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE MAPAS	ix
LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE FOTOGRAFIAS	ix
ABREVIATURAS	xi
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O TRABALHO	3
1.2. AS UNIDADES DE ANÁLISE DO ESTUDO	6
1.3. OBJECTIVOS	6
1.3.1. Objectivo Geral	6
1.3.2. Objectivos Específicos	7
1.3.3. Operacionalização dos Objectivos Específicos da Pesquisa com suas Questões	8
1.4. COMO ESTÁ ESTRUTURADO O TRABALHO	9
CAPÍTULO 2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA AMAZÓNIA	13
2.1. PERÍODOS DA CONSTRUÇÃO	13
2.2. DA ECONOMIA COLONIAL AO FINAL DO SÉCULO XX	15
2.3. FRONTEIRAS NA AMAZÓNIA	18
2.4. FLORESTA, UM BEM AMEAÇADO NO GOVERNO MILITAR	21
2.5. MANUTENÇÃO DA BIODIVERSIDADE	23

2.6. EXPLORAÇÃO DOS PFNMs	24
2.7. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA OS POVOS DA FLORESTA	25

CAPÍTULO 3. A MUDANÇA CLIMÁTICA, A FLORESTA AMAZÓNICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS POVOS INDÍGENAS 29

3.1. MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL	29
3.2. O IMPACTO NAS FLORESTAS	31
3.3. FLORESTAS NA AMAZÓNIA BRASILEIRA	32
3.4. DESMATAMENTO NA AMAZÓNIA	33
3.5. REDD - REDUÇÃO DAS EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL	36
3.5.1. O Começo	36
3.5.2. O Que é o Mecanismo REDD?	37
3.5.3. REDD+	39
3.5.4. Quem se Beneficiará da REDD+	39
3.5.5. REDD e Mecanismos de Mercado no Brasil	40
3.6. OS POVOS INDÍGENAS E A REDD	41
3.7. CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO NÃO DESMATAMENTO	43
3.8. MERCADO DE CARBONO	45
3.8.1 Breve Historial	45
3.9. CARBONO NA FLORESTA AMAZÓNICA	47
3.10. BENS E SERVIÇOS DA FLORESTA	48
3.10.1. Bens Transaccionáveis da Floresta na Amazônia	48
3.10.1.1. Madeira	49
3.10.1.2. O Extractivismo de PFNM	49
3.11. OS PRINCIPAIS PFNMs NA AMAZÓNIA	50
3.11.1. Açaí	50
3.11.2. Cipós	51
3.11.3. Óleo Vegetal de Copaíba	51
3.11.4. Os PFNMs e as Populações Tradicionais	51
3.12. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A CONSERVAÇÃO DA FLORESTA	52
3.12.1. Características do Desenvolvimento Local	53
3.12.2. Para Entender o Desenvolvimento Local	54
3.12.3. O Desenvolvimento Local não é "Desenvolvimento no Local"	56

3.12.4. O Desenvolvimento Local não é (só) Desenvolvimento para o Local	57
3.12.5. O que Esperar do Desenvolvimento Local	57
CAPÍTULO 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
4.1. TIPO DE PESQUISA.....	59
4.2. METODOLOGIA	59
4.3. ESTUDO DE CASO	60
4.4. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	61
4.4.1. Etapas no Processo de Observação Participante.....	65
4.4.2. Habilidades e Competências do Observador	66
4.4.3. Alcance e Limite da Observação Participante	67
4.5. ONDE OS DADOS FORAM RECOLHIDOS.....	68
4.5.1. Pesquisa Bibliográfica	68
4.5.2. Pesquisa de Campo	69
4.6. FORMA DE TRATAR OS DADOS	69
4.6.1. A Ligação Lógica dos Dados com o Propósito do Estudo	69
4.6.2. Os Critérios para Interpretar os Resultados do Estudo	69
4.6.3. Análise de Dados Qualitativos.....	70
CAPÍTULO 5. O POVO TEMBÉ.....	71
5.1. TERRA INDÍGENA	72
5.2. TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ.....	73
5.3. O POVO TENETEHARA – SUA HISTÓRIA	75
5.4. O POVO DENOMINADO TEMBÉ	77
5.5. OS CONFLITOS	79
5.5.1. Pequenos Posseiros	80
5.5.2. Pecuáristas	80
5.5.3. Madeiros	81
5.6. ORGANIZAÇÃO DOS TEMBÉ	81
5.6.1. As Aldeias	81
5.6.2. Para Criar Uma Nova Aldeia	81
5.6.3. Caciques e Capitoas	82
5.6.4. Liderança	82

5.6.5. Rituais e Festividades.....	82
5.6.5.1. Festa da menina moça.....	82
5.6.5.2. Festa do moqueado das crianças.....	83
5.6.6. O Pajé.....	83
5.7. UM PROGRAMA PARA OS TEMBÉ.....	84
CAPÍTULO 6. PRODUTOS FLORESTAIS NÃO-MADEIREIROS NA TIARG	87
6.1. PFNMs NO ALTO RIO GURUPI.....	87
6.2. DIFERENTES TIPOS DE PFNMs	88
6.3. COPAÍBA.....	88
6.3.1. Quantidade de árvores, tipos, tamanhos e condições	89
6.3.2. Mercado de oleoresina de copaíba	90
6.4. A RESINA BREU	90
6.4.1. Onde encontrar o breu	90
6.4.2. As árvores de breu.....	91
6.4.3. Venda da resina do breu	92
6.5. CIPÓ TITICA	92
6.5.1. Onde encontrar cipó titica	92
6.5.2. Processamento do cipó titica	93
6.5.3. Comércio do cipó titica	93
6.5.4. Estrutura de mercado para o cipó titica.....	94
6.5.5. Desafios para colheita sustentável de titica	94
6.6. USO DA TERRA PELOS TEMBÉ.....	95
6.7. AÇAÍ NA TERRA TEMBÉ.....	96
6.8. ARTESANATO.....	96
6.9. O ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS DA SOCIEDADE DE CONSUMO E OS TEMBÉ	97
6.10. PROBLEMAS DA PRODUÇÃO DOS PFNMs	97
6.11. OS PFNMs NA TIARG SÃO ECONOMICAMENTE VIÁVEIS?.....	98
6.12. CONCLUSÃO.....	99
CAPÍTULO 7. VIAGEM AO ALTO RIO GUAMÁ	101
7.1. ALDEIA SEDE.....	102
7.1.1. Cacique Naldo Tembé.....	104
7.1.2. Reunião na aldeia sede.....	105

7.2. ITWAÇU	106
7.3. PINAWA	107
7.4. YARAPÉ IWAZU	110
7.5. YPIDHÕN	111
7.6. ALDEIA SÃO PEDRO	112
7.6.1. Cacique Koakrai Tembê	115
7.6.2. Reunião na aldeia São Pedro	115
7.7. MURUCITU	116
7.8. PIRÁ	117
7.9. JAKARÉ	118
7.10. Y'TAWA	119
7.11. FRASQUEIRA	121
7.12. YTAPUTYR	123
7.13. TAWARI	126
7.14. ZAWARA UHU	127
7.15. ITA HU	128
7.16. SÍNTESE DO CAPÍTULO	130
7.17. DESTAQUES DO CAPÍTULO	132
7.18. CONCLUSÕES	134
CAPÍTULO 8. VIAGEM AO GURUPI	137
8.1. ENTRADA PARA O GURUPI	137
8.2. ALDEIAS PÓLOS E AUTORIDADES INDÍGENAS	139
8.2.1. As Aldeias Pólos e Respectivas Aldeias Associadas	139
8.2.2. Autoridades das Aldeias do Rio Gurupi	140
8.3. ALDEIA CAJUEIRO	140
8.4. SUSSUARANA	144
8.5. ALDEIA ARARUNA	147
8.6. ALDEIA FAVEIRA	149
8.7. ALDEIA FLORIANO	149

8.8. ALDEIA TEKOHAW	151
8.9. ALDEIA IKATU	154
8.10. ALDEIA CANINDÉ	155
8.11. ALDEIA BATE VENTO	159
8.12. REUNIÕES NO GURUPI	160
8.12.1. Reunião na Aldeia Cajueiro	160
8.12.2. Reunião na Aldeia Canindé	163
8.12.3. A Reunião na Aldeia Tekohaw	166
8.13. SÍNTESE DO CAPÍTULO	171
8.14. DESTAQUES DO CAPÍTULO	171
8.15. CONCLUSÕES	173
CAPÍTULO 9. REUNIÕES DECISIVAS PARA OS TEMBÉ	175
9.1. A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO GURUPI (APIGU) NA ALDEIA TEKOHAW	175
9.1.1. Pela Manhã	175
9.1.2. Retomada da Reunião pela Tarde	179
9.1.3. Reunião à Noite	180
9.1.4. Reunião do Dia 01 de Fevereiro	181
9.2. REUNIÃO DOS TEMBÉ DO GUAMÁ NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	187
9.2.1. Participantes	187
9.2.2. Antecedentes	187
9.2.3. Início da Reunião	188
9.2.4. Depois das Informações Iniciais	192
9.2.5. Considerações Finais	195
CAPÍTULO 10. OS TEMBÉ E O MERCADO DE CARBONO: CONCLUSÕES DO ESTUDO DE CASO	197
10.1. OS TEMBÉ DA TIARG: DOIS GRUPOS DISTINTOS	198
10.2. OS GRUPOS, A LÍNGUA TEMBÉ E A CULTURA	198
10.3. ENSINO E QUALIDADE DE VIDA NO GUAMÁ E NO GURUPI	199
10.4. ACESSO A INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO NO GUAMÁ E NO GURUPI	199
10.5. ACESSOS E MOBILIDADE NO GUAMÁ E NO GURUPI	200
10.6. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TEMBE	201

10.7. ÁREA DE DOMÍNIO DOS TEMBÉ DO GUAMÁ	202
10.8. GUAMÁ PRONTO PARA O COMÉRCIO DOS CRÉDITOS DE CARBONO?	203
10.9. O QUE PRODUZEM NO GUAMÁ E O QUE MAIS DESEJAM	204
10.10. ÁREA DE DOMÍNIO DOS TEMBÉ DO GURUPI	204
10.11. OS TEMBÉ E OS PFNMs NA TIARG	204
10.12. GURUPI E O COMÉRCIO DE CRÉDITOS DE CARBONO	205
10.13. TEMBÉ DO GURUPI E O PROGRAMA TENETEHARA	206
10.14. O QUE DESEJAM OS TEMBÉ DO GURUPI	206
10.15. A BOLSA FLORESTA NO GURUPI	207
10.16. SUGESTÕES PARA QUE OS TEMBÉ DA TIARG POSSAM SOBREVIVER NOS MERCADOS	207
10.17. SÍNTESE DO CAPÍTULO	209
CAPÍTULO 11. OS CENÁRIOS	211
11.1. CENÁRIO DO <i>STATUS QUO</i>	211
11.2. CENÁRIO 2 – OS TEMBÉ COM UMA ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE RENDA	212
11.3. RECURSOS FINANCEIROS	213
CAPÍTULO 12. SÍNTESE E REFLEXÕES FINAIS	217
12.1. SERVIÇOS AMBIENTAIS NA TIARG	219
12.2. PAPEL DOS POVOS INDÍGENAS NA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS	220
12.3. COMO EFETIVAR OS BENEFÍCIOS DO MERCADO DE CARBONO	222
12.4. O EXEMPLO MUNDURUCU QUE PODE COMPROMETER AS ASPIRAÇÕES TEMBÉ.	222
12.5. E SE A VENDA DOS CRÉDITOS DE CARBONO PELOS TEMBÉ NAO FOR CONCRETIZADA?	223
12.6. PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NAS DECISÕES	224
12.7. SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS	226
REFERÊNCIAS	227

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desmatamento anual na Amazônia Legal	35
Gráfico 2 - Desmatamento na Amazônia de 1988 a 2009	35

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da Terra Indígena Alto Rio Guamá	73
Mapa 2 – TIARG, evidenciando o rio Gurupi, entre os Estados do Pará e do Maranhão	74
Mapa 3 – TIARG, com a localização das aldeias do Alto Rio Guamá	101
Mapa 4 – TIARG, evidenciando aldeias do Alto Rio Gurupi	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participação de cada Estado na taxa de desmatamento da Amazônia Legal em km ² , de 2001 a 2009	34
Quadro 2 – Associações Indígenas com as respectivas aldeias polos e aldeias satélites com as Autoridades Tembê do Alto Rio Guamá	131
Quadro 3 – Autoridades Tembê do Alto Rio Gurupi	140

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Jovens Tembê da Aldeia SEDE. Alto Rio Guamá	71
Foto 2 – Aldeia SEDE, vista a partir do lado esquerdo do Rio Guamá	102
Foto 3 – Cacique Naldo Tembê	104
Foto 4 – Vista da aldeia ITWAÇU	106
Foto 5 – Cacique Pedro Tembê, da Aldeia ITWAÇU	107
Foto 6 – Aldeia PINAWA	107
Foto 7 – Cacique Edvaldo Tembê ou Vai Tembê	108
Foto 8 – Aldeia YARAPÉ IWAZU ou Igarapé da fruta madura ou Aldeia do Macaco	110
Foto 9 – Cacique Macaco Tembê	110
Foto 10 – Cacique Chico Tembê	111
Foto 11 – Vista da Aldeia SÃO PEDRO	112
Foto 12 – Cacique Koakrai Tembê	114
Foto 13 – Aldeia MURUCITU	116
Foto 14 – Dedé Tembê	117
Foto 15 – Vista da Aldeia PIRÁ	117
Foto 16 – Cacique Catito Tembê	118

Foto 17 – Cacique Neto Tembê	119
Foto 18 – Vista da Aldeia Y'TAWA.....	120
Foto 19 – Cacique Santana Tembê	120
Foto 20 – Vista da Aldeia FRASQUEIRA	121
Foto 21 - Rufino Romão Tembê, o mais antigo do Alto Rio Guamá.....	122
Foto 22 – Cacique Zequinha Tembê.....	123
Foto 23 – Cacique Pedro do Teófilo Tembê.....	124
Foto 24 – Ramada da aldeia YTAPUTYR	125
Foto 25 – Aldeia TAWARI.....	126
Foto 26 – Cacique Zé Grande ou Dude Uhu	127
Foto 27 – Cacique Kelé Tembê.....	127
Foto 28 – Aldeia ITA HU	129
Foto 29 – Cacique Joca Tembê	129
Foto 30 – Vista da Aldeia CAJUEIRO	141
Foto 31 – Liderança Reginaldo Tembê e Cacique Isidoro Tembê.....	142
Foto 32 – Capitoa Célia Tembê.....	144
Foto 33 – Cacique Isaac Timbira	145
Foto 34 – Liderança Valdeci Tembê	145
Foto 35 – Escola da Aldeia SUSSUARANA	146
Foto 36 – Capitoa Brasilice Tembê	146
Foto 37 – Vista da aldeia ARARUNA.....	147
Foto 38 – Cacique Bené Tembê	148
Foto 39 – Cacique Ezequiel Tembê.....	149
Foto 40 – Cacique Manão Tembê.....	150
Foto 41 – Igreja de São benedito e Ramada da Aldeia TEKOHAW	151
Foto 42 – Cacique Geral do Gurupi Lourival Tembê	152
Foto 43 – Liderança Sérgio Muxi Tembê.....	152
Foto 44 – Cacique Simbá Timbira.....	154
Foto 45 – Ramada da Aldeia CANINDÉ	156
Foto 46 – Cacique Augustinho Tembê.....	157
Foto 47 – Altar da Igreja de São Benedito na Aldeia CANINDÉ	158
Foto 48 – Cacique Mundico Tembê	159
Foto 49 – Liderança Diego Tembê.....	159
Foto 50 – Reunião na Aldeia CAJUEIRO	160
Foto 51 – Reunião na Aldeia CANINDÉ	163
Foto 52 – Reunião na Aldeia TEKOHAW	167
Foto 53 - Tembê do Alto Rio Guamá em reunião no MPF/PA.	187

ABREVIATURAS

ADATARGMA	Associação das Aldeias Tembê do Triângulo do Alto Rio Guamá
AGITARGMA	Associação do Grupo Indígena Tembê do Alto Rio Guamá
AGITASI	Associação Indígena Tembê da Aldeia Sede e Itwaçu
AIS	Agente Indígena de Saúde
AISAM	Agente Indígena de Saneamento
APIGU	Associação das Aldeias Indígenas do Gurupi
AR4	Quarto Relatório de Avaliação
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CADH	Convenção Americana dos Direitos Humanos
CASAI	Casa do Índio
CCBA	Aliança do Clima, Comunidade e Biodiversidade
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COP	Conferência das Partes
COSIPAR	Companhia Siderúrgica do Pará
DEST	Doença Sexualmente Transmissível
DETER	Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
DNUDPI	Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos dos Povos Indígenas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
FBC	Fundação Brasil Central
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNAI-AERBEL	Administração Regional Executiva da FUNAI de Belém
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde Indígena
GEE	Gases de Efeito Estufa
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPCC	Painel Internacional sobre Mudança Climática
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LBA	Interação Biosfera-Atmosfera na Amazônia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MPF	Ministério Público Federal
MRV	Monitoramento, Reporte e Verificação
NASA	Agência Espacial Norte Americana
NEP	Produtividade Líquida do Ecossistema
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OPITAC	Organização dos povos Indígenas das Aldeias de Cima
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCI	Projecto de Carbono Indígena
PDA	Programa de Desenvolvimento para a Amazônia
PF	Polícia Federal
PFNM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PIN	Plano de Integração Nacional
PK	Protocolo de Kyoto
POEMA	Programa Pobreza e Meio ambiente na Amazônia
PPCDAM	Plano para a Preservação e Controle do Desmatamento na Amazônia
PPP	Planejamento Político Pedagógico
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal
PT	Partido dos Trabalhadores
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
SBSTA	Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SPEVEA	Superintendência de Valorização Económica da Amazônia
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIARG	Terra Indígena Alto Rio Guamá
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNFCC	Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas
VCS	Padrão Voluntário de Carbono

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

O aquecimento global preocupa, mas é bom saber que um império não apenas sobreviveu a ele como tira proveito disso.

Alex Chepstow-Lusty (2009:p.98)¹.

Na América Pré-Colombiana, uma das mais importantes e influentes culturas do continente sul-americano foi, sem sombra de dúvida, representada pelo povo Inca. Acredita-se que esse povo dominava mais de 700 idiomas e era formado por várias nações. Sua supremacia se dava pela sua diplomacia e quando necessário, pela sua habilidade e estratégia na arte da guerra. CHEPSTOW-LUSTY (2009) afirma que os Incas não eram guerreiros excepcionais, o que tiveram, foi, isso sim, a natureza como forte aliada. Esse povo andino teria sido ajudado pelo “aquecimento global”, ocorrido no ano 1.100 Depois de Cristo, com o derretimento das geleiras dos Andes, que foi usado como técnica de irrigação para elevar a produtividade agrícola. CHEPSTOW-LUSTY (2009: p.989) afirma também “Os incas não apenas sobreviveram ao aquecimento global de seu tempo, mas também se valeram dele para prosperar”.

Neste início do século XXI, a preocupação mundial também diz respeito ao aquecimento global, coincidindo com a oportunidade dos povos indígenas do Brasil, nomeadamente o povo Tembé, de tirar proveito do actual fenómeno para prosperar.

Os indígenas da etnia Tembé vivem em uma área do Estado do Pará, na região Amazônica. Amazônia essa, cuja ocupação humana já existia há cerca de 11.300 anos atrás nas suas

¹ Alex Chepstow-Lusty, pesquisador do Instituto Francês de Estudos Andinos. Publicado na Revista “Isto é”, número 2074, páginas 98 e 99, de 12 de Agosto de 2009.

florestas, conforme registrado no sítio Pedra Pintado na cidade de Monte Alegre no Estado do Pará (MIRANDA, 2007), mas que oficialmente foi descoberta pelo espanhol Vicente Yañez Pinzón, nos primeiros dias de fevereiro de 1500, quase três meses antes da descoberta do Brasil (RIBEIRO, 2006).

A Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), onde vivem os Tembé, tem sido alvo de exploração e devastação para apropriação de terras por empresas nacionais e multinacionais. Tal processo tem contribuído para que os povos indígenas percam suas terras, o que implica, de forma direta, nos seus modos de produção, em seus costumes e consequentemente em sua condição de sociedade autônoma (SALES, 2000). Onde decorre a importância de se explorarem as novas oportunidades que a conservação da natureza parece disponibilizar a estes povos nativos.

Se as décadas de 1970 a 1990 foram de grande preocupação ambientalista, com investimentos na proteção da natureza, na virada do milênio o desenvolvimento sustentável toma novo rumo. Torna-se gradualmente mais forte a sua vertente econômica, patente em vários níveis, num processo que, evidentemente, envolve a Amazônia. Passa-se a valorar o capital natural (BECKER, 2007)². Nos últimos anos, novas tendências se delineiam no sentido de viabilizar a realização do capital natural através de um processo crescente de mercantilização da natureza, em que alguns de seus elementos estão em vias de serem transformados em mercadorias fictícias e objeto de mercados reais, o que poderá afectar a Amazônia de forma significativa (BECKER, 2001b). Hoje, afirma Becker, dilata-se a esfera da mercadoria, e novas mercadorias fictícias estão sendo criadas, como é o caso do ar, da vida e da água. E tal ficção está gerando mercados reais que buscam ser institucionalizados (BECKER, 2007).

Na Amazônia, uma mercadoria fictícia começa a ganhar corpo quando a notícia veiculada pelo Jornal “Diário do Pará”, publicada em Belém do Pará, Brasil, em 09 de fevereiro de 2009 afirma textualmente³: “Os índios Tembé e uma empresa norte-americana estão

² BERTHA A. BECKER (2007) entende como Capital Natural da Amazônia, sobretudo a megadiversidade e a água. A natureza pode e deve ser fonte de informação para a biotecnologia, apoiada na decodificação, leitura e instrumentalização da biodiversidade. A apropriação da decisão sobre o uso de territórios e ambientes como reservas de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro. Nessa perspectiva o ar, a vida e a água passam a ser vistas como mercadorias fictícias que geram mercados reais para a sua comercialização. No caso do “mercado do ar” existe uma relação direta com a captura do carbono pelas florestas amazônicas.

³ **Tembés serão pagos para conservar a floresta.** *Diário do Pará*, em Belém. Ver em <http://merciogomes.blogspot.com/2009/02/credito-de-carbono-parece-que-comeca.html>

prestes a fechar um acordo que garantirá o pagamento de recursos, dentro do mercado internacional de créditos de carbono, para que a floresta seja mantida em pé, dentro da área da reserva do Alto Rio Guamá, no Pará. Esse foi o resultado de um encontro realizado na sede do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA), na Universidade Federal do Pará (UFPA), durante a realização do Fórum Social Mundial em Belém”.

1.1. O TRABALHO

O foco deste estudo foi analisar e discutir como e em que medida os mecanismos disponibilizados pela Redução de Emissões por Desmatamento e Degeneração (REDD), podem ser aproveitados pelos indígenas da etnia **Tembé**⁴, da Terra Indígena Alto Rio Guamá, no Estado do Pará, Brasil, para sustentar uma estratégia de desenvolvimento local para os povos tradicionais na Amazônia. Tal fato nos remete ao princípio, a montagem lenta e gradual de uma estratégia de aprendizado, conscientização, vontade, organização, planejamento, execução e desfrute de uma situação gerada pelo aquecimento global, notadamente vinculada ao modo de vida dos habitantes de países do hemisfério Norte.

A etnia indígena denominada **Tembé**, proveniente do povo **Tenetehara**⁵, habita uma região demarcada, com seus limites bem estabelecidos no nordeste do Estado do Pará, Brasil, denominada de Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), e se divide em dois grupos distintos: os Tembé do Alto Rio Guamá, que moram nas aldeias situadas às margens do rio Guamá e os Tembé do Alto Rio Gurupi habitantes das aldeias que ficam às margens do rio do mesmo nome e do rio Uraim. Para estudar as possibilidades deste povo indígena de ingressarem e permanecerem no mercado de carbono teve de se conhecer o estado actual da TIARG, nas suas várias dimensões, direitos de propriedade, recursos disponíveis, organização social e política, condições de vida e aspirações deste povo para o seu futuro. Não há maneira melhor de conhecer um povo indígena do que conviver com

⁴ Ficaram conhecidos por **Tembé** os índios **Tenetehara** que, a partir do século XIX, migraram da região do Pindaré em direção aos rios Guamá, Capim e Alto Gurupi, entre o Maranhão e o Pará. Dois grupos habitam a Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), os Tembé do Alto Rio Guamá e aqueles do Alto Rio Gurupi. A TI é formada por 279.897 hectares. Um terceiro bloco é constituído pelos Tembé que vivem na TI Turé-Mariquita, com 147 hectares, homologada e registrada. Ainda existem os Tembé da TI Turé-Muriquita II e da TI Tembé, todas na bacia do rio Acará, afluente do rio Moju no Estado do Pará. Outros pequenos grupos tentam ser reconhecidos como Tembé.

⁵ Tenetehara significa *os homens verdadeiros*. Pertencem ao tronco lingüístico Tupi. No Estado do Pará vivem os Tembé do ramo ocidental enquanto que no Estado do Maranhão são encontrados os Guajajara que pertencem ao ramo oriental desse grupo.

eles, ouvi-los, comer junto com eles, dançar e rezar com os homens, as mulheres e as crianças das aldeias. Em suma, participar por alguns momentos do seu dia a dia, do viver e do conviver para entender o seu modo de perceber o mundo e o seu pensar a respeito do mundo de fora, o mundo não índio. Por essa razão a nossa convivência com os Tembé do Guamá e do Gurupi fez parte de forma umbilical deste trabalho. Sem essa convivência jamais poderíamos ter obtido as informações necessárias para desenvolver nossas observações. Viver nas aldeias Tembé foi parte da estratégia de realização do presente trabalho.

Não bastava apenas viver e conviver com o objecto real, para construir o objecto de estudo e concretizar os objectivos pretendidos, foi necessário situar historicamente os indígenas da Tribo Tembé na sua jornada pelas florestas do Estado do Pará e do Maranhão, e compreender a sua atração pelos homens brancos até o seu estabelecimento nas proximidades dos rios Guamá e Gurupi. Não se pode apenas situá-los sem relatar sua luta pela sobrevivência junto ao homem não índio. E mesmo com sua terra estabelecida, demarcada, os índios continuam a defender sua soberania contra invasores modernos que visam apropriar-se de suas riquezas representadas pelas terras, florestas, madeiras e campos de caça. Hoje em dia o perigo para os Tembé se materializa na forma de madeireiros, fazendeiros, traficantes, plantadores de maconha e caçadores clandestinos que adentram as terras indígenas. Este fato, tem nos últimos anos, gerando conflitos violentos e desapossado os indígenas de seus recursos materiais e culturais.

Dentro das expectativas levantadas com a possibilidade de se resolverem questões tão sérias como evitar o desmatamento de suas terras, os índios Tembé, por cuidarem da conservação de suas florestas primárias, devem ser pagos para esse feito. Baseado nesse ponto de vista, da necessidade do pagamento pela prestação de serviços ambientais, nosso trabalho visou também identificar e descrever as obrigações e ações executadas pelos agentes envolvidos no processo de organização e planejamento das ações que levarão os índios Tembé ao mercado de créditos de carbono.

Para situar o processo pelo qual transitou o povo Tembé do Guamá e do Gurupi, a buscar, de uma forma organizada, participar do mercado de carbono, como a primeira tribo brasileira e da Amazônia a realizar tal proeza, se fez mister em nosso trabalho conhecer e entender este povo, vivente das aldeias situadas na Região do Alto Rio Guamá e do Alto Rio Gurupi.

Para conhecer e compreender um povo indígena é necessário imergir no seu modo de vida, ganhar a sua confiança e conviver com ele. Por isso, a abordagem para recolha de dados que se mostrava mais adequada era a metodologia observação participante, largamente usada pelas ciências sociais para estudar comunidades quando se procura entender as suas motivações, atitudes e comportamentos individuais e colectivos. Acompanhar os Tembé no seu aprendizado sobre geração de créditos de carbono e das formas de organização das aldeias envolvidas no processo, foi sem dúvida nenhuma uma experiência rica e única, relatada e analisada sob o olhar de quem é de fora, mas acredita que esse é um caminho real e necessário. Somente dessa maneira foi possível entender e descrever o entendimento dos Tembé sobre o mercado de crédito de carbono.

Não é fácil discutir sobre alguma coisa não palpável com um grupo de pessoas habituadas a sentir, a ver e viver situações reais e concretas, cuja forma de conhecimento usada é o conhecimento tácito. Os créditos de carbono foram designados pelos Tembé do Alto Rio Gurupi, de Projeto Carbono ou **Projeto da Fumaça que vem do mato** “KA’A XIMORER” na sua língua, demonstrando sua necessidade de materializar e visualizar algo abstracto como os créditos do carbono.

O nosso trabalho mostra como foi importante a existência de uma experiência anterior de interacção em rede com agentes institucionais exteriores, de comercialização de recursos colectivos e de partilha dos recursos gerados para fundar as negociações em torno dos créditos de carbono. Essa experiência foi o programa de eco-desenvolvimento denominado de PROGRAMA TENETEHARA, elaborado e executado pelo Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazónia (POEMA), do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), com recursos advindos da venda, em leilão, de madeira retirada ilegalmente da TIARG. Este proporcionou um capital de experiência e de confiança indispensável à negociação de algo abstracto e complexo como os créditos de carbono, um produto sem configuração material.

O trabalho foca-se na observação, descrição e análise do processo da entrada dos Tembé no mercado de carbono. O presente trabalho reporta também as etapas do processo de formulação das estratégias para a implantação do projeto de eco-desenvolvimento referido e as atividades que foram desenvolvidas durante a sua implantação.

Através de uma abordagem de estudo de caso e recorrendo à metodologia de observação participante para recolha de dados, conseguimos compreender os aspectos chave para o

sucesso da implementação de ações que fazem parte dos projetos de eco desenvolvimento, e sobretudo como é que os Tembés se estão a organizar para entrar, vender, e permanecer no mercado de carbono, vendendo créditos de carbono gerados pela estocagem de carbono em suas florestas primárias. Compreendemos ainda que motivações e objectivos os movem a preservar suas florestas primárias e ao mesmo tempo apropriar-se de conhecimentos e de recursos financeiros para executar outros programas e projetos que visam a preservação da sua cultura e do seu modo de vida.

O aprendizado para a sobrevivência e melhoria de vida das comunidades indígenas, pode ser perseguido e apropriado por quem assim se dispor. O povo Tembés é sem dúvida alguma um exemplo a ser seguido. E por essa razão é que o presente trabalho constitui uma contribuição relevante para compreender os processos de envolvimento, participação e tomada de decisão que podem permitir, ou não, comunidades tradicionais, como os Tembés, terem acesso aos mecanismos sofisticados de valorização económica dos serviços ambientais. Esta compreensão resulta em informação particularmente útil para organizações e instituições locais, nacionais e internacionais relacionadas com projetos e atividades de eco-desenvolvimento e desenvolvimento local.

1.2. AS UNIDADES DE ANÁLISE DO ESTUDO

A Terra Indígena Alto Rio Guamá, Estado do Pará, Brasil, foi a área utilizada para o trabalho sendo que na primeira fase da pesquisa foram estudados os Tembés que habitam o Alto Rio Guamá e em seguida os indígenas moradores do Alto Rio Gurupi.

Estes dois grupos de indígenas da etnia Tembés, com as suas diversas nuances, constituíram as duas unidades de análise desta pesquisa.

1.3. OBJECTIVOS

1.3.1. OBJECTIVO GERAL

O objectivo geral do trabalho foi analisar em que medida o mecanismo REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), através da criação de mercado para a venda de créditos de carbono resultantes da sua estocagem nas florestas primárias dos Tembés, pode sustentar uma estratégia de eco-desenvolvimento local capaz de assegurar a

sustentabilidade deste povo. Assegurar a sua continuidade e identidade cultural em simultâneo com a sua sobrevivência material em condições dignas, assegurando-se ao mesmo tempo a conservação da floresta e dos seus bens e serviços.

Alcançar este objectivo implicou compreender e explicar como populações indígenas, fundamentais para a preservação da natureza e biodiversidade, enquanto bens públicos de carácter global, se podem organizar ao nível local para intervirem numa escala global.

Adoptou-se, como já foi referido, uma abordagem de estudo de caso. Esta abordagem permitiu-nos compreender e analisar o processo de organização dos indígenas da etnia **Tembé**⁶ da Terra Indígena Alto Rio Guamá, no Estado do Pará, Brasil, com vista à sua integração nos mecanismos sofisticados da iniciativa REDD e do mercado de carbono. Proporcionou-nos também o conhecimento necessário para discutir a validade desta alternativa, a venda de serviços ambientais, para suportar uma estratégia de eco-desenvolvimento local capaz de garantir a sustentabilidade e a afirmação do povo Tembé.

1.3.2. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Com vista a alcançar os objectivos gerais do trabalho, seis objectivos específicos foram estabelecidos e implementados. Estes são apresentados em seguida.

1. Caracterizar o estado da cobertura vegetal da Terra Indígena Alto Rio Guamá.
2. Situar historicamente os indígenas da Etnia Tembé, designadamente os habitantes da TIARG.
3. Descrever as características sócio-económicas e culturais, instituições e formas de organização coletiva dos Tembé da Região da TIARG, distinguindo os dois grupos que constituem as duas unidades de análise deste estudo: aqueles que vivem no Alto Rio Guamá e os que habitam a região do Alto Rio Gurupi.
4. Avaliar a exploração de Produtos Florestais Não Madeireiros na TIARG como alternativa económica para os Tembé.

⁶ Ficaram conhecidos por **Tembé** os índios **Tenetehara** que, a partir do século XIX, migraram da região do Pindaré em direção aos rios Guamá, Capim e Alto Gurupi, entre o Maranhão e o Pará. Dois grupos habitam a Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), os Tembé do Alto Rio Guamá e aqueles do Alto Rio Gurupi. A TI é formada por 279.897 hectares. Um terceiro bloco é constituído pelos Tembé que vivem na TI Turé-Mariquita, com 147 hectares, homologada e registrada. Ainda existem os Tembé da TI Turé-Muriquita II e da TI Tembé, todas na bacia do rio Acará, afluente do rio Moju no Estado do Pará. Outros pequenos grupos tentam ser reconhecidos como Tembé.

5. Analisar as atividades do PROGRAMA TENETEHARA como elemento indutor de um projeto de comercialização de créditos de carbono via mecanismo REDD.
6. Avaliar o estado da arte do processo de auto-organização dos indígenas da Etnia TEMBÉ do ponto de vista das necessidades da gestão, relacionadas com a implantação de um processo do mecanismo REDD na TIARG.

1.3.3. OPERACIONALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA COM SUAS QUESTÕES

A resposta a estes objetivos implicou uma abordagem metodológica que englobou variadas técnicas de recolha e múltiplas fontes de dados e de informação, que implicaram tarefas de revisão bibliográfica, recolha de dados originais e de informação pré-existente.

A revisão bibliográfica necessária para fundamentar as informações sobre a cobertura vegetal e a presença de floresta primária na TIARG, assim como a recolha de informação pré-existente sobre os indígenas Tembé, socorreu-se de fontes diversas: revistas, periódicos, artigos científicos e notícias veiculadas por jornais diários publicados no Brasil e no exterior. A internet constituiu também um recurso fundamental de recolha de dados e de informação.

Os dados originais sobre as comunidades Tembé das Regiões do Alto Rio Guamá e do Alto Rio Gurupi foram recolhidos nas aldeias Tembé utilizando a técnica da observação participante, coabitando com os indígenas durante o período de outubro de 2009 a fevereiro de 2010.

Para situar os Tembé no tempo e no espaço foi realizada uma incursão detalhada na história da Amazônia, destacando os principais períodos da sua formação e descrevendo de forma sucinta a economia praticada na floresta desde a era colonial do Brasil até o final do Século XX. Do mesmo modo, para conhecer os Tembé atuais tivemos de procurar sua origem no povo Tenetehara originário do Estado do Maranhão e sua distribuição pelo estado do Pará.

Os dados e informação recolhida sobre os Tembé da TIARG evidenciaram que estes se distinguem em dois grupos diferenciados, em múltiplas dimensões, associadas à sua separação no espaço: por um lado o grupo do Alto Rio Guamá, e, por outro o grupo do Alto Rio Gurupi. Estas duas regiões, Alto Rio Guamá e Alto Rio Gurupi, albergam povos

da mesma etnia, porém distintos no que toca à sua visão e relação com o mundo exterior. Constituem-se, por isso, em unidades distintas em esta pesquisa.

A compreensão do processo de organização local dos Tembé com vista à sua integração nas esferas globais dos mercados de serviços ambientais foi conseguida através da metodologia da observação participante. A referida metodologia possibilitou-nos o contacto directo com as pessoas e as comunidades, assim como o acompanhamento das negociações efectuadas entre os Tembé e instituições externas, quando foram estabelecidas as bases para a organização local destinadas a assegurar a contratação vantajosa da venda de créditos de carbono nas florestas primárias dos Tembé da TIARG.

1.4. COMO ESTÁ ESTRUTURADO O TRABALHO

Este trabalho está composto por 12 capítulos, a que se acrescem as referências bibliográficas

O Capítulo 1, Introdução, proporciona o enquadramento do objecto do trabalho, evidenciando a sua relevância e actualidade, apresenta os objectivos do trabalho, geral e específicos, bem como as estratégias adoptadas para a sua operacionalização. Conclui-se com a esquematização da forma como o trabalho é apresentado no texto.

O Capítulo 2, A Construção Histórica da Amazónia, permite acompanhar os vários períodos de construção da Amazónia, o trajeto da economia de a era Colonial até o final do século XX. Desenvolve também o conceito de Fronteira e introduz tópicos relevantes para esta pesquisa, como a conservação da biodiversidade, a exploração dos produtos Florestais não Madeireiros e as estratégias que vêm sendo usadas para preservar a floresta.

No Capítulo 3 aborda-se a questão da mudança climática, sua relação com a floresta Amazónica e o desenvolvimento local dos Povos Indígenas. Discute-se como as florestas no mundo são afetadas pelas mudanças climáticas e o que essas mudanças representam para a vida no planeta Terra. Situa também as florestas da Amazónia brasileira e refere a contribuição do desmatamento na região para o aquecimento global. Introduzem-se outros tópicos fundamentais para este estudo, como o mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), o mercado de carbono, o carbono na Floresta Amazónica, os bens e serviços da floresta e os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM). Discute-se, ainda a questão do mecanismo REDD e a sua aplicação no Brasil,

bem como de que forma é que os povos indígenas e as populações tradicionais podem ser beneficiados com os recursos captados através do desmatamento evitado. Na parte final deste capítulo introduz-se a questão do desenvolvimento local, detalhando conceitos e estratégias para a sua concretização.

O Capítulo 4 descreve os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho, notadamente o que diz respeito ao Estudo de Caso e discute os aspectos teóricos sobre o método de coleta de dados denominado de Observação Participante.

O Capítulo 5, denominado O “Povo Tembé”, situa a Terra Indígena Alto Rio Guamá, o Povo Tenetehara e o Povo Tembé. Do povo Tembé, apresentamos informações sobre a sua história, distribuição geográfica, organização social e política e a sua situação actual marcada pelos conflitos com pequenos posseiros, madeireiros e fazendeiros, em simultâneo, com o apoio de entidades internacionais, nacionais e locais.

O Capítulo 6, “Produtos Florestais não Madeireiros na TIARG”, identifica os bens da floresta, bem como os seus benefícios diretos e indiretos, dando-se particular destaque aos PFNMs coletados pelos Tembé, a copaíba, o breu, cipó titica e o açai. Discute-se também a viabilidade da aposta na extracção dos PFNMs, ou seja, do extrativismo, como meio de sustentação económica para o povo Tembé. Refere-se, para concluir, o potencial do artesanato como actividade económica geradora de renda para os Tembé.

O Capítulo 7, “Viagem ao Alto Rio Guamá”, relata nossa experiência enquanto observador-participante, destacando a informação recolhida sobre a organização espacial, social e política dos Tembé do Alto Rio Guamá, através da viagem em que percorremos as várias aldeias da Região e da participação em reuniões que envolveram os indígenas e outras entidades. Estas reuniões são descritas na parte final do capítulo e permitem compreender as dificuldades da organização ao nível local com vista à integração dos Tembé no mercado global do carbono, a partir das dificuldades experimentadas pela iniciativa anterior de eco-desenvolvimento entre este grupo de Tembé.

O Capítulo 8, que chamamos de “Viagem ao Gurupi”, relata nossa viagem para e pelo Alto Rio Gurupi, descreve as aldeias Pólo da Região e suas aldeias satélites, assim como identifica todas as autoridades locais como os caciques e as capitoas do Gurupi. Relatam-se também as reuniões ocorridas nas aldeias Cajueiro, Canindé e TekoHaw.

O Capítulo 9 relata as duas “Reuniões Decisivas para os Tembé”, nas quais participaram os Tembé da TIARG a respeito de sua organização e dos seus projetos e propostas de vida. Descreve a reunião feita pelos Tembé do Gurupi na aldeia TekoHaw para a fundação da Associação dos Povos Indígenas do Gurupi (APIGU). Descreve depois a reunião dos Tembé do Guamá, na sede do Ministério Público Federal (MPF) em Belém, onde estes sustentaram a posição de querer um caminhão para cada Associação Indígena do Guamá, em detrimento aos Programas de eco-desenvolvimento.

No Capítulo 10, “Os Tembé e o mercado de carbono: Conclusões do Estudo de Caso”, apresentam-se as conclusões mais relevantes relativamente ao Estudo de Caso resultantes do trabalho de observação participante que efectuamos. Enfatizam-se questões como: os direitos de propriedade e domínio do território, a língua, a cultura, as comunicações, acessos e mobilidade, a organização política e social, a economia local, bem como os desejos e aspirações dos Tembé. Finaliza-se com algumas sugestões para que os Tembé possam vir de facto a beneficiar dos mecanismos globais de valorização dos serviços ambientais, como o mecanismo REDD.

O Capítulo 11, *Os Cenários*, projeta duas visões do futuro dos Tembé, a primeira imagina como seria a sua vida sem recursos financeiros enquanto que a segunda visão prevê o dia a dia dos indígenas com um montante razoável de recursos financeiros. Também sugere algumas pistas de onde e como conseguir recursos para financiar possíveis programas ou projetos que visem o eco-desenvolvimento local.

No Capítulo 12, “Síntese e Reflexões Finais”, é feita uma síntese do trabalho e apresentadas as suas principais conclusões. Discutem-se as oportunidades e desafios que se colocam aos povos indígenas na captura do valor de benefícios ambientais apropriados à escala global e da sua conversão em mercadorias transaccionadas em mercados sofisticados e voláteis. Aborda-se em particular o caso dos Tembé, em particular do grupo com recursos para integrar o comércio de créditos de carbono. Destaca-se também a Bolsa Floresta levada a efeito no Gurupi e conclui-se com sugestões para que os Tembé possam beneficiar destes novos mercados.

CAPÍTULO 2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA AMAZÔNIA

2.1. PERÍODOS DA CONSTRUÇÃO

Desde a sua descoberta, a Amazônia experimentou diversas mudanças estruturais. E para entendê-las se faz necessário rever a sua construção histórica. Esta pode ser entendida, e agrupada em três grandes períodos: Formação Territorial, Planejamento Regional e Período da Incógnita Heartland, usando a classificação de BECKER (2007).

O período da Formação Territorial durou de 1616 a 1930. Começa quando Portugal apropria-se da região, para além da linha do Tratado de Tordesilhas e vai de 1616 até 1777. A base económica de exportação foram as “drogas do sertão”⁷, **primeira grande inserção internacional de produtos da Amazônia**. Entre 1850 e 1899 a preocupação imperial centrou-se na navegação do grande rio Amazonas e na exploração da borracha. A definição dos limites da Amazônia ocorre entre os anos de 1899 e 1930 (BECKER, 2007).

Por volta da metade do século XIX, quando findou o período das “drogas do sertão”, uma ocupação mais sistemática da Amazônia foi iniciada e consequentemente vimos ser

⁷ Durante o período nomeado de Brasil Colónia, o território brasileiro recebia várias expedições, denominadas Entradas e Bandeiras, que buscavam conhecer as riquezas da região. Nesse período as expedições eram enviadas pelos ingleses, franceses, holandeses e portugueses. Nessas expedições, os europeus conheceram algumas especiarias utilizadas pelos índios na região Amazônica e passaram a cobiçá-las. Naquela época, os portugueses não se interessavam pela Amazônia, mas ao perceberem a intenção dos demais povos tiveram que se impor para assegurar os territórios já incorporados e ainda controlar a saída de produtos contrabandeados pelos demais países que vendiam as especiarias a altos preços na Europa. Os padres jesuítas, carmelitas, franciscanos e capuchinhos, que normalmente comandavam as expedições portuguesas, procuravam os índios e os forçavam a entrar mata adentro em busca das especiarias denominadas de “DROGAS DO SERTÃO” ou “DROGAS DO AMAZONAS” porque efetivamente tinham efeitos terapêuticos. Eram elas: a baunilha, castanha-do-pará, pimentas, canela, pau-cravo, urucum, cacau, guaraná, salsaparrilha, anil, gergelim, a borracha, o louro, o caju, o ipê-roxo e outros. Ver em <http://www.oquebragelho.com.br/pesquisafacil/historia/historiadobrasil/drogasdosertao.htm>.

implantada uma nova base cultural. A fronteira do território da Amazônia brasileira permaneceria móvel até o início do século XX, quando os contornos políticos do Brasil seriam definidos com a conquista dos territórios do Amapá e de Roraima, ao Norte, e do Acre, no extremo Oeste (BECKER, 2007).

No caso do Acre, em 1892, o governo boliviano patrocinou uma expedição de redescobrimento às regiões silvícolas dos rios Beni e Inambari, até Madre di Dios, liderada por José Manuel Pando, futuro presidente da Bolívia. Constatou que a área já estava ocupada por seringueiros brasileiros e passou a alegar o desconhecimento da importância econômica de um território que, entretanto, fora ocupado por brasileiros e vendido ao Brasil desde 1867 (GADELHA, 2002). Esses extremos, especialmente as regiões dos altos rios, na parte mais ocidental da floresta, permaneciam como área de refúgio dos primeiros habitantes, os povos indígenas mais arredios.

O segundo período denominado de Planejamento Regional vai de 1930 a 1985 e se caracteriza pelo planejamento governamental, quando o Estado se moderniza e intervêm na economia e no território. A fase inicial do planejamento regional ocorre entre 1930 e 1966 que coincide com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas. A “Marcha para o Oeste” e a criação da Fundação Brasil Central (FBC) em 1944, a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia (PDA) na Constituição Federal (CF) de 1946 e a delimitação oficial da região por critérios científicos foram os marcos dessa fase.

A criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) veio a seguir. Somente no governo de Juscelino Kubitschek é que a implantação de ações efetivas como a construção da rodovia Belém-Brasília começaram a afetar com grande impacto a Região Amazônica. A partir desse momento acentuou-se a migração em direção à Amazônia, passando a população regional de 1 milhão para 5 milhões entre 1950 e 1960.

Ainda de acordo com BECKER (2007), contribuiu enormemente para a formação histórica da Amazônia o período conhecido como a Incógnita de Heartland que começa em 1985 e se evidencia por dois processos opostos iniciados nesse ano mesmo ano. Primeiro, o esgotamento do modelo nacional de desenvolvimentismo inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas com a intervenção na economia e no território brasileiro, cujo último grande projeto implantado na Amazônia, ou seja, na região norte, maior área territorial do Brasil e a segunda menor ocupada demograficamente foi denominado de Projeto Calha

Norte⁸ (NASCIMENTO, 2005: p.158).

No segundo período é criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entidade que, apesar do nome, reunia também outros setores populares da Amazônia, tais como os índios, os ribeirinhos, e os castanheiros, entre outros, simbolizando um movimento de resistência das populações locais à expropriação da terra. Juntou-se à crise do Estado e à resistência social um terceiro elemento que foi a pressão ambientalista internacional e nacional para gerar um vetor tecno-ecológico na dinâmica regional, que configurou na Amazônia uma fronteira socioambiental e que predominou entre os anos de 1985 a 1996 (BENCHIMOL, 1999).

2.2. DA ECONOMIA COLONIAL AO FINAL DO SÉCULO XX

A política metropolitana portuguesa, a mais intensa e de mais larga aplicação na história, fez com que a Amazônia permanecesse ligada ao sistema metropolitano mais tempo de que qualquer outra região brasileira. A libertação se deu através de um processo extremamente sangrento no século XIX que foi a Cabanagem (PINTO, 2009: p.109). Como contribuição ao surgimento da Cabanagem em 1835, está a adesão do Pará à independência do Brasil, em 1823, fato que provocou enorme frustração nacionalista no que era então a elite amazônica, que se ressentia de ter sido afastada das decisões políticas e econômicas do país. Durante o Império brasileiro, o poder continuaria concentrado nas mãos dos conservadores que exploravam o Pará desde o tempo do Brasil colônia.

A Cabanagem não se constituiu simplesmente em uma revolta popular, mais que isso, era uma frente ampla que congregava burgueses, nacionalistas insatisfeitos, militares que

⁸ Esse projeto foi idealizado na Escola Superior de Guerra do Brasil e implantado em 1985, durante o Governo de José Sarney. O Projeto Calha Norte consistiu numa tentativa de fortalecimento militar da fronteira amazônica desde o Oiapoque, no Estado do Amapá (fronteira com a Guiana Francesa) até a altura de Tabatinga, no Estado do Amazonas (fronteira com a Colômbia). Esse fortalecimento visava o aumento das forças militares na linha de fronteira para atender à necessidade de promover a ocupação e o desenvolvimento harmônico da Amazônia, em concordância com as características da área e com os interesses nacionais. Eram objetivos do Projeto: 1) Promover a “proteção” de grupos indígenas, localizados na fronteira amazônica, do conflito com garimpeiros que adentram de forma clandestina nas reservas, como por exemplo, na reserva Ianomâmi, na busca do ouro de aluvião. 2) Promover a “proteção” de riquezas minerais da Amazônia, como por exemplo, o urânio, da cobiça estrangeira, recurso mineral extremamente cobiçado, na década de 80, no transcorrer da Guerra Fria. 3) Promover a “proteção” da fronteira amazônica com o intuito de coibir ações de guerrilhas na área. 4) Fortalecimento da ação dos órgãos governamentais de justiça, polícia federal, receita *federal* e previdência social como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da presença insuficiente do Estado, em função das distâncias e do isolamento.

desejavam alcançar os mais altos postos, políticos pleiteando maior fatia de poder, escravos ansiosos pela liberdade, índios e mestiços movidos por séculos de dominação e opressão portuguesa. A revolução dos cabanos durou até o ano de 1840 e contabilizou cerca de 30 mil mortos entre rebeldes e legalistas. A cidade de Belém foi quase totalmente destruída e teve sua economia devastada. Nem mesmo esse brutal derramamento de sangue, essa contribuição que a Amazônia deu para a formação da nacionalidade brasileira, fez com que tivéssemos uma classe dominante da região (SOUZA, 2009, p.118). A Amazônia brasileira permaneceu por muitos anos mergulhada em grave decadência econômica e social e somente com a criação da Província do Amazonas, em 1850, desmembrada da Província do Grão-Pará, e os primeiros movimentos de valorização da borracha, voltariam a trazer alguma esperança.

A revolução industrial marcou sobremaneira a Amazônia brasileira através do processo de vulcanização da borracha. Naquela época esse material só era encontrado na floresta amazônica e por alcançar elevado preço motivou uma intensa migração de homens vindos de todas as partes do mundo, conduzidos pela promessa de riqueza rápida e fácil. Italianos, franceses, portugueses e ingleses em grande número atravessaram o oceano, aventuraram-se em cidades e vilas até então isoladas na floresta, porém os sírio-libaneses, comerciantes habilidosos, formavam o grupo mais numeroso. As seringueiras estavam espalhadas na floresta em longínquas localidades habitadas por índios e era necessário colhê-la nas árvores, ainda líquida, defumá-la até ficar sólida, transportá-la até as margens dos rios e então conduzi-la para o comércio nas cidades. Um trabalho penoso e perigoso, que só poderia ser realizado por homens acostumados à vida mais rude (MARTINELLO, 1988).

O rápido crescimento da economia na Amazônia proporcionada pela borracha, que chegou ao posto de segundo produto da pauta de exportações brasileira, só perdendo para o café, não durou muito tempo. Em pouco menos de trinta anos a “velha pirataria européia” (MARTINELLO, 1988; RIBEIRO, 1995; REIS, 1997)⁹ conseguiu destruir todos os sonhos de grandeza amazônica por que um biopirata inglês contrabandeou da Amazônia grande quantidade de sementes de seringueiras para o Jardim Botânico de Londres, e de lá foram levadas e plantadas na Ásia.

⁹ Ver também: SOCIEDADE DA BORRACHA. O biopirata inglês, Henry Wichham, contrabandeou da Amazônia sementes de seringueiras para o Jardim Botânico de Londres. Rapidamente se descobriu que as mudas de seringueira obtidas das sementes contrabandeadas se adaptavam perfeitamente na Ásia. Disponível em <http://historianailhadomiriti.blogspot.com/2010/04/sociedade-da-borracha.html>.

Os ingleses plantaram enormes seringais no sudeste asiático, racionalizaram o cultivo e modernizaram a produção da borracha, derrubaram os preços praticados no mercado internacional, por que conseguiram baixar os custos de produção que na Amazônia eram extremamente altos. Como consequência dessa ação inglesa, nas décadas de 1920 e 1930, milhares de seringueiros nordestinos abandonaram os seringais e voltaram para suas regiões de origem. A Amazônia brasileira se despovoou e entrou em um novo ciclo de decadência econômica. Na crise, a agricultura passou a ser utilizada e isso fez com que práticas e conhecimentos dos nordestinos se fundissem aos conhecimentos da agricultura indígena (MARTINELLO, 1988).

No final do ano de 1941, enquanto acontecia a Segunda Guerra Mundial, os países aliados não mais tiveram acesso à borracha produzida na Ásia e necessitavam dessa matéria-prima principalmente para a indústria bélica. Os norte-americanos voltaram suas atenções para a Amazônia, o grande reservatório natural da borracha. Entretanto, para que pudessem executar seus projetos, necessitariam de pelo menos cem mil novos trabalhadores para reativar a produção e alcançar o nível estabelecido. O governo norte-americano passaria a investir fortemente no financiamento da produção de borracha amazônica, e o governo brasileiro destinaria milhares de trabalhadores para os seringais, o que passou a ser tratado como um heróico esforço de guerra. De Fortaleza, capital do Estado do Ceará, cerca de 30 mil flagelados da seca de 1941/1942 foram enviados imediatamente para os seringais. Em outras regiões do Brasil, aliciadores tratavam de convencer trabalhadores a se alistar como soldados da borracha para auxiliar na vitória aliada. O crescimento da produção de borracha na Amazônia nesse período foi infinitamente menor do que o esperado, por essa razão o governo norte-americano, ao final da guerra, cancelou todos os acordos referentes à produção de borracha na Região Amazônica (MARTINELLO, 1988).

O então denominado Primeiro Ciclo da Borracha foi a segunda grande inserção da Amazônia na economia (inter) nacional. No primeiro momento, a grande expansão da borracha (1880-1913) decorreu de um aumento da demanda mundial por esse produto com a descoberta da vulcanização simultaneamente por Goodyear e Hancock na Inglaterra (ANDRADE, 2006: p. 21). O início desse ciclo coincide com o final do primeiro movimento de migração para a Amazônia (1877-1879), motivado principalmente pelas secas que assolavam o nordeste brasileiro, a região experimentou vivenciar um período de expansão econômica que lhe transformou a face para sempre (CRUZ, 2009).

No ano de 1870 a produção gomífera da Amazônia era de 8.000 toneladas, com o incremento do trabalho dos nordestinos, passou para 42.000 toneladas em 1912, compreendendo na ocasião mais de 50% de toda a oferta mundial de borracha (BENCHIMOL, 2006). No ano de 1913 a produção asiática foi de 47.000 toneladas enquanto que a brasileira foi de 39.000 toneladas, tirando do Brasil a hegemonia como fonte supridora de borracha para o mercado internacional (CRUZ, 2009).

O esgotamento desse modelo de economia em 1912 levou a região Amazônica a um período de declínio econômico que se prolongou até meados da década de 1960. A partir das décadas de 1960 e 1970 houve grandes investimentos na região para o estabelecimento da agropecuária, projetos de mineração e de infra-estrutura. A opção pelo crescimento em 1974, representou uma decisão baseada em avaliações tanto econômica quanto políticas (FAUSTO, 2010).

Entre os anos 1985 até a metade da década de 1990 os recursos governamentais foram reduzidos progressivamente devido à recessão econômica daquela época. Enquanto isso a economia regional foi impulsionada pelo *boom* madeireiro associado à expansão da pecuária extensiva. A retração dos investimentos federais durou até meados da década de 1990, quando houve a retomada de novos investimentos públicos à região por meio do Programa Avança Brasil. Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com previsão de grandes investimentos na região, principalmente em infra-estrutura como a construção de usinas hidrelétricas, pavimentação e recuperação de estradas.

2.3. FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA

O que chamamos de fronteira é um espaço não plenamente estruturado, e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas (LOUREIRO, 2009). Sua especificidade é sua virtualidade histórica (BECKER, 2007). A questão da fronteira no Brasil foi vista como a expansão da “civilização”, empurrando e confrontando-se com culturas e terras indígenas resultando nos movimentos de frentes de expansão agrícola (RIBEIRO, 1970). Além disso, a fronteira é o lugar do conflito, o lugar do confronto, da disputa por território, terra, recursos naturais, possibilidade de vida e trabalho. E ainda, a fronteira é o lugar da convivência simultânea de tempos históricos diferentes de diversos personagens que vivem ou buscam a fronteira: do tempo lento e da vida sem pressa de quem estava lá (índio ou

não) antes da chegada do estranho; do tempo angustiado de quem chega procurando se fixar na nova terra e conseguir nela melhores condições de vida; do tempo nervoso do empresário que investiu capital na fronteira e quer um rápido retorno, sem índios e colonos a lhe atrapalharem (MARTINS, 1997).

A Amazônia sendo hoje a última grande floresta tropical do mundo, é tida como uma fronteira móvel onde coexistem fronteiras de vários tipos. Actualmente as fronteiras são criadas por factos, acontecimentos ou ações de grupos potencialmente geradores de realidades novas, e entre eles destacam-se: as populações tradicionais, como os quilombolas e os ribeirinhos, as populações indígenas, os governos estaduais e a cooperação internacional. Essa configuração altamente complexa faz com que a Amazônia adquira uma dinâmica regional própria (BECKER, 2007).

Tendo sido a Amazônia um território onde são observadas variações socioeconômicas expressivas e uma história diferenciada de ocupação, o avanço das diversas fronteiras foi marcado por conflitos pela posse da terra, violência e uso predatório dos recursos naturais. Os povos indígenas, as populações tradicionais e os pequenos agricultores têm sido as maiores vítimas desses conflitos. O avanço das fronteiras na Amazônia é um processo recente, dinâmico, voraz e heterogêneo tendo sido impulsionado nas décadas de 1960 e 1970 pelo governo federal por meio de incentivos para a ocupação e integração da Amazônia ao mercado doméstico (MARTINS, 1982). Nas décadas de 1980 e 1990 houve redução dos investimentos públicos em infra-estrutura e em outros projetos na região. Porém, a ocupação da fronteira se intensificou com o *boom* da atividade madeireira associado ao crescimento da pecuária, do agronegócio e da especulação de terras públicas.

A floresta amazônica brasileira permaneceu quase intacta até o início da era “moderna” do desmatamento que começou com a inauguração da rodovia Transamazônica, em 1970 (FEARNSIDE, 2005). Antes do Plano Real, em 1994, a hiperinflação que dominou a economia do Brasil durante décadas, valorizou a terra e os preços atingiram níveis mais altos do que poderiam ser justificados como um insumo para a produção agropecuária. A retirada das florestas possibilitava reivindicações pela terra e o desmatamento para a formação de pastagens era o mais barato e mais efetivo nesse sentido, embora seja questionável até onde essa atividade era usada como especulação de terra (FEARNSIDE, 1987; HECHT, 1987; FARNINOW, 1998; FEARNSIDE, 2002b). A especulação de terra foi importante até por volta de 1987, quando houve um aumento subsequente do lucro da

pastagem a partir da produção de carne bovina (MATTOS e UHL, 1994; MARGULIS, 2003).

Esse período de desmatamento teve seu começo em meados de 1960, e trouxe novas e profundas modificações para a Amazônia. Os militares, amparados por um suposto perigo iminente de internacionalização, iniciaram um período marcado pela implantação de grandes projetos que, segundo se dizia, visavam desenvolver economicamente o Norte do Brasil. Assim era o discurso oficial do governo militar, estimulando um novo movimento de ocupação da Amazônia a partir de grandes projetos mineradores, madeireiros e agropecuários. Tanto é verdade que em 1965, o presidente Castelo Branco anunciou a Operação Amazônia e, em 1968, criou a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com amplos poderes para distribuir incentivos fiscais e autorizar créditos para investimentos na indústria e na agricultura. O objetivo principal era criar pólos de desenvolvimento espalhados por toda a bacia amazônica, expandindo a fronteira pioneira (FAUSTO, 2010).

Durante a fase denominada de “milagre econômico” houve aceleração ainda maior da velocidade dos investimentos em infra-estrutura e iniciou-se a construção da rodovia Transamazônica que deveria integrar todo o sul da Amazônia, ao cortá-la no sentido leste-oeste, assegurando, pelo menos em teoria, o controle brasileiro da região. A expansão da fronteira pioneira na Amazônia aconteceu simultaneamente em diversas frentes, com a abertura de várias estradas e grandes projetos de colonização.

O presidente Emílio Médici prometeu resolver o problema do Nordeste, oferecendo terras amazônicas e para isso cunhou o seu famoso lema: “Terras sem homens para homens sem terra”. Estabeleceu o Plano de Integração Nacional (PIN) segundo o qual deveriam ser reservados 100 km de cada lado da estrada para o assentamento prioritário de nordestinos (PEREIRA, 1997). Ao mesmo tempo, a SUDAM começou a aprovar grandes projetos agropecuários e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) aumentou o índice de distribuição de terras para os fazendeiros. Isso fez com que a taxa de desmatamento subisse assustadoramente. Apesar dos amplos financiamentos concedidos, na época, que abrangiam a mineração na serra de Carajás, a construção de hidrelétricas, a implantação do pólo tecnológico e industrial da Zona Franca de Manaus e a construção de rodovias, o resultado mais evidente da nova política desenvolvimentista não foi a

prosperidade econômica da Amazônia, e sim, a degradação e o acirramento das relações sociais em toda a região.

2.4. FLORESTA, UM BEM AMEAÇADO NO GOVERNO MILITAR

No governo militar, a ocupação teve características distintas das anteriores. Anteriormente, os colonizadores ocupavam a região amazônica para explorar as riquezas encontradas na floresta, enquanto que no período militar querem a terra para expandir a agricultura e a pecuária. O modelo de latifúndio encontrado nos seringais, até então dominante na Amazônia, fazia com que os viventes e trabalhadores na floresta, lá permanecessem. O latifúndio agora implantado, representado pelas fazendas de criação de gado, trabalhava e era incentivado para a chamada “limpeza do terreno”, que nada mais era do que a retirada da floresta e a expulsão do povo que habitava o lugar. Em consequência, os índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos tiveram suas terras invadidas, roças devastadas, casas destruídas e suas famílias expulsas em nome de um novo tipo de progresso que transformava a floresta em enormes incêndios destruidores e terra totalmente arrasada. Uma concepção utilitarista fazia ver a Amazônia como um recurso a ser explorado (SEPPÄNEN, 2004a).

No início do ano de 1975, as populações tradicionais que habitavam a floresta Amazônica começaram a se organizar e a desenvolver diferentes estratégias de resistência através da fundação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais no Acre e em outros estados da Amazônia brasileira. Também entram em ação, em favor dos povos da floresta, segmentos progressistas da Igreja Católica a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Todas essas ações favorecem a conscientização de que a devastação da floresta amazônica não era somente uma questão ambiental, mas eminentemente social. Chico Mendes¹⁰ atua para a formação de uma aliança dos povos da floresta, juntando as populações tradicionais da Amazônia em defesa da floresta. Índios e seringueiros, inimigos durante o primeiro ciclo da borracha, se unem para defender a floresta (MARTINELLO, 1988).

¹⁰ Francisco Alves Mendes Filho (1944-1988), mais conhecido como "**Chico Mendes**", nasceu no Estado do Acre na cidade de Xapuri. Foi seringueiro, sindicalista, vereador e um dos mais importantes ativistas ambientais brasileiros. Trabalhou na região Amazônica desde criança juntamente com seu pai, lutou pela preservação da Amazônia e ficou mundialmente conhecido por causa de sua morte. Atualmente dá nome ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

Chico Mendes foi assassinado dentro de sua própria casa em 1988, no estado do Acre, porém o movimento ambientalista mundial já o havia tornado publicamente conhecido e reconhecido por sua luta em defesa da floresta e de suas populações tradicionais. A pressão sobre os organismos financeiros internacionais aumentou com a morte de Chico Mendes. O modelo de investimento na Amazônia foi revisto, e o governo brasileiro foi obrigado a mudar a política de desenvolvimento da região.

A maneira pela qual se dava a ocupação da região Amazônica, onde predominava a exploração madeireira predatória e a conversão de terras para agropecuária, empurrava a economia local para o modelo do padrão *boom-colapso*. Ou seja, nos primeiros anos da atividade econômica ocorre um rápido e efêmero crescimento (*boom*) seguido de um declínio significativo em renda, emprego e arrecadação de tributos (*colapso*) (SCHNEIDER *et al.*, 2000). A renda caíria pelo colapso da exploração de madeira e pela conversão econômica da terra para a agropecuária, atividade que não mantém a mesma geração de renda e empregos. A baixa rentabilidade da agropecuária ocorreria principalmente nas regiões com maiores índices de chuvas, onde a baixa fertilidade dos solos e a proliferação de pragas e doenças são mais frequentes, em especial nas culturas de grãos (SCHNEIDER *et al.*, 2000). Esse padrão de ocupação não gera desenvolvimento genuíno, o que é atestado pela situação crítica dos indicadores sociais na região (CELENTANO & VERÍSSIMO, 2007).

No final do século XX, a globalização altera de forma dramática o significado do que representa a Amazônia para o mundo, redefinindo a valorização ecológica da região evidenciando a sobrevivência humana, o capital natural, a megabiodiversidade e a água. A atribuição e relevâncias desses novos valores acrescidos ao potencial dos recursos naturais abundantes redesenham a Amazônia e lhe atribuem o significado de fronteira de uso científico-tecnológico da natureza. O processo de valorização da natureza Amazônica passa a ser indispensável como fonte de informação para a biotecnologia e instrumentalização científica para o conhecimento e a preservação da biodiversidade (BECKER, 2007).

Neste século XXI, as forças que atuam na Amazônia são mais complexas. Incluem, por um lado, os investimentos com potencial de ampliar o desmatamento, tais como os gastos públicos representados principalmente como infra-estrutura e crédito, a expansão de assentamentos de reforma agrária e o aporte de capital privado para atender o mercado

global nas áreas de mineração, agropecuária e exploração madeireira (SACHS, 2008). Por outro lado, há iniciativas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, tais como a criação de Unidades de Conservação (UC)¹¹, o combate à grilagem de terras públicas e o aprimoramento do sistema de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental.

A Amazônia enquanto fronteira, deve ser entendida como espaço geográfico que merece ser a todo custo preservado como uma unidade imprescindível para a sobrevivência da espécie humana e da biodiversidade em todo o planeta Terra. Não deve ter a atribuição apenas de fronteira de recursos, seja de qual ordem for, assim como também não se presta a servir somente como área de expansão do povoamento e da economia. O desafio de manter a integridade da floresta amazônica é de grande magnitude e urgência (BARRETO *et al.*, 2005).

As ameaças contra a floresta persistem e se ampliam com o avanço das fronteiras. Caso não sejam adotadas medidas profundas de natureza econômica para valorizar a floresta em pé, o ciclo do *boom-colapso* poderá gerar impactos ambientais severos ao mesmo tempo em que agrava mais e mais a situação social na Amazônia. As oportunidades para promover um desenvolvimento com base no uso dos recursos naturais que garantam a qualidade de vida da população e o respeito à natureza estão presentes, mas precisam evoluir do caráter piloto e periférico para o pilar central da vida política, econômica e social da região Amazônica (BARRETO *et al.*, 2005).

2.5. MANUTENÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A manutenção da biodiversidade é uma função para a qual muitos atribuem valor além da venda comercial dos produtos (FEARNSIDE, 1999). A perda de partes importantes das

¹¹ As Unidades de Conservação (UC) são porções delimitadas do território nacional especialmente protegidas por lei pois contém elementos naturais de importância ecológica ou ambiental. Em geral, ao se definir uma área a ser protegida, são observadas suas características naturais e estabelecidos os principais objetivos de conservação e o grau de restrição à intervenção antrópica. Esta área será, então, denominada segundo uma das categorias de Unidade de Conservação previstas por lei, das quais as principais são: Parque Nacional, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Reserva Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista e Área de Relevante Interesse Ecológico. A primeira Unidade de Conservação criada no Brasil, em 1937, foi o Parque Nacional de Itatiaia. A partir da década de 70, as Unidades de Conservação passaram a receber maior atenção por parte do governo federal, motivado pelo próprio contexto mundial em favor da conservação ambiental. Atualmente, mais de 33 milhões de hectares por todo o país estão protegidos por Unidades de Conservação federais, não sendo contabilizadas aqui as várias áreas criadas nos níveis estaduais e municipais. Disponível em <http://www.apadescavado.cnpm.embrapa.br/unidade.html>

florestas tropicais do Brasil empobrece a biodiversidade da Terra (CAPOBIANCO *et al.*, 2001). O impacto sobre a biodiversidade causado pelo desmatamento continuado é muito maior em áreas com pouca floresta remanescente e altos níveis de endemismo, como a Mata Atlântica e se o desmatamento da Amazônia continuar até próximo de sua completa destruição os mesmos níveis de risco à biodiversidade serão aplicados nessa região.

O maior dos desafios para a compreensão da Amazônia contemporânea é refletir suas vias de desenvolvimento e perspectivas no cenário das transformações tencionadas pelas demandas políticas, económicas, sociais e ecológicas em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente. A Amazônia é plural e complexa para ser decifrada com uma única “chave-mestra”, diante dos sistemas dinâmicos que circundam e envolvem diferentes e díspares realidades e lógicas (OLIVEIRA, 1994). Essa realidade apresenta-se multidimensional, expressando a crise da modernização capitalista e as possibilidades de transição para um novo modelo de desenvolvimento fundado no ideário da sustentabilidade (SILVA, 1997; STROH, 1998).

2.6. EXPLORAÇÃO DOS PFNMS

Nessa perspectiva, a economia extractiva apresenta limitações quanto ao crescimento do mercado, decorrente da tensão na oferta, que não consegue atender à demanda, e que, por sua vez, é regida pela existência fixa de estoques naturais. Existe uma falsa concepção de que a exploração de todo produto não-madeireiro é sustentável, esquecendo-se de que nem sempre a extração económica garante a sustentabilidade biológica e vice-versa. Cada produto extractivo apresenta uma característica específica, quanto ao seu processo de extração, beneficiamento, comercialização, ciclo de vida, não sendo passível de generalização.

Nos estudos que têm sido conduzidos pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a pimenta-longa, planta nativa no Estado do Acre, pode passar diretamente para o plantio racional, sem passar pelo extractivismo, e indica um provável caminho para outras plantas da Amazônia. O POEMA conseguiu fazer a domesticação induzida, do curauá (*Bromelia curaua*), planta fibrosa nativa do Baixo Amazonas. Conduzida com o apoio da Mercedes Benz e, mais tarde, com o apoio da Embrapa Amazônia Oriental, mostra a trajetória a ser seguida em relação a outras plantas da Amazônia (HOMMA, 2008). O extractivismo vegetal na Amazônia foi

muito importante no passado, é importante no presente, mas há necessidade de se refletir sobre o futuro da região.

A economia extractiva foi também a razão e a causa do atraso regional, apoiando-se na disponibilidade dos recursos naturais, na crença da sua inesgotabilidade (HOMMA, 2008). Pregar a volta ao *passado*, renegando os problemas do *presente* e esquecendo o *futuro*, constitui o grande perigo das propostas em justificar o extrativismo vegetal na Amazônia. A *síndrome extractiva* foi importante para chamar a atenção para a Amazônia e para uma mudança de mentalidade da sociedade brasileira quanto ao processo de desenvolvimento que vinha sendo seguido. A economia extractiva contribuiu fortemente para a formação histórica, económica, social e política da região e, também, para o processo de pauperização secular (AMIN, 1997). Dessa forma, o processo extractivista, como modelo de desenvolvimento, apresenta grandes limitações para o desenvolvimento da população da Amazônia. No entanto, continua sendo um referencial importante para o habitat das populações tradicionais. Representando aproximadamente 1.075 km², as reservas indígenas na Amazônia, na medida em que forem integradas em estratégias consistentes de desenvolvimento local¹² poderão ter avanços substanciais nas áreas que envolvem melhorias nas condições de saúde, saneamento, educação e moradia bem como perspectivas de elevação das suas rendas anuais.

2.7. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA OS POVOS DA FLORESTA

O Estado Brasileiro já reconheceu 379 terras indígenas existentes na Amazônia Legal¹³ que correspondem a uma área de 103.396.426 ha ou cerca de 1.033.964 km², extensão essa correspondente a 20,66% do total de terras da região (RICARDO, 2001). No entanto, o Estado não disponibilizou ainda os mecanismos e apoios necessários à promoção do desenvolvimento sustentável destas áreas. Os indígenas, no caso da etnia TEMBÉ, estão como que abandonados à sua própria sorte, contando com iniciativas isoladas de determinados grupos que teimosamente ajudam a garantir a sua sobrevivência. A economia

¹² O conceito de **desenvolvimento local** baseia-se no fato de que as localidades e os territórios dispõem de recursos económicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base económica local.

¹³ A Amazônia Legal é constituída pelos seguintes Estados da Região Norte: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, Mato Grosso, parte do Maranhão e parte do Estado de Goiás. Área de cerca de 5 milhões de quilómetros quadrados (59% do território do Brasil).

extractivista, baseada na exploração dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), não permite em geral, os aumentos necessários nas suas rendas para que possam dignamente sustentar suas famílias. Isto posto, somos forçados a compreender que se torna imprescindível avançar em outras estratégias diferentes dos modelos em uso, capazes de proporcionar o desenvolvimento local e a proteção da biodiversidade. Uma possibilidade a explorar é a implantação dos mecanismos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) de modo a conseguir-se a preservação da floresta e da biodiversidade, em sintonia com a preservação da cultura e dos modos de vida das populações indígenas, no caso a etnia Tembé, garantindo-lhes o acesso a níveis de renda e de qualidade de vida dignos.

A REDD é, em teoria, pelo menos, uma idéia simples. Governos, empresas, proprietários florestais, comunidades locais ou povos indígenas dos países do hemisfério sul devem ser recompensados pela manutenção de suas florestas, em vez de derrubá-las. O fato é que a REDD envolve incertezas científicas, desafios técnicos, garantias de desempenho multi-década, problemas locais pela posse da terra, e o fato de começar aparentemente errado significa que podem surgir golpistas que usem os mecanismos da REDD para enriquecer facilmente, enquanto as emissões não mudam nem um pouco (LANG, 2009; STUART, 2009). A REDD não pode ser separada dos mercados de carbono, pois ela é uma componente dos mercados de carbono. Este é, por seu turno, sustentado pelo dinheiro que provém principalmente dos países industrializados e das grandes corporações procuram licenças de poluição (GILBERTSON, 2009).

É fundamental, basilar, que os recursos obtidos por mecanismos compensatórios e não compensatórios de REDD cheguem até os diferentes actores sociais que vivem da floresta, na floresta ou próximos à floresta. A tomada de decisão quanto ao acto de desmatar ou não desmatar não é resultado de burrice, ignorância ou estupidez. Trata-se de uma decisão racional, movida principalmente por uma lógica económica (VIANA, 2009). Para alterar a lógica económica do desmatamento, uma abordagem diversificada e integrada por mecanismos compensatórios e não compensatórios de REDD representa a melhor oportunidade histórica para salvar a Amazônia de uma destruição semelhante à da Mata Atlântica. Representa, também, a melhor oportunidade para o Brasil contribuir para evitar um cenário de catástrofes climáticas globais. A floresta precisa valer mais em pé do que

derrubada. Por isso, se faz urgente a instituição de mecanismos de pagamento por serviços ambientais.

Os projetos piloto financiados em grande parte, com recursos externos, incentivaram, no próprio contexto regional, abordagens críticas sobre os efeitos uniformizantes da civilização moderna. Esses estudos levaram inclusive, à intensificação das discussões sobre as formas pelas quais as populações nativas da Amazônia manejavam e manejam os recursos do seu meio natural e sobre a possível importância de suas práticas históricas para o mundo contemporâneo (MITSCHEIN, 2010). Partindo dessa premissa, MITSCHEIN (2010: p.48), salienta que “as soluções dificilmente virão do Norte”, precisam ser concebidas e implementadas em casa e que para isso se sobressai a necessidade imperiosa de desenvolver e implementar estratégias de preservação e de manejo que permitam manter a floresta em pé, onde é preciso “mais ação e menos discurso”.

Então um passo importante é institucionalizar, de fato e de maneira operativa, as bases de um diálogo produtivo com as populações indígenas cujos antepassados manejaram milenariamente os ecossistemas tropicais sem deteriorá-los. A construção de um diálogo desse tipo, em tese, é benéfica para ambos os lados. Os povos tradicionais poderiam receber apoio na elaboração e implementação de projetos que associem a questão do desenvolvimento local em suas terras com dois problemas que são de alcance global: a mitigação das mudanças climáticas e a proteção da biodiversidade (MITSCHEIN, 2010).

O Brasil do futuro está umbilicalmente associado à Região Amazônica, é ela que possui as credenciais e o passaporte para que este seja um país que deixe para trás o rótulo de ser potencialmente apto a ser desenvolvido, igualitário e civilizado. A Amazônia com todos os seus atributos, clima, florestas e habitantes reúne as condições exigidas para ser, neste século XXI, uma das principais regiões produtoras de riquezas do planeta Terra. Nesse contexto, o Estado brasileiro terá obrigatoriamente que direcionar todos os esforços e os recursos nacionais necessários para que o desenvolvimento de toda a região se faça a partir da riqueza existente na floresta. Os recursos exigidos para implantar uma política de desenvolvimento para a região deverão ser prioritários e o montante exigido não deve servir de pretexto para que não sejam realizados. Eles precisam ser comparados com o patrimônio que existe na floresta amazônica e com a possibilidade de riqueza futura (CASTRO, 2007).

CAPÍTULO 3. A MUDANÇA CLIMÁTICA, A FLORESTA AMAZÔNICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS POVOS INDÍGENAS

*Por medio de compensaciones forestales podemos al mismo tiempo sostener a los pobres, prevenir la pérdida de especies y desacelerar el cambio climático. Estamos perdiendo cincuenta mil millas cuadradas de selvas tropicales cada año. La financiación del carbono es una de las únicas maneras en que podemos revertir la deforestación; sencillamente no hay fondos para hacerlo de otra manera.*¹⁴

Toby Janson-Smith, Conservation International

3.1. MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

Em 1869, o cientista sueco Svante Arrhenius foi o primeiro a apresentar a teoria de que o acúmulo do dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera pelas atividades humanas levaria ao aquecimento (COWIE, 2007). Um século e meio depois isto não é mais uma teoria. Em 2007 o Quarto Relatório de Avaliação (AR4) do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), que é o principal organismo científico do mundo que lida com questões de mudança climática, afirma: O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como agora é evidente a partir de observações dos aumentos médios globais das temperaturas do ar, dos oceanos, do derretimento generalizado da neve e do gelo e do aumento do nível médio global do mar (IPCC, 2007).

Segundo estimativas da Agência Espacial Norte Americana (NASA), a queima de combustíveis fósseis contribui com cerca de 5,5 giga toneladas de carbono por ano (giga = 1 bilhão), outras atividades como uso da terra e o desmatamento e a agricultura,

¹⁴ Ver em SCHMIDT, W. CHARLES. Las compensaciones de carbono. Los dolores de crecimiento de un mercado creciente. Salud Pública de México/ vol. 51, n° 3, mayo-junio de 2009.

contribuem com aproximadamente 1,6 giga toneladas de carbono por ano. Desde 1957 as atividades humanas têm contribuído com algo em torno de 7,1 giga toneladas de carbono por ano, dos quais aproximadamente de 3,2 giga toneladas de carbono permanecem na atmosfera. Além disso, os oceanos absorvem aproximadamente 2 giga toneladas de carbono. Os cientistas ainda não têm certeza sobre para onde vão os restantes 1,9 bilhões de toneladas de carbono. Mas evidências sugerem que ele pode estar sendo absorvido pela superfície terrestre. No entanto, não há consenso sobre isso ainda (BÖHM e DABHI, 2009).

A mudança climática foi causada principalmente pelos países industrializados, que enriqueceram pela apropriação e exploração dos recursos naturais mundiais, incluindo combustíveis fósseis, em detrimento da maioria do mundo. A Convenção Quadro Sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (da sigla em inglês UNFCCC), de alguma forma reconhece tal fato em sua referência aos países “comuns, mas com diferenciadas responsabilidades” em luta contra as alterações climáticas. Ela sugere que os países industrializados devem tomar a liderança no combate às alterações climáticas em casa, e que devem fazer transferência de dinheiro e tecnologia para ajudar os países do Sul ao longo do caminho do desenvolvimento limpo (SEXTON, 2009).

As alterações climáticas e o aquecimento global são vistas hoje como o maior problema ambiental de todos os tempos. A comprovação científica alcançada nos últimos anos não deixa mais dúvidas acerca da interferência humana neste processo. Até o final do século XXI, a mudança climática poderá provocar temperaturas no mínimo 5°C mais elevadas do que as da era pré-industrial e criar um mundo extremamente diferente do atual, com mais eventos climáticos extremos, a maioria dos sistemas estressados e em fase de mudança, muitas espécies condenadas à extinção e nações insulares inteiras ameaçadas pela inundação. Mesmo com nossas melhores iniciativas, é pouco provável estabilizar as temperaturas em menos de 2°C acima da temperatura pré-industrial, aquecimento que exigirá uma adaptação substancial (BANCO MUNDIAL, 2010).

As mudanças climáticas deixam em descoberto, a cada segundo, a fragilidade do sistema econômico dominante, que demanda, sem medida, as riquezas da natureza e se baseia em combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão, principais fontes de Gases de Efeito Estufa (GEE). O consumo exagerado e sem restrições dos países do Norte é a principal causa das mudanças climáticas; isto é negado às vezes com cinismo. Entretanto, diminuir o

consumo e a demanda é impossível sem ao mesmo tempo, reduzir a produção e o abastecimento. Continua prevalecendo o poder das indústrias de automóvel, de petróleo, de minérios e, mais recentemente, a de agro-combustível. É fato que os países do Sul são os mais vulneráveis, pois as suas formas de sustento, erigidas por gerações, estão intimamente ligadas à terra, à água, ao conhecimento ancestral e à diversidade de seus ecossistemas e que hoje se encontram duramente ameaçadas pela crise climática (LONG, 2008).

Os países industrializados foram e são os principais responsáveis pelo aumento na concentração de GEE da atmosfera. Para lidar com o problema foi estabelecida pelas Nações Unidas a Convenção Quadro Sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e o Protocolo de Kyoto (PK) – um acordo internacional que estabelece entre 2010 e 2012, uma redução de 5,2%, em média, das emissões de GEE com relação aos níveis emitidos em 1990, pelos países desenvolvidos – chamados países do Anexo I.

3.2. O IMPACTO NAS FLORESTAS

Ao longo do tempo, de acordo com os registros históricos, a terra da floresta desmatada tem sido usada, via de regra, para a produção de alimentos e para a criação de animais destinados a alimentação da população que cresce a cada dia. O aumento dos preços do petróleo estimulado pelo uso desenfreado de combustíveis fósseis e a crescente busca de segurança energética por parte dos países desenvolvidos, assim como a demanda por biocombustíveis líquidos pode estimular mais e mais a retirada da cobertura florestal. Mais de um bilhão de pessoas dependem das florestas para sua subsistência (BANCO MUNDIAL, 2004). Mais de dois bilhões de pessoas, um terço da população do mundo, usam combustíveis de biomassa, sobretudo lenha para cozinhar e para a calefação (UN, 2009). Centenas de milhões de pessoas dependem de remédios tradicionais extraídos das florestas.

Com as mudanças no clima observadas atualmente em toda a terra, é bem provável que alterações nos ecossistemas florestais podem vir a ocorrer, tanto em latitude quanto em elevação. Diferentes regiões da terra poderão ter suas florestas ameaçadas por mudanças nos padrões pluviométricos, nas temperaturas máximas e mínimas e por inundações. As alterações no clima poderão ainda trazer como consequência o aumento na incidência e na gravidade de incêndios, pragas e doenças. Essas mudanças nas florestas trarão consigo alterações profundas no modo de vida e nos costumes das populações rurais,

principalmente, para aquelas que dependem diretamente das florestas como meio de subsistência.

Em alguns casos, os ecossistemas de florestas naturais podem espontaneamente e muito provavelmente de forma bastante lenta, se adaptar às mudanças climáticas. Em outros casos, a intervenção humana pode ser necessária para evitar perdas catastróficas de florestas ou degradação das mesmas. Apesar de sua extrema importância para o clima global – o desmatamento de florestas tropicais corresponde 20% a 25% das emissões globais de Gases de Efeito Estufa (GEE) (HOUGHTON, 2005; MOUTINHO *et al.*, 2005).

3.3. FLORESTAS NA AMAZÓNIA BRASILEIRA

A floresta amazônica brasileira, no início da década de 1970, ocupava uma área total de 4,18 milhões de km². Atualmente, o desmatamento acumulado já ultrapassa 650 mil km² – 15% de sua extensão original –, uma área maior que a França e quase o dobro da Alemanha. Grande parte do desmatamento ocorre ao longo do chamado arco do desmatamento que se estende do nordeste do Estado do Pará ao leste do Estado do Acre e abriga a maior fronteira agrícola em expansão no mundo (MORTON *et al.*, 2006; SOARES-FILHO *et al.*, 2008).

Os resultados obtidos em estudos recentes demonstraram o risco de colapso ambiental caso haja continuidade da tendência de desmatamento observada no início da década de 2000 (SOARES-FILHO *et al.*, 2006; NEPSTAD *et al.*, 2008). Usando uma simulação de desmatamento que incorpora a tendência histórica entre 1997-2002 ao efeito do asfaltamento de uma série de estradas (SOARES-FILHO *et al.*, 2006) apontaram que poderia se esperar para 2050 uma perda de até 40% das florestas remanescentes amazônicas (SOARES-FILHO *et al.*, 2005; SOARES-FILHO *et al.*, 2006).

O impacto desse desmatamento futuro sobre a biodiversidade e outros serviços ambientais da Amazônia poderá ser dramático. Estima-se, por exemplo, que das 382 espécies de mamíferos analisadas por SOARES FILHO *et al.* (2006), um quarto perderá mais de 40% da sua área de distribuição geográfica. A confirmação dessa tendência comprometeria totalmente na região o cumprimento das metas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) de 1992, no tocante à redução do ritmo de perda da diversidade biológica até 2010 (SOARES-FILHO *et al.*, 2008).

No Brasil, cerca de 70% das emissões de GEE são provenientes de mudanças no uso da terra, caracterizadas principalmente pelo desmatamento na Amazônia (MCT, 2004). Ou seja, as emissões combinadas por toda a queima de combustíveis fósseis (geração de energia, uso industrial, etc.) e fontes emissoras correspondem apenas a um terço do total de emissões brasileiras (CENAMO, 2006).

No entanto, as negociações sobre desmatamento na UNFCCC têm-se mostrado lentas e burocráticas. Banido da discussão em 2001, o assunto só voltou a entrar em pauta nas negociações da Convenção em 2005, durante a XI Conferência das Partes (COP 11/MOP). Nesse meio tempo, diversos estudos e propostas de implementação foram conduzidos, em campo paralelo, buscando formas de compensar esforços empreendidos para a redução de emissões por desmatamento ou o chamado “desmatamento evitado” (MOUTINHO *et al.*, 2005). Essas iniciativas foram fundamentais para que o assunto voltasse a ser negociado em âmbito governamental.

3.4. DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

A Floresta Amazônica funciona como grande “reservatório” mundial de carbono, e ainda, provém outros serviços ambientais (ou serviços ecossistêmicos) extremamente importantes para o equilíbrio ecológico em escala regional, nacional e mundial, como a regulação do regime de chuvas, manutenção dos níveis dos rios e conservação da biodiversidade. O desmatamento da Amazônia é o principal responsável (cerca de 75%) pelas emissões brasileiras de GEE. Os fenômenos diretos gerados por sua devastação vão desde a alteração do clima global até a ocorrência de secas intensas nas regiões norte e sul do Brasil e ainda furacões na América Central. Os prejuízos econômicos e sociais associados são imensos (NOBRE, 2006).

O desmatamento da Floresta Amazônica tem atingido níveis alarmantes nos últimos anos. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2004), estima-se que 17% de sua vegetação original já tenham sido devastadas. Não existem dúvidas de que o desmatamento da Amazônia precisa ser controlado para evitar danos irreversíveis ao meio de sobrevivência na Terra, em escala nacional e mundial. O Brasil tem enfrentado sérias dificuldades em conter esse processo e a cooperação internacional tem se demonstrado insuficiente, para cobrir a crescente demanda por atividades e programas cada vez mais estruturados e eficazes (CENAMO, 2006).

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais concluiu o levantamento detalhado do desmatamento por corte raso para toda a Amazônia Legal no período de Agosto de 2008 a Julho de 2009. Medido pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES), após a análise de 400 imagens dos satélites LANDSAT, CBERS e DMC, o desmatamento no período foi de 7.464 km² (INPE, 2010). Este resultado representa uma redução de 42% em relação ao mesmo período em 2007-2008.

Trata-se da menor taxa anual desde que o INPE iniciou o monitoramento sistemático da Amazônia por satélite em 1988. Uma queda substancial e consistente do desmatamento vem sendo verificada desde 2004, quando foi criado pelo governo federal o Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). Parte desta redução se deve à iniciativa do INPE, que naquele ano criou o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER), permitindo aos órgãos de fiscalização tomar ações rápidas e eficazes de combate ao corte ilegal (INPE, 2010). O DETER indicou no final de 2007 uma tendência de crescimento do desmatamento. Com base nos dados deste sistema, o governo federal adotou medidas para restringir a derrubada da floresta e o resultado foi a manutenção da queda do desmatamento mostrado no Quadro 1, (INPE, 2010).

Quadro 1 - Participação de cada Estado na taxa de desmatamento da Amazônia Legal em km², de 2001 a 2009

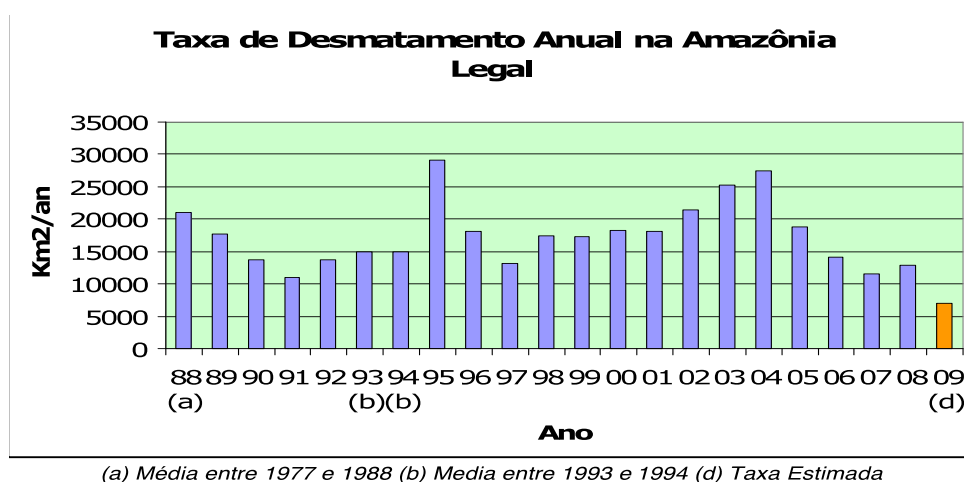
Estados \ Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Acre	419	883	1078	728	592	398	184	254	167
Amazonas	634	885	1558	1232	775	788	610	604	405
Amapá	7	0	25	46	33	30	39	100	70
Maranhão	958	1014	993	755	922	651	613	1271	828
Mato Grosso	7703	7892	10405	11814	7145	4333	2678	3258	1049
Pará	5237	7324	6996	8521	5731	5505	5425	5607	4281
Rondônia	2673	3099	3597	3858	3244	2049	1611	1136	482
Roraima	345	84	439	311	133	231	309	574	121
Tocantins	189	212	156	158	271	124	63	107	61
Amazônia Legal	18165	21393	25247	27423	18846	14109	11532	12911	7464

Fonte: INPE, 2010.

Foram registradas reduções nas taxas de desmatamento de todas as Unidades Federativas da Amazônia Legal, sendo substanciais as reduções observadas no Mato Grosso (-68%) e no Pará (-24%), estados que juntos contribuíram com cerca de 70% do desmatamento em toda a Amazônia Legal em 2008 e em 2009. O Pará respondeu em 2008-2009 por 57% do

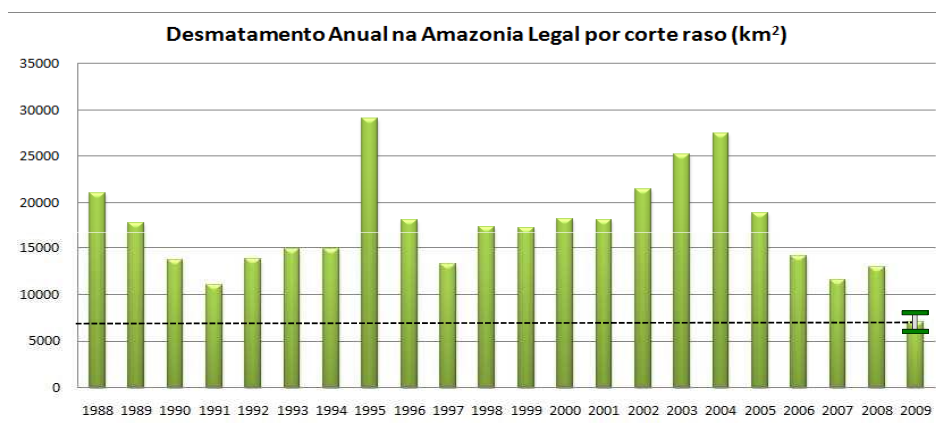
desmatamento na Amazônia Legal, aumentando sua participação relativamente ao período 2007-2008. No mesmo período, o Estado do Mato Grosso reduziu sua participação no desmatamento total de 25% para 14%. O Maranhão em 2009 responde por 11% do desmatamento total, um ligeiro aumento em relação a 2008 quando sua participação foi de 10%. O Estado de Rondônia manteve a tendência de queda desde 2004; em 2009 sua taxa de desmatamento foi menor que 1.000 km²/ano pela primeira vez desde 1988. Os demais estados somam 11% do desmatamento total na Amazônia Legal em 2009 (INPE, 2010).

Os gráficos 1 e 2, a seguir apresentam as variações anuais do desmatamento desde 1988, e as taxas por estado na Amazônia Legal.



Fonte: INPE, 2010.

Gráfico 1 - Desmatamento anual na Amazônia Legal



Fonte: INPE, 2010.

Gráfico 2 - Desmatamento na Amazônia de 1988 a 2009

Apesar de sua extrema importância para o clima global – o desmatamento de florestas tropicais corresponde a 20% a 25% das emissões globais de Gases de Efeito Estufa (HOUGHTON, 2005; MOUTINHO *et al.*, 2005), esforços que venham a ser empreendidos para reduzir as emissões pelo desmatamento, estão excluídos de qualquer compensação na Convenção do Clima. No Brasil, cerca de 70% das emissões de GEE são provenientes de mudanças no uso da terra, caracterizadas principalmente pelo desmatamento na Amazônia (MCT, 2004). Ou seja, as emissões combinadas por toda a queima de combustíveis fósseis (geração de energia, uso industrial, etc.) e fontes emissoras correspondem apenas a um terço do total de emissões brasileiras.

3.5. REDD - REDUÇÃO DAS EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO FLORESTAL

3.5.1. O COMEÇO

Na linha do tempo da história, os mecanismos de financiamento através da REDD tiveram início em 2003 durante a realização da COP-9, em Milão. Naquela ocasião, um grupo de pesquisadores coordenados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) lançou a proposta que ficou conhecida como “Redução Compensada do Desmatamento” a qual pregava que os países em desenvolvimento que se dispusessem, voluntariamente e conseguissem promover reduções das emissões nacionais oriundas de desmatamento, receberiam compensação financeira internacional correspondente às emissões evitadas (MOUTINHO e SCHWARTZMAN, 2005; SANTILLI *et al.*; 2005; MOUTINHO *et al.*, 2009a). O valor a ser recebido teria como referência o preço do carbono no mercado (MOUTINHO, 2009). Na época, a redução do desmatamento era vista como uma medida inadequada para a mitigação às mudanças climáticas. Por consequência, a proposta de redução compensada sofreu forte resistência não somente por parte do governo brasileiro, mas também por Organizações não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais (MOUTINHO e SCHWARTZMAN, 2005; MOUTINHO *et al.*, 2009a).

Um marco fundamental foi alcançado durante a COP 11, em Montreal, em 2005, quando Papua Nova Guiné e Costa Rica em nome da Coalizão de Países com Florestas Tropicais, apoiados por oito outros membros da Convenção, propuseram um mecanismo para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação em Países em Desenvolvimento. A

proposta recebeu amplo apoio de Partes e a COP estabeleceu um grupo focal e, depois disso, iniciou um processo de dois anos de exploração das opções para o mecanismo REDD. Esta decisão fez com que um grande número de Partes e observadores ao longo deste período submetesse propostas e recomendações ao Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) para redução das emissões de GEE provenientes de desmatamento e degradação (PARKER *et al.*, 2009).

Aqueles dois anos de exploração de opções de Montreal, no Canadá, culminaram na 13^a Conferência das Partes UNFCCC (COP 13) em Bali na Indonésia. O Plano de Ação de Bali formalmente listou o mecanismo REDD entre outras atividades de mitigação, como meios em potencial de alcançar metas de emissões e encorajou ações voluntárias com a REDD. A decisão de encaixar ou não o mecanismo REDD na estratégia internacional de mitigação do clima, e, caso positivo, de como fazer isto, foi adiada até a COP 15 em 2009 em Copenhague. Bali colocou a REDD na agenda mais ampla da COP e legitimou REDD como ferramenta na estratégia da UNFCCC para mitigar mudança climática, e a colocou na mesma linha e cronograma com a discussão pós-2012 (MYERS, 2009).

3.5.2. O QUE É O MECANISMO REDD?

A Redução das Emissões Resultantes da Desflorestação e Degradação florestal é, em teoria, pelo menos, uma idéia simples. Governos, empresas, proprietários florestais, comunidades locais ou povos indígenas dos países do hemisfério sul devem ser recompensados pela manutenção de suas florestas, em vez de derrubá-las. O fato é que o mecanismo REDD envolve incertezas científicas, problemas locais pela posse da terra, e, tal como alertam alguns autores, pode vir sobretudo a beneficiar a especulação nos mercados financeiros, comprometendo os objetivos de redução das emissões globais de gases com efeito de estufa (LANG, 2009; STUART, 2009).

A idéia original por trás dos mecanismos REDD foi proteger as florestas o que é bom para o clima, governos, empresas ou proprietários florestais dos países do sul que devem ser recompensados por mantê-las em pé. Mas os países industrializados, governos e corporações pagarão pela preservação das florestas somente se receberem algo em troca. O que eles querem são os direitos sobre o carbono nessas florestas para que possam utilizá-los como licenças para continuar queimando combustíveis fósseis e continuar a mineração

de combustíveis fósseis em lugares como o Tar Sands Albertan no Canadá, a Amazônia equatoriana e Delta do Níger (GILBERTSON, 2009).

Os mecanismos REDD não podem ser separados dos mercados de carbono. REDD é um componente dos mercados de carbono. O dinheiro por trás dele provém principalmente dos países industrializados e as grandes corporações procuram mais licenças de poluição (GILBERTSON, 2009). Mesmo a estrutura técnica da REDD reflete a sua orientação para o mercado: REDD postula uma numérica equivalência climática entre salvar as florestas e reduzir a queima de combustíveis fósseis. Esta equação é indefensável cientificamente (GILBERTSON, 2009).

Cada tonelada de carbono armazenado nas florestas equivale à redução de uma tonelada de emissões através de desmatamento evitado ou degradação florestal o que permite a emissão adicional de uma tonelada de GEE nos países do Norte. A compensação das emissões no Norte através de créditos de carbono gerados por mecanismos REDD não é, por definição, reduzir as emissões de GEE. Este é o modelo de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Um relatório recente da Universidade de Zurique, Öko-Institut, Perspectives GmbH e Point Carbon explica o problema de forma sucinta: a continuação do MDL como um mecanismo de compensação pura não contribui diretamente para a consecução deste objetivo, de limitar o aquecimento a 2°C, uma vez que as reduções de emissões geradas no âmbito deste mecanismo nos países em desenvolvimento permitem maiores níveis de emissões nos países industrializados (BUTZENGEIGER-GEYER, 2009). REDD é tida hoje como uma engrenagem central na negociação de um novo acordo climático internacional, não obstante o tema de desflorestação não figurar até há bem pouco tempo nas negociações internacionais sobre o clima (MORENO, 2010).

A floresta em pé não é apenas habitat de inúmeras espécies de fauna e flora, mas ela também é prestadora de um relevantíssimo serviço ambiental: a regulação do clima a nível global e local. Estudos indicam que a floresta Amazônica possui um papel fundamental na reciclagem e distribuição de vapor d'água não só localmente, mas também em âmbito regional. As correntes atmosféricas provenientes do Atlântico atravessam a floresta e carregam parte da umidade gerada pela vegetação. Ao deparar-se com os Andes, eles são desviados de volta ao Brasil e passam a distribuir esse vapor d'água pelas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, influenciando as chuvas em grande parte do Brasil (LAVRATTI, 2010).

3.5.3. REDD+

A maioria dos esforços de mitigação deve partir de países industrializados na forma de redução no uso de combustíveis fósseis. Porém, para reduzir os 20 % das emissões associadas às florestas, precisamos de uma abordagem nova e mais eficaz de conservação. A REDD difere das abordagens anteriores de preservação das florestas, pois usa incentivos econômicos para conservá-las. Outros esforços se focam sobretudo no plantio de árvores para sequestrar carbono. Hoje o que se discute e se negocia à escala mundial é a REDD+ (que é a REDD, incluindo o papel da conservação, do manejo sustentável das florestas e do aumento dos estoques de carbono das florestas) e já se fala até em REDD++ (é a REDD+, incluindo também a agricultura e a garantia de melhores práticas em prol do não desmatamento).

O que denominamos de "REDD plus" ou REDD+ inclui atividades com impactos potencialmente muito relevantes para os povos indígenas, comunidades locais e florestas: “conservação” soa bem, mas a história da criação de sistemas de parques nacionais inclui despejos em larga escala e perda de direitos para povos indígenas e as comunidades locais. “Gestão sustentável” das florestas poderia incluir subsídios para a exploração comercial de madeiras em florestas primárias nos territórios dos povos indígenas ou em comunidades de moradores da floresta. “Valorização do estoque de carbono florestal” poderia resultar em conversão de terras (incluindo as florestas) para plantações industriais de árvores, com sérias implicações para a biodiversidade, as florestas nativas e para as comunidades locais (LANG, 2009b).

3.5.4. QUEM SE BENEFICIARÁ DA REDD+

Quando se falou pela primeira vez em mecanismo REDD na COP 13, em 2007, a idéia era mais atrativa para os países com altas taxas de desmatamento. Esses países são os que possuem um maior potencial para reduzir significativamente suas emissões provenientes da perda florestal, e obter os maiores benefícios. No âmbito mais amplo dos mecanismos REDD+, os países que já estiverem efetivamente protegendo suas florestas podem também ser beneficiados. Práticas sustentáveis que ajudem populações pobres – como as que possibilitam o acesso das comunidades a bens florestais – também serão reconhecidas e compensadas. Iniciativas de replantio em áreas desmatadas e degradadas também serão consideradas. Se a REDD+ estiver na mesa de discussão, é provável que mais países

apóiem ou ratifiquem um futuro acordo. Contudo, os mecanismos REDD+ requerem uma estrutura mais complexa para acomodar todas essas categorias, o que pode elevar os custos de transação e implementação. Com a REDD, comunidades e produtores locais podem ser remunerados por conservar suas florestas, e assim esta abordagem pode contribuir para a erradicação da pobreza além de reduzir emissões de carbono. Evidências têm mostrado que a REDD é simples e funciona (VIANA, 2009).

3.5.5. REDD E MECANISMOS DE MERCADO NO BRASIL

A campanha para influenciar a posição brasileira na COP 15 foi promovida por uma articulação inédita entre governadores da Amazônia Legal Brasileira, representando os interesses e a capacidade de articulação “sub-nacional”, uma aliança de atores corporativos “em defesa do clima”, nomeadamente os representantes dos setores do agronegócio, da mineração, da silvicultura e do setor madeireiro que são os principais actores históricos responsáveis pela desflorestação. Aliança essa que é aprovada por ONGs nacionais e internacionais identificadas com o ambientalismo de mercado e que defendem abertamente a opção pragmática por mecanismos de mercado como via para a preservação das florestas. Utilizando os argumentos de “construção democrática” e da promoção da convergência de visões, actores políticos e interesses económicos de peso se organizaram para apresentar e sustentar publicamente - com o apoio de uma estratégia exitosa nos meios de comunicação - a posição que, segundo defendiam, deveria ser aquela que o Brasil deveria levar para a COP 15 (SMC e COP 15, 2009).

A campanha alcançou seu objetivo com um anúncio público feito no início da segunda semana de negociações da reunião de Copenhague. No dia 15 de Dezembro de 2009, em reunião onde estava a então ministra da Casa Civil, Dilma Rouseff (Chefe da Delegação), Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado (negociador chefe) e algumas organizações não governamentais brasileiras, foram informados pelos ministros que o governo brasileiro havia mudado de posição. Aprovaria a inclusão de mecanismos de mercado no texto da REDD e também era a favor de um teto de 10% (das emissões a serem reduzidas por todos os países do anexo I) para compensação (*offset*) através deste mecanismo. Isto significa que se um país tem de reduzir obrigatoriamente 20% de suas emissões, 2% do esforço poderia ser feito por meio de créditos de mecanismos REDD.

O anúncio gerou no Brasil reação imediata com a divulgação de um comunicado da sociedade civil intitulada “Alerta sobre a REDD na COP 15”, reiterando que a posição anunciada pelos negociadores não era consensual no Brasil. Recordando que mais de 50 organizações, sindicatos e movimentos sociais nacionais e de toda a região amazônica que haviam manifestado sua posição contrária em um documento denominado de “Carta de Belém”, alertando aos representantes do governo sobre os impactos da mudança de posição sobre as populações diretamente afetadas. Contra um discurso que no Brasil se tornava hegemônico para que o governo incluísse mecanismos de mercado entre as opções de financiamento de REDD, a única exceção foi a iniciativa de articulação que produziu a Carta de Belém¹⁵, no início de outubro de 2009.

No esforço de dar voz e argumentos críticos e politizar o debate no cenário nacional, o encontro de Belém reuniu mais de 50 organizações nacionais e regionais da Amazônia que discutiram, elaboraram e assinaram o documento de posicionamento sobre a questão. Incluindo-se organizações e movimentos socioambientais, de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar e camponesa, agro-recoletadores quilombolas (afros-descendentes), de mulheres, populares urbanas, pescadores, estudantes, povos e comunidades tradicionais e sindicatos (SMC e COP15, 2009).

3.6. OS POVOS INDÍGENAS E A REDD

A legislação ambiental, indigenista e climática do Brasil, reafirma que atualmente os povos indígenas são os legítimos titulares dos créditos de carbono provenientes de atividades realizadas por esse povo em suas terras (GARZÓN, 2009). Conforme a Constituição Brasileira de 1988, a questão das terras indígenas toma precedência nos problemas fundiários do Brasil. Em seu artigo 231 garante aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” para que os povos indígenas sejam capazes de manter

¹⁵ Durante os dias dois e três de Outubro estiveram reunidos em Belém, no seminário “Clima e Floresta - REDD e mecanismos de mercado como solução para a Amazônia?” várias organizações e movimentos sociais para debater os efeitos das mudanças climáticas e as soluções para o problema. O resultado do evento foi uma carta tornada pública na qual os presentes manifestam a sua não aceitação dos mecanismos REDD como solução à crise climática por considerarem se tratar de mais um instrumento criado pelo mercado para continuar poluindo. Na opinião deste grupo as medidas eficazes para combater o desmatamento incluem a resolução dos conflitos fundiários e a transformação no modelo de exploração predatória dos recursos naturais. Informação pode obter-se em <http://terrasedireitos.org.br/biblioteca/carta-de-belem-os-efeitos-das-mudancas-climaticas-e-a-politica-de-redds/>

e reproduzir sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (Capítulo VIII da CF) (BAINES, 2001).

Os direitos dos povos indígenas são decorrentes de sua conexão com os povos pré-colombianos e por isso independem da existência ou não da demarcação ou de qualquer outro reconhecimento formal das suas terras por parte do Governo. Nessa mesma ótica, a Constituição Brasileira declara as terras indígenas inalienáveis, inembargáveis e os direitos sobre elas como imprescritíveis, garantindo explicitamente os direitos reais de usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes aos indígenas que ali habitam (GARZÓN, 2009).

O artigo 17 da Lei nº 6.001 de 10 de Dezembro de 1973, o Estatuto do Índio enumera três tipos de terra indígena: (1) as terras dominiais recebidas pelos índios em virtude de ações do direito civil, como a doação, compra e venda ou permuta, em sua maioria, provenientes de doações às comunidades indígenas feitas por órgãos públicos (federais ou estaduais) ou particulares anteriores à República; (2) as áreas reservadas pelo Estado para os índios, em parques e reservas indígenas; (3) as áreas de posse permanente dos índios e cuja eficácia legal independe de ato demarcatório. No entanto os índios gozam pleno direito de propriedade somente sobre as poucas e reduzidas terras dominiais, enquanto a maioria das terras indígenas no Brasil, classificadas como áreas reservadas e as de posse permanente constitui-se em bens inalienáveis da União¹⁶. Aos índios resguardando-se a posse permanente e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades ali existentes conforme Lei 6.001, (arts. 32 e 22) (BAINES, 2001).

Na legislação brasileira a propriedade das terras indígenas se mantém como terras da União (CF, 1988), com o único objetivo de proteger e garantir a posse exclusiva dos povos indígenas sobre suas terras (SILVA, 2006). A Constituição Brasileira define as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas como aquelas nas quais coexistem os quatro seguintes elementos: (1) aquelas que são habitadas com caráter permanente; (2) as que são utilizadas para as suas atividades produtivas; (3) as que se demonstram imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários para o seu bem-estar; (4)

¹⁶ **União** é a *pessoa jurídica* de *Direito Público* representante do Governo Federal no âmbito interno e da República Federativa do Brasil no âmbito externo. É definida no art. 18 da Constituição Federal: Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a **União**, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_(Brasil))

as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (CF, 1988).

O fortalecimento de comunidades indígenas na conservação florestal é fundamental, porque elas são capazes de inibir o avanço do desmatamento com a mesma eficiência de reservas biológicas e parques nacionais. Devem, assim, ser compensadas por esse serviço ambiental prestado. Cerca de 25% da floresta amazônica brasileira estão sob alguma forma de uso com alta importância social (terra indígena, reserva extractivista, reserva de desenvolvimento sustentável). Essas áreas, por estarem em regiões sob desmatamento ativo, isto é, nas fronteiras agrícolas, exercem um papel ainda mais importante na redução do desmatamento e na conservação florestal se comparado a unidades de conservação criadas em áreas remotas e dotadas de proteção passiva (NEPSTAD *et al.*, 2006b).

3.7. CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO NÃO DESMATAMENTO

Cada vez mais, a estabilização da cobertura florestal, de seus estoques de carbono, conservação, aumento e manutenção dos estoques de carbono devido ao manejo sustentável, a redução das taxas de desmatamento e das taxas de degradação florestal estão sendo contempladas como atividades de alta relevância para a estabilização do clima. O Brasil é o país que tem a maior floresta tropical do mundo contendo diversos biomas. Dentre eles, a Amazônia se destaca pelo seu potencial de floresta ainda em pé, e a Mata Atlântica pelo seu potencial para receber projetos de recuperação de áreas degradadas.

Uma das propostas para reduzir o desmatamento da Amazônia e recuperar as áreas degradadas envolve a criação de projetos do tipo REDD, financiados pela venda dos créditos de carbono gerados pela floresta em pé. O pagamento pelo desempenho com base na quantificação das emissões e remoções de floresta em relação aos níveis de referência acordados poderia ser financiado em larga escala pela venda de unidades REDD em mercados globais regulados ou por um mecanismo regulado não baseado em instrumentos de mercado, sendo a elegibilidade condicional ao nível de desempenho nas atividades de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) e da contabilidade de emissões e remoções (ANGELSEN *et al.*, 2009).

A floresta madura atua como um reservatório, estocando carbono, mesmo que perca a capacidade de absorver maiores quantidades de carbono. Então, enquanto uma floresta

plantada estoca menos carbono em sua biomassa quando comparada a uma floresta antiga, ela sequestra maior quantidade de carbono em estágio de crescimento. Deste modo, as florestas oferecem grande potencial para remoção de CO₂ da atmosfera, seja pelo sequestro ou pelo estoque. Todavia, para garantir a diminuição de carbono na atmosfera, há diversos fatores que determinam se a floresta será um sumidouro ou uma fonte de carbono. Os programas de REDD dependerão de uma governança efetiva nas regiões de florestas, especialmente nas mais remotas, e de um sistema equitativo e eficiente para direcionar incentivos à conservação florestal e seu uso sustentável em unidades de conservação criadas em áreas remotas e dotadas de proteção passiva (NEPSTAD *et al.*, 2006b).

No Brasil a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) faz parte de uma política inovadora no Estado do Amazonas no qual fomenta o pagamento pelos serviços e produtos ambientais prestados pelas florestas. O incentivo beneficia comunidades tradicionais, de 12 Unidades de Conservação (UC). Ocorre que o programa, apesar de ser relativo à conservação de florestas, não se utiliza do Mercado Voluntário de Carbono como meio para adquirir recursos para o seu financiamento. O dinheiro advém dos juros dos recursos existente no Fundo Estadual de Mudanças Climáticas. Um dos projetos fomentados pela FAS buscou no mercado voluntário de carbono uma forma a mais de adquirir recursos. Trata-se da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Juma, que detém uma área de 586 mil hectares de floresta, região que pode ser quase completamente desmatada em cerca de 80% do total da reserva, se mantido o ritmo atual de uso das terras. Este é o primeiro projeto REDD no Brasil a cumprir com o padrão estabelecido pela Aliança do Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCBA). É também o primeiro projeto de mecanismo REDD validado pelo CCBA a obter o nível “ouro” em todo o mundo. O projeto foi validado pelo órgão de certificação internacional TÜV SÜD, e passou pelo teste de adicionalidade do programa Padrão Voluntário de Carbono (VCS) (VIANA *et al.*, 2008).

O projeto contará com a colaboração da comunidade no monitoramento da área, e será feito através de imagens via satélite do INPE e medições do estoque de carbono *in loco*. A FAS não divulgou se já possui compradores para os créditos de carbono que serão gerados, porém o projeto recebe atualmente financiamento da Rede Internacional de Hotéis Marriott e tem parcerias com diversas instituições governamentais e não governamentais. O projeto do Juma é também composto por um mecanismo de gestão participativa e repartição de benefícios pelas comunidades locais como o Programa Bolsa Floresta, que recebe 100%

dos benefícios obtidos no mercado de carbono voluntário¹⁷.

O Programa Bolsa Floresta é simples e efetivo: cada mulher recebe um cartão de débito Bradesco (também aceite pelo Banco Postal nos Correios), com o qual recebem um pagamento mensal feito em troca da conservação de sua floresta. Adicionalmente são feitos investimentos em geração de renda sustentável, apoio às organizações de base comunitárias e programas sociais (educação, saúde, comunicação e transporte). A chave para o sucesso final do REDD está, no entanto, na forma como este será financiado (VIANA, 2009b).

No mesmo período que o mecanismo REDD Juma foi avaliado, no estado do Amazonas, no Pará, a empresa C-Trade, com o apoio de diversas instituições, identificou a reserva indígena Tembé como área de potencial geração de créditos de carbono por desmatamento evitado. A proposta de projeto desta natureza é pioneira no Estado do Pará, e no Brasil, por se tratar de uma comunidade indígena.

3.8. MERCADO DE CARBONO

3.8.1 BREVE HISTORIAL

Proposto pela primeira vez na década de 1960, o comércio de poluição foi desenvolvido pelos economistas dos Estados Unidos da América (EUA). Entre 1970 e 1980 passou por uma série de experimentos fracassados nesse país antes de se tornar a peça central do Acid Rain Program na década de 1990. Richard Sandor, do Chicago Board of Trade e Ken Newcombe, abandonaram a liderança dos fundos do Banco Mundial de carbono para tornarem-se comerciantes de carbono em empresas como a Goldman Sachs. Essa empresa tornou-se recentemente um ímã nos mercados de carbono para os fundos de hedge, bancos, comerciantes de energia e outros investidores (LOHMANN, 2009).

Em Dezembro de 1997 o mundo assistiu a uma etapa histórica no sentido da mudança do clima com a adoção do Protocolo de Kyoto sob a liderança da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que estabeleceu metas de redução de emissões para 37 países industrializados. O Protocolo de Kyoto que havia sido enquadrado na sombra do neoliberalismo estabeleceu uma série de mecanismos de mercado sob o

¹⁷ Para obter mais informações acessar www.fas-amazonas.org

rótulo chamado de "carbono" para combater o aquecimento global. A idéia básica por trás dos mercados de carbono é converter as reduções de emissões de carbono em uma *commodity*, o que poderia ser negociado entre países, corporações e até indivíduos, com base na premissa que o comércio de redução das emissões leva ao menor custo possível (LOHMANN, 2006; DABHI, 2009).

Deste modo, o comércio de carbono toma o seu lugar ao lado de outros movimentos nas últimas décadas que inventaram novas possibilidades de acumulação através da criação de novos objetos de cálculo e as intensificações da mercantilização de alguns dos aspectos mais ocultos da infra-estrutura da existência humana. Exemplos incluem tentativas de expandir o crédito matematizado, privatização de uma variedade sem precedentes de incertezas através de mercados de derivados, de privatizar os direitos de propriedade da criatividade intelectual global e de transformar a saúde, cuidados de saúde e até mesmo espécies biológicas em mensuráveis *commodities* comercializáveis (BÖHM e DABHI, 2009).

O comércio de carbono, também conhecido como o sistema “cap and trade”, foi introduzido nas negociações de Kyoto como um mecanismo para regular as emissões de carbono, principalmente para os EUA, embora este país não viesse a ratificar o tratado (BELLO, 2009). Há muitos críticos da utilização de mecanismos de mercado para resolver problemas criados pelo próprio mecanismo de mercado. LANG (2009), classifica estes mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Kyoto como um esquema que possibilitou aos maiores poluidores do mundo no hemisfério Norte, continuar com o seu “modo de vida”, para lembrar a célebre máxima de George W. Bush, “a maneira de vida americana não está em negociação”. Desnecessário dizer é claro, que foi exatamente este “modo de vida” que nos trouxe a esta situação desesperadora. Ainda de acordo com LANG (2009), os mercados de carbono, e particularmente o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e outros instrumentos de compensação, representaram novas oportunidades de ganhar dinheiro para as elites no Norte e do Sul, beneficiando os países e empresas que podem ser rotulados de mais insustentáveis.

Nos EUA, existe um mercado em crescimento, porém há uma diferença entre os mercados nos quais se compram e se vendem mercadorias ou bens utilizáveis, relativamente a este que comercializa uma mercadoria que ninguém quer: gases que aumentam o efeito estufa na atmosfera. Diversas empresas, organizações, negócios e até eventos como os festivais

de rock se proclamam “neutros em carbono” pagando a outros para que reduzam suas emissões. Se não existe nenhum problema em pagar entre 2 e 50 dólares por tonelada de “emissões evitadas”, um provedor de compensações canalizará seu dinheiro para uma atividade ou tecnologia que mantém os gases causadores do efeito estufa fora da atmosfera. A pergunta é: os compradores das compensações realmente estão obtendo aquilo pelo qual pagaram? (SCHMIDT, 2009).

3.9. CARBONO NA FLORESTA AMAZÔNICA

Embora ainda haja controvérsias sobre os dados quantitativos em relação aos diferentes papéis que a Floresta Tropical cumpre na preservação do meio ambiente do planeta, há consenso sobre a sua importância fundamental, ao lado dos oceanos, como sorvedouro de gás carbônico e, por isso, como amenizador do efeito estufa; como produtor de água e grande contribuinte ao equilíbrio climático regional; e como possuidor de uma enorme biodiversidade (MABEY *et al.*, 1997).

Vários debates sobre se as florestas tropicais emitem ou sequestram o carbono atmosférico tem aumentado o interesse nos componentes do solo e seus ciclos (CLARK, 2004), ressaltando a complexa variedade de processos físicos, químicos e bióticos, atuando em direções ou intensidades diferentes (PINTO-JUNIOR *et al.*, 2009). A importância em entender os fatores que controlam o efluxo de CO₂ aumenta com a intensidade das variações climáticas, como as de precipitação e temperatura, que influenciam na Produtividade Líquida do Ecossistema (NEP), ou seja, a troca de CO₂ entre os ecossistemas terrestres e a atmosfera (RAICH e SCHLESINGER, 1992; DAVIDSON *et al.*, 1998). Algo em torno de 76% a 84% do fluxo de CO₂ total (NEP) na floresta Amazônica pode estar vindo do solo, o que representa globalmente uma grande fração para atmosfera, cujas maiores contribuições provêm de florestas tropicais e subtropicais (MEIR *et al.*, 1996; CHAMBERS *et al.*, 2002; RAICH *et al.*, 2002).

Nas florestas maduras, mesmo que o sequestro de carbono esteja estabilizado, o estoque de carbono é alto. Então, as florestas apresentam uma propriedade muito importante, se preservadas, são grandes sumidouros de carbono, ajudando com a mitigação dos GEE, a par com uma infinidade de outros benefícios. Contudo, se desmatada, libera o carbono estocado na forma de CO₂ para a atmosfera, transformando-se em vilã. Neste cenário, a Amazônia tem papel fundamental, pois, diversos estudos demonstram que florestas

tropicais absorvem quantidades significativas de CO₂, e podem ter influência substancial no balanço de carbono global, por exemplo, um hectare de floresta Amazônica nativa assimila uma tonelada de carbono por ano (GRACE *et al.*, 1996). A Amazônia com Mata é ainda a maior parte do território amazônico, envolvendo os Estados do Acre (exceto ao sul), Amazonas, Roraima (exceto o cerrado), porção central do Pará, o Amapá e porção do norte/noroeste do Mato Grosso (BECKER, 2009).

Os inventários florestais ditos de longo prazo que se referem ao acúmulo de biomassa presente em centenas de estações florestais espalhadas ao longo das regiões tropicais sugerem que nas florestas tropicais intactas, tendo como exemplo a Amazônia, houve um aumento de biomassa que poderia, em parte, explicar 40% deste “carbono desaparecido” (PHILLIPS *et al.*, 1998). Dados do projeto Interações Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), sobre medições do fluxo líquido de CO₂ da atmosfera para a floresta mostram que a floresta nativa amazônica está capturando carbono em valores bastante expressivos “não inferiores a duas toneladas por hectare por ano” (NOBRE, 2001). A floresta quando queima libera algo em torno de 3,67 vezes mais do que todo o carbono estocado no solo e nas árvores.

3.10. BENS E SERVIÇOS DA FLORESTA

O X-caboquinho, um sanduíche bastante consumido nos cafés e padarias de Manaus no Estado do Amazonas nos finais de tarde, dá forma e sabor aos impasses da região amazônica. Feito de pão Francês, contém fatias de queijo coalho e lascas de tucumã – uma versão mais refinada traz também fatias de banana frita. O problema é que o fornecimento de tucumã – fruto de uma palmeira de 20 metros de altura, do tamanho de um limão e polpa alaranjada – é irregular, como o de cupuaçu, açaí e outras frutas da floresta. Quando falta tucumã na cidade, os comerciantes têm de buscar cada vez mais longe, e nem sempre o que encontram é o ideal para lanches, sucos e sorvetes.

FIORAVANTI, 2010

As florestas encravadas na Amazônia brasileira são prioritariamente conhecidas pela sua incrível capacidade de fornecimento de bens materiais, sendo que o mais importante economicamente é a produção de madeira. Porém, o processo não se resume a esse único item. A floresta e a produção florestal produzem bens imateriais que são conceituados como benefícios indiretos ou benefícios sociais, tarefas secundárias, ou produções de infra-

estrutura, indispensáveis na formação de todas as disposições e normas necessárias para a existência e o desenvolvimento da economia e da sociedade. Esses benefícios indiretos são: manutenção da fertilidade do solo; do regime de água; da limpeza do ar; conservação da biodiversidade, disponibilização de espaços para a recreação dos habitantes dos centros urbanos, etc. O conjunto de todos esses benefícios, ou seja, a produção de bens materiais e imateriais chama-se de “uso-múltiplo” da floresta (SELING e SPATHELF, 1999).

3.10.1. BENS TRANSACCIONÁVEIS DA FLORESTA NA AMAZÔNIA

*A Amazônia Legal já produz mais de 20% da soja nacional, tem em torno de 10% do rebanho bovino e 14% da produção mineral. Para tanto, a região teve alterados mais de 15% de seus ecossistemas.*¹⁸

3.10.1.1. Madeira

Houve um tempo em que as florestas da Região Amazônica não eram facilmente acessíveis por terra, a maior parte de toda a madeira explorada na região vinha das florestas de várzea. Isso mudou com a construção de estradas a partir dos anos 1960 do século passado (ROS-TONEN, 2007). A abertura da região Amazônica fez com que a exploração de madeira se tornasse uma atividade intimamente relacionada com o avanço da fronteira agrícola. Estima-se que no início dos anos 1990, 85% da madeira utilizada na indústria madeireira na região de Santarém, no oeste do Pará, era proveniente das áreas de terra firme recém abertas e ocupadas (ROS-TONEN, 1993).

3.10.1.2. O Extractivismo de PFNM

*Parece que a única forma de desenvolvimento permitido é por meio do extractivismo, e mesmo este em pequena escala, o que é totalmente irreal. “Não estou dizendo que desmatar para criar gado ou plantar soja seja a solução, mas que essas atividades sejam pelo menos avaliadas, e quem sabe, utilizadas onde forem possíveis”.*¹⁹

A Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, estabelece que o extractivismo é um sistema de exploração baseado na coleta e extracção, de modo sustentável, de recursos naturais

¹⁸ Charles Clement, Biólogo do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA). Revista Planeta, Ano 37, Edição 445, p. 41, out. 2009.

¹⁹ Efrem Ferreira, Biólogo do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA). Revista Planeta, Ano 37, Edição 44: p. 38, Out. 2009.

renováveis. O extractivismo é uma atividade cultural e económica marcante, desde a época pré-histórica, estando associada a estratégias de sobrevivência e uso da terra (MUKERJI, 1997, *in* GUERRA, 2008). Há actualmente um largo debate em torno da viabilidade social, económica e ambiental do extractivismo e do seu impacto no desenvolvimento regional. Alguns autores afirmam que o extractivismo encontra-se em crise crónica, e pode ser inviável em termos económicos, ecológicos ou sociais (HOMMA, 1993).

Os críticos económicos também afirmam que as economias extractivas são inerentemente ineficientes, por serem marginais e flutuantes (HOMMA, 1989), por haver dispersão dos recursos e da população, e uma longa cadeia de intermediários (ANDERSON, 1994), além de as populações que realizam o extractivismo serem especializadas num único produto. Além disso, seu alcance é limitado devido à baixa intensidade de capital e uso de recursos frente a outras opções como agroflorestalismo, pecuária ou agricultura intensiva (LAFLEUR, 1989, *in* GUERRA, 2008).

O setor extractivista compreende um ciclo económico onde três fases distintas podem ser observadas. Na primeira, a extração aumenta, associada a um crescimento da demanda. Na segunda, a capacidade de aumentar a oferta chega ao limite, em face dos estoques disponíveis e do aumento no custo da extração (com o aumento da área de coleta). Na terceira, a extração começa a declinar, em função da entrada no mercado do produto domesticado, desde que a tecnologia de domesticação, iniciada nos quintais e nas instituições de pesquisa, esteja disponível e seja economicamente viável (HOMMA, 2000, *in* GUERRA, 2008).

3.11. OS PRINCIPAIS PFNMS NA AMAZÓNIA

3.11.1. AÇAÍ

O açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) é uma Arecaceae típica do Norte do Brasil, cujos frutos são pequenos, arredondados e de coloração roxo-escuro em função da presença de pigmentos naturais denominados de antocianinas (TATENO, 2001). O suco de açaí popularmente conhecido por “vinho” é utilizado na forma de sorvetes, cremes, iogurte e licores. O açaí é comumente consumido pelos desportistas por ser considerado uma bebida energética (TATENO, 2001; YUYAMA *et al.*, 2002b). O interesse por esse fruto no mercado nacional vem aumentando cada vez mais, em função do seu alto valor energético,

além de apresentar valores consideráveis de fibra alimentar (YUYAMA *et al.*, 2002a, in SOUSA *et al.*, 2006). O açaizeiro é nativo da Amazônia brasileira e o Estado do Pará é o principal centro de dispersão natural dessa palmácea.

3.11.2. CIPÓS

Dentre os inúmeros PFNMs das florestas amazônicas, o cipó-titica, ou vime, vem sendo alvo de uma exploração intensiva em alguns estados da região devido ao seu grande valor comercial, apesar de nem sempre ser tratado à luz da tributação regular. Somente no Estado do Amapá estima-se que esteja sendo exportada para os Estados do Sudeste e Nordeste brasileiro uma média de 40 toneladas mensais do produto (FERREIRA e BENTES-GAMA, 2005). Essa espécie é pouco conhecida sob o ponto de vista técnico-científico, bem como são raras as informações sobre sua biologia e áreas de ocorrência; o mesmo acontecendo a respeito das práticas de manejo, pois, recomendações de bases técnicas são quase inexistentes (QUEIROZ *et al.*, 2000)

3.11.3. ÓLEO VEGETAL DE COPAÍBA

A Copaibeira (*Copaifera multijuga* Hayne) é uma árvore de grande porte da família Leguminosae encontrada em todo o Brasil. Ela fornece o bálsamo ou óleo de copaíba, um líquido transparente, viscoso e fluido, com cheiro forte e odor de cumarina, sabor acre e amargo. Pode ser armazenado por até dois anos sem alterar as suas propriedades, podendo transformar-se em resina se exposto ao ar e à luz. As características do óleo-resina variam com a procedência da copaíba e do tipo de solo. Pelas propriedades químicas e medicinais, o óleo é bastante procurado nos mercados regional, nacional e internacional (GUERRA, 2008).

3.11.4. OS PFNMs E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Os lugares mais preservados, florestas e rios, ainda coincidem com os espaços interiores ocupados por índios, quilombolas, ribeirinhos e outras populações tradicionais. O emergente biomercado e as ofertas do conhecimento cultural da biodiversidade surgem como possibilidades para novos materiais, medicamentos, princípios ativos, alimentos, perfumes, conservantes, adoçantes, sal vegetal, variedades de plantas, sementes, pesticidas orgânicos e frutas. Tal potencial nos remete ao tema dos direitos de propriedade intelectual

de seus detentores, de seu acesso ao mercado e de sua proteção *in situ*, uma vez que “os serviços naturais prestados pelos ecossistemas valem mais que o PIB mundial”, nos lembra NOVAES (1999).

Um ponto que merece ser enfatizado é que, para serem sustentáveis, os níveis da colheita dos PFNMs como o açaí, a andiroba e os cipós, necessitam ser baseados em um bom conhecimento da biologia, da distribuição e da abundância reprodutiva das espécies na floresta (WICKENS, 1991). Para que se possa fazer um bom projeto de gestão ambiental, os dados necessários podem ser obtidos a partir de fontes que incluam as informações científicas, levando em conta o conhecimento adquirido por povos indígenas e por outras populações tradicionais habitantes das florestas para dar suporte ao desenvolvimento local dessas populações. Quando os PFNMs são extraídos, a estrutura e a função da floresta não são alteradas e, na maioria dos casos, essa operação não envolve a degradação dos recursos naturais (NEPSTAD e SCHWARTZMAN, 1992). Considerando tais fatos, o uso desses produtos foi introduzido como uma das estratégias de conservação e de desenvolvimento local e florestal.

3.12. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

O mundo moderno experimentou mudanças geradas pelo processo envolvente da globalização que obrigou os planejadores a procurar e encontrar uma nova visão no que diz respeito ao desenvolvimento. Todas as fichas foram apostadas naquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento local, atividade que consiste em uma visão sistêmica de desenvolvimento, que vai além do crescimento econômico, abrangendo também os aspectos sociais, humanos, ambientais, culturais e éticos. Considerando o que foi dito anteriormente, é de se esperar que o desenvolvimento só seja efetivo se ele se constituir não só de desenvolvimento econômico, mas sim que busque incessantemente também a melhoria da vida das pessoas através do desenvolvimento humano e da sociedade como um todo, persiga o desenvolvimento social, não deixando de lado a preocupação com o futuro, ou seja, implementando-se o desenvolvimento sustentável na perspectiva *triple bottom*, dos três pilares: econômico, social e ambiental numa abordagem que contempla as especificidades do local.

3.12.1. CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local apresenta como características a competitividade e a cooperação, o que permite buscar novas formas de relacionamento mirando sempre o desenvolvimento. Além disso, é relevante destacar também a importância da sinergia que surge da interação dos diferentes actores sociais para que se chegue efetivamente ao desenvolvimento. O tipo de desenvolvimento que prevaleceu, via de regra, até ao final dos anos 1970, virava as costas para os limites ecológicos do crescimento económico e do próprio desenvolvimento, ignorando os riscos de degradação da natureza e o carácter limitado dos recursos naturais. O aparecimento e o avanço do desenvolvimento local obrigaram a uma virada radical, porque trás consigo a preocupação com a conservação envolvendo o meio ambiente numa dupla perspectiva: a primeira como sustentabilidade do desenvolvimento e, numa etapa posterior, como recurso a favor do próprio desenvolvimento.

Somente na década de 1980 é que começou a ser empregado o termo desenvolvimento local e com este, novas formas de intervenção social. Esta nova perspectiva relativiza a autonomia do económico em sociedades não industrializadas e em civilizações não ocidentais, valorizando o social e as pessoas, procurando dar-lhes protagonismo no processo de desenvolvimento. As pessoas e as comunidades locais são o espaço prioritário para o desenvolvimento quando envolvidas em um exercício de cidadania, resultante da participação e do comprometimento de todos os actores do processo. Assim, o desenvolvimento somente é considerado efetivo, em termos concretos, se este se constituir em desenvolvimento humano, social e sustentável. Deve estar buscando a melhoria da vida das pessoas (desenvolvimento humano) e da sociedade como um todo (desenvolvimento social), sempre com a preocupação com o presente (as pessoas que vivem hoje) e com o futuro (zelando pelas pessoas que viverão amanhã), levando assim, ao desenvolvimento sustentável (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

O desenvolvimento local implica em movimentar as engrenagens para efetivar a articulação entre diversos actores e esferas de poder, incluindo a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos actores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999 *apud* PETITINGA, 2007).

3.12.2. PARA ENTENDER O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O conceito de desenvolvimento local apóia-se na idéia de que as comunidades e territórios dispõem de recursos económicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias, de escala e de âmbito, não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base económica local. O significado conceitual e real do desenvolvimento local pode ser encarado pelo menos sob as três seguintes óticas relacionais:

- a da relação do *mundo desenvolvido* com suas próprias periferias, carências e pobreza interna e socioeconómicamente desequilibradoras;
- -a da atual relação de dependência e subjugação do *mundo subdesenvolvido* ao *mundo desenvolvido*;
- a da relação do *mundo subdesenvolvido* com suas próprias chances efetivas de emancipadamente se desenvolver (tornando-se capaz de romper as amarras tanto internas quanto externas que o prendem ao subdesenvolvimento), a partir de comunidades-localidades concretas e bem definidas.

O desenvolvimento local endógeno é um processo de crescimento económico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local, ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população. O conceito de empoderamento e fortalecimento da comunidade são essenciais para a compreensão do desenvolvimento local endógeno. Assim, contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio-ambiente. A estratégia de apoio ao desenvolvimento local num determinado território/comunidade tem como eixos a construção de capital social, o fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local, através da cooperação, da construção de parcerias e da pactuação de actores por um projeto coletivo de desenvolvimento com mais equidade.

O entendimento relativo ao desenvolvimento local abre-se assim aos domínios do desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Para tanto, é preciso realizar investimentos em capital humano, social e natural, além dos correspondentes ao capital económico e ao capital financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma

visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas.

O entendimento de local, no que tange ao território, é considerado relativo, sendo assim, um bairro é local em relação a uma cidade, e, uma região, em relação ao Estado ou a um país. Trata-se de um espaço socialmente construído com base territorial delimitada (segundo critérios geoeconômicos, geopolíticos e geoambientais). O local é visto também como um espaço social onde se conformam comunidades e constroem-se identidades territoriais. Para um processo de desenvolvimento local sustentável, tem-se definido como referência geopolítica o município. Esta definição ocorre principalmente pela existência de autoridades locais, com legitimidade política conferida através de processos eleitorais para a organização dos serviços públicos e a regulação de assuntos de interesse local.

O município mesmo tendo sido utilizado como referência é sempre abordado, principalmente em termos econômicos, suas relações com a região e os potenciais internos de cada comunidade. Olhando sob esse prisma, podemos ver configuradas três escalas de desenvolvimento local – regional, municipal e comunitário – as quais determinam formas de integração diferenciadas entre os diferentes actores sociais. A escala regional recupera o potencial de integração e identidade territorial dos municípios de uma região, com a formação de mercados regionais e de integração do marketing público.

Está muitíssimo claro que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado vigente. O crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento local. Considerado como *projeto* (PERROUX, 1961), *caminho histórico* (SACHS, 1993), *pluridimensional* (BARTOLI, 1999), o desenvolvimento local é sabidamente marcado pela cultura do contexto em que se situa.

O interesse pelo desenvolvimento local nas últimas décadas está associado a razões econômicas, sociais e políticas. A geração de trabalho e renda através do incremento de pequenos empreendimentos locais vem ganhando consistência como alternativa possível para os países em desenvolvimento e de economia periférica, sobretudo quando considerada a fragilidade dos Estados para continuar empreendendo políticas econômicas convencionais. Quanto ao aspecto social, os indicadores nesses países vêm refletindo os efeitos do insuficiente crescimento econômico, com o conseqüente aumento da pobreza, que, por sua vez, vem sendo enfrentado por políticas sociais compensatórias, nem sempre

suficientes para superar os problemas sociais decorrentes. Sob o aspecto político, as comunidades, assim como as instituições locais, estão sendo mobilizadas e compelidas a se habilitarem como sujeitos do desenvolvimento, realizando ações ou criando condições para sua realização com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Alguns passos metodológicos são necessários para se chegar ao desenvolvimento local, delineando as principais dimensões desse processo, assim como a programação e operacionalização do que denomina "ciclos de trabalho cooperativo". É interessante verificar o papel atribuído ao agente de desenvolvimento local nesse processo, comparado ao de um *pedagogo-sócio-comunitário* que auxilia as comunidades localizadas a encontrar e trilhar seus próprios caminhos do desenvolvimento, amparados - agentes e comunidades - pela metodologia do "aprender a aprender" em conjunto e partilhadamente (ÁVILA, 2005).

O desenvolvimento local, ainda segundo ÁVILA (2005) é em última análise, a única forma capaz de romper as amarras do subdesenvolvimento, é endógeno democratizante e democratizador, integrante e integrador, além de auto-sustentável. O avanço nessa direção pode ser praticado por qualquer coletividade, não importa a que divisão ou categoria inventada pertença no universo sub/desenvolvido. Para o autor, o importante é que ela consiga se sensibilizar diante dessa nova ótica, demonstrando capacidade para se mobilizar e se organizar de forma cooperativa, cultivando a autoconfiança e o poder de discernimento, para ir ao encontro das soluções possíveis. Resulta, portanto, em desenvolvimento sociocultural como ponto de partida, que respeita e aproveita as peculiaridades e potencialidades locais. E dessa forma, o desenvolvimento local pode tanto consistir na transformação do momento *presente* em oportunidade de mudança, contrapondo-se à globalização massificante, como também tornar-se caminho para se atingir maior equilíbrio entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido.

No Brasil, terreno favorável a essa modalidade de desenvolvimento foi-se preparando desde a "Conferência Mundial Sobre Meio-Ambiente", conhecida como "ECO-RIO/92", realizada no Rio de Janeiro em 1992, mas a idéia propriamente dita de desenvolvimento local, de fato passou a ser disseminada principalmente a partir de 1996 (ÁVILA 2003).

3.12.3. O DESENVOLVIMENTO LOCAL NÃO É "DESENVOLVIMENTO NO LOCAL"

O desenvolvimento no local refere-se a um empreendimento ou iniciativa a que se atribui a qualificação "de desenvolvimento", por gerar emprego e expectativa de arrecadação de

impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, na verdade, tem o *local* apenas como sede física. Só permanece no *local* enquanto o lucro compensa. No momento em que a lucratividade baixa, ou entra em falência, vai embora, deixando à comunidade-localidade seus destroços-fantasmas, e na maioria das vezes muitos e graves problemas ambientais e enorme frustração na população.

3.12.4. O DESENVOLVIMENTO LOCAL NÃO É (SÓ) DESENVOLVIMENTO PARA O LOCAL

O desenvolvimento para o Local refere-se à idéia de "desenvolvimento" que, *além de se situar no local* como sede física, gera atividades e efeitos benéficos às comunidades e aos ecossistemas locais, mas à maneira *bumerangue*: brota das instâncias promotoras, vai aos locais-comunidades, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as das instâncias promotoras, evidentemente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento das comunidades-localidades visadas.

Em esmagadora maioria, os programas, projetos e atividades desenvolvimentistas realizados ou propostos (com explícitos ou implícitos objetivos de melhorias de comunidades-localidades) por organismos internacionais e nacionais, públicos e privados, têm-se conotado como *desenvolvimento PARA o local*. Podem ser de caráter político-eleitoral, assistencialista, promocionalista e filantrópico, de modo geral, pensados e postos em prática por entidades/pessoas ora interesseiras, ora simplesmente abnegadas e ora até especializadas em assistência/promoção humano-ambiental. Nem sempre esses planos, programas, projetos e/ou atividades deixam muitos e duradouros rastros quando encerrada a atuação das pessoas/agências que os idealizam, patrocinam, promovem ou os operacionalizam.

3.12.5. O QUE ESPERAR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local como um processo e não um fim em si mesmo. É um esforço contínuo por parte de um colectivo organizado em torno de um território no sentido de identificar problemas e aspirações, criar e formular estratégias para abordá-los, implementar planos e avaliar os resultados, numa lógica de participação, onde a mudança e a renovação são o âmag, o êxito dessa comunidade. As soluções de hoje podem transformar-se nos problemas de amanhã, exigindo esforço constante para encontrar novas formas de atender às necessidades dos cidadãos. O processo de desenvolvimento local é

um diálogo constante entre os actores socioeconómicos e culturais de um local — as autoridades, as organizações cívicas, os grupos comunitários, os dirigentes empresariais, o cidadão comum,— visando a busca sistemática de uma melhor qualidade de vida para todos (MILANDO, 2005).

Atualmente é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento económico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Esses três factores estão inter-relacionados e são interdependentes. O aspecto económico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais. Do mesmo modo, a problemática ambiental não pode ser dissociada da social.

O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005). Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância. O desgaste ambiental pode não interferir diretamente a geração atual, mas, pode comprometer sobremaneira as próximas gerações (SACHS, 2001). Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é o de que ele implica em articulação entre diversos actores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos actores tem seu papel na construção do desenvolvimento local (BUARQUE, 1999).

CAPÍTULO 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. TIPO DE PESQUISA

A pesquisa proposta por nós direccionou este trabalho para o método do *estudo de caso*. O trabalho foi desenvolvido obedecendo às seguintes fases: levantamento do estado da arte em relação aos temas da manutenção da floresta em pé ou Redução da Emissão por Desmatamento ou Degradação, carbono estocado na floresta como serviço ambiental, e da extracção de Produtos Florestais Não Madeireiros na Terra Indígena Alto Rio Guamá; seguido pela pesquisa de campo qualitativa na TIARG, utilizando as técnicas de coleta de dados observação participante na região do Alto Rio Guamá e do Alto Rio Gurupi; terminando-se com a análise dos dados e elaboração de conclusões com base na informação recolhida nas várias fases do trabalho.

4.2. METODOLOGIA

O propósito deste estudo foi desenvolvê-lo de forma a que este possibilitasse a compreensão e análise do processo em que se envolveu o povo indígena Tembê da TIARG com o objectivo de entender e de se integrar nos mecanismos sofisticados da REDD e do mercado de carbono. Este processo implicou a aquisição de conhecimento e informação, sensibilização das comunidades, sua organização e cooperação no sentido de este povo se credenciar para negociar e comercializar os créditos de carbono advindos do seu esforço coletivo na manutenção de sua floresta primária em pé através do processo dos mecanismos REDD.

Este processo decorreu no tempo e no espaço. Implicou uma intensa discussão, que incluiu as etapas preliminares das discussões nas aldeias e fora delas, bem como o planeamento das ações a serem implementadas para a aplicação das decisões colectivas relativas ao aproveitamento e distribuição dos recursos financeiros obtidos com o comércio de créditos de carbono pela comunidade indígena dos Tembé. Esta pesquisa acompanhou todas as etapas referidas anteriormente porque pôde coincidir com esse período inicial do processo de negociação do projeto que envolveu a comercialização dos créditos de carbono na TIARG do PROGRAMA TENETEHARA.

4.3. ESTUDO DE CASO

Para alcançar os objectivos que nos propusemos, a estratégia que se mostrou mais adequada foi a utilização do método de pesquisa denominado de *estudo de caso*. Este consiste, de acordo com YIN (1984), em uma forma de fazer pesquisa empírica que investiga fenómenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não estão claramente estabelecidas e, onde se utilizam múltiplas fontes de evidência (*apud* GODOY, 1995). O objectivo é aprofundar a descrição de determinado fenómeno, podendo o investigador optar pelo estudo de situações típicas (semelhante a muitas outras do mesmo tipo) ou não-usuais. É um tipo de pesquisa cujo objecto de estudo é uma unidade que se analisa em profundidade, podendo ser um ambiente, uma pessoa ou uma situação (PIROLO, 2004).

O *estudo de caso* é uma investigação empírica de um fenómeno atual no interior do seu verdadeiro contexto, quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são evidentes, e ainda, quando são utilizadas múltiplas fontes de evidência. YIN (1984; 2010) estabelece uma distinção clara entre estudo de caso, etnografia e observação participante. Em sua opinião, a etnografia requer estadias longas do investigador no local de investigação (*field*) e observação detalhada, enquanto que a observação participante pode não ser tão demorada, mas nem por isso deixa de exigir uma permanência relativamente longa no terreno.

BENBASAT *et al.* (1987), afirmam não existir uma definição estandardizada de estudo de caso. Baseando-se em definições previamente defendidas por vários autores (STONE, 1978; BENSABAT, 1984; BONOMA, 1985; KAPLAN, 1985; YIN, 1984 e 2010) sugerem uma síntese segundo a qual o *estudo de caso* examina um fenómeno no seu cenário natural,

empregando métodos diversificados de recolha de dados para obter informação sobre uma, ou poucas, entidades (pessoas, grupos, ou organizações). A delimitação do fenómeno não é evidente no princípio da investigação e não é utilizado nenhum controle nem manipulação experimental.

A opção de utilizar o estudo de caso nos pareceu adequada para este estudo em função, também, da diversidade de dados que foram coletados em diferentes momentos, por meio de várias fontes de informação, sendo que a técnica de coleta de dados fundamentais para esta pesquisa foi a *observação participante*, na modalidade participante como observador.

4.4. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Na observação participante, tem-se a oportunidade de unir o objecto ao seu contexto, contrapondo-se ao princípio de isolamento no qual fomos formados. Para MORIN (1997), o conhecimento é pertinente quando se é capaz de dar significado ao seu contexto global, ver o conjunto *complexus*. Assim, a pesquisa participante que valoriza a interação social deve ser compreendida como o exercício de conhecimento de uma parte com o todo e vice-versa que produz linguagem, cultura, regras e assim o efeito é ao mesmo tempo a causa. Outro princípio importante na observação é integrar o observador à sua observação, e o conhecedor ao seu conhecimento.

O antropólogo polonês BRANISLAW MALINOWSKI revolucionou a Antropologia nas três primeiras décadas do século XX, quando fez propostas referentes aos métodos de trabalho de campo, principalmente em relação à observação participante (KRAINOVICH-MILLER, 2001). Um dos mais importantes de seus trabalhos foi o escrito em 1922, em que descreve sua inserção entre os nativos da Ilhas Trombiand, no Pacífico. MALINOWSKI (1975) fundamenta sua descrição na necessidade de bagagem científica do estudioso, dos valores da observação participante, das técnicas de coleta, ordenação e apresentação do que denomina de *evidências*. Segundo ele, toda a estrutura de uma sociedade encontra-se incorporada no mais evasivo de todos os materiais: o ser humano (MINAYO, 2004 *in* QUEIROZ *et al.*, 2007).

A proposta de MALINOWSKI, feita em 1922, tem sido cada vez mais praticada à medida que o uso dessa técnica se tornou mais conhecida. É no universo científico que a construção sistemática da observação participante se torna cada vez mais evidente, uma

vez que essa técnica modifica a ação do pesquisador que, ao integrar o grupo que vivencia a realidade social, propicia interações que contribuem para a mudança de comportamento do grupo observado de forma não intencional (MINAYO, 2004, MALINOWSKI, 1975, *in* QUEIROZ *et al.*, 2007).

A observação participante refere-se a sujeitos sociais, e por essa razão não se pode deixar de considerar esses elementos no processo de investigação. É necessário levar em conta os movimentos dos seres humanos nas diversas vertentes de sua interação, e, a partir daí, construir o *corpus* de conhecimento do objecto de estudo que é sempre carregado de incertezas. Quando se utiliza a observação participante, é preciso atentar para o aspecto ético e para o perfil íntimo das relações sociais, ao lado das tradições e costumes. O tom e a importância que lhes são atribuídos, as idéias, os motivos e os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados por eles próprios, mediante suas categorias de pensamento. Assim, é preciso observar o conjunto das regras formuladas ou implícitas nas atividades dos componentes de um grupo social. Também é necessário observar como essas regras são obedecidas ou transgredidas e como ocorrem os sentimentos de amizade, antipatia ou simpatia que permeiam os membros do grupo (BRANDÃO, 1981).

Usando como ferramenta de pesquisa a observação participante, o investigador vive e analisa a realidade social que o rodeia, procura captar os conflitos e as tensões que por acaso possam existir e tenta identificar grupos sociais que têm em si a sensibilidade e motivação para as mudanças necessárias (RICHARDSON, 1999). De acordo com MALINOWSKI (1975), ao fazer referência à técnica de observação participante em estudo etnográfico, o pesquisador não tem só que estender suas redes no lugar correto e esperar pelo que nelas cairá. Deve ser um caçador ativo e dirigir para elas a sua presa e segui-las até as suas tocas mais inacessíveis (BRANDÃO, 1981). Como forma de captar a realidade empírica, a observação é considerada por GOODE e HATT (1979) como a mais antiga e ao mesmo tempo a mais moderna das técnicas de pesquisa (LIMA *et al.*, 1999).

Os dados obtidos em uma pesquisa de campo através do método de coleta da observação participante, para que se tornem válidos e fidedignos, requerem planejamento em relação ao que observar e como observar. Um dos pontos positivos da utilização dessa técnica é a possibilidade de um contato pessoal do pesquisador com o objecto de investigação,

permitindo acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem à realidade e às suas ações (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

A observação participante tem origem na antropologia e na sociologia e é geralmente utilizada na pesquisa qualitativa para coleta de dados em situações em que as pessoas se encontram desenvolvendo atividades em seus cenários naturais, permitindo examinar a realidade social (HOLLOWAY e WHEELER, 1996). A observação participante ou observação direta é uma técnica não documental que se engloba no campo das metodologias de caráter qualitativo. É conhecida também por observação naturalista ou descritiva, referente à pesquisa em Psicologia, e por observação etnográfica quando utilizada na Antropologia.

A técnica da observação participante pode e deve ser usada como estofo e suporte no planejamento das ações em gestão. Notadamente na gestão ambiental, quando os dados obtidos no campo forem utilizados como elementos norteadores para a especificação dos objetivos e metas a serem aplicadas nas ações que venham a ser desenvolvidas em determinados ambientes; para o desenvolvimento de programas de gestão ambiental, já que é possível ter a idéia do todo e das partes envolvidas; implantação de programas de treinamento, formação de competências na área de gestão ambiental e de responsabilidade social. O modelo de gestão ambiental pode ser participativo e estruturado para poder permitir a definição das ações estratégicas que serão implementadas (TAKESHY, 2008: p. 347-349).

A observação participante pode assumir formas diversas, que variam em um *continuum*, no qual quatro situações são teoricamente possíveis, dependendo do envolvimento do pesquisador no campo, conforme classificação proposta por GOLD (1958): o participante total; o participante como observador; o observador como participante; o observador total (HOLLOWAY e WHEELER, 1996).

- 1) *Participante total* é aquele que se propõe a participar em todas as atividades do grupo em estudo, atuando como se fosse um de seus membros; a identidade e os propósitos do pesquisador são desconhecidos pelos sujeitos observados.
- 2) *Participante como observador*, o pesquisador estabelece com o grupo uma relação que se limita ao trabalho de campo; a participação ocorre da forma mais profunda possível, através da observação informal das rotinas cotidianas e da vivência de situações consideradas importantes.

- 3) *Observador como participante* ocorre através de relações breves e superficiais, nas quais a observação se desenvolve de maneira mais formal; é utilizada, muitas vezes, para complementar o uso de entrevistas.
- 4) *Observador total*, neste caso, não há interação social entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, os quais não sabem que estão sendo observados; a observação é usada, geralmente, como complemento de outras técnicas de coleta de dados.

A observação participante como técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa qualitativa tanto pode ser aplicada individualmente como pode estar associada a outras técnicas/estratégias.

Observar, naturalmente, não é simplesmente olhar.

Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais, etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho etc.). Observar um fenômeno social significa, em primeiro lugar que determinado evento social, simples ou complexo tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, sejam estudadas em seus atos, atividades, significados, relações etc. (TRIVINOS, 1994).

Como técnica de coleta de dados permite ainda, a captação de uma variedade de situações ou fenômenos, os quais não são possíveis de se obter através de questões, pois os actores observados na própria realidade transmitem muito mais do que é possível através da linguagem verbal. O conteúdo das observações deve ter uma parte descritiva do que ocorre no campo e reflexões, incluindo os comentários pessoais do investigador (PIROLO, 2004).

LAPASSADE (1991) afirma que os *fieldworkers* (investigadores no terreno praticando a *observação participante*) procuram descrever a cultura (entendida como um sistema de normas, de valores e de modelos de comportamento) do grupo estudado, reconstituindo-a através do trabalho no terreno, e esforça-se por mostrar que os membros do grupo, sociabilizados nessa cultura, utilizam-na para interpretar os acontecimentos da sua vida quotidiana. Portanto, a observação participante é, de acordo com BOGDAN e TAYLOR (1975), um tipo de investigação que se caracteriza por um período de interações sociais intensas entre o investigador e os sujeitos, no ambiente destes. Os dados podem ser recolhidos sistematicamente durante esse período de tempo, e mergulhando o observador pessoalmente na vida das pessoas, de modo a partilhar as suas experiências.

4.4.1. ETAPAS NO PROCESSO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Na observação participante, várias fases são tidas como necessárias e essenciais. A primeira delas ocorre quando há a aproximação do pesquisador ao grupo social a ser estudado. Etapa que precisa de tempo, este pode ser longo e difícil, pois o observador precisa trabalhar com as expectativas do grupo, além de se preocupar em superar alguns bloqueios, como a desconfiança e a sua não aceitação por parte do grupo.

O processo só começa de fato quando o pesquisador é aceito no seu próprio papel, isto é, como alguém externo, interessado em realizar, juntamente com a população, um estudo, que deve ser comunicado de modo que todos compreendam e aceitem a proposta. Diante disso, pode-se dizer que a verdadeira inserção implica uma tensão constante do pesquisador em razão do risco de identificação total com a problemática e o conflito de assegurar objectividade na coleta de dados (RICHARDSON, 1999).

A segunda fase ou etapa pode ser denominada de inserção que é o processo pelo qual o pesquisador procura atenuar a distância que o separa do grupo social com quem pretende trabalhar. Durante a aproximação, se faz necessário que o pesquisador se arme de uma quantidade enorme de paciência e honestidade. É a condição inicial necessária para que o percurso da pesquisa possa, de facto, ser realizado de dentro do grupo com a participação de seus membros, enquanto protagonistas, e não simples objectos (MILES e HUBERMAN, 1984).

Nessa segunda etapa, há o esforço do pesquisador em conseguir uma visão de conjunto da comunidade objecto de estudo. Essa etapa pode ser operacionalizada com o auxílio de alguns elementos, como: o estudo de documentos oficiais, reconstituição da história do grupo e do local, observação da vida cotidiana, identificação das instituições e formas de atividades económicas, levantamento de pessoas-chave (conhecidas pelo grupo) e a realização de entrevistas não diretivas com as pessoas que possam ajudar na compreensão da realidade. Os dados devem ser registrados imediatamente no diário de campo, para não haver perda de informações relevantes e detalhadas sobre os dados observados. Caso não seja possível o registro imediato, sugere-se o uso do recurso de filmagens, fotos ou entrevista (RICHARDSON, 1999 *in* QUEIROZ *et al.*, 2007).

A terceira fase ocorre após a coleta dos dados com o processo de sistematização e organização dos mesmos, o que corresponde a uma etapa difícil, trabalhosa e delicada. Os dados analisados devem informar ao pesquisador a situação real do grupo e a sua

percepção da questão que está sendo estudada. Todas essas etapas seguidas adequadamente contribuem para que o trabalho tenha êxito, favorecendo o conhecimento da realidade social do grupo, e dessa forma estimular o crescimento por meio da auto-organização e conseqüente desenvolvimento de ações conscientes e criativas para a mudança social.

Não se estabelece um limite temporal e espacial para realizar a observação participante, porque sendo uma técnica da pesquisa qualitativa se caracteriza pela utilização de múltiplas formas de coleta de dados. Então, o consumo de tempo é inerente à necessidade de apreender os significados de fatos e comportamentos (BARROS e LEHFELD, 1994). O tempo determinado para a saída do pesquisador do campo deve ser estabelecido pelo próprio objectivo do estudo, bem como pela saturação dos dados.

4.4.2. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO OBSERVADOR

O pesquisador para fazer uso da observação participante deve adquirir algumas habilidades e competências, como: ser capaz de estabelecer uma relação de confiança com o grupo estudado; ter sensibilidade para se relacionar com pessoas; ser um bom ouvinte; ter familiaridade com as questões que serão investigadas, apresentar preparação teórica sobre o objecto de estudo ou situação que será observada; ter flexibilidade para se adaptar a situações inesperadas; não ter pressa de adquirir padrões ou atribuir significado aos fenómenos observados; elaborar um plano sistemático e padronizado para observação e registro dos dados; ter habilidade em aplicar instrumentos adequados para a coleta e apreensão dos dados; verificar e controlar os dados observados; e relacionar os conceitos e teorias científicas aos dados coletados (QUEIROZ *et al.*, 2007).

Para escrever sua tese de doutorado, HAVERROTH (2004) pesquisou o contexto cultural nas doenças diarréicas, numa aldeia indígena no Estado de Rondônia, onde se inseriu na comunidade, no período de Novembro de 2002 a Maio de 2003. Primeiro ele estudou as características dessa tribo, sob o ponto de vista antropológico, ou seja, ele se familiarizou teoricamente com o seu objecto de estudo. Após essa etapa, ele foi para o campo, e ficou alojado nos postos de saúde locais, junto aos agentes indígenas de saúde; assim, ele teve que ser flexível diante dessa nova realidade, tendo que ouvir sobre os costumes e crenças para se adaptar e promover uma relação de confiança com seu objecto de estudo, no caso, os indígenas daquela aldeia.

Prosseguindo, a coleta de dados envolveu várias técnicas desde a entrevista, visitas domiciliares, avaliação de documentos e por fim a observação participante, que serviu como fonte de conhecimento profundo da comunidade, uma vez que aproximou o pesquisador da realidade estudada, tornando-o alguns momentos personagem da mesma, aumentando o seu comprometimento. A seguir, HAVERROTH (2004), teve o cuidado especial em categorizar seus dados de acordo com seus estudos teóricos, obtendo deste modo resultados satisfatórios, devido à forma bastante receptiva como a comunidade o recebeu além da empatia mútua atribuída à confiança conquistada pelo pesquisador (QUEIROZ *et al.*, 2007).

4.4.3. ALCANCE E LIMITE DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Na observação participante um dos pontos positivos é a possibilidade de obter a informação no momento em que ocorre o facto na presença do observador. Quem está a observar deve colocar-se sob o ponto de vista do grupo pesquisado, com atitude de respeito, empatia e inserção capaz de gerar uma relação de intimidade entre o pesquisador e o grupo. Esses gestos denotam a abertura para o grupo, sensibilidade para sua lógica e sua cultura, lembrando-se de que a interação social faz parte da condição e da situação de pesquisa. Mesmo essa técnica apresentando todas essas vantagens, a observação participante incorre no risco de imersão total em outra realidade que não aquela na qual vive o pesquisador.

Esse perigo é freqüentemente relatado por muitos pesquisadores e pode significar deformações subjetivas da realidade estudada. Isso ocorre porque existem as modalidades de observador-como-participante, nas quais o tempo de contato com o grupo é curto e superficial; a de observador-total, em que o pesquisador omite interação direta com os informantes e o grupo não sabe que está sendo observado. A modalidade de participante-como-observador é, aliás, a que mais propicia o envolvimento do pesquisador com o grupo pesquisado, que poderá alterar os objetivos, não chegando a alcançá-los, pelo fato de a participação do pesquisador ser mais profunda (HAGUETTE, 1987).

A desvantagem referida não constitui grande problema na pesquisa qualitativa, considerando seus pressupostos e características. Podemos afirmar que a observação participante difere das outras formas de coleta de dados porque registra de forma qualitativa a realidade estudada em diários de campo, sendo aí a memória a principal

aliada. Essa técnica é utilizada para estudar fenômenos que ocorram naturalmente e os observadores não manipulam tratamentos estatísticos de dados nem distribuem pessoas aleatoriamente por situações, mas ocasionalmente tentam fazer análises causais (VICTORA *et al.*, 2000). Desse modo, a importância atribuída a esse tipo de observação está relacionada à valorização desse instrumento humano, razão pela qual se pode assinalar que o observador participante deve aprender a usar sua pessoa como principal e mais confiável instrumento de observação, seleção, coordenação e interpretação (CORBISHLEY e CARNEIRO, 2001).

4.5. ONDE OS DADOS FORAM RECOLHIDOS

A abordagem de *estudo de caso* destinada a compreender e analisar o processo de adesão e integração do povo Tembé nos mecanismos REDD e mercado de carbono socorreu-se, como já foi antes referido, de uma multiplicidade de técnicas e de fontes para a obtenção de dados e de informação. Destacam-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, para obtenção respectivamente, de dados e informação pré-existente e de dados e informação original deste trabalho.

4.5.1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica realizada para preparar a observação participante centrou-se no levantamento do estado da arte relativa aos Tembé. Mobilizou-se também nesta fase, a pesquisa bibliográfica anterior, relativa aos mecanismos REDD e mercado de carbono, bem como sobre o extractivismo e os PFNM da Amazônia e ao nível do *estudo de caso*. Foi feito um levantamento e leitura dos principais trabalhos científicos já publicados sobre os temas em análise e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Foram utilizadas publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Foram também coletados dados em documentos e relatos de pessoas envolvidas no PROGRAMA TENETEHARA e de representantes das Instituições UFPA, NUMA, POEMA, (Fundação Nacional do Índio) FUNAI e C-TRADE.

4.5.2. PESQUISA DE CAMPO

A *observação participante* foi a principal técnica de coleta de dados utilizada nesta pesquisa. Na observação participante, o principal instrumento de pesquisa, é o investigador, num contato direto, freqüente e prolongado com os actores sociais e os seus contextos. A observação participante nos levou a ter um contacto mais direto com a realidade vivida diariamente pelos índios Tembê do Alto Rio Guamá e do Alto Rio Gurupi. No entanto, utilizaram-se várias técnicas para a recolha dos dados, incluindo-se as conversas informais, histórias de vida, depoimentos e entrevistas.

4.6. FORMA DE TRATAR OS DADOS

4.6.1. A LIGAÇÃO LÓGICA DOS DADOS COM O PROPÓSITO DO ESTUDO

Para a busca e análise posterior das evidências no terreno, nos apoiamos nos resultados da pesquisa assente em dados secundários, nomeadamente na recolha bibliográfica. Entre as fontes de dados e informação secundárias contam-se livros, periódicos, folhetos, cartilhas, manuais de explicação de programas e ações ambientais, vídeos, internet, etc. Ao banco de dados da pesquisa somaram-se outras fontes secundárias fornecidas pelos órgãos relacionados, como: artigos publicados, resumos de teses e dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), folhetos de divulgação, cartilhas de educação ambiental, recortes de jornal, fotografias, entre outros.

4.6.2. OS CRITÉRIOS PARA INTERPRETAR OS RESULTADOS DO ESTUDO

As respostas ao problema levantado pela pesquisa foram obtidas através da análise dos dados colectados levando em conta a percepção dos Tembê captadas através da técnica da observação participante, assim como em artigos publicados em revistas e jornais, vídeos, etc., os quais foram analisados sob a ótica do referencial teórico proposto. Na análise final, foi apresentada a junção dos dados coletados buscando-se responder as perguntas de cada objetivo específico.

4.6.3. ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS

Os depoimentos, artigos, documentos, vídeos, fotografias, cartazes, desenhos e objectos permitiram revelar sentimentos, valores ou concepções mais profundas dos entrevistados do que se tivéssemos utilizado questionários e formulários, que no geral, obtém informações mais superficiais, e opiniões estereotipadas e racionalizadas.

De posse dos dados colectados procedemos à análise da seguinte forma: a) as entrevistas realizadas e gravadas, os depoimentos ou histórias de vida, foram transcritas, na íntegra, posteriormente foram feitos recortes sobre o tema em questão; a transcrição foi realizada logo após a gravação, para garantir a fidedignidade ao que foi dito pelos pesquisados; b) lemos mais de uma vez todo o material transcrito e os documentos seleccionados para estabelecer as categorias de análise.

CAPÍTULO 5. O POVO TEMBÉ

Para preservar a Amazônia, é preciso tocá-la. Não se pode erguer uma cerca ao seu redor para impedir a entrada das pessoas, nem expedir ordens de despejo para os vinte milhões que nela residem. Há que usá-la com cuidado nos locais em que é possível usá-la. E há que preservá-la nos lugares em que ela deve ser preservada. Ela não é nem um museu nem um terreno a ser indiscriminadamente devastado e desenvolvido sem critério (LONDON, 2007).



Foto 1 – Jovens Tembé da Aldeia SEDE. Alto Rio Guamá

Para elaborar o presente estudo, de forma que seja possível inserir os Tembé da TIARG no mundo moderno é necessário situá-los espacialmente, adentrar na sua forma de viver, sua organização social e política e sua maneira de sobreviver usando meios retirados diretamente da floresta além de outras opções de obter ganhos para que possam sustentar a si e as suas famílias. Por outro lado, para discutir a organização dos Tembé da TIARG no mercado de carbono é imprescindível fazer uma revisão teórica e atualizada sobre o seu habitat. Essa abordagem nos remete a um breve estudo sobre a Amazónia, a floresta, o desmatamento que contribui para o aquecimento global, os bens gerados pela floresta e ao mesmo tempo discutir formas de os Tembé saírem do isolamento e do seu modo de viver abaixo da linha da pobreza. Para melhorar a sua vida, os Tembé devem apostar na forma de viver como Coletores de Produtos Florestais Não Madeireiros? Ou devem lançar-se com todas as suas forças rumo à perspectiva de serem actores principais no mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), na forma de uma atividade pioneira em Terras Indígenas?

5.1. TERRA INDÍGENA

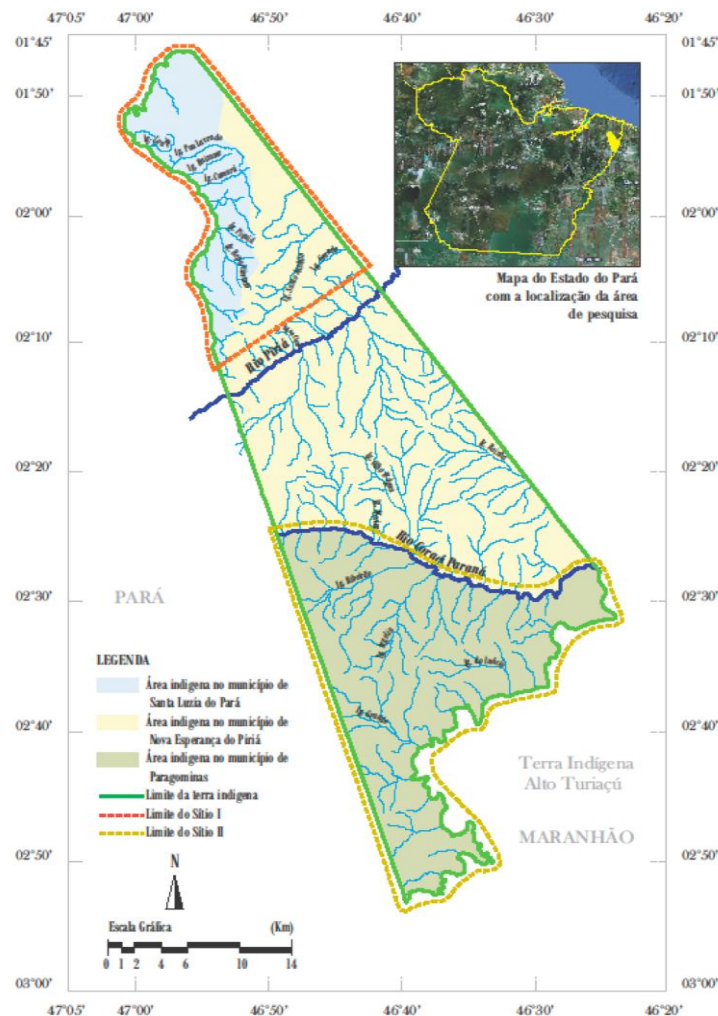
Conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, a questão das terras indígenas toma precedência nos problemas fundiários no Brasil, considerando que em seu artigo 231 garante aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Direitos que independem da existência ou não da demarcação ou qualquer reconhecimento formal das suas terras por parte do Estado Brasileiro. As terras indígenas representam 20% do território da Amazónia. Por estarem localizadas nas regiões da fronteira agrícola, são elas que sofrem a maior pressão do avanço do desmatamento (NEPSTAD *et al.*, 2006).

A Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG) tem sido alvo de exploração e devastação para apropriação de suas terras por terceiros. Tal processo tem contribuído para que os povos indígenas percam suas terras, o que implica, de forma direta, nos seus modos de produção, em seus costumes e conseqüentemente em sua condição de sociedade autónoma (SALES, 1993, 1994).

5.2. TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ

Foi primeiramente reconhecida como de posse indígena, pelo Interventor do Estado do Pará, General Magalhães Barata, em 21 de Março de 1945, pelo Decreto nº 307, porém, somente foi homologada pelo Presidente da República do Brasil, Itamar Franco, pelo Decreto s/n, em quatro de Outubro de 1993. A Área Indígena ALTO RIO GUAMÁ, é formada por áreas de terra localizadas nos Municípios de Nova Esperança do Piriá, Paragominas e Santa Luzia do Pará, no Estado do Pará, caracterizada como de ocupação tradicional e permanente dos grupos indígenas Tembê, Timbira, Urubu-Ka'apor e Guajajara. Estas áreas totalizam uma superfície cerca de 279.897,70 hectares.

Os mapas 1 e 2 mostram a localização geográfica da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG).



Fonte: FUNAI/Coordenadoria Regional de Belém

Mapa 1 - Mapa da Terra Indígena Alto Rio Guamá



Fonte: FUNAI/Coordenadoria Regional de Belém

Mapa 2 – TIARG, evidenciando o rio Gurupi, entre os Estados do Pará e do Maranhão

A Terra Indígena de que trata o Decreto de homologação tem a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto 1 (Marco D-01) de coordenadas geográficas $01^{\circ}50'44,1''S$ e $47^{\circ}00'46,7''Wgr.$, localizado na foz do Rio Tauarí-Grande no Rio Guamá; daí, segue no sentido jusante pela margem direita do citado rio até a foz do Igarapé Pitomba, no Ponto 2 (Marco D-02) de coordenadas geográficas $01^{\circ}45'36,9''S$ e $46^{\circ}57'31,9''Wgr.$; daí, segue no sentido montante pela margem esquerda do citado igarapé até sua cabeceira, no Ponto 3 (Marco SAT-005/26) de coordenadas geográficas $01^{\circ}46'09,5''S$ e $46^{\circ}55'46,4''Wgr.$ «LESTE: Do ponto antes descrito segue por uma linha reta no azimuth de $144^{\circ}49'57,8''$ e distância de 95.021,82 metros até o Ponto 4 (Marco SAT-005/28) de coordenadas geográficas $02^{\circ}28'22,4''S$ e $46^{\circ}26'20,7''Wgr.$, localizado na foz do Rio Coraci-Paraná no Rio Gurupi. SUL: Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pela margem esquerda do Rio Gurupi até o Ponto 5 (Marco MC-00) de coordenadas geográficas $02^{\circ}52'41,6''S$ e $46^{\circ}41'03,8''Wgr.$, localizado na divisa das terras da SWIFF Cia Agropecuária do Pará S/A. OESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta no azimuth de $342^{\circ}14'24,6''$ e distância de 53.506,95 metros até o Ponto 6 (Marco MC-01) de coordenadas geográficas $02^{\circ}25'02,0''S$ e $46^{\circ}49'49,7''Wgr.$, localizado na margem esquerda do Rio Coraci-Paraná; daí, segue por uma linha reta no azimuth de $342^{\circ}34'19,8''$ e distância de 28.118,79 metros até o Ponto 7 (Marco D-01) de coordenadas geográficas $02^{\circ}10'28,3''S$ e $46^{\circ}54'21,1''Wgr.$, localizado na cabeceira do Rio Tauarí-Grande; daí, segue no sentido

jusante pela margem direita do citado rio até sua foz no Rio Guamá, no Ponto 1, inicial da descrição.

5.3. O POVO TENETEHARA – SUA HISTÓRIA

Os Tenetehara são sucessivamente escravos, servos, ignorados, clientes tendendo recentemente à autonomia. GOMES (2002) situa a primeira etapa de sua periodização no início do século XVII, quando os Tenetehara, uma população estimada em cerca de 10 mil pessoas, viviam na altura do curso médio do rio Pindaré, no trecho onde desembocam o rio Caru, o Zutua e o Buriticupu, em área da floresta pluvial amazônica. Logo após expulsarem os franceses do litoral, os portugueses fizeram algumas expedições em busca de escravos no vale do Pindaré, fazendo decrescer acentuadamente a população Tenetehara.

Por volta da segunda metade do século XVII, os padres jesuítas da Companhia de Jesus, que então desempenhavam o papel oficial de contato com os povos indígenas em nome do governo imperial, fizeram incursões ao interior do território dos índios Tenetehara, conhecidos como Guajajara, no Estado do Maranhão, e convenceram uma parte deles a se estabelecer em aldeamentos missionários. Depois de estabelecidos, esses índios mudaram inúmeras vezes as suas aldeias para fugirem dos colonos, e evitarem ser escravizados e utilizados como mão-de-obra indígena para os brancos. No intuito de sobreviverem, os Tenetehara separaram-se em dois grupos, um deles ocupou a área do baixo rio Pindaré, no lago Maracu, enquanto que o outro grupo se estabeleceu um pouco mais acima em São Francisco Xavier ou Carará.

Nessa época, os indígenas que viviam em aldeamentos missionários ou naqueles sujeitos à requisição de mão-de-obra pelos colonos eram nominalmente livres. Mas não seria errado considerá-los em regime de semi-escavidão, pois o trabalho para jesuítas ou colonos, apesar de muito mal remunerado, era obrigatório e os índios não podiam sequer escolher para quem trabalhar. De fato conservavam a sua liberdade aqueles Tenetehara que conseguiam manter o domínio de suas terras. O regime de servidão perdurou até meados do século XVIII, quando o governo do Marquês de Pombal extinguiu o poder temporal dos missionários, expulsou os jesuítas, libertou todos os índios e transformou os aldeamentos maiores em vilas e os menores em lugares, regidos segundo as normas dos núcleos urbanos portugueses.

Desse modo o aldeamento habitado pelos Tenetehara e denominado de Maracu foi transformado na vila de Viana e o de São Francisco Xavier, no lugar que passou a ser chamado de Monção. Com a saída dos jesuítas da região e a conseqüente perda de apoio, os Tenetehara desses aldeamentos, cada vez mais envolvidos pelos colonos, foram definhando, pouco a pouco como grupo étnico distinto e começaram a se confundir com a população sertaneja local. De modo contrário, os Tenetehara que haviam permanecido nos cursos médio e alto do rio Pindaré e seus afluentes foram ignorados pelos colonos e passaram por um período de expansão e crescimento demográfico. Eles se expandiram para oeste e noroeste na direção do rio Gurupi e mais além. E também para o sul e sudeste, para a mata seca de transição, entre a floresta amazônica e o cerrado, nos cursos altos do Pindaré, Buriticupu, Zutiua, Grajaú e Mearim.

A razão de ficarem assim esquecidos foi porque as regiões do Maranhão que se desenvolveram economicamente nessa época foram os vales do Itapecuru e do Monim, a leste, com o plantio do arroz e do algodão, feito por escravos africanos, introduzidos pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, cuja criação decorreu também de uma iniciativa pombalina. A revogação do Diretório em 1798 e a indefinição da política indigenista que se seguiu, até com medidas retrógradas, como a permissão de escravização temporária de índios em certas regiões do Brasil, parecem não ter chegado a afetar os Tenetehara, que GOMES (2002) estima terem chegado a somar umas nove mil pessoas, um ápice que quase igualava a sua população no início da conquista européia (MELATTI, 2003).

Na década de 1840, as relações entre os Tenetehara e os brancos começam a ganhar uma nova forma, a de clientes para com patronos. A população sertaneja do baixo Pindaré começa a crescer; no Gurupi entram regatões em busca do óleo de copaíba; pelo sul os criadores de gado avançam, conquistando o cerrado aos Timbira, e chegando à orla da mata de transição. Os Tenetehara estabelecem com os homens brancos relações de troca, mantendo-se livres, mas considerados por estes como socialmente inferiores. Tal como estava acontecendo nas diferentes províncias no reinado de Pedro II, que então se iniciava, as aldeias Tenetehara foram postas aos cuidados de diretorias parciais subordinadas à diretoria geral de índios do Maranhão, que também recebeu missionários capuchinhos, outra medida geral do Império (MELATTI, 2003).

Utilizando um sistema paralelo ao das diretorias, algumas aldeias foram agrupadas em colônias indígenas ou viram-se incluídas em sua órbita de influência. A responsabilidade por essas diretorias e colônias coube não raro a missionários capuchinhos ou membros da elite local. Tanto nas colônias como nas aldeias delas distantes, os Tenetehara estavam em contato com comerciantes, fazendeiros, sertanejos pobres e sujeitos a um intenso processo de assimilação. Sua população em geral, e especialmente em algumas regiões, decresceu nesse período (MELATTI, 2003).

As relações dos Tenetehara com os brancos tomam uma nova direção a partir do levante de uma parte deles contra a missão capuchinha de Alto Alegre, no alto Mearim, em 1901. Instalada no último decênio do século XIX, essa missão mantinha uma orientação obsoleta, mesmo para sua época, apesar de sua contribuição na instrução escolar e nas artes e ofícios. Mortes de crianças internadas por doenças não debeladas com presteza e a punição de um índio em cárcere privado, atado por quatro semanas de modo humilhante e penoso, em razão de ter abandonado por outra a esposa considerada legítima, constituíram o estopim para a rebelião, para a qual pode ter contribuído também a hostilidade velada de certos comerciantes e fazendeiros pela competição que a Missão lhes fazia (MELATTI, 2003).

A morte dos padres e freiras, de crianças e jovens internados não indígenas, de brancos das vizinhanças, desencadeou a ação das milícias repressoras, que contaram com a colaboração dos índios Canelas (Ramkokamekrá). Por cerca de 20 anos, atitudes de desconfiança e desconforto reinaram entre brancos e os Tenetehara, sobretudo os da área em que tinha ocorrido o confronto. Conforme aponta GOMES (2002), esse distanciamento contribuiu para por um freio no processo de assimilação dos Tenetehara (MELATTI, 2003).

5.4. O POVO DENOMINADO TEMBÊ

Alguns autores relatam que, em meados do século XIX, a presença dos índios TEMBÊ teria sido registrada nas margens do rio Gurupi, como um subgrupo dos Tenetehara que teria migrado das regiões dos rios Pindaré e Carú, do Maranhão, para o Estado do Pará, onde teriam se espalhado pelas cabeceiras dos rios Gurupi, Capim, Guamá e Acará-Miri.

Outros autores registram a presença dos Tembê muito antes, no final do século XVII, nas imediações da feitoria criada pelos jesuítas nas margens do rio Guamá, onde hoje se

localiza a cidade de Ourém. Por volta de 1845, ficaram sob o novo regime indigenista que acabara de ser criado. Nessa época cada província tinha um diretor geral, e os diretores de aldeias, por não haver um órgão indigenista que cuidasse de todos os índios do Brasil, estes se submetiam à sua autoridade.

Os aldeamentos Tembé na Região do Alto Rio Guamá, antes de 1945, data da homologação da TIARG pelo governador do Pará, General Magalhães Barata, ficavam do lado esquerdo do Rio Guamá. O maior deles era a aldeia SÃO JOSÉ, situada um pouco mais abaixo da atual aldeia SEDE, próxima a um igarapé denominado de Jaritequara. Com a regularização, as terras do lado esquerdo foram destinadas aos Aguiar enquanto que as terras do lado direito do rio passaram a ser propriedade dos Tembé, com o apoio da Serviço de Proteção aos Índios (SPI), à altura, e atualmente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)²⁰, foram reunidos ao redor da sede do posto onde hoje está localizada a aldeia SEDE, daí o seu nome. A partir dessa iniciativa as demais aldeias foram sendo criadas. Em SÃO PEDRO faleceu Manoel Padeiro, o Tembé com a idade mais avançada que se tem notícias por estas bandas, aos 124 anos²¹.

Nos aldeamentos Tembé, antes da homologação, havia aqueles indígenas que trabalhavam com cerâmica, nessa região de Jaritequara, pois era dali que obtinham a argila para fabricarem os alguidares, pratos, potes e outros utensílios domésticos. Pelo Guamá abaixo podiam ser encontradas: a aldeia do Panelão, do Forno, do Tapirí e ainda o posto da FUNAI, além dessas, existiam as aldeias Cabeça de Porco que ficava acima de Ourém, Itororó, Boca Velha, Tawari Mirim, Jipuuba e a aldeia Tapera²². Todas as aldeias estavam localizadas do lado esquerdo Rio Guamá por medo dos Ka'apor que eram índios brabos e

²⁰ É o órgão do governo brasileiro que estabelece e executa a Política Indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988. Na prática, significa que compete à FUNAI promover a educação básica aos índios, demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas. A Fundação tem, ainda, a responsabilidade de defender as Comunidades Indígenas, de despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas, gerir o seu patrimônio e fiscalizar as suas terras, impedindo as ações predatórias de garimpeiros, posseiros, madeireiros e quaisquer outras que ocorram dentro de seus limites e que representem um risco à vida e à preservação desses povos. Mais informação disponível em www.funai.gov.br

²¹ Informações fornecidas pelo ex-cacique da aldeia São Pedro, Jorge Tembé, em conversa informal na noite de 30 de novembro de 2009.

²² Onde os Tembé entraram em combate com os Ka'apor. Mais de cem índios morreram nessa batalha.

que eventualmente desciam dos lados do Gurupi para brigar com o povo de Irituia. Passavam pelas aldeias Tembé e, via de regra, brigavam e matavam os Tembé²³.

No início da década de 1960, um acontecimento impactou e alterou irreversivelmente o nordeste paraense, que foi a abertura da rodovia Belém-Brasília. A estrada alterou definitivamente toda a região, e atraiu muitos migrantes, de todas as regiões do Brasil. A melhoria nas condições de acesso a esta região, que antes era precária ou inexistente, trouxe consequências fortíssimas, no deslocamento de pessoas e produtos diversos. Cidades foram criadas, lugarejos ganharam vertiginoso crescimento populacional, e isto se refletiu como um enorme impacto sobre a terra habitada pelos Tembé, com muito mais intensidade no entorno do Guamá, nas cidades de Ourém, Capitão Poço, e nos povoados de Garrafão e Piriá, e também no Gurupi, com o aparecimento de Paragominas e outras cidades próximas.

Na década de 1970, boa parte dos homens Tembé do Gurupi em idade adulta foram levados a trabalhar na Transamazônica, em frentes de atração de outros grupos Tupi, como os Parakanã e os Assurini do médio Xingu, desfalcando as aldeias de homens, provocando escassez de alimentos e um esvaziamento das práticas rituais. Em 1971, a FUNAI ordenou a transferência dos Tembé do Gurupi, para o rio Guamá, mas eles se recusaram a migrar.

Nos dias atuais, os índios que estão espalhados em aldeamentos na parte norte da Terra Indígena Alto Rio Guamá, são conhecidos como os Tembé do Guamá e na parte sul, os Tembé do Gurupi. Existem ainda outros pequenos agrupamentos Tembé, residindo nas imediações do rio Acará-Miri. Atualmente, a população que habita a Terra Indígena Alto Rio Guamá, é constituída por 1.350 indígenas divididos em 270 famílias, distribuídos em 3 pólos que abrigam 14 aldeias na região do Alto Rio Gurupi ao sul da Terra Indígena, e 10 aldeias dos 3 pólos da região do Alto Rio Guamá, ao norte.

5.5. OS CONFLITOS

A história de conflitos entre os índios Tembé e colonos remonta ao século XIX. Em 1861, por exemplo, índios Tembé da Aldeia Tracuateua, localizada no Alto Gurupi, mataram nove pessoas de um regatão que estavam explorando a área, abusando de suas mulheres e

²³ O ex-cacique da aldeia São Pedro, Jorge Tembé não sabe precisar a data destes acontecimentos. Como a homologação da TIARG ocorreu no ano de 1945, os ditos fatos podem ter acontecido na década de 1930 até ou no início da década de 1940, antes da homologação.

raptando crianças. A ocupação mesmo, porém, aconteceu no século XX, quando levas de nordestinos fugindo da seca migraram para a região, incentivados pela abertura de estradas e a divulgação dos planos de desenvolvimento do governo

A Terra Indígena Alto Rio Guamá, território reconhecido oficialmente como habitat dos índios Tembé, vem sofrendo uma impactação de invasores há várias décadas. Tal fato aconteceu sob concordância e até incentivo do instrumento governamental o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), responsável na época pela defesa territorial da área, mas que agiu como um indutor para que os índios aceitassem a presença dos invasores como algo benéfico.

5.5.1. PEQUENOS POSSEIROS

Dentre os invasores, os **Pequenos Posseiros** foram os primeiros destruidores das florestas originais dos Tembé. Despossuídos dos meios de produção básica foram estabelecendo relações de compadrio, por vezes até de casamentos inter-étnicos com os índios. Não tinham capital para a aquisição de terras, e foram se apossando das áreas, com e sem permissão dos indígenas. Com o passar dos anos, foram se tornando agentes mais agressivos da destruição, agindo como aliados dos fazendeiros e madeireiros, no processo de preparo da terra para os pecuaristas e como guias na busca de árvores de alto valor comercial, para serem abatidas pelos madeireiros em troca de valores ínfimos como recompensa pelo trabalho.

5.5.2. PECUARISTAS

Os **Pecuaristas** possuíam características mais agressivas, pois eram portadores de algum capital, que investiam no processo de substituição da floresta por pastos para a criação de gado, após negociarem a madeira existente com valor comercial, para os madeireiros. Os fazendeiros, não procuravam estabelecer relações cordiais com os índios, agiam sempre no interesse do lucro imediato, tentando ampliar sua área de domínio, com novos desmatamentos e queimadas a cada ano, provocando uma devastação mais intensa e prejudicial ao meio ambiente.

5.5.3. MADEIREIROS

Os **Madeireiros** foram o grupo socioeconômico a penetrar mais recentemente no território indígena, mas sua ação é extremamente nociva e danosa. Agem sempre na condição de financiadores da destruição da floresta, retirando as árvores com valor comercial. Seu poder financeiro condiciona os pequenos posseiros a serem seus informantes das árvores existentes para derrubada e os fazendeiros, que são aliados em um projeto de saque contra os bens existentes na floresta dos indígenas, agindo no financiamento de políticos defensores destas posturas ilegais e perniciosas, tendo também uma postura de incentivar os próprios indígenas para facilitarem a retirada de árvores da reserva, em troca de valores absolutamente desproporcionais, com os seus lucros acumulados.

5.6. ORGANIZAÇÃO DOS TEMBÊ

5.6.1. AS ALDEIAS

Os Tembê da TIARG vivem agrupados em locais denominados de aldeias. Podem ser grandes ou bem pequenas. Mesmo assim possuem o mesmo status. São comandados por um cacique. Nas aldeias pólo do Alto Rio Gurupi, que são: Cajueiro, TekoHaw Canindé, do mesmo modo que nas aldeias Sede, São Pedro e Frasqueira no Alto Rio Guamá, as escolas, a Ramada, os locais de reunião, o posto de saúde, a casa do cacique e das lideranças, os alojamentos da FUNAI estão situadas no entorno ou muito próximas do campo de futebol que na prática funciona como praça central e local de agregação para a comunidade local. É assim quando ocorrem as festas e jogos nas aldeias. Uma exceção é a aldeia Sede que não tem uma Ramada típica e o seu campo de futebol fica mais afastado da casa do cacique e do posto de saúde.

5.6.2. PARA CRIAR UMA NOVA ALDEIA

Uma nova aldeia Tembê pode ser criada pelo menos de duas maneiras. A primeira é quando uma família de determinada aldeia (pai, mãe, filhos, filhas, genros, noras e netos) está insatisfeita por alguma razão, procura um novo lugar na TIARG e estabelece sua aldeia. O fundador dá nome a sua aldeia. A outra forma de criar uma aldeia acontece por razões estratégicas para a ocupação, vigilância e domínio do território. Pode ser criada em áreas anteriormente ocupadas por posseiros e que foram retomadas pela ação da justiça.

Neste caso a criação da aldeia é determinada e autorizada pelos dirigentes da aldeia pólo. Depois de fundada, o novo cacique comunica o fato para a FUNAI e aguarda o reconhecimento.

5.6.3. CACIQUES E CAPITOAS

Cacique é o chefe de aldeia. Cada aldeia tem o seu cacique. No caso Tembé, os caciques tanto podem ser eleitos quanto depostos em assembleias. Quase sempre o cacique é o encarregado de resolver os problemas na aldeia. Fora dela, e fora da TIARG quem representa a aldeia é a liderança. Uma exceção é o cacique Naldo Tembé que também é a maior liderança do Alto Rio Guamá. Algumas aldeias podem ter uma figura feminina denominada de Capitoa, que não tem a mesma autoridade do cacique. Capitoa é a mulher Tembé que exerce liderança sobre as outras mulheres da aldeia. A Capitoa apenas lidera as mulheres da sua aldeia e algumas vezes pode liderar também as mulheres daquelas aldeias que pertencem ao seu pólo. É escolhida em assembleia. Pode ser uma auxiliar do cacique nas atividades com as mulheres. Deve obediência ao cacique da aldeia.

5.6.4. LIDERANÇA

Liderança de uma aldeia Tembé pode ser homem ou mulher. Uma aldeia pode ter várias lideranças. São escolhidos entre seus pares por possuir vários atributos como, por exemplo: saber lidar com situações diversas, ter boa argumentação, saber falar, ler e escrever em português, para poder conversar e discutir com os não índios fora da aldeia. Normalmente não é o cacique. Quando volta de alguma reunião ou evento acontecido fora da aldeia, a liderança deve relatar para os Tembé da sua aldeia os fatos discutidos, ouvir as opiniões dos seus pares e discutir os encaminhamentos que devem ser tomados.

5.6.5. RITUAIS E FESTIVIDADES

5.6.5.1. Festa da menina moça

Informação fornecida pelo índio Patiko Tembé ou Chico Rico, detentor da cultura Tembé, habitante da aldeia TekoHaw, no Alto Rio Gurupi e temporariamente morando na aldeia Ytaputyr para ensinar a língua e os costumes Tembé, já organizou e realizou várias **festas do moqueado que é a festa da menina moça**. Todas as meninas que se formaram

(apresentaram a primeira menstruação ou menarca) participam. Devem ser pintadas com tinta de genipapo pela mãe e ficam guardadas dentro do quarto. Não podem sair. Toda a comida é levada pela mãe. Até o banho é dado pela mãe. Ela é acompanhada por um rapaz também pintado, que participa do ritual dançando com ela. É o seu par. A moça tem de ficar até o final da festa. Se for embora sem a permissão do pajé, ela invariavelmente adoece. Deve voltar para ser curada e só depois de curada é que ela está liberada para ir embora.

Durante a festa ela deve beber cassirí ou caxirí, dançar e comer o moqueado de caça. O moqueado é preparado com a carne de veados, macacos, etc. Uma grande fogueira é acesa perto da casa onde vai ser celebrada a cerimônia, a ramada, e a carne é assada nesse fogo pelas mulheres da aldeia. O cassirí é uma bebida preparada através da fermentação do milho. Os índios mascam o milho e esse material resultante da junção da saliva contendo enzimas digestivas é depositado em um recipiente de barro chamdo de alguidar. Depois de alguns dias esse material transforma-se em uma bebida de grande teor alcóolico ao qual pode ser acrescido o mel de abelhas produzido na aldeia.

5.6.5.2. Festa do moqueado das crianças

Na aldeia Ytaputyr, Chico Rico realizou a festa do Moqueado das crianças, Kawaharer Pitika'í ou Festa dos Meninos. Até crianças que ainda não andam que estão na tipóia, podem participar. De acordo com Chico Rico, antigamente os pais não davam frutas para o filho comer. Também era proibido o menino ou o rapaz comer fígado dos animais abatidos. Se isso acontecesse, o rapaz ficava muito nervoso e não servia para guerrear. Os Tembé acreditam que existem vários seres bons e outros maus, de acordo com Chico Rico. Os encantados da água (mãe d'água), o dono do mato (curupira), do ar (gavião, urubu-rei) e da terra (cobra de duas cabeças) fazem mal para a moça e para as crianças. Por isso tem obrigatoriamente de passar pelo ritual da Festa da Moça a pela Festa da Criança. Os bichos encantados bons são personificados pelos curadores quando desenvolvem seus dons de cura e executam seus rituais.

5.6.6. O PAJÉ

O pajé ou curandeiro é uma figura de destaque e diferenciado nas aldeias indígenas. Ele exerce a pajelança. A pajelança é uma forma de magia nativa da Amazônia, tipicamente

indutiva, atuando sobre qualquer elemento vivo e mantendo estreita relação com os demais reinos da natureza: mineral, vegetal e animal. O pajé exerce uma influência muito grande sobre o seu povo – sua figura está para a tribo na mesma proporção em que o médico está para a comunidade. Isso faz com que sua importância e destaque assumam uma responsabilidade toda especial sobre os problemas que afligem seu grupo. Por outro lado, como um médico, o pajé segue as normas e obedece as éticas moldadas pela sua comunidade. Dificilmente alguma coisa lhe é negada, e ele, com justiça, exerce o poder e goza de fama e do respeito de todos na tribo²⁴.

A existência do próprio **pajé**, enquanto especialista em cura, deve-se à ajuda que os bichos lhe concedem, ensinando-lhe como fumar, como lidar com as doenças e curar. No mais das vezes, sem a ajuda do espírito do animal protetor, é impossível ao pajé acabar com a doença, auxiliar um parto complicado, localizar pessoas extraviadas na mata, etc. E o pajé experiente sabe que para contar com tão valiosa ajuda deve obedecer rigorosamente às instruções que recebe e respeitar as interdições impostas, por mais difíceis que possam parecer. Qualquer infração pode acarretar a morte do aprendiz, como ensinam muitos relatos (JUNQUEIRA, 2004). Entre os Tembé, a função de **pajé** pode ser exercida tanto por homens quanto por mulheres. Atualmente a Região do Alto Rio Gurupi não tem nenhum pajé. Enquanto que na Região do Alto Rio Guamá existe **uma pajé** de muito prestígio: Dona Hilda Tembé.

5.7. UM PROGRAMA PARA OS TEMBÉ

Preocupadas com os profundos problemas sócio-ambientais pelos quais passa o povo Tembé do Alto Rio Guamá, diversas instituições públicas e não-governamentais assinaram no dia 13 de novembro de 2007 no Ministério Público Federal do Pará um termo de cooperação para a execução de ações de desenvolvimento sustentável nesta terra indígena no nordeste do Estado do Pará.

Partindo do compromisso assumido em Novembro de 2006, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Bolsa Amazônia²⁵, com o apoio o Ministério Público Federal do Pará, da

²⁴ Ver em <http://www.xamanismo.com.br/Teia/SubTeia1192186946>, acesso em 02 de abril de 2011.

²⁵ **Bolsa Amazônia** é uma organização vinculada ao POEMA que traz ao mercado a possibilidade de realização de negócios sustentáveis e de conhecer novos produtos regionais, construindo Alianças Inovadoras em Defesa da Vida, nos países amazônicos. Promove produtos amazônicos sustentáveis;

Fundação Nacional do Índio e da Coordenação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado do Pará, resolveram iniciar a elaboração do PROGRAMA TENETEHARA, de afirmação sócio-cultural do povo Tembé.

O objetivo principal deste programa é o fortalecimento dos indígenas em seus esforços de auto-organização que envolve a questão de sua identidade cultural, a definição dos futuros modos de sua vida, segurança alimentar, geração de renda e a sua relação com as crescentes tentativas de agentes da sociedade nacional em se apropriarem dos recursos naturais de suas terras de maneira ilegal e por compensações irrisórias.

O PROGRAMA TENETEHARA pretende desenvolver ações de capacitação e assistência técnica voltadas para a produção agro-ecológica, em 21 aldeias indígenas Tembé, da TIARG, que tem limites com os municípios de Santa Luzia do Pará, Capitão Poço e Nova Esperança do Piriá, no Nordeste Paraense e Paragominas, no Sudeste Paraense. Visa promover ações que possa criar condições para a sustentabilidade do território Tembé, através do fortalecimento das Associações Indígenas, que os tornem capazes de acompanhar o processo de desintrusão e de reocupação sustentável de seu território, da orientação técnica para o aproveitamento racional dos recursos naturais e moldar a paulatina ocupação de toda a TIARG, levando-se em consideração a séria crise por que passam os indígenas, devido a intrusão de madeireiros, de traficantes de drogas e de colonos não-índios tem provocado a expropriação territorial e a degradação ambiental, além de fragilizar as organizações indígenas formais e gerar conflitos culturais, deixando como resultado a baixa qualidade de vida.

Atualmente o PROGRAMA TENETEHARA é executado pelo Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA), vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com a Fundação Nacional do Índio – Administração Regional Executiva de Belém (FUNAI-AERBEL) - e Bolsa Amazônia.

CAPÍTULO 6. PRODUTOS FLORESTAIS NÃO-MADEIREIROS NA TIARG

6.1. PFNMS NO ALTO RIO GURUPI

Índios e demais povos habitantes da floresta Amazônica, desde tempos imemoriais utilizam os Produtos Florestais Não-Madeireiros como alimentos, remédios, cosméticos e material para móveis, ferramentas, materiais de construção e várias outras finalidades durante toda a sua vida. No entanto, na medida em que estas comunidades experimentaram mudanças no seu modo de viver saindo da economia de subsistência para uma economia baseada no dinheiro, no mercado, estas comunidades estão tentando aumentar a colheita e comercialização de alguns PFNMs como uma forma de gerar renda extra.

A idéia de que as colheitas de PFNMs podem atender aos objetivos de geração de renda para as comunidades locais e reduzir a pressão sobre o desmatamento, diminuindo a produção madeireira é vista como uma atitude politicamente correta. Porém, a viabilidade desta estratégia permanece na dúvida, porque a produção e o potencial de mercado de muitos PFNMs ainda são desconhecidos. A necessidade urgente de obter esse tipo de informação é particularmente importante para as reservas indígenas situadas na Amazônia brasileira, uma vez que estas incluem a maior quantidade de florestas protegidas do Brasil, e os povos indígenas estão ativamente à procura de meios económicos que possam apoiar o desenvolvimento de suas comunidades (PLOWDEN, 2001).

O pesquisador norte-americano James Campbell Plowden morou entre os indígenas Tembé do Alto Rio Gurupi, na aldeia TekoHaw na Terra Indígena Alto Rio Guamá quando fez os seus estudos de campo para escrever sua tese de doutorado. PLOWDEN estudou os PFNMs usados comumente pelos indígenas Tembé habitantes das florestas do Gurupi. Os

seus estudos incluíram a biologia, a ecologia, a forma de extração, a localização e as formas de comercialização capazes de gerar renda para a população indígena.

6.2. DIFERENTES TIPOS DE PFNMS

As informações fornecidas por PLOWDEN (2001) nos dizem que os PFNMs obtidos a partir do exterior de árvores como as resinas, pedaços de troncos de árvore, raízes, cipós em árvores hospedeiras, e sementes no solo, foram colectados muito mais rapidamente do que os produtos que exigiam operações adicionais à simples colecta, como a perfuração ou raspagem de árvores para retirar produtos, tais como o látex e oleoresinas. Além disso, à medida que aumenta pressão da colecta, os colectores têm de se afastar de suas aldeias para encontrarem os PFNM em quantidade e qualidade que compensem o esforço dispendido.

Entre 1996 e 2000, PLOWDEN viveu na aldeia TekoHaw, para estudar a ecologia de produção de PFNMs regionalmente importantes: oleoresina de árvores de copaíba (*Copaifera* spp.), resina de árvores de breu (*Protium* spp.) e raízes aéreas de cipó titica (*Heteropsis* spp.).

6.3. COPAÍBA

Denomina-se de COPAÍBA a oleoresina extraída do tronco de várias espécies de árvores também conhecidas como copaíba (*Copaifera* spp.) (Caesalpiniaceae) encontradas na bacia do Rio Amazonas e em outras partes da América do Sul. Tem sido usada como medicamento por povos indígenas e ocidentais há mais de 400 anos.

A oleoresina de copaíba é rica em compostos terpenóides voláteis e não voláteis produzidos em células do parênquima em muitas partes da árvore. O material é depositado em canais de resina no alburno e pode ser encontrado acumulado em grandes quantidades nas cavidades. Informações fornecidas pela população local indicam que as melhores árvores produtoras podem produzir uma faixa de 2,5 a 24 litros de oleoresina por árvore.

Na TIARG, a baixa densidade natural de árvores de copaíba (por exemplo, 0,1-2 árvores/ha) significa que pode ser necessário gastar consideravelmente mais tempo para localizar as árvores do que para colher sua oleoresina. Quando a densidade e a produção média são baixas a colheita comercial pode não ser viável. O conhecimento das

características específicas da copaíba e habitats preferenciais pode melhorar a eficiência da busca das melhores árvores que estão dispersas na floresta. A produtividade da extração desta oleoresina varia enormemente: efectuar uma perfuração de dois furos em uma árvore pode implicar esperar em média 40 minutos para colher toda a oleoresina; enquanto que em outros casos pode ter de esperar-se horas ou dias para obter a mesma quantidade. Quando os fluxos são grandes pode ser mais eficiente deixar um dispositivo de colecta no local e retornar mais tarde.

Em suma, a menos que a densidade média das árvores e o número potencial de colheitas por planta sejam altas, a extração de óleo de copaíba não rende o suficiente para compensar o esforço dispendido, por dia, para uma pessoa em uma área de 1.000 hectares de floresta.

No início do século 20, a colheita de oleoresina de copaíba foi uma das principais atividades económicas dos indígenas Tembé na região (CEDI, 1985; SALES, 1993 e 1994). As embarcações de comércio itinerantes (chamados "regatões") foram os compradores primários que trocavam produtos básicos com os índios por óleo de copaíba e outros produtos florestais.

6.3.1. QUANTIDADE DE ÁRVORES, TIPOS, TAMANHOS E CONDIÇÕES

Ainda de acordo com PLOWDEN (2001), os indígenas Tembé reconhecem quatro tipos de árvores de copaíba nas matas próximas à aldeia TekoHaw. A mais comum e de menor tamanho é a árvore de copaíba branca ou "ching copai" na língua Tembé. Geralmente apresenta um tronco cilíndrico ligeiramente afilado, cinza, de casca lisa e esbranquiçada. Sua oleoresina é de uma cor amarelo pálido e escorre facilmente. A árvore de copaíba de médio porte na área é chamada "kuru copai". Ela também tem um tronco cilíndrico cinzento e alburno de cor clara, mas é coberta com erupções redondas sobre a casca que medem menos de 1 cm de diâmetro e 0,5 cm de altura. Sua oleoresina é acinzentada e muito viscosa.

A maior árvore de copaíba encontrada na área é a copaíba vermelha ou "piranga copai", cujo tronco cresce para fora em uma base quadrada. Árvore de casca enrugada e normalmente marrom-avermelhada e os seus alburnos e oleoresina de média viscosidade também são laranja-avermelhado. Um quarto tipo de árvore copaíba chamado "copai hu", a copaíba "grande árvore", é ocasionalmente encontrada nas proximidades dos rios

principais. Suas características são uma mistura das árvores descritas anteriormente.

Indígenas Tembé habitantes da TIARG que atravessam a floresta para caçar ou coletar outros produtos da floresta poderiam com facilidade efetuar a colheita de oleoresinas de árvores de copaíba por muitos anos sem se aproximar do limite desses recursos. Esta modalidade, no entanto, não representa uma oportunidade potencial para que os Tembé possam aumentar sua renda, se a intenção for a de maximizar a colheita de oleoresina de copaíba para ser usada para fins comerciais.

6.3.2. MERCADO DE OLEORESINA DE COPAÍBA

A dificuldade em rentabilizar a colecta de oleoresina prende-se com a inexistência de circuitos de comercialização que permitam a captação de renda por parte dos colectores. Actualmente, o óleo de copaíba é vendido por pequenos comerciantes nas lojas de plantas medicinais da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, e recebem por um litro de óleo vendido, até seis vezes mais do que pagam ao índio colector.

6.4. A RESINA BREU

Indígenas e outros moradores da floresta amazônica brasileira coletam e vendem resinas de várias espécies do gênero *Protium* (Burseraceae família). A resina, que é localmente chamado breu, é usada como acendedor de fogo, incenso, ingrediente de medicamentos e como material de calafetagem para barcos de madeira. O estudo de PLOWDEN (2001) realizado com índios Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá no Estado do Pará revelou que as árvores de breu produzem uma média que varia entre os 0,8 kg e os 11 kg de resina, durante uma primeira colheita. O fluxo de resina é estimulado por uma espécie gorgulho *Sternocoelus* (Coleoptera: Curculionidae), as larvas do inseto penetram na casca interna e se desenvolvem dentro de pedaços de resina que se formam na parte externa da casca. Esta é uma adaptação desses insetos a um composto rico em terpenos que é geralmente um potente agente de defesa contra pragas.

6.4.1. ONDE ENCONTRAR O BREU

Na Terra Indígena Alto Rio Guamá, onde moram os Tembé do Gurupi o breu foi encontrado com frequência e em quantidades maiores em árvores grandes e saudáveis. Por

outro lado, árvores em florestas que foram ocasionalmente inundadas tiveram colheitas maiores de resina do que aquelas situadas em zonas de terreno mais alto. Adicionalmente, o fluxo de resina surge estreitamente correlacionado com o número e o tamanho dos furos feitos por larvas do gorgulho de acordo com PLOWDEN (2001).

Na área Tembé da TIARG a quantidade de árvores Burseraceae que apresentam a probabilidade de produzir a resina encontravam-se, ainda de acordo com as observações de PLOWDEN (2001), dispersas numa malha cuja densidade é de 9 a 10 árvores/ha. Esta densidade coloca a TIARG em nível de inferioridade quando relacionada com outros locais pesquisados em várias partes da Amazônia brasileira, onde a densidade de árvores pode exceder 50 árvores/ha. Estima-se que em locais que apresentem uma densidade de 1-50 árvores/ha, um colhedor experiente pode colher uma média de 1-19 kg de resina por dia. A resina é colocada no sol para secar, e perde de 15-20% do seu peso antes de o material ser comercializado (PLOWDEN, 2001).

6.4.2. AS ÁRVORES DE BREU

Os Tembé têm nomes diversos, tanto na sua língua quanto em Português para designar o vasto leque de árvores de breu encontradas nas suas florestas (BALÉE, 1987). Esses nomes são baseados na casca, madeira, e nas características da folha. Enquanto a maioria das espécies de árvores de Burseraceae na área são, provavelmente, produtoras de resinas. Existem dois tipos principais (que incluem diversas espécies) que produzem a resina que é colhida no tronco: Esses dois tipos de breu são chamados de "branco" e "Sarárá".

De acordo com os Tembé, o breu "vermelho" vem de árvores de breu que não são uma fonte de resina. Nas florestas da aldeia TekoHaw as árvores de breu branco e árvores sarará apresentavam uma densidade média combinada de 9,6 árvores/ha, PLOWDEN (2001). Tanto o breu branco, quanto o tipo denominado de sarará, contribuem igualmente para essa média global, mas a densidade destes dois tipos variam consideravelmente entre os dois principais tipos de floresta. As árvores de breu "branco" são mais comuns nas florestas da "terra firme", enquanto "as árvores tipo sarará" têm uma maior presença nas florestas alagadas denominadas de "baixo".

6.4.3. VENDA DA RESINA DO BREU

O breu colhido pelos homens Tembé da TIARG até o ano de 1996 era armazenado em sacos e levado para a comercialização por eles próprios, ou por um representante da FUNAI, até à vila do Gurupi ou à cidade de Belém. Esse tipo de comércio era imprevisível e ocasional e na maioria das vezes envolvia custos pessoais elevados com o transporte e alimentação. Em 1997, a situação melhorou, quando dois homens não indígenas estabeleceram-se na Aldeia TekoHaw e passaram a comprar resina de breu e cipó titica seco, colectados por índios Tembé da Terra Alto Rio Guamá e dos vizinhos Ka'apor que viviam na Terra Indígena Alto Turiaçu. Os Tembé não precisavam mais sair da sua terra para vender breu e cipó titica.

6.5. CIPÓ TITICA

As raízes aéreas de várias espécies do hemífito *Heteropsis* (Araceae), conhecida localmente como cipó "titica" têm sido muito utilizadas pelos indígenas e outros povos da Amazônia como um material forte e flexível na construção civil e no artesanato. Nas últimas décadas a procura comercial para esse produto aumentou, derivada da sua utilização como vime na fabricação de móveis.

6.5.1. ONDE ENCONTRAR CIPÓ TITICA

A densidade média de árvores com raízes de cipó titica em áreas de “florestas de terra firme” relativamente imperturbada na TIARG registrada por PLOWDEN (2001) foi de 371 árvores por hectare, tendo pouco mais de metade destas raízes prontas para serem colhidas e preparadas para a comercialização. Nessas áreas, observou-se uma média de 0,9 raízes prontas para serem colhidas e cerca de 2,4 raízes que ainda não estavam maduras, portanto, não estavam prontas para serem colhidas, por árvore hospedeira, gerando uma densidade de raízes titica de 1.332 raízes por hectare, 26% das quais estão comercialmente maduras. O cipó titica não mostra uma preferência positiva para determinados tipos de árvores hospedeiras, mas o número de raízes de titica por árvore hospedeira aumenta com o tamanho da árvore (PLOWDEN, 2001).

6.5.2. PROCESSAMENTO DO CIPÓ TITICA

Os colectores andam pela floresta abrindo pequenas trilhas, geralmente em grupos familiares ou individualmente, com o menor esforço possível, pois é necessário economizar energia para a caminhada pela mata e para a colecta propriamente dita, e após a mesma, é necessário fazer o carregamento dos feixes que são produzidos com o cipó colectado (DURIGAN, 1998).

O processamento do cipó ocorre em dois estágios. O primeiro refere-se ao corte dos nós ainda na floresta, e o segundo ao desfibramento do córtex (casca), que é realizado quando o comprador pede fibras sem córtex. O desfibramento do córtex é feito com as próprias mãos, ou com o auxílio de uma pequena faca. Nessa fase ocorre uma maior participação das mulheres no processo. Depois de processadas, as fibras são reunidas e amarradas antes do transporte ao mercado (FERREIRA e BENTES-GAMA, 2005).

6.5.3. COMÉRCIO DO CIPÓ TITICA

Os comerciantes da região costumam comprar as raízes processadas. Uma pessoa é capaz de colher, em média, 35 kg de raízes por dia. Antes de 1998, as raízes de cipó titica colectadas na reserva Tembé eram periodicamente vendidas para pequenos comerciantes que chegavam pelo rio Gurupi ou para a cidade de Belém (PLOWDEN, 2001).

A vantagem de vender para o revendedor do rio é que ele paga imediatamente pelas raízes do cipó titica em dinheiro, embora pague normalmente cerca de 25% menos do que os comerciantes da cidade. A desvantagem de vender na cidade é o fato de que o pagamento para os Tembé só acontece depois destes comerciantes venderem a mercadoria aos seus clientes. Por outro lado, os revendedores das grandes cidades só compram lotes de centenas de quilogramas de raízes limpas, o que obriga os apanhadores a terem de esperar até conseguirem colectar grandes quantidades de raízes.

Os comerciantes da cidade de Belém costumam vender alguns kilogramas de cipó titica para outras cidades e até para outros Estados, mas a maioria dos consumidores locais é moveleira de estilo artesanal. Essas empresas são todas de pequeno porte e dependem de encomendas feitas antes de realizarem a compra do cipó titica para que possam fabricar móveis de vime, mas produzem também, em graus diferentes, móveis de outros materiais, como madeira ou o metal. Na maior parte dos casos, os móveis fabricados com cipó titica

são apenas um componente marginal da indústria de moveleira. No entanto, quando o vime é usado na fabricação de móveis, o cipó titica é o elemento principal utilizado nestas empresas, e é o material dominante em muitos tipos de cadeiras e sofás comercializados na região.

6.5.4. ESTRUTURA DE MERCADO PARA O CIPÓ TITICA

A colheita do cipó titica é a mais importante fonte de renda para muitos Tembé e outros povos indígenas que vivem nas florestas do Brasil (DURIGAN, 1998), porém o trabalho é mal remunerado. Os esforços de uma colheita do cipó foram monitorados na aldeia Cajueiro no Alto Rio Gurupi na TIARG. Foram dois dias de viagem de ida e volta de TekoHaw e cinco dias de colheita para conseguir cerca de 168 kg de raiz. O colheitador e sua família passaram mais três dias para efectuar a remoção dos nós, das partes ruins e do córtex. O material que foi limpo levou uma semana para secar.

Levando em conta que pode haver uma elevada margem de lucro obtido entre o custo da matéria-prima e do produto acabado, é tentador para o povo Tembé do Alto Rio Gurupi poder obter uma renda extra resultante do seu trabalho enquanto colheitador de cipó titica. Os colheitadores poderiam ganhar mais se eventualmente vendessem seu produto pronto diretamente para as fábricas de móveis de vime ou se os próprios Tembé fabricassem esses móveis. Os Tembé demonstraram que possuem aptidão para trabalhar com esse tipo de material. No entanto, há vários desafios que dificultam a viabilidade desse empreendimento. Em primeiro lugar, é muito mais fácil transportar grandes lotes de vime do que móveis volumosos em pequenos barcos ou veículos. Por outro lado, os comerciantes de móveis em Belém compram habitualmente raízes de vime para produzir os móveis. Seria, pois, necessário encontrar outros clientes para o produto acabado.

TROY e HARTE (1998) fornecem detalhes adicionais sobre as empresas de móveis de vime com sede em Belém, que indicam que pode ser possível aos artesãos rurais e indígenas aumentar as vendas de artesanato feito a partir de titica e outros cipós.

6.5.5. DESAFIOS PARA COLHEITA SUSTENTÁVEL DE TITICA

Colher o cipó titica tem se apresentado como um problema de grandes dificuldades, a exemplo de outros tipos de PFNMs encontrados na TIARG. É uma planta que tem se mostrado útil para os povos da floresta Amazônica, e que é utilizada como um material

fundamental na construção de estruturas e para criar outros objetos para uso diário. As árvores do cipó titica são abundantes em muitas florestas primárias. O aumento da procura de raízes titica como principal material para a fabricação de móveis de vime criou uma fonte muito bem-vinda de renda em dinheiro para os povos da floresta, mas isto também tem colocado uma pressão muito maior sobre os recursos de cipó titica na floresta.

É evidente que a colheita comercial perto de aldeias maiores na TIARG não é mais viável, por essa razão essas atividades se mudaram para as aldeias menores e mais remotas. A grande parte do interior da floresta permanecerá inexplorada porque não é possível carregar nas costas fardos pesados de cipó por muitos quilômetros até o rio mais próximo. Esse fato demonstra que a espécie não está ameaçada. Sem que uma maneira de gerenciamento proativo de colheita de cipó titica seja colocada em prática pelos Tembé, a tendência é que com o tempo e a demanda pelo produto leve a que as áreas mais acessíveis se esgotem como fonte comercial do cipó em relativamente poucos anos.

6.6. USO DA TERRA PELOS TEMBÉ

As práticas de uso da terra e da história local tiveram também uma forte influência sobre o tamanho e o potencial produtivo da base de recursos dos PFNMs. Um incêndio que aconteceu no Alto Rio Gurupi no início dos anos 1980 deixou queimados trechos extensos de floresta por vários quilômetros a partir da aldeia TekoHaw. Quase 20 anos depois, as raízes de cipó titica são ainda quase ausentes nessas áreas que foram queimadas e que são dominadas por espécies arbóreas pioneiras. Algumas árvores de copaíba, que foram queimadas pelo fogo não sobreviveram, pois seu tronco aparentemente oco fez com que houvesse a perda da capacidade de armazenamento de oleoresina.

Os Tembé também estão a perder parte de sua base de recursos dos PFNMs quando suas florestas são derrubadas para a agricultura e as áreas florestais adjacentes são queimadas pelo fogo que escapa do roçado que está sendo queimado para fazer suas roças. Como os incêndios florestais relacionados com a exploração madeireira, pecuária e agricultura aumentam em toda a Amazônia (NEPSTAD *et al.*, 1999), poderá haver uma diminuição correspondente direta e indireta dos recursos da base de PFNMs na região. Mudar os padrões de assentamento entre os Tembé também poderia afetar seu acesso aos PFNMs de valor comercial e aqueles usados para a sua subsistência.

6.7. AÇAÍ NA TERRA TEMBÉ

O outro produto que pode ser tirado diretamente da floresta que parece oferecer recompensa económica estável e atractiva, é o fruto denominado açaí (*Euterpe oleracea* palmeira). Os Tembé poderiam levar esses frutos para o mercado, mas a recolha e entrega teria de ser altamente organizada, porque os frutos devem ser colhidos quando maduros e devem chegar ao mercado nas 24 horas seguintes. Devido à perecibilidade do fruto, é difícil para os Tembé do Guamá comercializarem o produto, pois se quiserem vender seu açaí diretamente no mercado de Belém terão de viajar alguns dias de barco; Enquanto que os habitantes das várzeas nas florestas inundadas perto de Belém colhem e vendem açaí, por que vivem nas proximidades do grande centro consumidor e precisam apenas de duas horas de viagem para colocá-lo no mercado. Também para os Tembé da aldeia TekoHaw é inviável a comercialização do açaí, pois embora mais próximos de uma cidade, de Paragominas, dependem de um caminhão que pode levar até oito horas de viagem para chegar ao mercado.

Um problema adicional com a implementação de um empreendimento comercial para a venda do açaí é a potencial competição entre a venda e o autoconsumo, pois os frutos são abundantes durante os picos da estação de frutificação, mas escasseiam noutros períodos, obrigando os Tembé a grandes deslocações para fora das aldeias para colher os frutos.

6.8. ARTESANATO

Os índios Tembé da aldeia TekoHaw têm na venda de artesanato um importante complemento para a sua renda familiar. O artesanato nem sempre é visto como PFNM. Os artigos são feitos com diversas variedades de materiais vegetais, sementes, folhas, raízes, fibras, madeira, resinas e materiais animais, incluindo penas, peles e dentes, e ocasionalmente incluem materiais sintéticos, tais como contas de plástico e linha de pesca. Um homem Tembé típico pode labutar por três dias na mata e mais três dias na aldeia para processar 100 kg de raízes de cipó titica e receber cerca de 20 reais pelo seu esforço. Outro homem pode gastar muito menos tempo para recolher 01 (um) kg das mesmas raízes e transformá-las em uma cesta e também poderia ganhar a mesma quantia com a venda dessa cesta.

As mulheres Tembé podem colher caroços de uma palmeira chamada de tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.), esculpir minúsculas peças em formas de tartarugas, sapos e

peixes, amarrá-los em forma de colares, e ganhar tanto quanto um Tembê que vende um saco de 60 kg de farinha de mandioca.

Estes exemplos mostram que o artesanato é uma actividade com grande potencial gerador de renda para os Tembê.

6.9. O ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS DA SOCIEDADE DE CONSUMO E OS TEMBÊ

Os habitantes da aldeia TekoHaw anseiam cada vez mais comprar equipamentos eletrónicos e fogões a gás, e com isso aumenta a necessidade do consumo de pilhas, óleo diesel, e de gás de cozinha entre outros. Isso requer mais viagens para a cidade. E aumenta o consumo de gasolina e óleo diesel e a necessidade de reparos freqüentes no motor do barco e das motocicletas. Todas essas coisas custam dinheiro e provocam uma pressão cada vez maior sobre os recursos naturais. O esgotamento e as mudanças na utilização dos recursos que acompanham a aculturação têm sido observados entre outros grupos indígenas (ROBINSON e REDFORD, 1991; BAKSH, 1995; STEARMAN, 1995). Essas questões representam um desafio crescente para os Tembê e para outras pessoas que desejam ter acesso às suas plantas medicinais tradicionais e aos seus recursos florestais e animais buscando integrar os aspectos do mundo não-índio ao seu estilo de vida.

6.10. PROBLEMAS DA PRODUÇÃO DOS PFNMs

Tanto a organização da produção quanto da comercialização dos PFNMs representam ainda um campo extremamente complexo e de difícil solução para os Tembê avançarem economicamente nesta área específica. Na realidade, o grau de organização na oferta e no comércio é diferente para cada produto. Os mais importantes estão relacionados com a forma de produção, cultivo ou extração, a integração da produção à indústria processadora ou a firmas especializadas em determinados nichos de mercado e às características de industrialização e beneficiamento dos produtos.

Há ainda um leque de outros problemas que interferem na organização da produção, designadamente: (a) a falta de crédito para os produtores agroextrativistas indígenas e suas organizações de base, ou seja, suas associações; (b) dificuldades na padronização e qualidade, seleção de embalagem atrativa (design) e adequada; (c) falta de certificação de determinados produtos; (d) dificuldades no atendimento dos aspectos fitossanitários e

legais; (e) concorrência com produtos industrializados e falta de contatos com os compradores, sejam esses atacadistas ou o próprio consumidor final.

Os problemas referentes à organização da produção potencializam-se ainda mais com a relativa escassez de informação sobre os PFNMs. A informação quando existe, está dispersa e não sistematizada, e são insuficientes para atender as demandas dos projetos. Algumas informações relativamente simples são de difícil acesso, como, por exemplo, a forma de cultivo e manejo das espécies, quem são os compradores e vendedores, qual a forma de comercialização no mercado, quais as exigências no beneficiamento e transporte que atendam aos requisitos fitossanitários exigido pelos órgãos públicos e, ainda, sobre os preços praticados no mercado.

As iniciativas desenvolvidas atualmente em prol da comercialização dos PFNMs, apesar de bem intencionadas, em geral, são isoladas e resultam na pulverização de recursos e na duplicação de esforços. Como atuam sem uma estrutura ágil de comunicação entre os projetos, repetem erros já cometidos por outros. Muito raros são os trabalhos técnicos que procuram caracterizar a produção e os produtores dos PFNMs nas terras indígenas. Há, portanto, a necessidade de maiores detalhes e aprofundamento, com base em informações fidedignas, que permitam responder questões importantes sobre a organização da produção e contribuir para o fortalecimento de alternativas de desenvolvimento económico, social e ecológico nos locais de tradição de atividade extrativista por parte dos indígenas.

6.11. OS PFNMs NA TIARG SÃO ECONOMICAMENTE VIÁVEIS?

Os estudos de caso feitos por PLOWDEN (2001) mostraram que era difícil encontrar PFNMs que reunissem todas as condições (de alta densidade, alto rendimento percentual, redução de perdas durante o processamento, preço alto, a renovação rápida dos recursos) para fazer com que os Tembé colheitadores de PFNMs pudessem obter um rendimento financeiro que os permitissem viver sem derrubar suas florestas. Mais estudos sobre os PFNMs se fazem necessários para que se possa compreender sua capacidade de produção e ao mesmo tempo entender os fatores que influenciam o seu processo de colheita, sua preparação e comercialização para subsidiar as comunidades indígenas a avaliar realisticamente o potencial com que cada recurso PFM pode contribuir para aumentar sua renda anual e como a colheita pode ser controlada para preservar cada população vegetal como uma fonte de recursos em longo prazo.

6.12. CONCLUSÃO

O papel dos produtos Florestais Não-Madeireiros ainda carece de uma definição mais clara no conjunto das atividades económicas do povo Tembé. É importante entender que qualquer avaliação do papel dos PFNMs para o processo reprodutivo desses produtos não deve se ater à quantidade dos recursos financeiros que possam gerar para a comunidade, e sim do ponto vista do seu manejo racional proporcionando melhores condições de vida no que concerne à segurança alimentar, por exemplo. Os Tembé são capazes de sobreviver em partes remotas da selva com uma renda baixa, se mantiverem o acesso aos bens da floresta, o peixe, frutas, remédios e materiais para fazer abrigos próximos aos riachos e das matas.

Quando as florestas são destruídas e os recursos de PFNMs são perdidos, os povos da floresta são prejudicados duplamente. Primeiro, eles perdem uma fonte direta de alimentos e outros materiais que passam a ter de comprar, e segundo, no processo de perda da floresta eles também perdem muitos dos recursos que lhes permitiriam ganhar algum dinheiro.

O grau de transformação de matérias-primas em produtos comerciais variou amplamente entre os diferentes produtos. O tempo necessário para encontrar e colher um determinado produto na floresta é em grande parte das vezes excessivamente longo. O montante da renda que poderia ganhar um colheitador de cada um dos PFNMs, também depende da demanda para o produto e seu preço de mercado.

As perspectivas económicas da colheita de oleoresina de copaíba, de resina breu e de cipó titica podem nem sempre ser atractivas, mas seria desaconselhável a utilização de uma lógica puramente económica para defender a sua preservação ou manutenção das florestas que os contêm. A oleoresina de copaíba é colhida e utilizada por indígenas e outros moradores da floresta para seu próprio uso (e não para venda). Os Tembé lamentam, em especial, a perda de copaíba e outras árvores valorizadas pela sua cultura em vastas áreas de floresta que foram queimadas por não-índios que ocuparam a reserva Alto Rio Guamá. Por outro lado, o desejo de desenvolvimento económico entre os povos da floresta é cada vez mais acentuado, e estas aspirações provavelmente terão de ser realizadas através de outros meios que evitem e revertam a exploração intensiva e, provavelmente, predatória de copaíba e outros PFNMs escassos na floresta.

As comunidades indígenas que habitam a região do Alto Rio Gurupi colhem várias toneladas de resina de breu por ano. Os níveis de colheita atual provavelmente podem ser mantidos porque o preço de venda da resina e a demanda do mercado são relativamente baixos. No entanto, os índios Tembé colectores de cipó titica para competir com os comerciantes de Belém e obterem melhores preços para seu produto, precisariam alugar o seu próprio espaço na cidade o que incorre em custos consideráveis e experiência em comercialização. Uma vez que grande parte dos negócios locais é baseada em encomendas, há também necessidade de possuir um meio eficaz de ligação dos clientes com os artesãos para discutir as necessidades do cliente.

Os problemas inventariados ao nível da produção e comercialização dos PFNM mostram que os índios não podem viver apenas da sua colecta nas florestas da TIARG no Alto Rio Gurupi. Para os Tembé que habitam o Alto Rio Guamá as perspectivas são ainda piores porque suas florestas foram quase que completamente dizimadas.

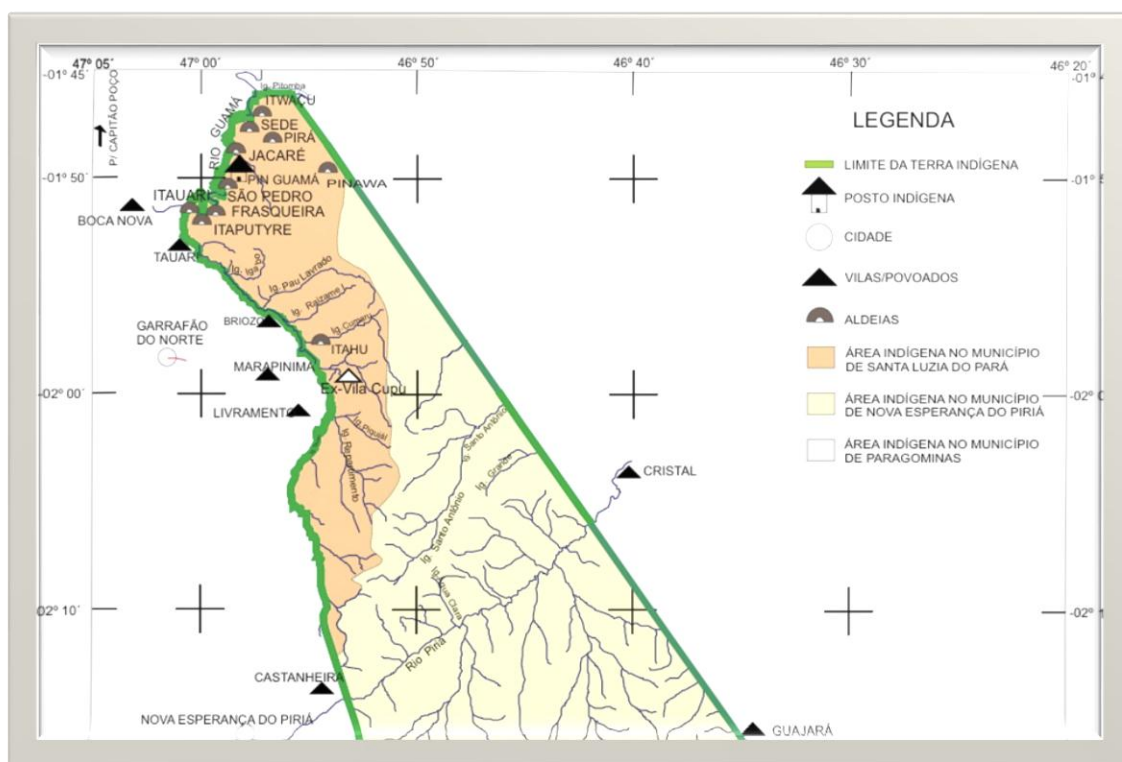
Como a alternativa de usar os PFNMs, de acordo com os estudos de PLOWDEN (2001, 2002) não parece ser para os Tembé da TIARG a saída para que possam vir a ter sucesso no desenvolvimento local, apostar na venda de créditos de carbono provenientes da conservação de suas florestas em pé, utilizando os mecanismos REDD, pode ser a solução para assegurar a viabilidade das comunidades em simultâneo com a conservação da floresta.

Como os grupos de Tembé da TIARG vivem em regiões bastante diferentes, e entendem o mundo de forma diversa, necessitam interagir e discutir para que possam organizar-se para participar do mercado mundial de carbono. Acompanhar e compreender esses processos organizacionais era um dos objectivos centrais desta pesquisa e foi nesse sentido que foi feita a observação participante da vida destas comunidades, do seu cotidiano, das suas condições de vida e do modo como se organizam social e politicamente. Nos próximos capítulos, é reportada essa observação, bem como seus resultados.

Os dois capítulos que se seguem descrevem as Regiões do Alto Rio Guamá e do Alto Rio Gurupi, suas aldeias e sua organização social e política. Também acompanhamos as reuniões decisivas para a formação de suas Associações com vista à gestão e comercialização dos créditos de carbono no âmbito do mecanismo REDD, as decisões tomadas e as perspectivas para o futuro.

CAPÍTULO 7. VIAGEM AO ALTO RIO GUAMÁ

Os Tembés da TIARG convivem no seu cotidiano com realidades muito diferentes umas das outras. Habitam regiões geograficamente distintas e enxergam o mundo também de maneira diversa. Por todas essas razões sua forma de organizar-se, tanto política quanto socialmente não são as mesmas. Logo, as negociações que necessitam fazer para que possam ter um mínimo de condições de entendimento da complexidade dos mecanismos REDD e do mercado de carbono terão obrigatoriamente que tomar caminhos não coincidentes.



Fonte: FUNAI/Coordenadoria Regional de Belém, modificado.

Mapa 3 – TIARG, com a localização das aldeias do Alto Rio Guamá

O primeiro grupo de indígenas da etnia Tembé que tivemos acesso foi exatamente aquele que habita a Região do Alto Rio Guamá. Nessa área da TIARG, ilustrada pelo Mapa 3, em várias viagens que ocorreram entre os meses de Outubro de 2009 a Março de 2010, convivemos com Tembé que vivem em contato mais próximos dos não índios fora das aldeias. Visitamos todas as aldeias do Alto Rio Guamá, conversamos com todos os caciques e alguns ex-caciques e tivemos a felicidade de acompanhar alguns acontecimentos inusitados nas aldeias.

ALDEIAS DO ALTO RIO GUAMÁ

Para acessar as aldeias situadas no Alto Rio Guamá, é necessário ir até à cidade de Capitão Poço, situada a cerca de 200 km de Belém e viajar por uma estrada de terra, um ramal de péssima condição de conservação na estação sem chuvas. A viagem é feita por entre fazendas, muito pasto, pouquíssima floresta nativa, só raramente se apresentam algumas ilhotas de floresta nativa. Depois de certo tempo começa-se a entrar na área de floresta nativa que forma a franja ciliar do Rio Guamá. Chega-se a uma pequena clareira onde os veículos ficam estacionados. Do outro lado do rio avista-se a aldeia SEDE.

7.1. ALDEIA SEDE



Foto 2 – Aldeia SEDE, vista a partir do lado esquerdo do Rio Guamá

É uma aldeia que segue o curso do Rio Guamá. A casa do Cacique Naldo Tembé é a primeira, logo na chegada. É uma casa grande, de alvenaria, coberta com telhas de barro, e

possui amplas varandas. Vários motores de popa estão guardados na varanda. A frente da casa não é voltada para o rio e sim para a rua que atravessa a aldeia. A aldeia tem 30 casas e 120 habitantes. Conta com luz elétrica direta, há um ano e meio, fornecida pela companhia Rede Celpa, mas não tem iluminação pública nas ruas. Dispõe de um poço artesiano com caixa d'água com capacidade para armazenar 10.000 litros de água, mas no momento da nossa passagem passava por um período de racionamento devido à seca na região, mesmo a aldeia estando situada às margens do Guamá, um rio perene e volumoso. A água é tratada e chega a todas as casas da aldeia. Existe na aldeia um Agente Indígena de Saneamento (AISAM) que cuida dos serviços de água e saneamento.

Em frente à casa do cacique fica uma construção em alvenaria, nova, bem feita e moderna que abriga o Pólo Base de Saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) da aldeia SEDE. Trata-se do primeiro pólo de saúde do Brasil a funcionar dentro de uma aldeia indígena. Nas aldeias do Alto Rio Guamá, apenas na aldeia SEDE é assim. Conta com os serviços de uma técnica em enfermagem que permanece 20 dias seguidos na aldeia. Folga dez dias. Esse período é coberto por outro profissional. Também possui consultório dentário e um dentista que vai à aldeia todos os dias. Na aldeia é possível receber atendimento dentário como: obturações, limpeza, extrações e até tratamento de canal. O dentista mora na cidade de Capitão Poço. O médico vai à aldeia uma vez por mês, e quando se faz necessário, o paciente é levado de carro para o hospital da cidade de Capitão Poço. O pólo conta com administrador, secretário e contador. Os recursos para a saúde são gerenciados pela Associação Indígena Tembê da Aldeia SEDE e ITWAÇU (AGITASI).

As crianças e os jovens da aldeia estudam em uma escola de ensino Fundamental e Médio. A escola funciona em um prédio antigo com duas salas de aula pequenas. Em outra sala diminuta, transformada em dormitório, moram os professores que preparam suas refeições na cozinha da escola. Um dos professores prefere dormir em uma tenda de camping armada no pátio da escola. Com exceção do Professor de arte indígena, Diquinho Tembê, que reside na aldeia, os demais são de cidades próximas e viajam para suas casas no final de semana.

AGITASI (Associação Indígena Tembê da Aldeia SEDE e ITWAÇU) conta também com a adesão das aldeias YPIDHÕ e PINAWA. Há três anos mantém um convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará, e recebe mensalmente o repasse de 56 mil

reais via Serviço Único de Saúde (SUS). Esse recurso financeiro mantém o funcionamento do Pólo de Saúde e o fornecimento de água para os habitantes da aldeia.

Todas as famílias têm renda proveniente do seu trabalho nas roças. Vendem a farinha, o açaí e alguns fabricam e vendem artesanato. As famílias não tinham na altura acesso ao programa Bolsa Família. Somente agora começaram a fazer o cadastramento.

Não obstante a melhoria nas condições de vida, a aldeia tem apresentado uma redução da população. No ano de 2009 morreram mais pessoas do que nasceram na aldeia. Por essa razão as autoridades da aldeia estão tentando incentivar a natalidade em suas aldeias. O cacique da aldeia SEDE, Naldo Tembê, solicitou aos casais que possam sustentar uma criança que tenham filhos; pediu para evitar o uso de preservativos. A sua iniciativa parece estar resultando pois vão nascer em breve oito novos Tembê na aldeia SEDE.

7.1.1. CACIQUE NALDO TEMBÊ

O cacique Naldo Tembê dirige a aldeia SEDE. É o presidente da AGITASI, a maior liderança das aldeias do Alto Rio Guamá e muito respeitado pelos caciques e lideranças do Alto Rio Gurupi. Tanto é verdade, que é dele a assinatura em nome dos Tembê que está posta no convênio entre as instituições e o povo Tembê da TIARG para as ações de eco-desenvolvimento.



Foto 3 – Cacique Naldo Tembê

O cacique Naldo Tembê tem 38 anos de idade, é casado, possui dois filhos e dois netos. De estatura mediana, é forte e determinado. Foi candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições de 2008 pelo município de Santa Luzia do Pará. Obteve

379 votos, (todos os votos para vereador da aldeia foram dados a ele) mas não foi eleito. Atualmente exerce o cargo de Secretário de Meio Ambiente e Turismo do município de Santa Luzia do Pará. Estuda na escola da aldeia e espera concluir o ensino médio em Dezembro de 2009. Gostaria de fazer um curso superior na modalidade intervalar. Não fala, mas entende a língua Tembé. Escreveu, em parceria com um lingüista, uma cartilha da língua Tembé.

7.1.2. REUNIÃO NA ALDEIA SEDE

Ali estavam os caciques e lideranças de várias aldeias do entorno, filiadas à AGITASI. Claudionor Dias, pelo POEMA, iniciou a fala apresentando nossa equipe de trabalho, com a formação e objectivos de cada componente. Falou sobre o projeto do levantamento do patrimônio imaterial, a ser realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Fez um apelo para que os caciques recebessem os pesquisadores e fornecessem as informações solicitadas. Após isso, começou a falar sobre o PROGRAMA TENETEHARA.

O cacique Naldo quer rediscutir o PROGRAMA TENETEHARA. Quer falar com os actores envolvidos: Fundação Nacional do Índio, Ministério Público Federal, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e Universidade Federal do Pará. Acredita que os Tembé do Guamá estão sendo “enrolados”. Reclamou da ausência de Juscelino Bessa (Coordenador Regional da FUNAI, em Belém) que afirmou que viria participar da reunião na aldeia SEDE e desmarcou sua vinda em razão da chegada à Belém do presidente da FUNAI, Márcio Meira. Juscelino teria feito a sua escolha, preferiu o presidente da FUNAI deixando de lado os Tembé.

A reunião acontecia com a pressão crescente dos presentes sobre Claudionor Dias, que mal pôde explicar todo o programa. Os Tembé do Guamá estavam fechados em torno da exigência de três caminhões, um para cada uma das Associações Indígenas e não apenas um para os três grupos, como previa o PROGRAMA TENETEHARA.

O cacique Naldo Tembé continuava exaltado e visivelmente contrariado com a divisão dos recursos obtidos com o leilão da madeira apreendida na região do Gurupi. Não estava contra a instituição e o pagamento da bolsa-floresta para as mulheres do Gurupi. Queria que fossem comprados e entregues imediatamente os três caminhões. O problema era contra as instituições envolvidas no acordo firmado anteriormente. A certa altura Naldo

pronunciou uma frase marcante e emblemática: “o perdedor já entra nervoso na luta”. Sentou-se e ficou mais quieto.

A discussão se encaminha para a exigência de revisão do PROGRAMA TENETEHARA. Afirmo que a FUNAI os esqueceu. Quer saber sobre o mel, que estava pronto e envasado e nunca vieram buscar. Isso era uma falta de respeito para com os índios, afirmou Naldo Tembê, que finaliza sua fala propondo um Conselho para gerenciar as questões indígenas

7.2. ITWAÇU

A aldeia Itwaçu (Cachoeira grande) fica distante cerca de dois quilômetros da aldeia SEDE. Para chegar até ela, se faz preciso margear o Rio Guamá por uma estrada boa e larga, usada por motos e bicicletas. Chega-se a uma floresta densa e escura onde se destaca uma ponte de paus roliços, bastante alta, para ser usada pelos pedestres em época de cheias do rio. A aldeia Itwaçu é pequena, com oito casas construídas de alvenaria, seguindo o modelo Tembê de quatro águas, porém nenhuma coberta de palha. As casas estão dispostas em círculo e tem ao centro um pequeno campo de futebol. Não tem luz elétrica.



Foto 4 – Vista da aldeia ITWAÇU

A aldeia Itwaçu possui poço artesiano com caixa d'água com a capacidade de armazenamento de 10.00 litros de água, construído pela FUNASA. Todas as casas recebem água encanada e tratada. Tem um agente de saúde indígena (AIS) e um agente indígena de saneamento (AISAM). Também tem uma casa de farinha manual. As crianças estudam na escola SEDE.



Foto 5 – Cacique Pedro Tembê, da Aldeia ITWAÇU

O cacique é o senhor Pedro Tembê. Sua esposa conhece o poder curativo das ervas medicinais da floresta e é procurada pelas pessoas da aldeia quando estão doentes. Lhes ensina remédio para curar suas doenças, é pajé. A *liderança* da aldeia é o índio conhecido por Piná Tembê, que participa das discussões representando a aldeia Itwaçu.

7.3. PINAWA

A partir da aldeia SEDE, de carro, é preciso atravessar a franja de floresta que naquele trecho protege as margens do Rio Guamá. Rumar por uma estrada de terra, um ramal, para a direita, no sentido contrário à cidade de Capitão Poço, seguindo a correnteza do grande rio que passa por Belém e vai desaguar no mar. Há um lugar, muito próximo a aldeia Ypidhõ onde uma ponte de madeira em mau estado cruza o Rio Guamá e nos coloca outra vez na TIARG. Avista-se a primeira placa que indica que estamos em terras indígenas antes de chegarmos a aldeia Pinawa.



Foto 6 – Aldeia PINAWA

O termo Pinawa em Tembé quer dizer “bacaba”, um fruto de uma palmeira normalmente solitária, a bacabeira, de porte grande e diâmetro parecido com o de um coqueiro. O fruto, externamente, é de cor branca e o seu vinho é leitoso e muito saboroso.



Foto 7 – Cacique Edvaldo Tembé ou Vai Tembé

O cacique da aldeia Pinawa é Edvaldo Tembé, conhecido como “Vai”. Ele é irmão do cacique Naldo Tembé, da aldeia SEDE. A aldeia foi fundada em 05 de agosto de 2005 na antiga vila habitada por posseiros conhecida como Vila do Bacaba, referência a um rio de bom porte e bastante piscoso que fica às proximidades. Os colonos foram retirados no ano de 2003 em ação comandada pela FUNAI. Os habitantes foram remanejados e realocados em locais como: Areia Branca, Paragominas e arredores. Duas das casas do lugar foram reformadas.

A Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) está construindo uma nova escola, que já está em funcionamento com atividades do Ensino Fundamental de primeira até a oitava séries. Os professores contratados pela SEDUC são os mesmos da aldeia SEDE e trabalham em sistema de rodízio. Os professores de português e de matemática são locais, isto é: moram na própria aldeia. Um professor indígena de nome Gil, que é Tembé da aldeia Ypidhõ, mas mora na cidade de Capitão Poço, atua na escola. Os professores quando em atividade na aldeia, moram em um compartimento na própria escola. O prédio onde funcionava a antiga escola hoje abriga uma família Tembé.

A aldeia também conta com um posto de saúde, com dois técnicos em enfermagem distribuídos da seguinte forma: um dos técnicos fica na aldeia por 20 dias seguidos, tira 10 dias de folga, nesse intervalo, outro técnico vem e fica por dez dias, quando então retorna o técnico anterior. Desse modo a aldeia fica coberta com um técnico em saúde permanentemente por 24 horas por dia. Os casos mais complexos são enviados para o

hospital Capitão Poço ou para a cidade de Santa Luzia do Pará, município onde está situada a aldeia.

No rio Bacaba, é possível pescar aracu ou piau e traíra. Há grandes quantidades de arraias que são pescadas e que, vez por outra, causam com suas ferradas, grande atividade no posto de saúde da aldeia. Nesta época do ano o rio está quase seco, existindo só com alguns poções. Na época das chuvas, torna-se bem caudaloso. A pesca no rio Bacaba é feita com fiska e visor, podem visorar (no rio Guamá, os Tembê não permitem visorar) porém há que se ter a permissão do cacique para poder pescar.

Entre os Tembê é costume que as aldeias sejam formadas por núcleos familiares que por razão de conflitos internos ou no caso atual a necessidade de ocupação territorial. Para Pinawa também se deslocou o senhor Manoel Gomes dos Reis, seu Nito, que é o pai dos caciques Naldo Tembê e Edwaldo Tembê. Seu Nito não é índio, a mãe dos caciques sim, era Tembê. Atualmente seu Nito é casado com outra mulher Tembê.

A aldeia é servida por energia elétrica direta, têm água encanada e tratada em todas as casas. A água vem de um poço artesiano construído pela FUNASA com caixa d'água com capacidade para 10.000 litros. Nesta altura, em Dezembro, com a falta de chuvas a água é racionada.

A aldeia é servida por uma estrada que dá acesso às cidades de Capitão Poço e Santa Luzia de Pará, e seguindo em frente chega-se à aldeia Ita Hu, de onde é possível acessar-se também a vila de Marapinima, e as cidades de Garrafão do Norte e Paragominas.

Possui uma casa de farinha mecanizada e muito bem equipada, mas que segundo seu Nito poderia ser mais bem aproveitada, se eles tivessem um caminhão para transportar a farinha que ali poderia ser produzida. Esse caminhão poderia também transportar açaí para os mercados próximos.

Um aspecto que se destaca nesta aldeia é que todas as casas possuem antenas parabólicas com televisores de 29 polegadas. Aliás, todas as aldeias que têm energia elétrica direta possuem antenas parabólicas.

7.4. YARAPÉ IWAZU



Foto 8 – Aldeia YARAPÉ IWAZU ou Igarapé da fruta madura ou Aldeia do Macaco

Vale dizer que as aldeias componentes da AGITASI, cujo comando está centrado na aldeia SEDE são além da própria SEDE que é o pólo: Itwaçu, Ypidhõ e Pinawa. A aldeia Yarápé Iwazu, mesmo estando localizada entre Pinawa e Ypidhõ não estava congregada a AGITASI. Foi fundada por um Tembê conhecido como Macaco que habitava a aldeia FRASQUEIRA, que fazia parte de outra associação, a AGITARGMA, a mais antiga, que quando foi fundada congregava todas as aldeias Tembê do Guamá e hoje está em vias de desaparecimento por problemas vários. O grupo cujo pólo é a aldeia FRASQUEIRA estava criando uma nova Organização a ser presidida por uma mulher da aldeia Ytaputyr, Nazaré Tembê.

Em Tembê, Yarápé Iwazu quer dizer “igarapé da fruta madura”. Fica a aproximadamente 50 metros de estrada principal, do outro lado do leito seco de um igarapé. Para os pedestres uma ponte feita com troncos de madeira. Tubos de concreto indicavam que seriam utilizados em um poço do tipo amazonas que a FUNASA estava construindo na aldeia.



Foto 9 – Cacique Macaco Tembê

O índio chamado de Macaco Tembê é o cacique da aldeia, sua filha é casada com um Tembê conhecido pelo nome de Jacaré.

Vieram da aldeia FRASQUEIRA e fundaram sua aldeia naquele local anteriormente habitado por invasores da TIARG. As casas ainda eram provisórias, pois estavam ali há apenas quatro meses.

Na casa menor, a sala é usada como sala de aula. O poço está a ser cavado, ainda não havia água de boa qualidade, servem-se de um igarapé entre os açazeiros. Pretendem manejar açaí, criar peixes em açudes já existentes no local e se possível participar da criação em cativeiro de animais silvestres

A casa principal onde mora o cacique e sua família abriga ainda mais duas outras famílias que já estão construindo as casas onde vão morar. Conseguiram fazer uma ligação de energia elétrica provisória com oscilações na corrente, enquanto aguardavam a Rede Celpa efectuar a ligação definitiva. Na casa têm fogão a gás e frízer para conservar sua comida. Também têm TV em cores e antenas parabólicas.

7.5. YPIDHÕN

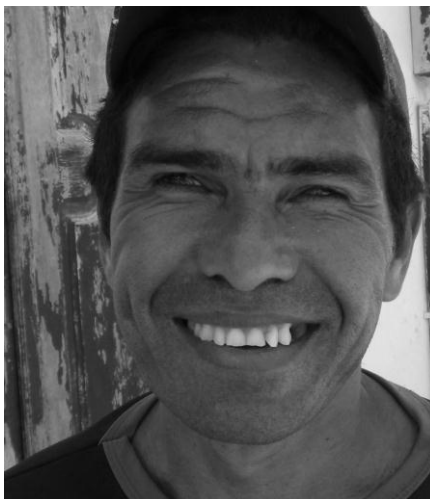


Foto 10 – Cacique Chico Tembê

Pitomba em Tembê, também é o nome do igarapé afluente do Rio Guamá que serve como limite mais a jusante da TIARG. A aldeia está situada às margens do pequeno igarapé que nesta época do ano, Novembro de 2009, estação sem chuvas e de muito calor, está completamente seco.

A entrada da aldeia é feita pelo interior de uma fazenda situada às margens do Rio Guamá em uma nesga de terra fronteira com Ypidhôn.

A aldeia tem poucas casas. O cacique da aldeia Ypidhôn é conhecido por Chico Tembê (Francisco da Conceição Cruz). Na sua aldeia os índios Tembê criam alguns bois.

7.6. ALDEIA SÃO PEDRO

Para chegar até a aldeia São Pedro, a partir da cidade de Capitão Poço, é necessário seguir uma estrada alternativa à que vai no sentido da aldeia SEDE, uma estrada de terra mal conservada, sempre entre fazendas. Nesta área a floresta já desapareceu quase por completo, registrando-se apenas a presença de pequenas ilhas de florestas esparsas e raras.

A aldeia de SÃO PEDRO se avista ao longe, pois fica situada no local mais alto da margem direita do rio Guamá, em uma ribanceira com cerca de 20 metros de altura. A margem do rio se apresenta sem a mata ciliar, está completamente desmatada, pois ali era área de fazenda e a floresta foi derrubada para a formação de pasto.



Foto 11 – Vista da Aldeia SÃO PEDRO

Da aldeia avista-se, com certeza o lugar mais bonito da TIARG do Guamá. Sentar no banco de madeira na aldeia, e ver o rio do alto é sem dúvida alguma ver uma paisagem deslumbrante, inesquecível que por si só, já valeria uma viagem para aquela região. O que se vê são praias de areia branca formando várias coroas que penetram em águas verdes azuladas. Essas praias são molduradas pelo verde escuro das árvores nas ilhas no meio do rio. Jovens e crianças brincam e nadam no Rio Guamá, com toda a liberdade que os cerca.

Nenhum adulto vigia as crianças, mesmo os mais pequeninos. Também ali o vôlei é praticado dentro d'água por rapazes e moças. A rede estava presa a postes dentro do rio. Algo novo e interessante que bem poderia ser adicionada aos próximos jogos indígenas.

A aldeia é moderna construída em volta de um campo de futebol de terreno irregular fazendo com que um dos cantos do campo fique situado em uma pequena ladeira. Possui luz elétrica direta, levada pelo programa do governo federal luz para todos e operado pela Rede Celpa. Não há iluminação pública, alguns moradores instalaram uma lâmpada na frente de suas casas. A água chega a todas as casas, é tratada e é retirada de um poço artesiano construído pela FUNASA com caixa d'água para 10.000 litros, a água é tratada e operada pelo AISAM de nome Israel Tembé que já foi cacique da aldeia. No mês de Dezembro se faz racionamento da água. Um pouco de água é fornecida pela manhã e outra pequena quantidade à noite. A água é gratuita, a energia elétrica não.

Note-se que embora a aldeia se situe nas margens do rio Guamá, rio de grande caudal, a sua água não pode ser utilizada por falta de infra-estruturas de captação e tratamento.

A aldeia São Pedro é o pólo principal da Associação das Aldeias Tembé do Triângulo do Alto Rio Guamá (ADATARGMA). É presidida por Sandro Tembé, aluno do terceiro ano da escola de ensino médio da aldeia e que fará vestibular para o curso de engenharia ambiental ofertado pela UFPA dentro das cotas para indígenas implantadas neste ano de 2009. Fazem parte da ADATARGMA, além da aldeia SÃO PEDRO, as aldeias PIRÁ, JAKARÉ, MURYCITY ou MURUCITU e Y'TAWA.

A aldeia conta com um posto médico onde mora e atua um técnico em enfermagem que passa 20 dias na aldeia, folga 10 dias e é substituído por outro técnico, à semelhança do que se registra em outras aldeias. Um enfermeiro visita regularmente a aldeia. Os casos graves e as consultas médicas são direcionados para a cidade de Capitão Poço onde fica a sede do posto de saúde mantido pela FUNASA.

A Escola de Ensino Fundamental e Médio da aldeia é sem sombra de dúvida, belíssima e muito bem construída, coberta com telhas de barro e ventilada, toda decorada com motivos indígenas, foi construída pela SEDUC na administração do governador Almir Gabriel. Os professores são contratados e pagos pela SEDUC. A escola ainda é um anexo da escola estadual de Capitão Poço, mas estão finalizando o seu Planejamento Político Pedagógico (PPP), buscando a autonomia e colocando em prática um currículo diferenciado para o ensino indígena. Os professores moram em um prédio de madeira onde funcionava a antiga

escola da aldeia. As acomodações não são muito boas, esperam a construção de um alojamento mais adequado, já que permanecem por toda a semana na aldeia.

Há também um barracão aberto, entre um pequeno bosque e a margem do campo de futebol que serve para todos os tipos de reuniões sociais, e também para as festas da aldeia.

A aldeia cria gado, o vaqueiro e tratador é o índio Marcelo Tembé. Ele toma conta do gado pertencente a uma Associação de adultos. Tem pasto cercado e curral para os bois. Os jovens também tinham uma Associação e gado, porém por discordâncias internas resolveram terminar a Associação e vender o gado. Para conseguir o gado, os Tembé tiveram que fundar duas Associações, uma de adultos e outra formada pelos jovens da aldeia. O governo federal entrou com as matrizes, medicamentos e recursos financeiros para a formação de pastos. A proposta era a participação dos Tembé no trabalho de tratar o gado de forma coletiva. Tanto a Associação dos adultos quanto a dos jovens receberam seus próprios bois e vacas, que passaram a pertencer a todos os membros de cada uma das Associações. No entanto, a falta de acompanhamento técnico conduziu ao desinteresse dos índios pela criação de gado. O fato de não terem tradição nem experiência nessa área contribuiu assim para o seu insucesso. Mesmo os que ainda mantêm o gado não tem grandes perspectivas de se converterem em criadores bem sucedidos.

7.6.1. CACIQUE KOAKRAI TEMBÉ



Foto 12 – Cacique Koakrai Tembé

É um dos mais jovens caciques Tembé do Guamá, 24 anos. Nasceu na aldeia SEDE em 1985. De nome Koakrai Oliveira Tembé, conhecido como Moenda, filho de Sebastião

Tembé. Koakrai em Tembé quer dizer “casca de pau” ou “palha velha”. É cacique desde o ano de 2008 substituindo seu tio o ex-cacique Israel Tembé e devido às obrigações de líder da aldeia, parou de estudar. Viaja muito, porém o lugar mais longe que já conheceu foi Belém que fica cerca de 200 km de sua aldeia. Um trator de esteira é mantido e operado pelo cacique Koakrai para as atividades da aldeia. Esse trator foi confiscado aos madeireiros invasores das terras indígenas. Com ele são construídas barragens, açudes e estradas.

7.6.2. REUNIÃO NA ALDEIA SÃO PEDRO

A reunião aconteceu na Escola da aldeia. Participaram desta reunião, além do cacique Koakrai e da liderança Sandro Tembé, Dona Dedé, liderança da aldeia Murucytu representando a cacique Sueli Tembé que não pode estar presente, a liderança Conceição Tembé, esposa do cacique Santana Tembé da aldeia Y'tawa (a mais distante de SÃO PEDRO, a cerca de 10 km); Participaram também Catito Tembé, cacique da aldeia Pirá, e o cacique Neto Tembé, da aldeia Jakaré, e Sebastião Tembé, pai do cacique Koakrai. Portanto todas as aldeias filiadas a ADATARGMA estavam representadas. Prestigiaram a reunião, os ex-caciques Israel Tembé e Jorge Tembé. Na reunião discutiram-se o projeto do IPHAN, um levantamento do Patrimônio Cultural dos Tembé, e a participação dos Tembé no comércio dos créditos de carbono.

A escola estadual de ensino fundamental e médio onde reunimos era uma escola muito bem construída, nova com amplas salas de aula e bem cuidada, coberta com telhas de barro. Padrão das escolas construídas pela SEDUC no governo Almir Gabriel, com tijolos vazados e parede que não chegavam até em cima, facilitando a circulação do ar tornando a temperatura interna bem agradável. O que mais impressiona quem a vê pela primeira vez são os desenhos nas paredes, nas colunas, sobre as portas e no interior das salas de aula, de elementos da fauna, da flora e dos costumes Tembé, como por exemplo a pintura corporal dos Tembé. Ao lado escola, situada no terreno cercado da escola, fica uma igreja católica onde decorrem as atividades e festividades religiosas.

Sandro Tembé falou a respeito da fundação e gerenciamento da ADATARGMA, seus projetos atuais e futuros, a proposta de fundar aldeias para ocupar o espaço dos Tembé e consolidar bases avançadas de vigilância em todo o território da TIARG. Por estas paragens, apenas uma mulher exerce a função de cacique ou capitoa, é a senhora Sueli

Tembé, da aldeia Murucytu. No Gurupi dona Verônika Tembé é a capitoa da aldeia TekoHaw.

7.7. MURUCITU



Foto 13 – Aldeia MURUCITU

Lugar com grande quantidade de muruci, uma fruta pequena que quando madura é de cor amarela e muito ácida, de um cheiro forte, agradável e inconfundível e dá um suco muito refrescante. Esta aldeia com mais de quarenta anos, conta atualmente com cinco famílias, esperam, no entanto, a transferência de mais três famílias que virão do Gurupi, cujas casas já estão a ser construídas, e quando todos estiverem morando na aldeia a população deverá totalizar cerca de 30 pessoas. Os primeiros habitantes vieram do outro lado do rio Guamá, moravam na aldeia SÃO JOSÉ, e em 1945 transferiram-se para MURUCITU. Foi a primeira aldeia da região a ter um poço artesiano com caixa d'água e bomba d'água movido a motor a óleo diesel. Este poço ainda funciona do mesmo modo, pois embora a aldeia esteja a pouco mais de 200 metros da linha elétrica dirigida para SÃO PEDRO, não possui energia elétrica.

As casas estão dispostas em forma de círculo, com o poço artesiano com a caixa d'água no centro.

Dona Sueli Tembé é a cacique da aldeia e a senhora Maria Delfina, a dona Dedé, a liderança local. Na sala de uma das casas da aldeia funciona uma escola multisseriada, que na verdade é uma sala de aula da escola da aldeia SÃO PEDRO, que funciona com nove alunos. O professor Erison é graduando em Pedagogia e mora na cidade de Capitão Poço.

Tanto as crianças quanto dona Dedé, estão com os rostos e os corpos pintados e usam adereços nos braços e na cabeça. O mais bonito é que as crianças falam algumas palavras e frases na língua Tembé.

A preservação da cultura Tembé passada para as crianças da aldeia Murucytu é resultado do trabalho e do esforço de dona Dedé. O professor Erison também estimula a confecção de instrumentos de trabalho diário dos Tembé como: tipiti ou pocoró, peneiras e adereços diversos. A sala de aula exibe alguns desses artefatos.



Foto 14 – Dedé Tembé

7.8. PIRÁ



Foto 15 – Vista da Aldeia PIRÁ

Bem pequena. Poucas casas. Destaca-se a escola e a caixa d'água. As casas têm água encanada e tratada. Há um posto médico. A casa do cacique Catito Tembé (Cláudio Sarmento dos Santos) é de madeira, ampla e nova.



Foto 16 – Cacique Catito Tembé

A antiga casa do cacique Catito Tembé, hoje depósito da colheita dos produtos das roças, de equipamentos e de mercadorias, abriga uma pequena sala de aula, onde o professor de história estava a ministrar aula para duas alunas: a esposa e a filha do cacique, que dividiam o espaço com sacos de cereais depositados ali e o quadro de giz usado pelo professor.

7.9. JAKARÉ

A aldeia Jakaré está situada às margens do rio Guamá, bem abaixo da aldeia SÃO PEDRO. Tem sua escola, pequena, com duas salas e um local onde os professores que lá trabalhavam fazem suas refeições e dormem. Naquele mesmo local também funciona o posto de saúde com um técnico em enfermagem permanente. Logo às margens do rio pela frente da escola, fica um curral onde o gado é preso para passar a noite. Conta com um pequeno porto.

O senhor Raimundo Ciro, um homem atarracado e pequeno, pai do cacique Neto Tembé, é a liderança local e fala pela aldeia Jakaré na ausência do filho. Casado com dona Maria Tembé, que é filha de dona Hilda Tembé. Raimundo nasceu no município de Bragança, aonde não vai faz muitos anos. Mudou-se para os lados de Garrafão do Norte e depois para a TIARG, onde se casou com Dona Maria Tembé e fundou a aldeia, há mais de 40 anos.



Foto 17 – Cacique Neto Tembê

A aldeia conta com cinco famílias. Não dispõe de elétrica direta, mas possui poço artesiano com caixa d'água e todas as famílias têm água encanada.

Aqui os Tembê vivem das roças, criam um pouco de gado, galinhas e porcos e eventualmente caçam nas matas próximas e pescam no rio Guamá.

A casa do cacique Neto Tembê fica um pouco afastada da residência dos seus pais. O telhado da casa é feito com cavacos de madeira. O motor que aciona a bomba do poço artesiano também é utilizado para levar energia para as casas, para que os moradores possam assistir a suas novelas preferidas pela televisão via satélite.

7.10. Y'TAWA

A partir da aldeia SÃO PEDRO, é a aldeia mais distante, aproximadamente 10 quilômetros. Pode-se chegar à aldeia usando motos. No caminho para a aldeia, encontra-se uma área de mata primária, com árvores de mais de 40 metros de altura, escura e úmida, contrastando marcadamente com a temperatura reinante fora da floresta. Algumas árvores foram derrubadas para que se tirassem cavacos e troncos para a feitura de canoas, nada que causasse prejuízo para o todo.



Foto 18 – Vista da Aldeia Y'TAWA

A aldeia Y'Tawa (Igarapé de águas amarelas) é constituída por duas habitações precárias, um barraco coberto de palhas e abandonado e uma barraca coberta com uma lona preta, e sem paredes onde mora o cacique Santana Tembê e sua esposa, a liderança Conceição Tembê. Um pouco mais distante, fica a casa que foi habitada pela filha do cacique Santana Tembê, atualmente, sem morador. Aquele local já havia sido anteriormente ocupado por posseiros e a ida dos Tembê para lá faz parte de um plano de ocupação do território da TIARG. A aldeia foi fundada por Sebastião Tembê, que é o pai do Cacique Koakrai Tembê, da Aldeia São Pedro e atualmente reside na Aldeia São Pedro, mantendo ainda na Aldeia Y'Tawa, roças e um pequeno barraco coberto de palhas.



Foto 19 – Cacique Santana Tembê

O cacique Santana Tembê (João Santana Reis), a liderança Conceição Tembê (Maria da Conceição Mota) e mais um menino e dois rapazes habitam atualmente a aldeia.

Os habitantes da aldeia começaram já a exploração de roças, mas vivem essencialmente do comércio de açaí, que é retirado em açais próximos por pessoas não índias de fora da aldeia. Essas pessoas pagam pelo que colectam e levam os sacos com o fruto em costa de cavalos e burros para serem vendidos na vila de Tauarí, próxima da aldeia.

A subsistência dos Tembê é complementada com a caça de diversos animais silvestres, como veados, catitus e o porcão.

7.11. FRASQUEIRA



Foto 20 – Vista da Aldeia FRASQUEIRA

Para chegar à aldeia FRASQUEIRA, vindos da aldeia SÃO PEDRO, é preciso retornar pela estrada de chão e antes de passar pela primeira porteira da fazenda, entrar à esquerda e percorrer algo como dois quilômetros. A aldeia fica em uma ribanceira mais baixa do que a de SÃO PEDRO, talvez com uns 10 metros de altura. A aldeia FRASQUEIRA é acessada através de um processo idêntico ao utilizado na aldeia SÃO PEDRO, uma corda de nylon atravessando o rio, que aqui é bem mais estreito, é puxado para deslocar a canoa ou a balsa.

O cacique Zequinha Tembê estava na casa de seu pai Rufino Romão o Tembê vivo mais antigo, que no dia 02 de Fevereiro de 2010 completou 97 anos.



Foto 21 - Rufino Romão Tembê, o mais antigo do Alto Rio Guamá

A aldeia está disposta em volta de um campo de futebol, conta com um pequeno posto médico e uma técnica de enfermagem em regime permanente, da mesma forma do que é feito nas outras aldeias. Porém um grande posto médico está a ser construído e prestes a ser inaugurado. Esse prédio contará com apartamentos para os técnicos, enfermeiros e eventualmente médicos ficarem hospedados quando em serviço na aldeia. Possui um poço artesiano e caixa d'água para 10.000 litros, construído pela FUNASA, mas que agora enfrenta o mesmo problema de racionamento de água observado nas outras aldeias. Todas as casas recebem água encanada e tratada. Neste período de seca as donas de casa lavam suas roupas e louças as margens do rio Guamá.

Uma importante escola de ensino fundamental e médio foi construída na aldeia Frasqueira, a escola Itaputyr. Em frente a essa escola está situado o campo de futebol freqüentemente usado para futebol masculino e feminino. Na aldeia, fundada por Antonio Romão e Raimundo Leopoldo (Gato), moram cerca de 60 pessoas distribuídas em 15 famílias.



Foto 22 – Cacique Zequinha Tembê

O cacique Zequinha Tembê (José Barnabé) nasceu em Itwaçu no dia 12 de Fevereiro de 1965.

Zequinha Tembê afirmou que seu pai lhe contara que o nome FRASQUEIRA foi devido ao nome do igarapé que fica bem ali perto. No tempo em que os regatões comercializavam pela região, era na entrada do igarapé que se depositavam os frascos com bebidas para que ficassem bem frios e assim pudessem ser saboreados. O igarapé onde se depositavam os frascos é designado Frasqueira, e deu o nome à aldeia.

As aldeias vinculadas ao pólo FRASQUEIRA pertenciam a AGITARGMA, a primeira associação fundada à qual todas as aldeias do Guamá eram filiadas. Essa associação faliu e estão em vias de fundarem um novo agrupamento com o nome de OPITAC (Organização dos Povos Indígenas Tembê das Aldeias de Cima) que pela primeira vez terá uma mulher na direção: Nazaré Tembê, moradora da aldeia Itaputyr. A OPITAC terá como filiadas as seguintes aldeias: FRASQUEIRA, Ytaputyr, Tawari, Zawara Uhu e Ita Hu.

7.12. YTAPUTYR

Flor na pedra em Tembê é Ytaputyr, aldeia pequena com oito famílias e 48 habitantes. Fundada por seu atual cacique Pedro Tembê (Pedro dos Santos Reis Tembê) no ano de 1964. O cacique também é conhecido como Pedro do Teófilo (Teófilo é o nome do seu pai).



Foto 23 – Cacique Pedro do Teófilo Tembê

Ytaputyr não tem escola, as crianças estudam na aldeia de FRASQUEIRA, na escola que leva o nome de sua aldeia, Ytaputyr. Também não possui posto de saúde, utiliza o de FRASQUEIRA, pela proximidade. Dispõe de um poço artesiano com caixa d'água para 10.000 litros, construído pela FUNASA. No dia 03 de Dezembro de 2009 os funcionários da Rede Celpa estão começando a instalar os padrões para o abastecimento de energia elétrica direta.

A aldeia fica situada a cerca de 50 metros do Rio Guamá, com locais muito belos e ótimos para se tomar banho e lavar roupa. Uma ilha no meio do rio, de bom tamanho é a atração para as crianças que nadando chegam até ela. Bem próximo da aldeia, rio acima desemboca o rio Tawari que é o limite da TIARG mais a montante (rio acima) do Rio Guamá.

As casas ficam dispostas em círculo, e uma construção típica Tembê, chamada de Ramada, está situada bem no centro da aldeia. A Ramada, comum na Região do Alto Rio Gurupi só é encontrada nas aldeias do Alto Rio Guamá, em Ytaputyr. É um barracão coberto de palha de ubim com quatro águas e sem tapagem lateral. Seus esteios e caibros são de madeira, e as palhas amarradas com cipó. A Ramada está enfeitada internamente com vários artefatos artesanais confeccionados pelos Tembê da aldeia Ytaputyr.



Foto 24 – Ramada da aldeia YTAPUTYR

Dentre estes artefatos encontramos: redes de dormir tecidas com fios de algodão, tipitis ou pocorós, peneiras, colares, capacetes ou cocares de penas multicoloridas tanto os de uso masculino quanto os femininos, flechas e arcos, diversas armadilhas usadas para pegar peixes, dentre essas chamou a atenção a Camina, pequena armadilha de talas em forma de funil. Ao lado do barracão principal há outra casa menor, também coberta de palha, porém sem nenhum enfeite que é usada para a preparação das comidas durante os rituais da aldeia como a festa da moça ou do moqueado²⁶ e a festa das crianças. Um pouco mais ao fundo existe ainda uma pequena e branca capela fechada. Já está sem uso, pois as atividades religiosas da aldeia acontecem na Ramada.

De todas as aldeias Tembé do Guamá, somente em Ytaputyr, os meninos e as meninas, os rapazes e as moças, além de dominarem arte da cestaria, da plumária da construção de arcos e flechas, são falantes fluentes da língua Tembé e do português. Andam, também, permanentemente com o corpo pintado de tinta de jenipapo²⁷.

²⁷ A pintura corporal dos Tembé é feita com a tinta de jenipapo, fruto do jenipapeiro (*Genipa americana L.*). A tinta é aplicada com um talo de madeira. Para se obter a tinta, o jenipapo é ralado, em seguida, a massa ralada é espremida. Dela desprende-se um líquido que é colocado em uma vasilha e deixado ao sol. Após algum tempo, a tinta do jenipapo escurece um pouco, sendo então, aplicada no corpo do indivíduo. Durante sua aplicação, a tinta é ainda muito clara, tornando-se escura, quase preta, com o passar de algumas horas. Permanece no corpo por cerca de 15 dias. Ver mais em <http://www.geocities.ws/terrabrasileira/ornato/pintura/3preparo.html>.

7.13. TAWARI



Foto 25 – Aldeia TAWARI

Logo depois de um açail, há uma casa de farinha. É uma aldeia pequena, não tem luz elétrica, mas tem poço artesiano com caixa d'água para 10.000 litros. Tem água nas torneiras de todas as casas. Bem debaixo da caixa d'água há um local para lavar roupa.

As casas não estão dispostas na forma habitual das aldeias Tembê. A casa do cacique é coberta por cavacos, na sala da casa funciona improvisadamente uma sala de aula, e a sala é também usada como posto de saúde. Não há posto médico, mas existe um técnico em enfermagem que fica de segunda a sexta-feira na aldeia. A aldeia está situada próxima ao igarapé Tawari que confina as terras da TIARG. Conta com um Agente Indígena de Saneamento (AISAM) e um Agente Indígena de Saúde (AIS).

O cacique da aldeia Tawari é Zé Grande, conhecido também como Dude Uhu (Francelino dos Santos). Zé Grande é filho de Dona Castorina Moura da Cruz Tembê, de 82 anos, que se casou com um índio Tembê e mora na aldeia desde a homologação da TIARG em 1945, pelo Governador General Magalhães Barata.



Foto 26 – Cacique Zé Grande ou Dude Uhu

Zé Grande, um Tembê pequeno, forte e sorridente, falou dos projectos já existentes na aldeia. Eles plantam banana para seu consumo próprio e côco. O igarapé Tawari, mesmo no auge da estação seca tem muita água. Sobre o rio foi construída uma estreita ponte de madeira por onde atravessam motos que vão e vêm da vila de Tawari não muito longe da aldeia.

7.14. ZAWARA UHU

A aldeia da onça grande leva esse nome justamente porque às proximidades de onde estava a ser construída a casa do diretor da escola Ytaputyr na aldeia Frasqueira, Kokoixumti Tembê J. Parakatejê (Professor Wendel) que ali morava, por diversas vezes as crianças tiveram de correr para a casa do cacique quando a malhada esturrava bem perto. Era uma onça. E era das grandes.



Foto 27 – Cacique Kelé Tembê

Não tem luz elétrica, não tem sala de aula, os que estudam vão para a aldeia FRASQUEIRA, também não tem posto de saúde, é o técnico em enfermagem que atua na aldeia Tawari que ali dá assistência. A casa do cacique é ampla e coberta com cavacos. A sala é estreita com uma mesa cheia de livros pertencentes ao professor Wendel que é casado com a filha do cacique.

Kelé Tembé (Clemente) um Tembé bem moreno, atlético, de sorriso constante e muito inteligente, nasceu em 23 de Novembro de 1950. Foi Cacique Geral dos Tembé, cacique da aldeia Tawari, conselheiro de Saúde. Veio fundar a aldeia ZAWARA UHU (ONÇA GRANDE), juntamente com um genro seu que morreu em um acidente de caçada. Levou um tiro no peito. O cacique é a memória viva das lutas Tembé nas últimas décadas. Tem fotografias e documentos das atividades da luta pelas suas terras. Lembra-se de todos os fatos com riqueza de detalhes, é sem dúvida, imprescindível para quem se dispuser a estudar a história recente dos Tembé do Guamá.

7.15. ITA HU

A partir de Garrafão do Norte, para acessar ITA HU (PEDRA GRANDE), é preciso seguir para a vila de Marapinima. Tomar uma estrada de terra muito mal conservada até um pórtico de madeira, que dá a impressão de estar entrando pelo portão de uma grande fazenda. O portão foi colocado pela FUNAI. É exatamente ali que começava a TIARG, tendo como limite o leito seco do rio Tawari.

A aldeia Ita Hu foi fundada no ano de 2003, a partir de remoção dos colonos que ocupavam o local. Mesmo com a aldeia fundada, madeireiros continuavam a usar o ramal para retirar madeira. A aldeia Ita Hu está muito próxima da zona de conflito dos Tembé com os madeireiros e invasores. Este local foi anteriormente habitado por posseiros e serviu de abrigo para os Policiais Militares que atuaram na desocupação da área.

A aldeia Ita Hu está situada a aproximadamente quatro quilômetros da vila de Marapinima, que por sua vez está encravada a meio caminho da vila de Livramento e da cidade de Garrafão do Norte. Os habitantes do entorno da TIARG chamam Ita Hu pelo nome de FUNAIA. É na verdade mais um posto avançado de vigilância Tembé da área e é a mais

distante das aldeias de cima ligadas ao pólo da aldeia FRASQUEIRA e que será um dos associados Organização dos Povos Indígenas Tembé das Aldeias de Cima (OPITAC).



Foto 28 – Aldeia ITA HU



Foto 29 – Cacique Joca Tembé

Joca ou Joquita Tembé (João Soares) o cacique da aldeia Ita Hu tem uma participação bem marcada na questão da posse da terra e nas lutas que envolvem o povo Tembé. Pequeno, moreno e forte, nascido no dia 24 de Junho de 1946, na aldeia SÃO JOSÉ, do outro lado do Rio Guamá. Joca Tembé nos conta que em 1945 nem todos os Tembé se mudaram imediatamente para a aldeia SEDE. A família do senhor Maximiliano Tembé, seu pai, ficou na aldeia SÃO JOSÉ para cuidar das plantações que possuíam. Muito tempo depois é que a família se mudou para a aldeia SEDE. Sua mãe não era Tembé, era ribeirinha. O

cacique Joca Tembê está na aldeia Ita Hu há quatro anos, mora na aldeia com um filho e outros rapazes. Nesse momento vivem somente homens na aldeia. A esposa do cacique faleceu.

A casa do cacique é muito boa, erguida em alvenaria, conta com água encanada vinda de um poço artesiano com caixa d'água para 5.000 litros construída recentemente pela FUNASA. A aldeia ainda não tem luz elétrica. Não tem casa de farinha. A casa apresenta uma proteção contra morcegos que é genial. Como não há forro na casa, e as paredes externas não chegam até o telhado, foram colocadas no vão entre a parede e o telhado folhas de um arbusto cortante chamado de tiririca.

Inicialmente moravam ali três famílias. Nesse momento só uma família reside na aldeia, as outras duas estavam ocupando uma antiga vila de posseiros desocupada, denominada de vila Nossa Senhora da Conceição.

Quando havia crianças morando na aldeia, funcionava aqui uma sala de aula, como as crianças foram embora, pararam as aulas. Para o atendimento à saúde, mesmo não existindo um posto médico, um técnico em enfermagem, que reside em Garrafão do Norte e pertence ao Pólo da FUNASA de Capitão Poço, atende a aldeia de segunda a sexta-feira.

Na aldeia, os Tembê vivem de roças individuais, vendem açaí para os tiradores, pescam no rio Tawari e no rio Cumaru. Tem pouca caça no local. O restante dos alimentos é comprado em Marapinima ou em Garrafão do Norte. Invasores continuam a fazer roças no interior da TIARG. Recentemente fizeram queimadas das roças e o fogo afectou as plantações na proximidade da casa do cacique.

7.16. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste sexto capítulo, caracterizamos as aldeias que compõem a área Tembê do Alto Rio Guamá. Descrevemos o acesso a elas partindo do Município de Capitão Poço e do Município de Garrafão do Norte, destacamos e descrevemos com detalhe a organização das aldeias, distinguindo-se as aldeias Pólo e as respectivas aldeias satélites. A organização política das aldeias foi também objecto de detalhe, identificando-se todos os caciques e lideranças da Região, destacando-se os mais emblemáticos. Procurou-se, assim, explicar a organização social e política entre os Tembê do Guamá, as suas dinâmicas demográficas,

sociais e organizacionais, atentando-se também às suas ambições, aspirações e divergências.

Fizemos referência às Associações Indígenas, as suas escalas de actuação, interacção e níveis hierárquicos. Estas constituem uma rede social bastante consolidada, que se procura representar de forma sintética no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Associações Indígenas com as respectivas aldeias polos e aldeias satélites com as Autoridades Tembé do Alto Rio Guamá

Associação	Aldeias	Cacique	Liderança
AGITASI	SEDE	Naldo Tembé	Naldo Tembé
	Itwaçu	Pedro Tembé	Piná Tembé
	Pinawa	Edvaldo Tembé	Edvaldo Tembé
	Ypidhôn	Chico Tembé	
ADATARGMA	SAO PEDRO	Koakrai Tembé	Sandro Tembé, Israel Tembé, Sebastião Tembé
	Pirá	Catito Tembé	Catito Tembé
	Murucitu	Sueli Tembé	Dedé Tembé
	Jakaré	Neto Tembé	Raimundo Ciro
	Y'tawa	Santana Tembé	Conceição Tembé
OPITAC	FRASQUEIRA	Zequinha Tembé	Zequinha Tembé
	Ytaputyr	Pedro do Teófilo Tembé	Nazaré Tembé, Manuel Tembé
	Tawari	Zé Grande Tembé	Francelino Tembé
	Zawara Uhu	Kelé Tembé	Wendel Tembé
	Ita Hu	Joca Tembé	Joca Tembé
	Yarapé Iwazu	Macaco Tembé	Macaco Tembé

Assinalamos também os indivíduos que participam do ensinamento da língua, dos costumes e do modo de vida Tembé, como o índio chamado Patiko Tembé ou Chico Rico, detentor dos conhecimentos, da língua e dos costumes do seu povo, já muito esbatidos neste grupo da TIARG. A este respeito, evidenciamos o resgate cultural que acontece na aldeia Ytaputyr.

Foram também referidas as reuniões ocorridas nas aldeias do Alto Rio Guamá, entre os Tembé dos pólos da aldeia SEDE e da aldeia São Pedro com a equipe do PROGRAMA TENETEHARA, e do projeto de Resgate Cultural patrocinado pelo IPHAN.

7.17. DESTAQUES DO CAPÍTULO

Fazendo uso de todas as informações e observações contidas neste capítulo, concluímos que os Tembé viventes da Região do Alto Rio Guamá apresentam diversas peculiaridades que passamos a destacar:

1. Os Tembé da Região do Alto Rio Guamá estão organizados em três pólos, cujas aldeias principais são a aldeia SEDE, a aldeia SÃO PEDRO e a aldeia FRASQUEIRA. Cada uma delas conta com suas aldeias associadas ou satélites. Cada pólo possui sua Associação indígena. No período de chuvas intensas é possível chegar até a aldeia SEDE, uma das aldeias pólos mais importantes e mais distantes do Alto Rio Guamá, a partir da cidade de Capitão Poço.
2. Os caciques de maior destaque na Região e fora dela são o cacique Naldo Tembé e o cacique Koakrai Tembé. Com importância histórica pela participação nas lutas de emancipação e desocupação da TIARG estão os caciques Kelé Tembé e Joca Tembé.
3. As três aldeias pólos, SEDE, SÃO PEDRO e FRASQUEIRA possuem escolas de ensino fundamental mantidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia do Pará, município onde estão situadas as aldeias da TIARG do Guamá e as escolas de ensino médio custeadas pela Secretaria de Estado de Educação do Governo do Estado do Pará. As três aldeias pólo do Guamá também possuem água encanada e tratada, além de energia elétrica de fornecimento direto pela companhia de energia Rede Celpa. Contam com acesso à internet e parte dos habitantes das aldeias pólos e de outras aldeias da região comunica-se com o mundo utilizando o seu telefone celular ou telemóvel.
4. A escolaridade parece influenciar diferentemente a maneira de ver e viver a vida dos Tembé do Guamá. O apropriamento cultural, a falta da língua e dos costumes e a relação com os não índios fazem o grupo dos Tembé do Guamá enxergarem o mundo de forma diferente. Estas, por estarem em contato permanente com os não índios, suas necessidades são também diferentes, quando confrontados com seus irmãos do Alto Rio Gurupi.
5. A língua Tembé foi quase que totalmente esquecida, apenas algumas palavras soltas ou pequenas frases são ditas pelos índios mais velhos. Só no final do século XX, com a vinda do Tembé Patiko, também chamado de Chico Rico, da aldeia TekoHaw no

Gurupi para morar na aldeia Ytaputyr (Flor na Pedra) é que os Tembé destas bandas estão retomando o falar na sua própria língua.

6. Merece ser destacada na Região do Guamá, a aldeia Itaputyr. Quase todos os habitantes são falantes da língua. As crianças e os adultos usam as pinturas corporais e cultuam as tradições da cultura Tembé como, por exemplo, a Festa da Menina Moça. Isto graças ao Tembé Chico Rico, anteriormente referido. Tal fato não ocorre nas demais aldeias do Alto Rio Guamá.
7. Por estarem em contato há muito mais tempo com os não indígenas, por terem sido pressionados a ter seu modo de vida parecido com os seus vizinhos de fora da TIARG e por questões de sobrevivência, os Tembé do Guamá tiveram que fazer roças, cada vez maiores e mais longe da aldeia, usando a técnica de derrubar e queimar. Venderam a madeira para grupos de madeireiros instalados nas cidades próximas como Capitão Poço. Por isso, as suas florestas foram quase que totalmente dizimadas.
8. Relativamente à área de floresta preservada sob o domínio dos Tembé do Alto Rio Guamá, atualmente restam algumas ilhas de floresta primária na região, grande quantidade de capoeira alta e capoeira baixa, portanto áreas em regeneração. Ainda mais, a região situada entre o Alto Rio Guamá e o Alto Rio Gurupi não é área de domínio dos Tembé. Essa área foi invadida por fazendeiros, posseiros, madeireiros e aventureiros de toda sorte.
9. Tal situação faz com que os Tembé do Guamá tenham em suas mãos poucos trunfos para serem colocados na mesa de negociação quando a questão se refere à preservação das florestas para a geração de créditos de carbono através dos mecanismos REDD. Por não possuírem uma área de floresta primária preservada que possa ser de tamanho considerável para ser usada como geradora de créditos de carbono pelo REDD, o seu poder de barganha dos recursos arrecadados é ínfimo. Esse fato faz com que os Tembé do Guamá tenham pouquíssimo interesse tanto em discutir o assunto relativo aos créditos de carbono quanto a sua organização para que a região possa ser representada legalmente.
10. As três Associações Indígenas do Guamá: AGITASI, ADATARGMA e OPITAC, têm interesses divergentes quanto a essa representação. Para qualquer instituição que se interesse em iniciar conversações sobre a compra de créditos de carbono dos Tembé do Guamá provenientes dos mecanismos REDD, a negociação terá de ser feita

separadamente com cada uma das Associações Indígenas, fato esse que dificultará sobremaneira os entendimentos.

11. Do mesmo modo os recursos providos de uma eventual venda de créditos de carbono teriam de ser administrados por cada uma das Associações e aplicados de acordo com as prioridades eleitas pelas suas assembléias. Por todos esses fatores descritos acima os Tembé do Alto Rio Guamá, como um todo, não conseguiram avançar na sua organização para que possam comercializar créditos de carbono. Necessitam ainda de longas discussões a fim de harmonizar seus interesses e direcionar as ações para um ponto convergente.
12. Por terem muitas dificuldades para falarem uma só voz na direção de seus interesses, os Tembé do Alto Rio Guamá quando discutiram a implantação do PROGRAMA TENETEHARA na sua região não consentiram que os técnicos fizessem o levantamento das necessidades reais para as suas aldeias. Centraram suas discussões, sua energia e seu poder de barganha na aquisição de três caminhões. A aldeia Sede, a aldeia São Pedro e a aldeia Frasqueira seriam contempladas cada uma delas, com um caminhão, para, segundo os indígenas, transportar para os mercados próximos a produção de cada uma das aldeias.
13. Os Tembé do Guamá produzem açaí e farinha de mandioca. Em todas as discussões esses indígenas não conseguiram justificar a utilização dos caminhões para o transporte da sua produção. O açaí é sazonal e a farinha não é suficiente para um transporte regular. Incluíram o transporte de aposentados e dos indígenas para as cidades próximas. Não abrem mão dos três caminhões.
14. Não aceitam os projetos de eco-desenvolvimento que previam a criação de pequenos animais, peixes e mel, necessários para a segurança alimentar dos indígenas. Do mesmo modo abrem mão da proposta de revitalização das Ramadas (casa de reuniões) e das casas de farinhas.

7.18. CONCLUSÕES

Por não terem uma área de floresta primária preservada que possa ser de tamanho considerável para ser usada como geradora de créditos de carbono pelos mecanismos REDD, os Tembé do Alto Rio Guamá tem o seu poder de barganha dos recursos

arrecadados reduzidos a quase nada. **Esse fato faz com que os Tembé do Guamá tenham pouquíssimo interesse em discutir o assunto relativo aos créditos de carbono, tampouco primam em melhorar sua organização para que a região possa ser representada legalmente.** As três Associações Indígenas do Guamá têm interesses divergentes quanto a essa representação. Para qualquer instituição que se interesse em iniciar conversações sobre a compra de créditos de carbono dos Tembé do Guamá provenientes dos processos dos mecanismos REDD, a negociação terá de ser feita com cada uma das Associações Indígenas, fato esse que dificultará sobremaneira os entendimentos.

Do mesmo modo os recursos provindos de uma eventual venda de créditos de carbono teriam de ser administrados por cada uma das Associações Indígenas e aplicados de acordo com as prioridades elencadas e aprovadas pelas suas assembleias gerais. Por todos esses fatores descritos acima os Tembé do Alto Rio Guamá, como um todo, pouco avançaram no aprofundamento do seu processo de auto-organização, por sua vez uma *conditio sine que non* para a implantação de um projeto de mecanismo REDD, enquanto iniciativa de *avoided deforestation* para que possam comercializar créditos de carbono.

Os Tembé do Alto Rio Guamá deixam transparecer de maneira bastante evidente uma enorme dificuldade para falarem uma só voz no que toca aos seus interesses colectivos. Apresentam um comportamento similar quando precisam decidir a respeito de propostas que exijam a equalização das falas e das idéias, como no caso da venda de créditos de carbono da TIARG. Tanto é verdade que ainda não conseguiram chegar a um denominador comum a respeito da utilização dos recursos financeiros obtidos com a venda em leilão da madeira apreendida no Alto Rio Gurupi.

Os indígenas Tembé que habitam a região do Alto Rio Guamá revelando seu descontentamento e o seu desconhecimento das ações propostas para garantir a sua segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vidas nas suas aldeias, também não conseguiram discutir a implantação do PROGRAMA TENETEHARA. Por conseguinte, não consentiram que os técnicos fizessem o levantamento das necessidades reais para cada uma das aldeias. Centraram suas discussões, sua energia e seu poder de barganha na aquisição dos caminhões que justificam com a necessidade de transportar para os mercados próximos a produção de cada uma das aldeias, cujo volume não justifica, no entanto, a aquisição de três caminhões desejados.

Em suma, vários fenómenos contribuem para a visão aparentemente imediatista e individualista perante os projectos que lhe são apresentados como soluções integradas para os seus problemas. A ocupação das suas terras, a perda dos seus recursos próprios, devido à queima e derrube da floresta, juntamente com a aculturação de que têm sido objecto, afastou-os uns dos outros, acabando por prevalecer a organização (três comunidades) separadas, que buscam satisfazer os seus interesses de forma autónoma. A perda da floresta reflecte-se assim no seu empobrecimento económico e cultural, evidenciando os impactos nefastos da desflorestação sobre as populações locais, em particular as populações indígenas.

No entanto, os esforços recentes de ocupação do território e de recuperação da cultura Tembé são indicadores positivos que poderão a prazo contrariar a tendência de degradação desta comunidade, ou melhor, congregar uma comunidade há muito desfeita pela invasão e desflorestação de suas terras.

Quanto ao seu desinteresse relativamente ao mercado de carbono, é facilmente entendível pelo facto de já não serem detentores de floresta, e que mostra que serão necessárias outras soluções neste caso. Estas poderão passar pela recuperação da floresta e por actividades relacionadas com a venda de créditos ligados ao sequestro de carbono, o artesanato e talvez até novas actividades ligadas ao recreio (caça e pesca) e eco-turismo. Mas poderão, em alternativa, assentar na agricultura e criação de gado e na domesticação de recursos silvestres, como a caça e a pesca, como o evidenciam alguns projectos familiares reportados.

CAPÍTULO 8. VIAGEM AO GURUPI

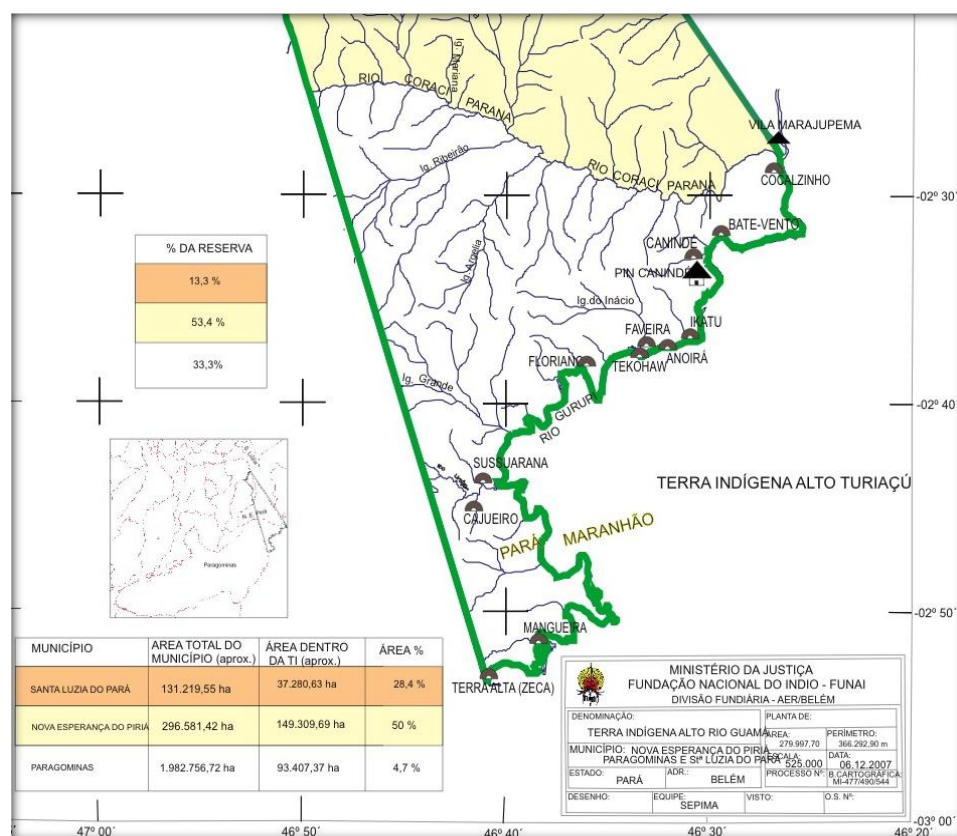
Para conhecer a região do Alto Rio Gurupi (ver Mapa 4) e consequentemente aprender sobre o modo de vida, a organização social e política dos Tembé foi preciso que nos embrenhássemos floresta à dentro. O acesso às aldeias do Gurupi só é possível por terra, quando a entrada é feita pelo município de Paragominas, transitando por estradas sem asfalto, ramais esses usados principalmente por madeireiros que exploram aquelas florestas.

Quando o acesso à Região do Alto Rio Gurupi era feito através do rio Gurupi, a aldeia mais importante, aquela na qual ficava situada a sede do posto indígena era a aldeia CANINDÉ. Hoje a maior aldeia, a mais importante culturalmente e onde mora o Cacique Geral do Gurupi, Lourival Tembé, é TekoHaw. É impossível falar sobre esses Tembé sem conviver com eles no seu dia a dia. Neste relato pretendemos explicar a sua organização espacial, social, e política, assim como mostrar o seu esforço na tentativa de organizar-se para poder participar do mercado de carbono.

8.1. ENTRADA PARA O GURUPI

A cidade de Paragominas é o ponto de partida. As aldeias Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG) da Região do Alto Rio Gurupi, ficam situadas às margens dos rios Uraim e Gurupi, do lado oposto às aldeias do rio Guamá, podem ser acessadas de duas maneiras: por terra, em estradas vicinais ou ramais e por água, navegando o rio Uraim, que atravessa toda a cidade de Paragominas. O rio Uraim é tributário do rio Gurupi, longo e caudaloso que abriga as aldeias Tembé e serve como fronteira delimitadora entre o Estado do Pará e o vizinho Estado do Maranhão.

Para acessar a Região do Alto Rio Gurupi, a partir da cidade de Paragominas é preciso viajar por uma estrada de terra muito utilizada por madeireiros, com estado de conservação bastante precário. Viaja-se por entre fazendas. Nada de floresta nativa, apenas áreas onde se faz o reflorestamento, uma alternativa econômica e ecológica de compensação antrópica ao desmatamento provocado pela implantação de fazendas e criação de gado bovino. É possível encontrar grandes extensões de terra arada e preparada para plantar soja. Esta é uma cultura em crescimento exponencial no município.



Fonte: FUNAI/Coordenadoria Regional de Belém, modificado

Mapa 4 – TIARG, evidenciando aldeias do Alto Rio Gurupi

O relevo, conjugando serras e vales se apresentavam como principal atração durante a viagem. A certa altura chega-se a uma parada obrigatória para quem viaja por aquelas ermas e esquecidas paragens. Como que surgida do meio do nada e plantada no meio do nada estava a lanchonete conhecida como Merendinha. Quando as chuvas cobrem as estradas, os Tembê chegam até aquele lugar com suas voadeiras e de lá vão até Paragominas pela estrada. Toda essa região é servida com energia elétrica direta distribuída pela Rede Celpa.

Chega-se depois ao lugar denominado de CAIP, que foi um assentamento de colonos que cresceu, e atualmente conta com escola municipal de ensino fundamental e posto de saúde. Continuando, passa-se pela propriedade de Cornélio. Um Tembê que quando morava na TIARG habitava paragens fora das aldeias. Sempre morou isolado. Continua-se a viajar entre fazendas, algumas parecendo abandonadas e outras bem cuidadas e com muito gado. Quando se chega à TIARG, a vegetação muda radicalmente. Passa-se a viajar por uma estrada estreita, com ladeiras e pequenos vales, ladeados por árvores muito altas e de diâmetro avantajado. Estamos no interior da floresta primária dos Tembê do Alto Rio Gurupi

8.2. ALDEIAS PÓLOS E AUTORIDADES INDÍGENAS

Embora não estejam abrigadas em nenhuma Associação Indígena, algumas aldeias se destacam como pólo por diversos aspectos: possuem escolas de ensino fundamental e/ou de ensino médio, ter postos de saúde razoavelmente equipados e contarem com um número de habitantes bem superior ao das pequenas aldeias, que de certo modo gravitam em torno das maiores e dependendo da situação geográfica acessam determinada aldeia pólo mais rapidamente.

A aldeia TekoHaw criou uma associação que não progrediu. Agora estão discutindo a criação de uma única Associação que englobe todos os Tembê do Gurupi. Essa reunião está prevista para ocorrer nos dias 30 de Janeiro e 01 de Fevereiro de 2010, na aldeia TekoHaw, e para lá devem convergir pelo menos os líderes de todas as aldeias Tembê do Alto Rio Gurupi e as autoridades da aldeia Ka'apor Sítio Novo da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Estado do Maranhão.

8.2.1. AS ALDEIAS PÓLOS E RESPECTIVAS ALDEIAS ASSOCIADAS

Na área do Alto Rio Gurupi podem distinguir-se três grupos de aldeias, lideradas pelas aldeias pólos, respectivamente de CAJUEIRO, TEKOHAW e CANINDÉ.

As aldeias satélites de CAJUEIRO são Sussuarana, Araruna, Mangueira e Piahu; as de TEKOHAW são Floriano, Anoirá e Faveira; e, por último, as de CANINDÉ são Ikatu, Bate Vento e Cocalzinho.

8.2.2. AUTORIDADES DAS ALDEIAS DO RIO GURUPI

As autoridades das aldeias do Alto Rio Gurupi, que englobam à semelhança dos Tembê do Alto Rio Guamá, os caciques, as lideranças e as capitoas, são identificadas em seguida, no Quadro 3.

Quadro 3 – Autoridades Tembê do Alto Rio Gurupi

Aldeias	Cacique	Liderança	Capitoa
CAJUEIRO	Isidoro Tembê	Reginaldo Tembê	Célia Tembê
Sussuarana	Isaac Tembê	Valdeci Tembê	Brasilice Tembê
Araruna	Bené Tembê		
Mangueira	Juvenal (Bem-te-vi) Tembê		
Piahu	Zeca Tembê		
TEKOHAW	Lourival Tembê	Sérgio Muxi Tembê e Jacinto Tembê	Verônica Tembê
Florianópolis	Manão Tembê		
Anoírã	Codó Tembê	Lidemar Tembê	
Faveira	Ezequiel Tembê		
CANINDÉ	Augustinho Tembê e Quirino Tembê	Jailton Tembê e Frederico Tembê	Leocádia Tembê
Ikatu	Simbá Tembê		
Bate Vento	Mundico Tembê	Diego Tembê	
Cocalzinho	Luizinho Tembê		Mariquinha Tembê
Sítio Novo	Joãozinho Ka'apor	Carlos Ishiru Ka'apor	

8.3. ALDEIA CAJUEIRO

CAJUEIRO conta com 26 casas e 127 habitantes. O centro da aldeia está configurado como as aldeias Tembê do Guamá. As casas estão dispostas em torno campo de futebol, que é a praça mais importante da aldeia, e assim podem ser descritas: quatro casas de madeira cobertas com cavaco; duas casas de madeira cobertas com telhas de fibro cimento (tipo brasilit), uma das quais é a casa do cacique Isidoro Tembê; mais duas casas de taipa (barro e varas) cobertas com cavaco; uma casa de madeira coberta com palhas de ubim; duas casas de taipa cobertas com palha de ubim; uma casa de alvenaria coberta com telhas de barro, faltando ainda terminar a construção do segundo andar, moradia da liderança da aldeia Reginaldo Tembê. Há ainda uma casa de banho (com sanitários e chuveiros) coletiva de alvenaria e coberta de telhas de fibro cimento.

Também ao redor do campo de futebol está casa de apoio da FUNAI, onde reside o chefe do posto de Canindé e onde nossa equipe se abrigou. Nesse lugar central está erguida a

RAMADA, casa típica Tembê, com telhado coberto com palha de ubim, encontrada na Região do Gurupi. O telhado disposto em quatro águas. Cercada com varas que delimitam a parte externa e o salão. Na Ramada se realizam as reuniões e as festas da aldeia.

Cajueiro dispõe de poço artesiano e de caixa d'água com capacidade para 10.000 litros, construída pela FUNASA, localizado junto à casa do cacique Isidoro Tembê, que também exerce a função de Agente Indígena de Saneamento (AISAM).



Foto 30 – Vista da Aldeia CAJUEIRO

Todas as casas da aldeia recebem água encanada e tratada. A aldeia tem energia elétrica direta fornecida pela Rede Celpa. Um novo poço artesiano está sendo cavado e a nova caixa d'água com capacidade para 10.000 litros está a ser erguida. Brevemente será inaugurada.

A aldeia dispõe de um posto de saúde bem cuidado e de uma técnica em enfermagem que fica vinte dias na aldeia, além do técnico em enfermagem Zezinho Tembê, morador da aldeia Cajueiro, que pode inclusive realizar exames para malária, fornecer o diagnóstico e iniciar o tratamento. A malária está presente na região. Além disso, a cada quinze dias uma enfermeira e um dentista vêm à aldeia para atender os moradores.

A aldeia Cajueiro possui a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Francisca Tembê, onde também funciona o Ensino Médio Modular mantido pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). A escola se encontra bem cuidada, dispõe de quatro salas de aula e uma sala para informática com três computadores e com previsão de instalação de internet. Possui uma sala para a direção e quartos para os professores morarem durante o período em que ficam na aldeia. Junto à escola há uma quadra poliesportiva recém

construída pela Prefeitura de Paragominas. A quadra de esportes possui alambrado lateral e uma rede que a fecha por cima aos moldes das arenas esportivas encontradas nas cidades.

A aldeia de Cajueiro está situada às margens do rio Uraim, possui um porto pelo qual chegam e partem voadeiras e outros barcos com destino ao lugar denominado de Merendinha, subindo o rio quando na estação das chuvas querem chegar até à cidade de Paragominas. Se descerem o rio, acessam as aldeias situadas próximo do rio Uraim e aquelas situadas no rio Gurupi.

Como apoio, existe uma casa da FUNAI construída em madeira e coberta de telhas de fibro cimento, com dois quartos, para uso exclusivo dos funcionários da FUNAI. Uma grande sala-copa, uma cozinha equipada com fogão a gás e um banheiro. Muitos armadores de rede estão disponíveis. Tem água encanada e energia elétrica, mas não possui geladeira. Ali também está a estação de rádio, um dos poucos que ainda restam na região do Gurupi que é operado pelo indígena Elias Tembê. Esse rádio é fundamental para falarem com outras aldeias, com a Casa do Índio (CASAI) de Paragominas e com a FUNAI em Belém.



Foto 31 – Liderança Reginaldo Tembê e Cacique Isidoro Tembê

A FUNAI dispõe de uma lancha tipo voadeira de alumínio, equipada com motor de popa de 25 HP com capacidade para transportar seis pessoas e uma caminhonete L200 Mitishubishi com tração nas quatro rodas que nesse momento está “apreendida” pelos Tembê. A FUNASA possui duas voadeiras com motor de 40 HP. Grande parte dos moradores da aldeia Cajueiro é falante da língua Tembê. Roberto Tembê é um professor local da língua.

A aldeia tem uma casa de farinha com prensa manual. O PROGRAMA TENETEHARA construirá uma nova casa de farinha mecanizada, já que agora os habitantes de Cajueiro deixaram de retirar e vender madeira e estão a ampliar suas roças. Nas roças plantam várias culturas, destacando-se entre estas, a mandioca, batata doce, mamão, banana, macaxeira, cará, melancia, jerimum, milho, arroz e feijão. O açaí é explorado só para o consumo dos habitantes e visitantes da aldeia. Mas há projetos para plantar e despolpar açaí. Criam galinhas e não produzem mel. Pretendem reativar suas colméias. Extraem da floresta como produto não madeirável, o óleo de andiroba.

A caça é praticada por todos os moradores da aldeia Cajueiro e é abundante. Os Tembé caçam catitú, porcão, tatu, jacaré, jabuti (principal iguaria), gato maracajá e onças (pintada e preta). A pesca também é praticada só para o seu sustento, não vendem pescado. O rio Uraim, na altura da aldeia é muito piscoso. Os Tembé utilizam como artefatos de pesca a tarrafa, linha de mão e rede e podem eventualmente usar o cunambi (planta tóxica) para pescarem tucunarés, mandubés, traíras, pias, pintados e tambaquis (que vieram de açudes da região e agora abundam no rio Uraim). Carnes de boi ou de porco assim como outros tipos de alimento compram na CAIP.

No rio Uraim é possível encontrar agora o tracajá (quelônio amazônico). Não é originário da região. Na aldeia podemos encontrar indígenas católicos e evangélicos. O cacique é Isidoro Tembé que é auxiliado pela Liderança e Capitoa Célia Tembé e a Liderança Reginaldo Tembé que é membro da Igreja Assembléia de Deus. Em Dezembro acontece a festa de São Benedito acrescida de festas profanas com aparelhagem sonora e muita cerveja.

As festas acontecem na Ramada. A Ramada da aldeia será reformada pelo PROGRAMA TENETEHARA. A atual é antiga e construída de uma maneira bastante simples, com traves de sustentação que servem de apoio para a cobertura de palha de ubim trançadas e amarradas com cipó. As traves atravessam todo o salão e a deixam com pouca altura. Não tem pajé índio em Cajueiro.



Foto 32 – Capitoa Célia Tembê

Das mulheres da aldeia, como a Capitoa Célia Tembê, algumas recebem a Bolsa Floresta (aproximadamente 55 mulheres no ano de 2010). Também há em Cajueiro algo em torno de 30 aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Por volta de 15 mulheres da aldeia receberam o auxílio maternidade do governo federal. No ano de 2009 não foi registrado nenhum casamento formal, mas a aldeia recebeu 10 novos casais formados por jovens locais; Apenas uma pessoa morreu em 2009. Há também um habitante que é empregado da prefeitura da Paragominas.

De Cajueiro, na estação seca é possível chegar por terra até às duas outras grandes aldeias do alto rio Gurupi: TekoHaw e Canindé. Também é possível acessar por terra outras aldeias menores.

8.4. SUSSUARANA

Esta aldeia situa-se a meio caminho entre a aldeia Cajueiro e a desembocadura do rio Uraim no rio Gurupi. Aldeia pequena que no ano de 2010 completa cinco anos de existência. Foi fundada por índios que vieram da aldeia denominada Banha no estado do Maranhão.

O cacique é o índio Isaac Timbira, pertencente à etnia Timbira, diferente dos Tembê.



Foto 33 – Cacique Isaac Timbira

A liderança Valdeci Tembê é filho do cacique Isaac Timbira e da capitoa Brasilice Tembê.



Foto 34 – Liderança Valdeci Tembê

A capitoa da aldeia Sussuarana é a senhora Brasilice Tembê de 53 anos. Líder nata, está sempre presente nas reuniões e atividades dos Tembê seja nas aldeias ou em eventos fora da TIARG.

Sussuarana situa-se na margem esquerda do rio Uraim, e tem oito famílias e cerca de 30 habitantes.

A aldeia tem uma pequena quadra de terra com uma rede de vôlei armada. Não há campo de futebol. As casas têm antena parabólica e TV em cores.

Sussuarana dispõe de um poço de boca larga e de caixa d'água com capacidade para 5.000 litros. A luz elétrica é fornecida por um motor velho movido a óleo diesel, que funciona à noite por um breve período de tempo.

O cacique Isaac Tembê tem uma criação de porcos e deseja aumentá-la com auxílio dos recursos do PROGRAMA TENETEHARA.



Foto 35 – Escola da Aldeia SUSSUARANA

Tem também uma pequena escola, que dona Brasilice Tembê chama de galinheiro. É uma sala da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Francisca Tembê que funciona na aldeia de Cajueiro. Há uma professora não índia que reside na aldeia nos períodos de aula e é paga pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de Paragominas.



Foto 36 – Capitoa Brasilice Tembê

A Capitoa é a índia Brasilice Tembê.

Quanto aos cuidados de saúde, recebem a visita dos técnicos em enfermagem do posto de saúde da FUNASA que também fica na aldeia Cajueiro. O acesso a Sussuaran a partir de

Cajueiro só é possível de barco pelo rio Uraim. Por terra comunica-se com a aldeia Araruna, distante cerca de 5 horas a pé por uma trilha no meio da floresta.

Na aldeia de Sussuarana todos são falantes da língua Tembé e praticam com maestria o artesanato, fabricando maracás, colares, pulseiras e adornos de toda sorte.

8.5. ALDEIA ARARUNA



Foto 37 – Vista da aldeia ARARUNA

Fica a cerca de 40 minutos de voadeira a partir da aldeia de Cajueiro, à margem esquerda do rio Gurupi. A aldeia foi fundada no ano de 2003. Atualmente conta com apenas uma casa de morada próxima ao porto e duas armações a aproximadamente uma hora de caminhada a partir da margem do rio Gurupi, dentro da mata onde ficam suas roças. Tem também uma pequena casa de farinha em estado precário. O forno de farinha está colocado sobre tijolos apenas empilhados uns sobre os outros, sem qualquer estrutura em alvenaria. Existe ainda uma pequena prensa, para preparar a massa que é levada ao forno, além de alguns outros utensílios.

O cacique é Benedito (Bené) Tembé, irmão da liderança Valdecir Tembé e filho do cacique Isaac Timbira e da Capitoa Brasilice Tembé da aldeia Sussuarana.



Foto 38 – Cacique Bené Tembê

Atualmente 10 pessoas vivem na aldeia. Esta não tem escola. As crianças da aldeia Araruna estudam na Escola Municipal de Ensino Fundamental da aldeia Ka'apor Sítio Novo que fica do outro lado do rio Gurupi. Muitas vezes as crianças deixam de ir às aulas por falta de transporte. Não há transporte escolar e quando as condições climáticas são adversas, chuva e vento, a agitação das águas do rio impede a navegação das pequenas canoas a remo utilizadas pelas crianças, pois estas podem virar-se e afundar-se rapidamente.

A aldeia não dispõe de poço artesiano ou caixa d'água para armazenamento de água potável. Havia um pequeno poço de boca aberta que foi invadido pelas águas da última enchente do rio Gurupi. No momento os habitantes da aldeia Araruna consomem a água retirada diretamente do rio Gurupi sem qualquer tratamento. Quando alguém adoece, recorrem ao posto de saúde e ao técnico em enfermagem da aldeia Ka'apor Sítio Novo, porque não dispõem de serviço de saúde da FUNASA na aldeia Araruna.

A aldeia também não dispõe de energia elétrica nem de rádio frequência para a sua comunicação com outras aldeias, com a Casa do Índio (CASAI), FUNASA ou com a FUNAI. Estão completamente isolados. Para que possam mandar ou receber qualquer mensagem tem de remar até a aldeia Ka'apor de Sítio Novo ou andar cinco horas a pé até à aldeia de Sussuarana.

8.6. ALDEIA FAVEIRA



Foto 39 – Cacique Ezequiel Temb 

  uma aldeia s t lite de TEKOHAW, comandada pelo cacique Ezequiel Temb  de 48 anos. Atualmente tem duas casas de madeira e 15 habitantes. Uma das casas   coberta com telhas de barro e a outra coberta com cavacos de madeira.

Dispõe de um poço poço artesiano com caixa d'água com capacidade para armazenar 2.000 litros de água, que foi construído pela FUNASA. A  gua distribuída não é tratada. Um motor movido a óleo diesel aciona a bomba para o poço artesiano e fornece energia elétrica para as duas casas.

Faveira fica às margens do rio Gurupi, distante uma hora de viagem a partir da aldeia Cajueiro. Não possui escola nem posto de saúde. As crianças que estudam, em número de sete, v o para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Verônika Temb  na aldeia TekoHaw. V o a p  pelo caminho. Não existe estrada. Quando na aldeia alguém precisa de tratamento de saúde recorre ao posto de saúde de TekoHaw, que também pode ser acessada de voadeira pelo rio Gurupi. Fica a cerca de 20 minutos.

Nesta aldeia os Temb  possuem roças de mandioca, e também plantam arroz, feijão, banana entre outras coisas. A caça   abundante na sua floresta e a pesca é farta no rio Gurupi.

8.7. ALDEIA FLORIANO

Está registrada como aldeia Temb  desde o ano de 2005. Possui duas casas. Uma   de barro e a outra é de madeira. Ambas são cobertas de cavaco. Nas duas casas moram 11 pessoas.

Não possui poço artesiano, nem caixa d'água, tampouco poço de boca aberta. Havia um, mas uma cheia do rio Gurupi acabou com esse poço. Atualmente consomem a água coletada diretamente de um igarapé próximo, sem qualquer tratamento. Tal fato leva ao aparecimento constante de diarreias nos habitantes da aldeia.

A aldeia de Floriano não tem posto de saúde. A senhora Maria de Fátima atua como Agente Indígena de Saúde (AIS) e conta com medicamentos básicos. Numa grande parte das vezes os habitantes da aldeia fazem uso de medicação caseira e também de medicamentos que são extraídos da floresta, como o leite de cuúba com mel de abelhas que é usado como antiinflamatório.

Não há escola na aldeia e atualmente nem uma criança frequenta a escola. Para os habitantes de Floriano a escola mais perto está localizada na aldeia Ka'apor Sítio Novo.



Foto 40 – Cacique Manão Tembê

Também não tem gerador movido a óleo diesel para fornecer energia para aldeia. Apenas a casa do cacique Manão Tembê possui energia elétrica fornecida por uma placa fotovoltaica. Essa energia também é usada para que possam assistir aos programas de TV via antena parabólica.

Não existe casa de farinha na aldeia. A pesca é abundante no rio Gurupi e a caça também é outra fonte de alimento muito importante e abundante na aldeia Floriano. O cacique Manão Tembê é caçador, prefere caçar a pescar. Manão Tembê afirma que é exímio caçador de onças.

8.8. ALDEIA TEKOHAW

Para se chegar até à aldeia de TekoHaw é necessário atravessar uma ponte feita com troncos de árvores de diâmetro avantajado, dispostas no sentido longitudinal sobre um igarapé bastante largo, seco no período de pouca chuva. Existe na aldeia uma casa de apoio da FUNAI, construída nos mesmos moldes daquela da aldeia Cajueiro, que ainda não fora terminada. A casa é de madeira coberta com telhas de fibrocimento.

TekoHaw é a maior aldeia do Gurupi. Está organizada em torno da praça principal, o campo de futebol, que é o centro da aldeia. Em volta do campo estão a casa de apoio da FUNAI, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Verônika Tembê, o posto de saúde, a casa do Cacique Lourival Tembê, a casa da liderança Sérgio Muxi Tembê, a casa do caçador Capara'í, a Ramada, e bem ao lado desta, a igreja em homenagem a São Benedito.



Foto 41 – Igreja de São benedito e Ramada da Aldeia TEKOHAW

TekoHaw não dispõe de energia elétrica direta. Possui um motor movido a óleo diesel que fornece energia à noite por algumas horas. Tem um poço artesiano construído pela FUNASA com bomba, motor e caixa d'água para 10.000 litros que fornece água para a aldeia. Todas as casas recebem água encanada e tratada. Há um posto de saúde muito bem cuidado, com acomodações amplas e limpas, banheiro e cozinha onde habita a técnica de enfermagem Sílvia, que dá assistência aos indígenas.

TekoHaw conta com uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de nome Verônika Tembê, a Capitoa detentora do conhecimento, da fala e da cultura Tembê. A escola tem três salas de aula independentes, em formato de pequenas ocas e cobertas com telhas de fibrocimento.



Foto 42 – Cacique Geral do Gurupi Lourival Tembê

Lourival Tembê, marido de Verônika Tembê, é o Cacique Geral dos Tembê do Gurupi e cacique da aldeia TekoHaw. Pai da liderança Sérgio Tembê e do guerreiro, caçador e contador de histórias, Capara'í.

A residência do cacique Lourival Tembê é formada por uma casa cercada com palhas e coberta com telhas de fibrocimento na frente e uma outra casa de madeira coberta com palhas de ubim, localizada nas traseiras da primeira.

Capara'í mora com os seus nove filhos e a esposa em uma casa de madeira pintada de azul, com uma barra vermelha, com três janelas e uma porta na frente, coberta com telhas de barro.



Foto 43 – Liderança Sérgio Muxi Tembê.

A casa da liderança Sérgio Tembê tem dois andares. O primeiro é construído em alvenaria pintada de creme com uma barra verde. Duas janelas e uma porta pintadas de verde. O

segundo andar é de madeira e avarandado com uma cerquinha pintada de branco envolvendo toda a parte de cima. Está coberta com cavacos.

Entre a casa de Capara'í e Sérgio Muxi Tembé fica o poço artesiano e a caixa d'água para 10.000 litros construídos pela FUNASA.

A escola Indígena Municipal de Ensino Fundamental Verônika Tembé é uma construção bem diferente das escolas até então vistas na TIARG. São três salas de aula independentes, cobertas com telhado de fibrocimento vermelho de quatro águas como as ramadas Tembé, e interligadas por passarelas com piso de cimento e cobertas com as mesmas telhas vermelhas. Todas as salas têm uma cerca de madeira, com espaçamento entre as tábuas pintadas de verniz e assentadas sobre uma base de tijolo servindo de barra e pintadas de azul. As cercas não medem mais do que um metro e meio deixando um grande vão para a circulação de ar.

O piso é revestido com lajotas de cor branca e uma porta pintada de azul comunica o interior da sala de aula com o exterior. Um quadro verde está colocado em uma parede branca ao fundo da sala e sobre o quadro vêm-se desenhos com motivos Tembé. Existe ainda uma sala para a direção e banheiros, masculino e feminino. A escola dispõe de um filtro grande para que os alunos possam ingerir água de melhor qualidade.

Esta escola foi fundada em Agosto de 2002. As paredes externas estão cobertas de pinturas com motivos Tembé e com escritos bilíngües: em Tembé e em português. Os motivos são os mais diversos: ritual da menina moça, celebrada em TekoHaw, e homenagem à Capitoa Verônika Tembé.

A Ramada é bem mais antiga. O telhado de folhas de ubim apresenta o aspecto de bastante usado. Típica construção Tembé de quatro águas que apresenta uma inovação: tem arquibancadas de madeira no seu interior. Não é cercada. O piso é revestido de cimento e tem um salão bem amplo. É aqui que acontecem as reuniões da aldeia e as festas importantes, tanto rituais como a festa da menina moça, como as festas profanas da festividade de São Benedito, com aparelhagens e muita cerveja.

8.9. ALDEIA IKATU

Está situada entre as aldeias TekoHaw e Canindé. É composta por três casas com três famílias e oito habitantes. Duas das casas são de madeira e a terceira é de barro. Todas são cobertas com palha de ubim.

A função de Agente Indígena de Saúde é exercida por Joaci Tembé que é filho da liderança da aldeia Sussuarana e funcionário da FUNASA Valdeci Tembé. Não há posto de saúde. O AIS tem os medicamentos para atendimento básico. Os casos mais graves são atendidos no posto médico da aldeia TekoHaw. Na época da estação seca os habitantes da aldeia Ikatu bebem água retirada diretamente do rio Gurupi e que não é tratada. Isso tem levado ao surgimento de diarreias na população.



Foto 44 – Cacique Simbá Timbira

O cacique é Siba ou Simbá Timbira que nasceu na aldeia geral Timbira do Toco Preto no Estado do Maranhão e ocupa também na aldeia a função de Agente Indígena de Saneamento.

A FUNASA construiu dois poços artesanais na aldeia. Os dois foram dados como inservíveis para o consumo porque a água continha uma quantidade muito alta de sal e de ferro. Um poço de boca aberta foi cavado. A cheia do rio Gurupi acabou com esse poço. Foram obrigados a beber a água diretamente do rio Gurupi. Possuem dois geradores com motores movidos a óleo diesel. Um desses motores seria usado para acionar a bomba que extrairia água dos poços artesanais condenados.

Não possui escola. Atualmente duas pessoas da aldeia Ikatu estudam na Escola Municipal de Ensino Fundamental Verônika Tembé na aldeia TekoHaw. Em frente à aldeia Ikatu, no

rio Gurupi, está situada uma das maiores curiosidades daquelas paragens a “pedra da mão d’onça”, que ostenta o que seria a marca de garras de uma onça de grande porte e nessa pedra e onde é também possível encontrar desenhos até hoje não decifrados pelos Tembé.

A caça e a pesca são abundantes no rio e nas florestas ao redor da aldeia Ikatu.

8.10. ALDEIA CANINDÉ

Das três grandes aldeias do alto Rio Gurupi, esta é a menor. Desarrumada e pouco cuidada. O campo de futebol fica logo na entrada da aldeia e não é o centro em torno do qual se arrumam as casas do núcleo central e local mais importante da aldeia²⁸. Uma escola de ensino fundamental está situada logo depois do campo de futebol.

O rio Gurupi naquelas paragens é sem dúvida o trecho mais bonito da TIARG. Do outro lado, já no Maranhão há praias e grandes pedras pontiagudas que rasgam as águas e se projetam para fora do rio, nestes tempos de poucas chuvas. Um pouco antes daquele local, para quem viaja das bandas do TekoHaw, podem ver-se grandes corredeiras no rio Gurupi, que desafiam a perícia dos pilotos das voadeiras Tembé. A praça principal é perto do porto. Lá está o posto de saúde, com aparência de sujo, desbotado e mal cuidado, o mais abandonado. Algumas poucas casas de madeira cobertas com cavacos, outras em ruínas podiam ser vistas. A aldeia tem 15 casas e 70 habitantes.

A Ramada fica ali na praça principal, bem perto da margem do rio Gurupi, nova e com piso recém arrumado, sob o seu telhado bem traçado de palha de ubim. Segurando o telhado havia uma estrutura bem interessante feita de madeira à semelhança de uma pirâmide invertida, criando um grande vão livre que aumenta a altura interna da Ramada. Logo depois da Ramada, indo para o porto e margeando o Gurupi encontramos uma pequena barraca coberta de palha de ubim, e uma residência com duas partes iguais: uma metade coberta de palha de ubim e aberta; a outra metade de madeira, coberta com telhas de fibrocimento.

²⁸ Nas aldeias pólo do Alto Rio Gurupi, do mesmo modo que nas aldeias São Pedro e Frasqueira no Alto Rio Guamá, as escolas, a Ramada, os locais de reunião, o posto de saúde, a casa do cacique e das lideranças, o alojamento da FUNAI estão situadas no entorno ou muito próximas do campo de futebol que na prática funciona como praça central e local de agregação para a comunidade local. É assim quando ocorrem as festas e jogos nas aldeias.

Perpendicularmente ao rio, e do lado contrário à Ramada, há uma casa de madeira coberta de telhas de fibrocimento. Seguindo na mesma direcção, encontramos uma casa com duas portas, estando uma delas pintada de azul, coberta com telhas de barro com uma antena parabólica destacada, bem na frente. Do lado contrário ao rio existe uma casa de madeira também pintada de azul e coberta com cavacos.



Foto 45 – Ramada da Aldeia CANINDÉ

Logo em seguida pode-se ver uma estrutura que parece ser a de uma casa em construção, de dois andares. Apenas a parte de cima estava fechada com tábuas, sem telhado e sem mais nada. Só se viam os esteios de madeira.

Neste percurso, surge depois o posto de saúde, uma construção em alvenaria coberta com telhas de barro. A calçada em volta do posto de saúde está destruída e aparece cheia de touceiras de capim. Uma rampa leva à entrada na parte central, gradeada. As janelas e a porta estão pintadas de azul. Provavelmente teve uma barra azul na parede da frente. Estendia-se até um pouco acima do batente das janelas, agora apenas resquícios estavam visíveis. A barra sobrevivia como um painel de algum artista contemporâneo que meio bêbado exercitou sua arte na aldeia Canindé.



Foto 46 – Cacique Augustinho Tembê

Paralelo ao Rio Gurupi, em frente à casa do cacique Augustinho Tembê, casado com a Capitoa Leocádia Tembê, restam mudos, porém altivas, duas estruturas de base retangular e saindo do centro uma projeção circular com um pequeno furo no centro. Entre as duas, uma terceira estrutura de cimento retangular se assenta sobre uma base de cimento. Da estrutura menor saem duas pequenas projeções que sustentam um pequeno canhão que aponta para o Rio Gurupi.

O posto de saúde indígena sempre funcionou na aldeia Canindé, e só recentemente passou para a aldeia Cajueiro. Do antigo posto apenas está visível o piso. Todo o resto foi levado pelo tempo e o esquecimento. Logo depois do posto de saúde fica a casa de Jailton Tembê, professor da aldeia, que tem um casal de filhos ainda pequenos.

As únicas construções em alvenaria da aldeia são o posto de saúde e a escola. Perto do porto situa-se a casa de farinha comunitária, manual. Canindé não tem energia elétrica direta. Tem um motor a diesel que está com defeito e não funciona. O cacique Augustinho Tembê, em sua casa, dispõe de um sistema de iluminação próprio, alimentado com um motor a diesel.

O antigo sistema de distribuição de água, que provinha de um poço artesiano construído pela FUNASA com caixa d'água com capacidade para 10.000 litros foi destruído. Há uma bomba movida a motor a diesel que aciona a bomba e enche a caixa d'água. Os habitantes de Canindé vão buscar sua água diretamente ao poço. Um novo sistema de tubulação já foi instalado, mas ainda não está funcionando.



Foto 47 – Altar da Igreja de São Benedito na Aldeia CANINDÉ

Perto da Ramada existe uma pequena igreja em homenagem a São Benedito. De madeira nova, sem qualquer pintura, coberta com telhas de barro.

No posto de saúde, assegurado por um convênio com a prefeitura de Paragominas, trabalha o mês inteiro o técnico em enfermagem Elson Castro, originário da cidade de Ananindeua, Pará. Nele também atua a enfermeira Sílvia que atende tanto Canindé quanto TekoHaw. O dentista Alexandre vai à aldeia uma vez por mês. No posto de saúde não há consultório dentário. O dentista trás sua maleta e ali faz extração de dentes e até obturação. Os casos médicos mais graves são enviados para a cidade de Paragominas.

O contato com a FUNASA é feito via rádio. A malária está presente na aldeia Canindé, assim como há registro de casos de pneumonia e de pequenos acidentes, como cortes por terçado e machado. Não há nenhum registro de doença sexualmente transmissível (DST). O posto de saúde distribui preservativos aos interessados. No ano de 2009, Canindé registrou três nascimentos e nenhuma morte. A aldeia conta com um AISAM que é o Cacique Quirino Tembê e com dois AIS: Edilson e Antônio.

8.11. ALDEIA BATE VENTO

Está situada rio Gurupi abaixo, partindo da aldeia Canindé. É constituída por três casas sendo duas de madeira, uma delas coberta de cavaco, outra coberta de palha e a terceira totalmente de palha. Nove pessoas moram na aldeia.

A aldeia não dispõe de poço artesiano, possui um poço do tipo amazónico, de boca larga e uma bomba acionada por um motor movido a óleo diesel. A água é levada para uma caixa d'água com a capacidade de armazenamento para 3.000 litros.



Foto 48 – Cacique Mundico Tembê

Mundico Tembê é o cacique da aldeia Bate Vento.



Foto 49 – Liderança Diego Tembê

A água distribuída é tratada e o responsável pelo tratamento é Diego Tembê, AISAM, liderança local e filho do cacique Mundico Tembê. A agente de Indígena de Saúde é Patrícia. Na aldeia existem os medicamentos básicos. Outros casos mais complexos são levados para tratamento no posto de saúde da aldeia Canindé ou para os hospitais da cidade de Paragominas.

A luz elétrica é fornecida por um gerador com motor movido a óleo diesel, que é accionado apenas em pequenos períodos noturnos.

Na aldeia não existe escola, as crianças deslocam-se pelo rio Gurupi até à Escola Municipal de Ensino Fundamental da aldeia Canindé. A SEMEC de Paragominas fornece 50 litros de combustível por mês para que os estudantes cheguem até a aldeia Canindé e retornem para a aldeia Bate Vento. O barco é de propriedade da aldeia e não há transporte escolar oficial. Neste ano de 2010, o motor do barco quebrou e a SEMEC de Paragominas recusou-se a consertá-lo. Os cinco estudantes da aldeia Bate Vento perderam o ano letivo. A liderança Diego Tembê que estudava a oitava série do Ensino Fundamental na aldeia Canindé está entre os que perderam o ano.

A aldeia possui roças onde plantam mandioca, arroz, feijão, melancia. A pesca é abundante no rio Gurupi e a caça é mais um dos elementos que contribuem para a diversificação da alimentação dos habitantes da aldeia.

8.12. REUNIÕES NO GURUPI

8.12.1. REUNIÃO NA ALDEIA CAJUEIRO

A reunião sobre o PROGRAMA TENETEHARA na aldeia Cajueiro começou pelas sete horas da tarde. Muitos habitantes estavam naquele momento no salão da Ramada, entre eles: o cacique Isidoro Tembê, a liderança Reginaldo Tembê, a liderança da aldeia Sussuarana, Valdeci Tembê, Francisco Brasil da FUNAI, Gustavo Furini e Jorge pela empresa C-Trade, Heleno Couto, Sandro Abreu e Gilvandro Andrade, técnicos da ONG Vitória Régia e toda a nossa equipe.



Foto 50 – Reunião na Aldeia CAJUEIRO

Claudionor começou mostrando, explicando e comentando os objetivos e metas do PROGRAMA TENETEHARA, falando dos benefícios que viriam para o povo Tembé do Gurupi, já traduzidos e sentidos através do pagamento da Bolsa Floresta. Também falou que a presença dos técnicos da ONG Vitória Régia ali seria para o levantamento de possíveis reformas ou construções a serem feitas. Estava ali, também, um mestre-de-obras para a execução imediata dos trabalhos. Contou qual foi a origem dos recursos que estavam financiando o PROGRAMA, que vieram do leilão de madeira retirada ilegalmente das florestas do Gurupi, na TIARG, e que foram apreendidos. Mas que os recursos eram finitos e só poderiam custear os projetos implantados e a implantar, até o mês de Outubro de 2010. Por essa razão teriam fatalmente de encontrar juntos outra fonte de recursos capaz de assegurar sua continuidade.

Com o dinheiro disponível seria possível reformar e melhorar a Ramada, uma nova casa de farinha mecanizada seria construída e a antiga reformada. Os técnicos ouviriam e orientariam aqueles que desejassem retomar ou iniciar a produção de mel. A criação de pequenos animais, como galinhas e porcos, também constavam do PROGRAMA TENETEHARA. A criação de peixes em cativeiro era uma possibilidade real, já que a Prefeitura de Paragominas assegurava a compra de toda a produção da aldeia para a merenda escolar. Também o aumento das roças incrementaria o aumento da produção de farinha. Houve a intervenção de várias pessoas presentes, onde o mais freqüente e incisivo foram a liderança Reginaldo Tembé e a liderança da aldeia Sussuarana Valdeci Tembé.

Reginaldo Tembé foi muito claro quando afirmou que não lhes interessava a criação de peixes em cativeiro, para ele o rio Uraim assegurava toda a produção de pescado de que necessitavam. Questionou a falta de pagamento para algumas pessoas que trabalharam na última reforma da Ramada. Acreditava ser importante procurar uma alternativa para a continuidade do PROGRAMA TENETEHARA. Valdeci Tembé também comentou que o fato de criar peixes em cativeiro seria um incremento para a venda e não apenas para o consumo dos habitantes das aldeias. Ele particularmente queria criar peixes, sua mãe voltaria a criar frangos e seu pai, cacique da aldeia Sussuarana, gostaria de ter uma criação de porcos. Vários participantes da reunião se manifestaram dizendo o que gostariam de fazer dentre o leque de ações disponibilizadas pelo PROGRAMA.

Uma das coisas que não queriam fazer era participar de grupos para a criação de galinhas, por exemplo. Preferiam as ações desenvolvidas de forma individual, onde cada um seria o

responsável pela sua atividade. As ações coletivas implantadas anteriormente não deram certo²⁹. O cacique Isidoro Tembê não se manifestou. Claudionor voltou a falar que uma das idéias para a continuidade dos recursos financeiros para o financiamento das ações na TIARG seria a venda pelos Tembê de créditos de carbono acumulados pela floresta. Para explicar o que era isso, algo completamente novo, estranho e imaterial, para os indígenas, convidou para usar da palavra Gustavo Furini da empresa C-Trade.

Gustavo apresentou-se, falou o que era a empresa C-Trade e com o auxílio da projeção do data-show, usando material produzido para uma palestra feita anteriormente em Belém, começou a falar sobre crédito de carbono, falou a respeito de mercado alternativo e enveredou por uma fala técnica. Falou sobre poluição, efeito estufa, mudança climática, acumulação de carbono, gases de efeito estufa. Pediu o apoio do técnico Jorge que seria o responsável pela delimitação da área e do cálculo de carbono estocado. Falaram por cerca de 20 minutos. Pela aldeia apenas Reginaldo e Valdeci intervieram. Ao final ficou a impressão de que os espectadores não entenderam absolutamente nada. Continuaram sem saber o que seria vendido e para quem. Acreditavam piamente que aquele gaúcho alto, claro e de fala diferente, fosse um dos americanos que estavam querendo comprar esse tal de crédito de carbono.

Após as discussões sobre carbono, Francisco Brasil começou a falar sobre o decreto presidencial que preconizava as mudanças em toda a estrutura da FUNAI. Os prováveis benefícios e dificuldades da mudança além das incertezas sobre os novos tempos que estavam para chegar. Falou também da parceria da FUNAI nessa nova proposta de venda de créditos de carbono, juntamente com o Ministério Público, e a Universidade Federal do Pará. Justificou o fato de a FUNAI não estar de acordo com a proposta apresentada há algum tempo atrás que tentava vender para estrangeiros, créditos advindos do sequestro de carbono. Como a tal proposta não prosperou por falta de apoio oficial, os indígenas que pensavam que ficariam ricos acusaram a FUNAI de tê-los mantido na pobreza.

²⁹ Os Tembê do Alto Rio Gurupi relataram que as experiências anteriores que visavam a criação de aves (frangos) envolvendo várias famílias não prosperaram, porque não conseguiram entender-se na divisão das tarefas e por isso abandonaram os projetos. Não tem ainda disciplina suficiente para trabalhar em grupos inter-familiares. O que funciona é a roça da família, só daquela determinada família. Por essa razão querem projetos individuais. Quando falam assim estão envolvendo o seu clã, os seus familiares somente.

8.12.2. REUNIÃO NA ALDEIA CANINDÉ

A reunião estava marcada para as três horas da tarde na Ramada. Bem nova e sua construção tecnicamente diferente da Ramada do Cajueiro. É mais bem construída que a de Cajueiro e não é cercada. Pouco mais de 20 pessoas estavam presentes à reunião. O cacique Augustinho Tembê não está na aldeia, viajou para a cidade de Paragominas, assim como também outros homens tinham saído para caçar. As lideranças da aldeia estavam presentes: o jovem Jailton Tembê, filho do cacique Augustinho Tembê, a Capitoa Leocádia Tembê, esposa do cacique Augustinho e Antônio Frederico Tembê. Pela nossa equipe estavam: Claudionor Dias, Francisco Brasil, Gustavo Furini e os técnicos Sandro Abreu, Genilton e Jorge.



Foto 51 – Reunião na Aldeia CANINDÉ

Durante a reunião Claudionor explicou o PROGRAMA TENETEHARA. Não pode contar com o data-show, porque não havia energia elétrica. Falou sobre a Bolsa Floresta. As mulheres entrevistaram, e toda vez que se referiam à bolsa, a chamavam de “mãe floresta”. Portanto o PROGRAMA TENETEHARA já estava atuando ali, antes mesmo de nossa chegada. Claudionor acertou com os habitantes da aldeia Canindé que os técnicos da ONG Vitória Régia e o mestre de obras ficariam e dormiriam na aldeia Canindé para fazer o levantamento do que iria ser melhorado ou implantado. Por exemplo: a casa de farinha estava localizada perto do porto, às margens do rio Gurupi, como os Tembê haviam colocado suas roças bem distantes da aldeia, a nova casa de farinha mecanizada deveria ser

construída perto das roças, isso diminuiria o esforço que faziam para transportar a mandioca até Canindé para ser processada.

A Ramada também seria melhorada e as pessoas interessadas em retomar ou iniciar atividades produtivas como: a criação de porcos, a criação de galinhas, a produção de mel e a criação de peixes em cativeiro, teriam tempo de conversar com os técnicos para definir a atividade e local para desenvolvê-la. Claudionor falou sobre a origem dos recursos que financiavam o Programa e fez lembrar aos presentes que a bolsa floresta só estava garantida até o próximo mês de Outubro de 2010. Explicou que isso significava que teria que se procurar uma fonte alternativa para manter, ampliar e aumentar o valor da Bolsa Floresta. Lembrou que apenas as mulheres do Gurupi recebiam a “mãe floresta”, as mulheres do Guamá não recebiam tal ajuda. Talvez com uma nova e permanente fonte de recursos a bolsa pudesse ser estendida para toda a TIARG. Disse que a venda de créditos de carbono poderia ser essa fonte tão ansiosamente buscada e para isso chamou o representante da empresa C-Trade

Gustavo e Jorge começaram a explicar para os participantes da reunião o que era crédito de carbono, como medir e como e para quem vender. Falaram por alguns minutos de forma bastante técnica sobre o crédito de carbono. Os Tembé presentes olhavam para eles incrédulos e sem esboçar qualquer reação, denunciando que a fala feita pelos representantes da C-Trade não tinha sido decodificada. Eles não estavam entendendo absolutamente nada daquilo. Nem mesmo as lideranças que normalmente participam de reuniões fora da aldeia e de alguma forma já tinham escutado alguma coisa sobre o assunto, mostraram entender a explicação dos técnicos. Então Gustavo e Jorge pediram minha ajuda, como professor do Instituto de Ciências Biológicas da UFPA, e paraense nascido e criado na vila do Emborai, uma povoação não muito maior do que a aldeia Canindé, para tentasse explicar o crédito de carbono. Parece que compreenderam um pouquinho melhor aquilo que falei.

Jorge então retomou a palavra e explicou como faria para medir a quantidade de carbono estocado. Que voltaria à aldeia outras vezes e que iria precisar da ajuda daqueles que conhecessem bem a floresta e daqueles que soubessem o nome das árvores na língua Tembé, por que pretendia fazer um inventário onde constassem as árvores mais nobres, seu nome científico, nome vulgar e nome Tembé.

Jailton Temb  fez algumas considerações sobre o assunto. Alguns queriam saber sobre o roçado. Era proibido agora fazer roçado? Jorge explicou que não. Que os Temb  poderiam levar sua vida do mesmo modo. O que teriam de fazer era estabelecer a área que queriam preservar para vender o carbono estocado. Os roçados poderiam ser feitos em áreas fora dos locais marcados. Explicou que se alguém derrubasse a floresta demarcada, a quantidade de carbono vendida não seria de fato a existente, pois se no local nós vend ssemos 100 toneladas e fôssemos desmatar, a quantidade já seria menor, por exemplo apenas 90 ton. Explicou também que viriam depois, umas pessoas, chamadas de auditores, conferir a veracidade dos dados apresentados e que até através de imagens de s t lite se saberia que a área fora alterada. Os indígenas levantaram então a questão de saber se poderiam continuar a plantar as suas roças nos lugares já desmatados usando a mecanização. Dessa forma não precisariam derrubar as áreas demarcadas para estocar carbono, e poderiam aumentar ao mesmo tempo as áreas para cultivo de modo a terem mandioca para processar e fazer farinha na nova casa de farinha.

Claudionor Dias retomou a palavra, e complementou que a venda de créditos de carbono, possibilitaria a ampliação e o aumento do valor da Bolsa Floresta. Reiterou que o PROGRAMA TENETEHARA financiaria a construção da nova casa de farinha, possibilitando o aumento da produção, provavelmente usando a agricultura mecanizada, e apoiaria a criação de frangos, de peixes, com a garantia de que toda a produção seria comprada pela prefeitura de Paragominas, conforme afirmou o prefeito Adnan Demachki. Sublinhou que os Temb  do Gurupi não precisariam derrubar a floresta para vender a madeira por um preço vil. Teriam todas as ferramentas para buscarem o desenvolvimento local de uma forma sustentável que em última análise era o objetivo principal do PROGRAMA TENETEHARA.

Após essa discussão Francisco Brasil relatou aos habitantes da aldeia Canindé o decreto de reestruturação da FUNAI que extinguiu todas as chefias de posto indígena do Brasil e mudava radicalmente a FUNAI.

Os indígenas, por seu turno, reclamaram muito da ausência de transporte regular da aldeia para a cidade de Paragominas, para fazerem compras necessárias à sua sobrevivência e para que os aposentados e as mulheres se deslocassem para receber o pagamento relativo a aposentadorias e à Bolsa Floresta. Claudionor entrou na conversa e falou que através do PROGRAMA TENETEHARA já contactara o construtor naval Neguinho morador da vila

do Gurupi para construir um barco que suportaria sete toneladas e que serviria de transporte na época das chuvas mais intensas. O deslocamento seria o inverso iriam até a vila do Gurupi, descendo o rio e dela para a cidade de Paragominas ou outra cidade onde pudessem receber o seu dinheiro e a bolsa floresta. Os Tembé contestaram, afirmaram que seria muito difícil a gestão desse barco para atender todas as aldeias do Gurupi. Seria muito melhor se com o dinheiro previsto para a construção do barco, 50 mil reais, vários pequenos barcos avariados nas aldeias pudessem ser consertados e postos à disposição das respectivas comunidades. A utilização de cada uma das embarcações seria definida por cada aldeia e não atrapalharia a vida de ninguém.

Claudionor prometeu suspender a construção do barco pelo construtor Neguinho enquanto os técnicos fariam o levantamento dos barcos a serem consertados e o montante a ser gasto. Se os recursos financeiros fossem suficientes para cobrirem os gastos seria atendida a solicitação dos Tembé da aldeia Canindé. Chegando-se ao acordo, a reunião terminou.

8.12.3. A REUNIÃO NA ALDEIA TEKOHAW

Esta reunião começou por volta de oito e meia da manhã do dia 18 de Janeiro de 2010. Da nossa equipe estavam presentes: Francisco Brasil, Claudionor Dias, Gustavo Furini e Jorge. Dos Tembé da aldeia TekoHaw estavam sentados no salão da Ramada: o cacique Lourival Tembé, Chico Rico, um Tembé sexagenário detentor da cultura, do canto e da fala Tembé, compositor e cantor de músicas Tembé, habitante da aldeia, mas que está prestando um serviço aos Tembé do Guamá na aldeia Itaputyr, Capara'í, a liderança Sérgio Muxi Tembé, dezenas de habitantes da aldeia sentados nas arquibancadas e debaixo de uma pequena casa coberta com palhas de ubim, anexa a Ramada, e ainda mulheres e crianças sentadas no chão na parte mais externa do salão.

Claudionor iniciou a reunião falando do PROGRAMA TENETEHARA, seus objetivos e suas finalidades. Falou sobre a origem dos recursos que bancavam todos os gastos, aí estando incluídos benefícios já então recebidos pelas mulheres de TekoHaw e aldeias vizinhas na forma da Bolsa Floresta. A reforma da Ramada, onde acontecia a reunião também seria custeada pelos recursos do Programa. Que a construção da nova casa de farinha e a reforma da antiga seriam decididos na vistoria que os técnicos da ONG Vitória Régia fariam quando chegassem ali, vindos da aldeia Canindé subindo o rio Gurupi na voadeira pilotada pelo Tembé Elias. Ainda com os recursos vindos do leilão da madeira

retirada ilegalmente das florestas Tembê do Gurupi seriam reativados projetos esquecidos como a produção de mel e a criação de galinhas. A criação de peixes em cativeiro seria mais um item a ser acrescido à merenda escolar com a garantia de compra de toda a produção pela prefeitura de Paragominas.

Também se dispôs a fazer gestões junto à Rede Celpa no sentido de agilizar a chegada de energia elétrica direta através do programa Luz para Todos, do governo federal. Apesar de todos os ganhos para o povo Tembê do Gurupi e também para o povo do rio Guamá, os recursos só seriam suficientes para manter a bolsa floresta até o mês de Outubro de 2010, afirmou Claudionor Dias, e que para aumentar os beneficiados estendendo o benefício para as mulheres da Região do Guamá ou mesmo para aumentar os valores pagos, seria necessário e de forma urgente procurar outros meios para financiar a continuidade e o aperfeiçoamento do Programa, e uma das idéias era exatamente a possibilidade de vender para o mercado Norte-Americano os créditos de carbonos originados pela manutenção em pé da floresta da TIARG.



Foto 52 – Reunião na Aldeia TEKOHAW

Também nessa reunião os Tembê levantaram a questão de que mulheres de fora das aldeias e não índias estavam a receber a Bolsa Floresta. Claudionor pediu uma solução para o problema. Também falou sobre a construção do barco que serviria de transporte para o povo do Gurupi, principalmente das aldeias do TekoHaw e Canindé que ficavam isolados à

medida que as chuvas aumentavam em intensidade e colocou em pauta a idéia surgida na aldeia Canindé de reparar barcos disponíveis nas aldeias de modo a que viessem a servir a comunidade sem atrapalhar a vida das outras aldeias.

Sérgio Muxi Tembé é sem dúvida um dos mais conhecidos e aguerridos dos militantes da causa Tembé. Tido como um hábil negociante de melhorias para o seu povo participa de quase todas as reuniões e movimentos que ocorrem dentro da TIARG e fora dela, seja em Belém ou em Brasília. Sérgio Tembé adquiriu respeito e admiração pela coragem exibida nos enfrentamentos diretos com fazendeiros e madeireiros exploradores da terra e dos produtos da floresta da TIARG. É capaz de sentar e negociar de igual para igual com prefeitos, deputados e grupos económicos de toda sorte. Tem 38 anos de idade e é filho dos dois personagens mais emblemáticos dos Tembé do Gurupi nesta época: o cacique Lourival Tembé e a capitoa Verônika Tembé. É um índio de pele bem clara, mais que os Tembé comumente encontrados na região do Gurupi. De voz firme e incisiva, fala com desenvoltura e mostra ter conhecimento e informações sobre todos os assuntos ali discutidos.

Sérgio Tembé era quem de fato e de direito representava o povo da aldeia TekoHaw. O cacique Lourival Tembé, presente à reunião, não pronunciou uma palavra sequer sobre qualquer dos assuntos tratados naquele momento. Sérgio teceu longo comentário a respeito do PROGRAMA TENETEHARA, ele que participara das negociações e todas as reuniões que envolveram as instituições parceiras como o Ministério Público Federal, o Governo do Estado do Pará e a Universidade Federal do Pará. Falou sobre a construção dos barcos e a possível reforma dos barcos parados e avariados das aldeias. Respondeu a Claudionor Dias sobre pessoas estranhas à vida da aldeia estarem recebendo a Bolsa Floresta, que a questão seria resolvida internamente em reunião entre eles e que a ONG Vitória Régia que faz o pagamento ou qualquer outra pessoa não deveria de maneira nenhuma opinar ou intervir sobre este ou aquele pagamento.

A função da ONG Vitória Régia era receber a listagem elaborada pelos Tembé e pagar. Os erros, se por ventura existirem serão corrigidos e uma nova lista seguirá. Se tiver de retirar nomes indevidos, serão retirados, se precisar acrescentar outros nomes serão acrescentados. Nenhuma mulher opinou sobre o assunto da bolsa. Capara'í falou sobre esses prováveis nomes de pessoas que não deveriam receber o pagamento e concordou com Sérgio Tembé na forma de conduzir o problema.

Claudionor Dias retomando a conversa sobre créditos de carbono chamou o representante da empresa C-Trade, Gustavo Furini para explicar o processo e falar aos habitantes da aldeia TekoHaw. Gustavo passou para mim a incumbência de falar aos Tembé, havia gostado do jeito como expliquei as coisas na aldeia Canindé. Fiz minha explanação sobre o assunto.

Gustavo retomou a palavra, falou sobre a empresa C-Trade, e como procederia. Chamou Jorge que passou a explicar a maneira como faria a medição de carbono, disse que as áreas reservadas para a estocagem do carbono seriam definidas pelos Tembé e pediu a ajuda daqueles que conhecessem bem a floresta para acompanhá-lo nas amostragens que fará.

Parece que os Tembé entenderam alguma coisa do que era e como funcionaria. Levantaram questões do tipo: se preservar a floresta ainda se pode fazer roçados? Onde? Porque não poderiam mais desmatar? Jorge explicou que as atividades de roças, utilização de produtos não madeiráveis, como cipós, extração de resinas, ou a coleta de frutos, seguiriam normalmente. As áreas delimitadas sim, não poderiam em hipótese alguma ser alteradas porque implicariam na diminuição daquilo que estávamos vendendo e que tal fato poderia ser comprovado por auditores que visitassem a região e através do monitoramento via satélite. Se tal fato acontecesse a comunidade seria desacreditada nacional e internacionalmente, o que traria dificuldades para a concretização de novos negócios, e com isso a ausência de recursos financeiros para tocar novos programas de eco-desenvolvimento, a exemplo do PROGRAMA TENETEHARA.

Sérgio Tembé, o mais esclarecido dos presentes, com todas as informações já acumuladas falou sobre o assunto referindo-se a sequestro de carbono. Lembrou de uma mulher que em anos anteriores andou pelas aldeias alardeando grande projeto de sequestro de carbono a ser negociado com países estrangeiros, parece que com países europeus. Os Tembé passariam a ter muito dinheiro, ficariam ricos. Chegaram a vir às aldeias alguns estrangeiros para conhecer a área. Mas o processo não andou e os índios acusaram a FUNAI de ser contra o projeto e terem travado as negociações levando a extinção das propostas e deixando os Tembé cada vez mais pobres. Sérgio Tembé falava provavelmente a respeito do MDL advindo do Protocolo de Kyoto (PK) que previa a venda de créditos provenientes do sequestro de carbono pelas florestas. O MDL refere-se ao sequestro através do florestamento e reflorestamento, não ao desmatamento evitado ou REDD ao qual a C-Trade estava a tratar.

Sérgio Muxi Tembé continuou a falar que a proposta atual é diferente, a do sequestro de carbono não foi transparente nem fora tratada nas aldeias em conversa com os indígenas. Entendia que com a presença da C-Trade em TekoHaw e a provável volta do técnico Jorge para as medições reforçam a seriedade com a qual está sendo tratada a questão. Prontificou-se a auxiliar no processo seguinte, não só ele, mas, todos os caçadores e guerreiros da aldeia. Citou o fato que se o carbono acumulado fosse vendido, seria um elemento decisivo para que os Tembé do Gurupi parassem definitivamente de retirar e vender a madeira de suas florestas.

Capara'í falou que os roçados poderiam continuar a serem feitos nas áreas já usadas para tal, e que se poderia pensar em mecanizar as áreas para que pudessem ampliar suas culturas. Mas entendia que a caça poderia continuar a ser praticada na floresta demarcada e protegida, pois não alterariam em nada, ou seja: a caça não contribui para o desmatamento. Os Tembé da aldeia TekoHaw concordavam com a proposta de venda pela empresa C-Trade do carbono acumulado pela floresta do Alto Rio Gurupi.

Fazia parte da reunião o cacique Joãozinho Ka'apor da aldeia Sítio Novo situada do outro lado do Rio Gurupi no Estado do Maranhão. Claudionor Dias pediu a aprovação dos habitantes da aldeia TekoHaw para auxiliar com parte dos recursos do PROGRAMA TENETEHARA aos indígenas daquela aldeia. Ninguém se manifestou contra. Aproveitei a oportunidade para informar aos presentes que a UFPA estava viabilizando o vestibular especial para os indígenas de todo o Brasil, dentro do sistema de cotas aprovado pelo seu Conselho Superior em que previa em cada um dos cursos ofertados em toda a Universidade duas vagas só para indígenas. Se as vagas não forem preenchidas elas automaticamente se extinguirão. Os indígenas fariam uma redação e um exame especial aplicado por uma banca. Os habitantes ainda não têm na sua aldeia curso de ensino médio, estão lutando para isso.

Francisco Brasil passou a falar sobre o decreto que muda a estrutura da FUNAI e extingue todas as chefias de postos indígenas do Brasil. Discutiram bastante e os indígenas reclamaram da ausência da FUNAI na região sugeriram que Juscelino Bessa ou Francisco Brasil estivessem mais vezes na aldeia. Brasil disse que iriam tentar atender à solicitação.

8.13. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo faz referência à nossa entrada e andança pela Região do Alto Rio Gurupi na TIARG. Descrevemos com detalhe o acesso às aldeias Tembé mais próximas e as mais distantes. Descrevemos a disposição física das aldeias Polo da Região, nomeadamente: Aldeias CAJUEIRO, TEKOHAW e CANINDÉ e suas aldeias satélites, assim como fazemos referência a todas as autoridades como os caciques, lideranças e as capitoas do Gurupi.

Nessa Região da TIARG, mesmo apresentando um cacique geral, o índio Lourival Tembé, os mais importantes e conhecidos fora do Gurupi são as lideranças Reginaldo Tembé e Sérgio Muxi Tembé, que merecem destaque neste relato.

Destacamos também as reuniões ocorridas nas aldeias CAJUEIRO, CANINDÉ E TEKOHAW, onde os Tembé discutiram com interesse as questões relativas à sua organização em relação à venda de créditos de carbono provindos dos mecanismos REDD e que essas discussões envolveram outros assuntos, como a Bolsa Floresta e o PROGRAMA TENETEHARA.

8.14. DESTAQUES DO CAPÍTULO

De posse dos dados e das observações sobre os Tembé da Região do Alto Rio Gurupi, pudemos destacar o seguinte:

1. Na região do Alto Rio Gurupi os Tembé organizam-se em três pólos mais representativos que são: as aldeias CAJUEIRO, TEKOHAW e CANINDÉ, cada qual com um grupo de pequenas aldeias satélites. Apesar da organização espacial e social em pólos, similar à dos Tembé do Guamá, os Tembé do Gurupi ainda conservam o seu cacique geral Lourival Tembé como símbolo de unidade desse povo tendo como centro das decisões a aldeia de TekoHaw.
2. Os Tembé do Alto Rio Gurupi são detentores do domínio de uma área de mais de cem mil hectares de florestas primárias. Fazem uso dos Produtos Florestais Não Madeireiros encontrados nessa floresta. Preservam seus rios e ainda contam com uma grande quantidade de pescado que retiram dos rios da TIARG apenas para a sua alimentação. Não vendem nem permitem que os não índios invadam seus rios para

pescar. Também têm suas roças que não afetam de modo significativo a floresta primitiva. Colhem açaí, produzem e vendem sua farinha de mandioca.

3. Estão razoavelmente preparados para entrarem e continuarem no mercado de créditos de carbono, porque, mesmo estando politicamente organizados em três pólos de maior importância, conseguiram reunir todo o povo Tembé habitante das aldeias do Alto Rio Gurupi em uma só Associação Indígena com autoridade para representá-los em todas as instâncias para as diversas questões. Da comercialização de créditos de carbono gerados pelo mecanismo REDD, às questões relacionadas com a sustentabilidade, à educação e aos cuidados de saúde, relativos a todas as aldeias vinculadas aos três pólos.
4. Necessitam de acompanhamento, treinamento e assessoria das Instituições parceiras como o Ministério Público Federal, a Universidade Federal do Pará, através do Núcleo de Meio Ambiente com ações diretas do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, no que diz respeito às negociações para a venda de créditos de carbono e na elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação de Programas de Melhorias para as aldeias Tembé. E também na aplicação e gerenciamento dos fundos que por ventura forem conseguidos com o comércio de carbono visando o desenvolvimento local.
5. Os Tembé do Gurupi estão muito mais receptivos às propostas do PROGRAMA TENETEHARA. Querem melhorar o seu modo de vida, mas não querem deixar de ser Tembé. Querem continuar a falar sua língua, querem preservar, difundir e fortalecer sua cultura, suas crenças e seus costumes para as gerações futuras. Mas também aspiram a chegada de energia elétrica de fornecimento direto para todas as aldeias do Gurupi através do programa do governo federal denominado Luz para Todos.
6. Apenas a aldeia Cajueiro conta com Escola de Ensino Médio. Os Tembé do Gurupi querem que todas as aldeias pólos tenham escolas de ensino médio e as aldeias menores, escolas de ensino fundamental. Da mesma maneira, anseiam ter mais professores Tembé para as suas escolas, para que suas crianças recebam aulas na sua própria língua. Os Tembé do Gurupi também querem ver seus jovens cursando a universidade e talvez seja de natureza basilar, necessária e inadiável que a UFPA possa discutir a forma de implantar um Núcleo Universitário dentro das aldeias para iniciar a

formação de professores indígenas. Para isso se faz urgente e imprescindível planejar a aceleração de ensino e aprendizagem para os índios Tembé do Gurupi.

7. Através do PROGRAMA TENETEHARA as mulheres Tembé do Gurupi receberam a Bolsa Floresta com recursos obtidos com o leilão de madeira aprendida no Alto Rio Gurupi e por essa razão tornaram-se as Guardiãs da Floresta naquela região. Aceitaram a presença dos técnicos para o levantamento das necessidades para a elaboração dos projetos.
8. Cerca de 160 famílias do Gurupi já foram beneficiadas com equipamentos e matrizes para a criação de frangos. Outras famílias estão a criar porcos com recursos do PROGRAMA TENETEHARA. Várias Ramadas estão sendo recuperadas para melhorar o local de reunião em cada uma das aldeias pólo.
9. Mais, os Tembé do Gurupi receberam e estão utilizando um caminhão para o transporte da sua produção e ao mesmo tempo transportando indígenas para a cidade de Paragominas e fazendo o intercâmbio entre as aldeias. Os Tembé do Gurupi ao que tudo indica encontraram um caminho para conciliar a preservação de suas florestas primárias e o desenvolvimento sustentável de seu povo.

8.15. CONCLUSÕES

Os Tembé do Alto Rio Gurupi estão bem mais preparados para entrarem, terem sucesso e continuarem no mercado de créditos de carbono. Mesmo estando também, politicamente organizados em três polos de maior importância, conseguiram reunir todo o povo Tembé habitante das aldeias do Alto Rio Gurupi em uma só Associação Indígena com autoridade para representá-los em todas as instâncias para resolver as mais variadas questões, incluindo-se a comercialização de créditos de carbonos gerados pelos mecanismos REDD.

É evidente que os Tembé do Alto Rio Gurupi constituem um grupo mais coeso e organizado comparativamente aos do Alto Rio Guamá. As razões são fáceis de identificar. O grupo do Gurupi detém as suas terras e recursos ao mesmo tempo que manteve a cultura e a tradição Tembé. O isolamento que os penaliza facilita ao mesmo tempo a conservação da natureza e da cultura. O maior desafio está em conciliar a melhoria das condições de vida desta comunidade, o acesso à água potável, eletricidade, educação e cuidados de saúde, com salvaguarda da sua cultura.

A conservação da floresta poderá ser mantida desde que se efectivem os pagamentos pelos serviços ambientais, neste caso a estocagem de carbono, ao qual se poderão vir a juntar pagamentos pela conservação da biodiversidade. A boa experiência da bolsa floresta permite antever o sucesso da iniciativa da venda dos créditos de carbono. Este dependerá, no entanto, de uma regulação e monitorização atenta do processo por parte das entidades competentes e do apoio das instituições que vêm apoiando os Tembê, como a Universidade Federal do Pará, através do Núcleo de Meio Ambiente com ações diretas do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA).

O facto de os Tembê do Gurupi estarem muito mais receptivos às propostas do PROGRAMA TENETEHARA e de demonstrarem desejar melhorar o seu modo de vida e manter em simultâneo a sua cultura Tembê, é um indicativo de que neste caso a sua sustentabilidade enquanto povo e dos seus recursos apresenta boas perspectivas. O que é fundamental é que sejam de facto capazes de liderar os processos conducentes à melhoria da sua qualidade de vida e do gerenciamento de rendas geradas pelos seus recursos, como a que é expectável vir a gerar-se através da venda dos créditos de carbono.

CAPÍTULO 9. REUNIÕES DECISIVAS PARA OS TEMBÊ

9.1. A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO GURUPI (APIGU) NA ALDEIA TEKOHAW

9.1.1. PELA MANHÃ

No dia 30 de Janeiro de 2010, na aldeia TekoHaw começa uma das reuniões mais importantes da história contemporânea dos Tembê do Gurupi. Todos os caciques, capitoas e lideranças estão presentes para discutir a criação de uma Associação Indígena que deverá gerir a vida dos habitantes do Gurupi, passando a ser, inclusive, a Instituição que negociará os créditos de carbono advindos dos mecanismos REDD e gerenciará e fiscalizará a aplicação dos recursos obtidos com essa venda.

Na Ramada, estavam acomodados na arquibancada e sentados em cadeiras, aproximadamente 60 índios, vários caciques, capitoas e lideranças. Estavam agitados, falando muito entre si e reunidos em pequenos grupos. Soubemos então que foram avisados pelo rádio frequência que a aldeia mais abaixo no rio Gurupi, próxima ao limite da TIARG, a aldeia Bate Vento fora invadida por colonos de uma vila próxima chamada de Marajupema. Os invasores teriam chegado armados e atirando na aldeia. Estava instalado o problema. Valdeci Tembê pediu a palavra e comunicou o que estava acontecendo e solicitou que os caciques decidissem como proceder. Decidiram enviar um grupo de 15 guerreiros de voadeira até a aldeia atacada. Rapidamente os guerreiros armaram-se com espingardas cartucheiras, arcos, flechas e tacapes e seguiram para reagir à invasão. Juscelino Bessa garantiu o combustível para a missão.

Das autoridades indígenas do Gurupi estavam presentes à reunião o cacique Simbá Timbira da aldeia Ikatu, a liderança Reginaldo Tembê e a capitoa Célia Tembê da aldeia Cajueiro, os caciques Augustinho Tembê e Quirino Tembê da aldeia Canindé, o cacique Lourival

Tembê e a liderança Sérgio Muxi Tembê pela aldeia TekoHaw, a liderança Valdecy Tembê e a capitoa Brasilice Tembê da aldeia Sussuarana, o cacique Bené Tembê pela aldeia Araruna, o cacique Manão Tembê pela aldeia Floriano, o cacique Luizinho Tembê e a capitoa Mariquinha Tembê pela aldeia Cocalzinho, o cacique Mundico Tembê e a liderança Diego Tembê pela aldeia Bate Vento, o cacique Codó Tembê e a liderança Lidemar Tembê pela aldeia Anoirá, o cacique Ezequiel Tembê pela aldeia Faveira e o cacique Joãozinho Ka'apor e a liderança Carlos Ka'apor da aldeia Ka'apor de Sítio Novo, situada do outro lado do rio Gurupi na Terra Indígena Alto Turiaçu.

Inicialmente a reunião estava a ser conduzida pelo organizador da comunidade de TekoHaw, Poluta Tembê. Txina'í Tembê, professor de língua Tembê da Escola Municipal de Ensino Fundamental Verônika Tembê da aldeia TekoHaw faz um discurso enfático e exigente na língua Tembê, denota-se pela forma incisiva e firme de falar. Traduz para o português. Queria saber se a comunidade indígena reunida na ramada autorizava ou não a permanência de não índios ali, e se eles podiam se manifestar ou não, já que os assuntos a serem tratados diziam respeito apenas aos Tembê. Lê em um cartaz feito em uma cartolina branca escrito com letras azuis, uma relação de assuntos a serem tratados na reunião. Pede contribuição aos presentes para poder acrescentar temas que os índios gostariam de discutir, mas não estavam ali contemplados.

Reginaldo Tembê quer que os assuntos listados sejam ordenados de acordo com as prioridades elencadas e definidas pela comunidade e solicita que Txina'í Tembê acrescente a questão fundiária e a preservação das florestas. Sérgio Muxi Tembê quer discutir os modelos de Estatutos de diferentes Associações para ver qual deles pode ser o adequado para a situação local. Reginaldo Tembê pede para que seja definida pelos participantes a ordem dos assuntos a serem discutidos para que os trabalhos sejam iniciados. Juscelino Bessa sugere que se iniciem os trabalhos pela discussão do Estatuto da Associação. A comunidade aceita a sugestão.

Claudionor Dias pede a palavra e começa a explicar o que é uma Associação, seus deveres, suas dificuldades e usa como exemplo as associações já existentes na região do Rio Guamá. Afirma que assim procede para que os presentes possam escolher aquele modelo que seja mais conveniente para os Tembê. Reginaldo Tembê comunica à assembleia que tem uma sugestão para o tipo de Associação a ser constituída. Propõe que seja criada uma Associação para cuidar exclusivamente da guarda e dos negócios do carbono. As outras

questões diferentes desse assunto seriam resolvidas de acordo com a vontade e com as decisões tomadas em cada uma das aldeias. Afirma que quer unir e não dividir, que quer andar para frente e não para trás. Diz que o assunto do carbono é uma coisa nova para os Tembê. É coisa que os índios não podem ver e nem podem pegar. Alerta que nenhum dos Tembê ali presentes sabe muito bem o que vem a ser isso.

Juscelino Bessa comenta que os Tembê são pouco numerosos. Que uma Associação para cuidar apenas do carbono dificultaria as ações a serem desenvolvidas na região. Teriam que formar outras Associações para cuidar dos outros temas. Não teriam pessoas nas aldeias em quantidade suficiente para gerenciar todos esses assuntos. Além disso, não haveria na aldeia pessoas que pudessem dar assessoria para tantos grupos. Provavelmente precisariam de muitas pessoas de fora para ajudá-los. Que pensassem bem sobre isso.

Claudionor Dias retoma a palavra e discorre sobre organização. Fala que a Associação teria, em princípio que ser ampla. Se aumentassem a sua produção de qualquer coisa: farinha, peixe ou frango e pensassem em vender para o governo teriam de ter ou pertencer a uma Associação que pudesse representar a todos os Tembê. Valdeci Tembê afirma ter 44 anos. Quer falar sobre autonomia. Diz que quem vier a assumir o comando da Associação não deveria ser necessariamente um cacique ou uma liderança. Contou um caso que ocorreu com Jacinto Tembê, ali da aldeia TekoHaw que organizou jogos na aldeia e foi em busca de recursos financeiros junto ao governo estadual. O secretário concordou com a solicitação e com os valores e pediu o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a conta bancária para repassar o dinheiro. Que podia gastar como quisesse. Jacinto até hoje não recebeu um centavo. Não pertence a nenhuma Associação e consequentemente não tem CNPJ. Valdeci Tembê quer a fundação de uma Associação que possa estar legalizada, tenha um CNPJ para que recursos do governo possam vir para as aldeias.

Valdeci Tembê continua falar e lembra a todos de sua tia Verônika Tembê, que não se encontra ali por estar muito doente, mas que foi a pessoa que sempre esteve à frente de todas as organizações e acontecimentos relevantes para o povo do Gurupi. Foi tão importante também porque há algum tempo atrás ali não existiam os Tembê, não viviam na região que hoje habitam. Foi tia Verônika Tembê quem trouxe os Tembê da cabeceira do rio Gurupi e do Maranhão para morarem no que hoje é a TIARG.

Valdeci Tembê também concorda com Juscelino Bessa e acha difícil fundar uma Associação para cuidar somente dos assuntos do carbono. Diz que agora os madeireiros vão começar a passar em frente a aldeia TekoHaw pelo outro lado do rio na terra Ka'apor. Por essa razão os Ka'apor estão participando dessa reunião e querem unir-se aos Tembê e querem participar dessa Associação. Diz também que assim que for fundada a Associação, a mesma terá que ter obrigatoriamente acompanhamento rápido e continuado para evitar que ela possa ter problemas.

Afirma também, Valdeci Tembê, que através da Associação pode buscar recursos em várias fontes como, por exemplo, no Fundo Amazônia, mantido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES) que tem dinheiro para financiar projetos que visem manter a floresta em pé. Conclui dizendo que é preciso preparar pessoas para assumir a associação. Mesmo que não tenham experiência, aprenderão. Alerta para o facto de as lideranças atuais estarem a envelhecer, e que precisam dividir as responsabilidades com outros mais jovens. Acrescenta que as lideranças atuais também não sabiam nada quando começaram. Poderiam auxiliar os mais novos no início.

A Associação deveria ser presidida por um ou mais Tembê que tivessem tempo e não carregassem as obrigações dos caciques e das lideranças para que pudessem se dedicar exclusivamente para a Associação a ser criada. Reginaldo Tembê aproveita o momento para apresentar a Capitoa Célia Tembê, recém eleita na aldeia Cajueiro e que estará à frente das atividades desenvolvidas pelas mulheres na sua aldeia.

O Cacique Geral do Gurupi, Lourival Tembê faz a abertura oficial da Assembleia Geral falando na língua Tembê. Sérgio Muxi Tembê faz a tradução para o português. Conclama a comunidade a exercitarem a união. A seguirem juntos em busca dos seus direitos. Cada um Tembê e cada Instituição têm de assumir a sua responsabilidade. Diz que a FUNAI está fazendo a sua parte. Juscelino Bessa é instado a começar a reunião com os informes para a assembleia. Afirma que na região do Guamá só havia 5.000 hectares de terra degradados e que agora 15.000 hectares foram auto recuperados. Acrescenta que a TIARG, que possui uma área de 279.000 hectares, apresenta já no total 59 mil hectares transformados em roça e em pasto para gado. A justiça obrigou a empresa Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR) a reflorestar 32.000 ha em razão de suas atividades que envolvem o uso de carvão e que a região escolhida pela FUNAI foi o Guamá. O projeto estava suspenso no momento, mas tinha tudo para dar certo.

Após vencer esses entraves o reflorestamento começaria. Além disso, os Tembé tinham obtido nessa semana uma grande vitória na justiça. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Brasília havia negado provimento à ação movida pela família Mejer que tem uma fazenda com 9.000 ha na TIARG. Os Mejer teriam de entregar imediatamente essas terras aos verdadeiros donos. A FUNAI teria de urgentemente definir com os Tembé uma forma para a ocupação do local. Juscelino também propõe a confecção de uma cartilha bilíngue, em português e em Tembé. A “Questão do carbono é muito maior. Não está desvinculada da questão fundiária. Isso implica nas ocupações territoriais que fatalmente aumentam as áreas desmatadas.”

Juscelino Bessa lembra um pouco da história para a assembleia. Diz que foi somente a partir do ano de 1994 que os Tembé do Guamá começaram a serem ouvidos pela administração regional da FUNAI. Em 1973 começou a demarcação das terras dos Tembé, porém as cadernetas com as anotações foram perdidas. Em 1990 com a participação incansável do chefe de posto indígena do Canindé, Chico Potyguar no Gurupi e Dilson Marinho chefe do posto indígena do Guamá, retomaram as buscas pela demarcação e conseguiram encontrar as cadernetas que estavam há tanto tempo perdidas.

Somente no ano de 1993 é que foi homologada a TIARG pelo Presidente da República Itamar Franco. Todos esses acontecimentos e essa descontinuidade favoreceram a ocupação das Terras dos Tembé por colonos, fazendeiros, madeireiros e plantadores de maconha. Cabe agora aos Tembé estarem organizados para defenderem os seus interesses e conseguirem recursos financeiros para o investimento na região e assim poderem melhorar suas condições de vida.

9.1.2. RETOMADA DA REUNIÃO PELA TARDE

As discussões na Ramada recommçaram, à tarde. Desta vez a coordenação dos trabalhos coube a Jacinto Tembé, um índio muito inteligente e perspicaz, com autoridade de quem sabe o que faz. Juscelino Bessa retomou a palavra e voltou a falar sobre a formação de uma Associação Indígena. Disse que a FUNAI tinha uma proposta a apresentar para a Assembleia. A proposta da FUNAI trazia uma inovação em relação a todas as Associações Indígenas que já haviam sido fundadas na TIARG. Propunha uma direção colegiada e não um presidente com a sua diretoria. Teria três coordenadores gerais que poderia ser um de cada aldeia pólo (Cajueiro, TekoHaw e Canindé) e ainda coordenadores por áreas

prioritárias elencadas pelos Tembê. Os coordenadores de área seriam representantes das aldeias menores não contempladas na coordenação geral.

Jacinto Tembê pede que todos os participantes da Assembleia ouçam atentamente, pensem, perguntem o que não entenderem e se posicionem concordando, discordando ou fazendo outras propostas ao autor, Juscelino Bessa. Simbá Tembê levanta e pede a palavra. Diz que ele, e fala somente por ele, concorda com a proposta da FUNAI, mas quer que a comunidade se manifeste a respeito daquilo que estão a tratar. A assembleia deve se manifestar se acha bom ou ruim o que nesse momento está a ser proposto para os Tembê.

Valdeci Tembê diz que a proposta da FUNAI é boa, mas só funcionará se os membros a ser eleitos receberem treinamento para que possam desempenhar suas funções. Reginaldo Tembê que saber se a proposta do colegiado define que quando houver, um assunto a ser resolvido, ou documento a ser assinado, os três coordenadores gerais têm de decidir ou assinar, ou se pode ser apenas um deles a assinar?

Claudionor Dias comenta que a Associação terá de ter um Estatuto e um Regimento Interno para que possa funcionar e todas essas questões serão contempladas quando essas discussões estivessem acontecendo. A definição do funcionamento seria feita pelos Tembê em Assembleia e propõe que as aldeias menores poderiam ficar com as coordenações de educação, saúde e setor produtivo. Acrescenta como proposta que cada aldeia poderia eleger e ter um coordenador por aldeia ou por área de influência. Simbá Tembê quer que a escolha dos coordenadores seja feita logo agora durante essa Assembleia. Diz que “se for esperar que cada uma das aldeias faça a sua escolha, não resolve o problema; Se for deixar para depois a escolha, daqui a um ano estarão todos a discutir a mesma coisa e nada foi feito. Para resolver terão de fazer a escolha dos coordenadores agora”.

Creuza Tembê da aldeia Canindé também quer decidir a escolha agora. Reivindica o acompanhamento permanente dos membros das coordenações da Associação pela FUNAI. Pede que seja feita a escolha e que nesse momento se esqueça a política praticada entre os grupos locais de indígenas.

9.1.3. REUNIÃO À NOITE

Um quadro de giz verde foi usado como tela para as imagens que seriam projetadas pelo *data-show* a partir do *notebook* de Claudionor Dias. Os equipamentos foram ligados depois

de muito custo. Ali estávamos nós e os Tembê a discutir o Estatuto da Associação a ser criada. A FUNAI apresentou um modelo. Seria projetado o texto e discutido com a Assembleia. Se houvesse mudanças se acrescentariam ou suprimiriam do texto modelo. Após a aprovação das modificações pela Assembleia se avançaria para o item seguinte. Assim procedemos até um pouco mais da meia-noite.

9.1.4. REUNIÃO DO DIA 01 DE FEVEREIRO

Pela manhã as discussões estavam voltadas só para os créditos de carbono. Jacinto Tembê continua no comando e passa a palavra para o coordenador regional da FUNAI, Juscelino Bessa que começa falando sobre a área inicialmente pensada para localizar o projeto referente a venda de créditos de carbono na TIARG e que a região, que fica compreendida entre os dois rios Coari Paraná e Piriá, ampliaria em cerca de 30% a área total.

Sérgio Muxi Tembê mostrou-se seriamente preocupado com a vigilância da área em questão. Essa região é frequentemente invadida por madeireiros, pescadores clandestinos e colonos que vivem nas proximidades, dentro ou fora da TIARG. Afirmam com base nas informações de políticos das cidades próximas, notadamente da cidade de Garrafão do Norte, que as terras além do rio Coari Paraná não pertencem aos Tembê e sim aos colonos. Que poucas pessoas das aldeias conhecem a região. O acesso pela floresta é muito difícil. Teriam de fazer percurso de voadeira e depois a pé para que pudessem realizar com sucesso a vigilância. Também afirmou para a Assembleia “que tem dificuldades para entender essa coisa do sequestro de carbono, que precisa de melhores explicações e de informações”. Também disse que para “acreditar nessa história teria de ver o primeiro pagamento dos tais créditos”.

Juscelino Bessa resolve então historiar para os Tembê os fatos anteriores a esse momento, da proposta que na época se referia a sequestro de carbono. Começou em 2006 com uma senhora de nome Junéia. Que foi a primeira a falar sobre a utilização da TIARG para a geração e a venda de créditos de carbono. Ela possuía um levantamento da área feito por satélite, tinha estudos do solo realizados na terra indígena e através desses estudos estava propondo realizar um grande reflorestamento na TIARG, cujo sequestro de carbono realizado por essas áreas reflorestadas geraria créditos de carbono que seriam comercializados com instituições europeias. Essa proposta era de tal modo impressionante

que na região do Alto Rio Guamá, muitos índios deixaram de trabalhar, esperando o dinheiro da alegada venda dos créditos de carbono.

Juscelino Bessa continua a falar sobre a história recente e lembra que a senhora Junéia queria fazer com os índios um contrato de 30 anos e nesse período ela levaria alguns Tembê para a Alemanha. Nunca apresentou nenhum projecto e nem proposta de contrato. O projecto não se sustentava. A FUNAI não aceitou ser parceira na proposta. E ainda no ano de 2006 uma reunião que aconteceu na sede do Ministério Público Federal levou à paralisação da proposta. Vários Tembê ficaram com muita raiva da FUNAI e a acusavam de ser responsável por continuarem pobres. A proposta da senhora Junéia prometia riqueza para todos da TIARG.

Continua a falar Juscelino Bessa, afirmando que agora a FUNAI é parceira desse novo projecto, acredita nessa nova ideia porque, se cumpridas todas as fases do projecto e efectivada a venda dos créditos de carbono, os índios Tembê terão alguns recursos que não os levarão à riqueza, mas que lhes permitiriam viver com dignidade. Juscelino Bessa começa a contar a história do novo projecto. Explicou que o primeiro contacto com a empresa C-Trade aconteceu no ano de 2007 e que essa empresa teve sua entrada no Pará a convite do Governo do Estado, através de um organismo governamental, entretanto extinto. No entanto, como as negociações com o Governo do Estado do Pará não prosperaram, a FUNAI os chamou para conhecer suas propostas de venda de carbono e viu nesse processo a seriedade necessária para desenvolver uma parceria com povos indígenas na sua área de abrangência.

Continuando a palavra com Juscelino Bessa, ele acrescenta que esta nova proposta era diferente, não se tratava de sequestro de carbono que gerava créditos vindos de áreas reflorestadas, como a anterior. Acrescentando que os projectos de reflorestação para a obtenção de créditos de carbono era uma das propostas de mitigação dos gases de efeito estufa (GEE) surgidas em uma cidade japonesa de nome Kyoto e que por isso esse assunto pertencia ao que se chamou Protocolo de Kyoto. O que se discutia agora com a C-Trade e os Tembê era algo completamente diferente que não se tratava de reflorestamento e sim de outro processo que desta vez envolveria a conservação das florestas em pé dos Tembê. Esse mecanismo se chamava Desmatamento Evitado ou Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação que tinha a sigla REDD. Portanto, os índios não estavam sequestrando carbono e sim estocando carbono em suas florestas primárias para gerar e

vender créditos de carbono. Seriam pagos para não mais desmatar. Se continuassem a vender a madeira estariam diminuindo as áreas com potencial de armazenamento e com isso diminuindo os recursos que poderiam entrar e financiar projectos de desenvolvimento para a TIARG.

Juscelino Bessa explica para a Assembleia que com a C-Trade só existe contrato para as pesquisas que podem levar a informações que possam gerar os créditos de carbono nas áreas destinadas à preservação da floresta. Alertou que estas pesquisas deviam começar imediatamente, o representante e o técnico da C-Trade já estiveram na área e inclusive o técnico já marcou a data de entrada na TIARG e que queria o nome de alguns índios que poderiam acompanhá-lo como mateiros e auxiliares. Juscelino acrescenta que as áreas inicialmente pensadas para a destinação do projeto de desmatamento evitado seriam aquelas onde os Tembê já exercem na plenitude a Reserva de Domínio e que seriam capazes de protegê-la. As áreas onde o domínio não é plenamente exercido pelos Tembê são de difícil inclusão porque estes não podem controlar o seu desmatamento. Referiu como exemplo destas áreas, a área compreendida entre o rio Guamá e o rio Coaraci Paraná, estimada em cerca de 70 mil hectares que estava invadida e quase toda devastada, e que inclusive nessa área se incluía a fazenda Mejer agora caminhando para voltar ao domínio dos Tembê.

Falou também Juscelino Bessa que os Tembê teriam que aprender a lidar com o mercado de carbono. O mercado pode apresentar preços flutuantes isto é, podem subir e também podem baixar e se o preço estiver baixo é necessário aumentar a área para gerar mais créditos para equilibrar a receita. Sobre o reflorestamento na região do rio Guamá, Juscelino Bessa informa aos membros da assembleia que é a proposta que está mais certa de se concretizar, pois, a COSIPAR foi obrigada pela justiça a realizar reflorestamento sob o risco de ser fechada caso não cumprisse a determinação. A partir da observação da área feita em um sobrevoo de helicóptero, a coordenação regional da FUNAI decidiu levar a opção de reflorestamento para a região do Guamá e a proposta de vender créditos de carbono oriundo do desmatamento evitado seria concretizada na região do alto rio Gurupi. Lembrou que na aldeia de TekoHaw já se encontravam estocadas mudas de madeiras de lei que poderiam ser aproveitadas no reflorestamento do Guamá.

Juscelino Bessa fala que o entendimento para escolher a área dos Tembê para o projecto com a C-Trade veio quando realizou reunião com uma ONG denominada IPÊ que fez uma

projeção das toneladas de carbono estocadas em áreas indígenas e indicou que a TIARG era a terceira área estudada com maior potencial gerador de créditos e que a área indígena com maior potencial gerador de créditos de carbono por desmatamento evitado podia ser vista ali do outro lado do rio Gurupi, a Terra Indígena Alto Turiaçu. Afirmou também que já há outras empresas interessadas em explorar esse potencial gerador de créditos de carbono nas terras indígenas, e que os índios Wai-Wai já estavam iniciando as conversações para que sua reserva também fosse incluída em um projeto com a C-Trade.

Os Tembê passaram a referir-se ao assunto como **“PROJECTO DE CARBONO INDÍGENA”** e criaram um nome na sua língua que ficou assim **“KA’A XIMORER”** alguma coisa como **“a fumaça que sai do mato”**, pois era dessa maneira que eles estavam entendendo o carbono estocado. Para cuidar desse assunto criariam uma **“ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO GURUPI”** com a sigla APIGU que em Tembê seria escrito: **“ZANE YWY KA’A XIMORER”**.

Para cuidar dessas áreas destinadas à preservação, Juscelino Bessa levantou a questão da vigilância para manter a área demarcada intocada, quer por índios ou por não índios de fora da TIARG. Disse que era preciso criar algo como agentes Guarda Parque que poderiam ser custeados com recursos advindos da venda dos créditos. Era necessário lembrar que a FUNAI não tem poder de polícia como tem a Polícia Federal (PF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Esses dois órgãos podem prender, a FUNAI não, pode apenas realizar uma vigilância informal, faz a retenção e espera a polícia para que efetue a prisão. Lembrou que o Fundo Amazônia poderia financiar a formação dos Guarda Parque.

O Projecto de Carbono Indígena (PCI), de acordo com Juscelino Bessa, poderia levar a possibilidade de construção de uma autonomia para os indígenas e que o problema maior seria o de gestão dos recursos que fossem captados. Sugeriu ainda que os recursos pudessem ser aproveitados para: a) a equivalência da Bolsa Floresta ao salário mínimo nacional; b) universalização da Bolsa Floresta para toda a TIARG e c) manter a floresta em pé através da vigilância constante. Os Guarda Parque seriam equipados, capacitados e remunerados pelos recursos provenientes do Projecto de Carbono Indígena.

Reginaldo Tembê afirma que todos os Tembê querem ver a floresta em pé. Preservar não é bom somente para os índios e sim para todo mundo. Porque dentro da floresta preservada outros organismos também vão estar presentes. Acredita que os recursos gerados pelo desmatamento evitado devem ser usados para resolver problemas de ordem geral e que os

recursos para manter e treinar os Guarda Parque devem ser obtidos por outras formas. Quer que tudo seja muito claro e questiona porque os Tembé têm de pagar pelos estudos feitos pela empresa C-Trade: “Não faz parte dos riscos da empresa esses investimentos iniciais?”

Juscelino Bessa responde que a FUNAI não tem dinheiro para bancar os custos da pesquisa, de cem mil reais. Acrescenta que não se poderia garantir a qualidade do serviço a ser prestado, pois se o governo tivesse que financiar os custos, fatalmente teria de fazer uma licitação, o que poderia encarecer e demorar muito o processo, porque os prazos regimentais teriam de ser cumpridos. A empresa C-Trade concordou em bancar os custos iniciais dos estudos e se mais tarde os resultados fossem satisfatórios os custos seriam deduzidos. A coordenação regional da FUNAI aceitou as condições. Essa é uma experiência piloto do modelo. Ele acha que o Projecto de Carbono Indígena é, de longe, a forma mais ousada de começar as atividades que envolvem o Desmatamento Evitado ou REDD no Brasil. Este começará pela Terra Indígena Alto Rio Guamá, mais especificamente no Alto Rio Gurupi, terra dos índios Tembé.

Juscelino Bessa ainda acrescenta que o contrato de venda de créditos de carbono gerados através do Projecto de Carbono Indígena será assinado entre a FUNAI, a C-Trade e será acompanhado pelo Ministério Público Federal que está do lado dos índios. Diz que é bom lembrar que o contrato ainda não foi definido. Será discutido, negociado e assinado. Por isso se faz necessário criar e regularizar a Associação dos Povos Indígenas do Gurupi (APIGU) para que ela legalmente represente os Tembé nessa negociação. Por isso os termos do contrato, as despesas decorrentes do processo de pesquisa e execução, a tributação e forma como os recursos serão usados devem ser discutidos, esclarecidos e informados a toda a comunidade beneficiária residente na TIARG. Tudo tem de ficar muito claro para os participantes do projecto.

Valdeci Tembé faz um exercício para tentar chegar a um valor de quanto seria necessário para remunerar 30 Guardas Parque, sendo que 10 deles fariam as patrulhas fluviais e 20 atuariam na vigilância por terra. Chegou a um valor de 216 mil reais. Poderiam ser financiados pela empresa C-Trade ou por outras fontes. Levanta também a possibilidade de que os fazendeiros da região, que desmataram suas terras acima daquilo que hoje a lei exige, poderiam pagar para os Tembé por preservarem a sua floresta, ou ainda teriam uma licença para desmatar e pagariam aos Tembé por manterem suas florestas em pé. Sugestão

que vai de encontro aos actuais esquemas de pagamento pela conservação da biodiversidade como os *offsets* e bancos de biodiversidade (MADSEN *et al.*, 2010).

Sérgio Muxi Tembés diz que é preciso pensar na logística para a vigilância do território da TIARG e isso envolveria combustível para abastecer as voadeiras, as motos e os carros que fossem usados para tal fim. Juscelino Bessa esclarece em relação à intervenção de Valdeci Tembés, diz que a FUNAI não tem recursos financeiros para pagar os Guarda Parque, teriam que procurar outras fontes. Acrescenta que na Amazónia quem usar a terra tem de observar a reserva legal que é de 80%, pode desmatar apenas 20% das florestas de sua área, só que isso não inclui as terras indígenas. Os indígenas não são proprietários da terra onde vivem, não podem vender, apenas possuem o usufruto da área. Portanto a terra indígena não pode ser incluída nesse processo de compensação por não desmatar. Talvez a forma de compensação a serem pagos por fazendeiros ou pelo poder público seja através da prestação de serviços ambientais.

Jacinto Tembés fala para a Assembleia que o grupo de Tembés que vai para a floresta com o técnico Jorge, em sua opinião já constitui o início da fiscalização, o começo da formação dos Guarda Parque. Reginaldo Tembés quer que uma vaga de mateiro seja reservada para uma pessoa da aldeia Cajueiro. Também acha necessário definir na assembleia a área que vai ser reservada para as pesquisas. Acredita que pode ser além do rio Coaraci Paraná. Valdeci Tembés quer que a Assembleia defina 12 pessoas para acompanharem o técnico e diz que essas pessoas podem ser pagas pelo PROGRAMA TENETEHARA; Após a definição da área pela Assembleia e terminados os estudos pelo técnico, a vigilância têm de atuar para que a mesma não seja alterada e diminua a quantidade de carbono calculada.

Valdeci Tembés sugere que a área seja definida através de um sobrevoo na TIARG. Claudionor Dias fala que o sobrevoo também será usado para conferir na floresta os pontos que forem definidos por GPS.

Sérgio Muxi Tembés diz que os invasores reafirmam que a terra dos índios está situada entre os dois rios Coaraci Paraná e Gurupi, para fora dessa área, a terra é considerada como sendo dos colonos, facto que em sua opinião é incentivado pela ação dos políticos.

Juscelino Bessa diz que o levantamento dos 69 mil hectares e de todas as partes que se situam para além do rio Coaraci Paraná deve ser feitos, e se for possível incorporar essa região à área de estudo para o desmatamento evitado. Esta intervenção, encerrou a discussão sobre o assunto sobre o Projeto de Carbono Indígena.

9.2. REUNIÃO DOS TEMBÊ DO GUAMÁ NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Foto 53 - Tembê do Alto Rio Guamá em reunião no MPF/PA.

9.2.1. PARTICIPANTES

A reunião teve lugar no Prédio do Ministério Público Federal, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, no dia 19 de março de 2010, e estiveram presentes os seguintes participantes.

- Procurador Federal Bruno Valente da 6ª Câmara substituindo o Procurador Federal Felício Pontes.
- Autoridades Indígenas Tembê do Alto Rio Guamá presentes: Cacique Joca Tembê, Cacique Kelé Tembê, Lideranças: Piná Tembê, Cláudio Tembê, Manuel Tembê da aldeia Itaputyr, Francelino Tembê da aldeia Tawari.
- Autoridades civis: Juscelino Bessa (FUNAI), Alex Keuffer (ONG Vitória Régia), Claudionor Dias (Bolsa Floresta), Miguel Ramos (UFPA/POEMA).

9.2.2. ANTECEDENTES

Como já foi evidenciado no Capítulo 7, o grupo dos Tembê do Alto Rio Guamá não estavam muito interessados nas propostas previstas no PROGRAMA TENETEHARA, que pretendiam assegurar o eco-desenvolvimento e a segurança alimentar das comunidades, através de medidas como o apoio à criação de pequenos animais e a revitalização das casas de farinha. Recorde-se que as aldeias do Alto Rio Guamá se uniram em torno a exigência

de receberem um caminhão para cada um dos três pólos representados pelas aldeias de SEDE, FRASQUEIRA e SÃO PEDRO, com o dinheiro arrecadado através da venda em leilão da madeira apreendida da TIARG nas aldeias do Alto Rio Gurupi.

Diferentemente do que aconteceu com os Tembê do Alto Rio Gurupi, que já receberam um caminhão e estão discutindo a implantação de vários pequenos projetos nas suas aldeias que visam assegurar a sua segurança alimentar. As mulheres das aldeias do Alto Rio Gurupi já estão recebendo a sua Bolsa Floresta com o compromisso de deixar a floresta primária em pé, evitando a venda de madeira na TIARG e ao mesmo tempo atuando para proteger a floresta onde vive o seu povo.

9.2.3. INÍCIO DA REUNIÃO

A reunião começa com uma intervenção de Kelé Tembê a respeito do leilão da madeira apreendida. Quer saber sobre os recursos arrecadados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), quanto foi gasto e em que foi gasto. Pergunta isso porque um representante da SEMA foi às aldeias do Alto Rio Guamá para vistoriar e não encontrou nada, sublinha que “lá não tem nada”. Insiste que; no acordo inicial ficou estabelecido que o Guamá ficaria com 40% dos recursos arrecadados com o leilão. Continua a falar e afirma que isso é uma falha da ONG Vitória Régia e da FUNAI. Diz também que as duas instituições não foram ao Guamá para discutir a forma de aplicar os recursos arrecadados. Insiste em saber como foram e como estão sendo aplicados os recursos.

Piná Tembê também se manifesta e diz querer saber sobre o projecto e sua execução. Claudionor Dias fala que fez a apresentação do projecto na aldeia SEDE para todos os caciques, lideranças e habitantes das aldeias daquele pólo e que Piná Tembê não estava presente naquele momento.

Juscelino Bessa, coordenador regional da FUNAI faz um relato sobre a apreensão da madeira. Lembra que o procurador Federal Felício Pontes sobrevoou a região de helicóptero, desceu na aldeia TekoHaw e pediu aos índios (sabendo que alguns deles vendiam madeira) que parassem de comercializar a madeira da TIARG. Lembrou também que Felício Pontes conseguiu que a madeira fosse para a SEMA através de um ato administrativo, sendo que isso foi feito pela primeira vez no Estado do Pará para apreensões de madeira em reservas indígenas.

Lembrou Juscelino Bessa que três leilões foram realizados com a madeira apreendida e apenas os recursos provenientes do primeiro leilão foram utilizados com os projectos nas aldeias Tembé. Acrescentou ainda que acreditava que a discussão teria de ser feita com os Tembé do Gurupi, já que a madeira apreendida era proveniente daquela região. Juscelino informou aos presentes que foi ele que lembrou ao procurador Felício Pontes que havia também na TIARG o povo Tembé do Guamá e que algo teria que ser feito com os recursos provenientes do leilão, para os índios desse outro lado da Terra Indígena.

Juscelino continua a falar para os Tembé ali presentes e recorda que ocorreram alguns problemas porque o projecto se ressentia da falta de técnicos que pudessem prestar assistência técnica. Recorda que em Junho de 2009 o PROGRAMA TENETEHARA fora apresentado para a SEMA e foi acordado que se utilizariam recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no valor de cem mil reais, para custear os levantamentos preliminares de suporte ao PROGRAMA TENETEHARA para ao povo Tembé. Juscelino Bessa afirma que fez uma discussão muito rápida com os Tembé do Guamá. Que essa conversa teria acontecido duas semanas antes de o PROGRAMA ter sido apresentado. Dessas conversas teria surgido a proposta, que foi aceite, de que dos recursos obtidos com o leilão da madeira apreendida, 60% iriam para os Tembé do Gurupi enquanto que 40% seriam destinados aos Tembé do Guamá, porque a população indígena do Gurupi era maior do que a do Guamá.

Juscelino também recorda que, posteriormente a AGITASI (que representava os Tembé do Alto Rio Guamá) apresentou uma proposta onde reivindicava a compra de três caminhões com os recursos destinados ao Guamá. Cada caminhão seria destinado a uma das três Associações Indígenas que representavam o total das aldeias do Alto Rio Guamá. Juscelino solicitou essa proposta para que fosse incluída no PROGRAMA TENETEHARA. Finalizou a sua intervenção dizendo que a proposta para uso dos recursos incluía, portanto cinco caminhões, sendo três para o povo Tembé do Guamá e dois para o povo Tembé do Gurupi. Mas que não sabia se a proposta teria fundamento tendo em conta a produção agrícola das aldeias, visto que a oferta talvez não fosse suficiente para esse número de veículos, pois a base produtiva de muitas das aldeias ainda estava a ser construída.

Claudionor Dias lembra aos participantes da reunião, que no momento em que assinou o termo de compromisso com o Ministério Público Federal, queria algo mais do que apenas o levantamento. O levantamento dos problemas teria começado com os recursos advindos

do Ministério do Desenvolvimento Agrário e que houve naquele momento uma coincidência desfavorável para o prosseguimento das ações do PROGRAMA TENETEHARA, que fora a saída do Secretário Estadual de Meio Ambiente Walmir Ortega e a entrada do novo Secretário José Aníbal.

Toda a negociação tinha de recomeçar com o novo secretário que teria de ser sensibilizado para a causa e deveria tomar conhecimento de todo o processo anterior. Seria necessário um trabalho de convencimento do novo secretário. Claudionor recordou também que inicialmente o PROGRAMA TENETEHARA contaria com um aporte de aproximadamente dois milhões de reais e que as primeiras atividades previstas seriam as reuniões em cada uma das aldeias para o que o PROGRAMA pudesse ser explicado para todo o povo Tembê, quer seja do Gurupi ou do Guamá e para colher sugestões para a implantação das ações previstas no assim denominado PROGRAMA TENETEHARA.

Claudionor recorda que a primeira discussão se deu no Alto Rio Guamá, precisamente na Aldeia SEDE. Nessa reunião estavam presentes caciques, lideranças e habitantes das aldeias do Guamá. Lembra também que os índios presentes na reunião questionaram o PROGRAMA e exigiram a compra de três caminhões para as Associações que representavam os Tembê do Guamá. Relembra também que esteve na Aldeia SÃO PEDRO em reunião com caciques, lideranças e habitantes juntamente com o Procurador e representante da FUNAI para discutir o referido PROGRAMA

Claudionor Dias recorda o que previa o PROGRAMA TENETEHARA para os Tembê do Guamá: levantamento para o melhoramento do piquete para o gado criado nas aldeias; verificar em que estado estava a produção de mel e ver formas para intensificar e melhorar sua produção e comercialização; reativação e melhora técnica das casas de farinha e a criação de frangos nas aldeias. Referindo que estas propostas foram postas em causa quando os índios afirmaram que elas não reflectiam a sua realidade e problemas.

Claudionor Dias reiterou também que tudo o estava previsto para o Guamá seria proposto também para o Gurupi, acrescentando que no Gurupi seria acrescentado o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelas florestas primárias, ou seja, os Tembê deixariam de derrubar a floresta para a retirada e venda de madeira e em troca as famílias receberiam um certo valor em dinheiro, vindo a ser aquilo que seria chamado de Bolsa Floresta.

Os valores pensados anteriormente para a bolsa floresta seriam de: (a) quatrocentos reais para as mulheres das famílias que não tivessem nenhum tipo de renda; (b) de duzentos

reais para as mulheres cuja família tivesse algum outro tipo de renda, por exemplo: aposentadoria, emprego na prefeitura ou outro emprego. A contrapartida dos Tembé, mais especificamente das mulheres Tembé do Gurupi seria a formação de um exército feminino de guardiãs da floresta do Gurupi. Como exemplo citou que a aldeia CANINDÉ, que era a que mais vendia madeira, hoje é a que apresenta o maior e o mais atento grupo de mulheres guardiãs da floresta.

Claudionor Dias sublinhou que o PROGRAMA não é fechado. Pode e deve receber ajustes ao longo de sua execução de modo a facilitar a implantação e em alguns casos a retomada das actividades. Recorda que em Outubro de 2008 foi avisado pelos técnicos que entraram para as aldeias para fazer o levantamento das necessidades, de que havia alguma tensão nas aldeias do Guamá: Os Tembé não queriam aqueles pequenos projectos que faziam parte do PROGRAMA TENETEHARA, queriam os três caminhos.

Segundo Claudionor o procurador Felício Pontes teria afirmado que na medida em que aumentasse a demanda através da produção dos Tembé ele justificaria para a SEMA a modificação do projecto para que os caminhos pudessem ser comprados. Claudionor se diz preocupado com a execução do PROGRAMA TENETEHARA no Guamá, se as lideranças se dividirem podem criar problemas e isso teria de ser evitado através de um esforço conjunto.

Claudionor Dias propõe uma grande reunião em Belém com os representantes dos Tembé do Gurupi e do Guamá e as demais Instituições participantes do PROGRAMA TENETEHARA para uma definição conjunta daquilo que deverá de facto ser feito, a forma de gerenciar os recursos e também a venda do carbono e a maneira de aplicar os recursos que por ventura fossem obtidos como essa comercialização. Queria também que fosse feito um levantamento das demandas dos Tembé por aldeia, tanto na região do Guamá quanto na do Gurupi. Essa reunião também definiria os critérios para a alocação dos recursos, e afirma que de posse dessas informações acordadas em conjunto, levariam para o Secretário Estadual de Meio Ambiente as novas demandas para que pudessem ser incluídas no PROGRAMA e recebessem o aval da SEMA para serem executadas.

Claudionor referiu também que na região do Gurupi o levantamento das demandas por aldeias já foi iniciado e que essa atividade no Guamá está à espera de uma definição dos Tembé a respeito desse assunto. Se preferirem apenas os caminhos ou se modificam a sua

posição. Diz que dois caminhões já foram licitados. Comunica que o projecto Bolsa Floresta já está sendo executado no Gurupi desde Outubro de 2009.

Comunica também que a FUNAI atuou para que fosse formada uma Associação do Povo Tembê do Gurupi, cujas reuniões aconteceram na aldeia TekoHaw, e que essa dita Associação envolvia todas as aldeias do Gurupi e cuidaria dos interesses do povo Tembê daquela região e estaria apta a representar esse povo no provável comércio de créditos de carbono advindo do processo de não derrubada das florestas primárias, ou seja da conservação das florestas do Gurupi. Acrescentou que estavam aguardando que a SEMA fizesse outro repasse de dinheiro para continuar o PROGRAMA TENETEHARA.

9.2.4. DEPOIS DAS INFORMAÇÕES INICIAIS

Joca Tembê começa falando a respeito das informações. Pergunta o que os Tembê sabiam a respeito? Sabiam que como o leilão seria feito com madeira apreendida na região do Gurupi, essas aldeias receberiam mais. Os Tembê do Guamá sabiam que desses recursos receberiam algo em torno de 30% a 40% do total, mas que até ao presente momento não apareceu nada desse percentual para o povo do Guamá.

Afirma que o povo do Guamá quer os três caminhões e para isso fizeram o seu projecto e o entregaram para o procurador do Ministério Público Federal. Joca Tembê afirma também que os Tembê do Guamá não se posicionaram contra a Bolsa Floresta implantada no Gurupi. O que ele queria era que as pessoas ali fossem sinceras e claras. Acreditava que as autoridades ali deveriam ter falado, que o dinheiro seria para o Gurupi, e que depois fariam projectos especiais para o Guamá. Porém isso não aconteceu. Essa era a angústia.

Piná Tembê diz que o Cacique Naldo Tembê da Aldeia de Sede, acompanha melhor todas as discussões e execuções desse PROGRAMA. Afirmo que todos sabem que os Tembê do Guamá têm problemas internos, porém isso não inviabiliza o entendimento entre eles. Justifica que os três caminhões servirão para cobrir as necessidades dos Tembê do Guamá; Que os caminhões servirão para transportar as pessoas, o açaí e a farinha; Que os três pólos do Guamá têm necessidades diferentes e que os projectos a serem implantados têm que ter conhecimento técnico.

Acrescenta que havia uma proposta de recuperar um caminhão antigo do Guamá para ser colocado para realizar esse trabalho de transporte da produção, Piná diz categoricamente

que o caminhão velho vai dar mais problemas para os índios e que eles exigem três caminhões novos. Piná Tembê acrescenta que os Tembê do Guamá podem tranquilamente manter os caminhões que para ali sejam destinados e pede que técnicos sejam mandados para a região para que possam ensinar os índios de como fazer para cuidar e preservar os caminhões. Diz também que quer também que recursos sejam destinados para essa manutenção, porque se o projecto não der certo, os técnicos vão dizer que os Tembê não sabem se organizar e gerenciar suas coisas.

Piná Tembê afirma que a comunidade Tembê do Guamá diz que é melhor não receber nada do que ter caminhão recuperado que vai dar mais problemas. Também diz que os Tembê do Guamá deveriam ter discutido e participado da elaboração do PROGRAMA TENETEHARA desde o início e não a partir do meio. Também diz que existe falha de comunicação de ambos os lados e que as aldeias cobram muito de suas lideranças. Piná Tembê continua e pergunta: o que fazer agora? Como encaminhar as reivindicações dos Tembê? Diz que vai procurar a ONG Vitória Régia para saber do cronograma de execução do PROGRAMA TENETEHARA. Acrescenta que devem ser incluídos no PROGRAMA recursos para as despesas de administração, para a execução e para a implementação das atividades.

Paulo, técnico do Ministério Público Federal diz aos participantes da reunião que o procurador Felício Pontes tinha conhecimento do orçamento e pede que seja feita nas aldeias uma prestação de contas de forma didática para que os indígenas do Gurupi e do Guamá possam acompanhar e compreender o que está acontecendo.

Claudionor Dias afirma que vai fechar um calendário para apresentar nas aldeias o andamento do PROGRAMA e ao mesmo tempo planejar as ações e a execução do PROGRAMA TENETEHARA. Diz também que o POEMA da Universidade Federal do Pará destinou uma sala em seu prédio, no Campus da UFPA do Guamá para instalar a comissão de acompanhamento do PROGRAMA TENETEHARA.

Kelé Tembê pergunta: Quem sabe se os recursos, agora, vão ser aplicados na região do Guamá?

Alex Keuffer, da ONG Vitória Régia reconhece que as atividades estão lentas na região do Guamá. Acrescenta que para ali deveriam ser destinados outros projectos, diferentes daqueles previstos para o Gurupi. Afirma que a ONG Vitória Régia vai agilizar esse processo, já que a ela cabe a gerência do PROGRAMA TENETEHARA. Já estão fazendo

a tomada de preços para voadeira, caminhões e material para implantar o projecto de artesanato na região do Gurupi.

Juscelino Bessa diz que houve um impasse com os caminhões. Que era preciso entender o contexto. Lembrou para os presentes que realizou cinco reuniões com os Tembê do Gurupi e uma reunião com os Tembê do Guamá. Diz também que tinha dito antes que só falaria sobre esse assunto com os Tembê junto ao Procurador Felício Pontes, que tem todo o histórico do caso, porque acompanhou todas as discussões e os fatos.

Lembrou também com preocupação, que atualmente estão lidando apenas com os recursos financeiros do primeiro leilão, e que 6.000 m³ de madeira estão apreendidas na Terra Indígena na região do Gurupi. Essa madeira teria de ser trazida e leiloada e esses recursos deveriam ser repassados para o PROGRAMA.

Juscelino Bessa afirma também que ainda existe a possibilidade de conseguir recursos com a comercialização dos créditos de carbono, que seriam pagamentos por serviços ambientais. Diz também que a empresa C-Trade que está prospectando a área da TIARG já teria uma proposta para a área entre os dois rios Coaraci-Paraná e o rio Gurupi que englobaria uma área total de cerca de 70 mil hectares.

Referiu-se ainda aos problemas com algumas áreas e que estes ocorrem principalmente por causa da presença de invasores na área sem o domínio Tembê. Para concluir pergunta: por que não incluir área do Guamá na proposta da C-Trade? Cerca de 10 mil hectares de floresta regenerada da região do Guamá poderiam perfeitamente ser acrescentados no projeto de venda de créditos de carbono. Seriam mais recursos que poderiam ser destinados para projetos na região do Guamá.

Bruno Valente, Procurador do Ministério Público Federal, pede aos grupos do Guamá com extensão ao grupo dos Tembê do Gurupi, para que cada um dos dois grupos possa abrir mão de alguma coisa para que se chegue a um equilíbrio. Entende também que cada grupo tem uma visão diferente e particular de sua realidade. Deu como exemplo a construção da própria sede do MPF, ocorrido há três anos. O MPF tem dinheiro, mas não consegue executar as obras.

Faz algumas sugestões para encaminhar os fatos, tais como: Seria possível que a UFPA/POEMA pudesse fazer um estudo técnico prevendo as consequências das alterações no PROGRAMA TENETEHARA a partir das exigências feitas pelos Tembê do Guamá? A

idéia de acrescentar os três caminhões para os Tembê do Guamá seria viável? Porque a compra dos caminhões com certeza diminui os recursos e aumenta as despesas. Gostaria de dentro de três meses realizar outra reunião para avaliar os progressos.

9.2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Claudionor Dias diz que os técnicos já estão nas aldeias dialogando com as Associações Indígenas e verificando a possibilidade de atender às demandas e que as propostas podem ser acrescentadas já que o PROGRAMA TENETEHARA não está fechado.

Piná Tembê diz que o que se tem agora não é um Projecto e sim uma Carta de Intenções. Diz que deve ser negociado 50% dos recursos para os Tembê do Guamá e o mesmo valor para os Tembê do Gurupi.

Juscelino Bessa discorda da proposta de Piná. Diz que os estudos que serão feitos pelos técnicos devem indicar quantos caminhões são realmente necessários.

O Procurador Bruno Valente propõe que seja feito um estudo para saber se será necessário comprar os caminhões. Quer saber se existe uma data limite para que a compra aconteça e quando pode ter uma resposta.

Claudionor Dias diz que no mês de Abril os técnicos estarão na área e farão reuniões por pólo. Fica acordado que no dia 20 de Abril de 2010 aconteça uma reunião com o Procurador no MPF, onde serão apresentados e discutidos os resultados, de modo a que seja tomada uma decisão referente à compra ou não dos caminhões.

Paulo, técnico do MPF fala sobre o entendimento que não deve deixar de acontecer. Se dividirem as ações, dividem a terra. Enfraquece a luta, fortalece os invasores que estão na terra. Alerta que os Tembê precisam de ser mais racionais

Alex Keuffer da ONG Vitória Régia afirma que se tiver muitos problemas para a execução do PROGRAMA TENETEHARA, a Vitória Régia devolve o dinheiro e sai do PROGRAMA, a sua preocupação principal é que se chegue a um consenso.

Juscelino Bessa diz que FUNAI não tem condições de tocar o PROGRAMA TENETEHARA, por isso pediu que isso fosse feito pela ONG Vitória Régia.

Piná Tembê diz que espera que o que estão falando não seja uma ameaça. Acrescenta que se a ONG Vitória Régia “achar que não pode tocar o PROGRAMA deve sair”.

Francelino Tembê quer saber de uma posição, uma definição se vai ou não comprar os caminhões; Quer cobrar um direito do seu povo.

O Procurador Bruno Valente afirma que é possível alterar o Projecto inicial junto à SEMA. É possível alterar sem modificar os valores. Marca o dia 20 de Abril para que as modificações no PROGRAMA TENETEHARA sejam feitas. Estabelece que as prestações de conta sejam feitas a cada quatro meses em cada um dos pólos. Na próxima reunião deve ser trazido e apresentado um cronograma de prestações de contas. O Ministério Público Federal quer participar de todas as etapas do PROGRAMA TENETEHARA.

Termina a Reunião.

CAPÍTULO 10. OS TEMBÊ E O MERCADO DE CARBONO: CONCLUSÕES DO ESTUDO DE CASO

Na minha vivência nas aldeias Tembê tanto na Região do Alto Rio Gurupi quanto no Alto Rio Guamá, áreas que juntas compõem a TIARG, tive a oportunidade de conhecer um povo, homens, mulheres e crianças, vivendo de uma maneira completamente diferente do modo de viver que conhecia. Aprendi uma quantidade inimaginável de novas coisas, experimentei novos cheiros, cores, sabores e músicas. A esse bravo e corajoso povo Tembê agradeço sua generosidade em receber-me e permitir que vivesse algum tempo junto a ele, e acredito piamente que sua persistência os levará a conseguir tudo aquilo que almejam e merecem.

A observação participante que levei a cabo durante os meses de Outubro de 2009 e Março de 2010, reportada nos capítulos sete, oito e nove, permitiu-nos recolher muita e variada informação sobre a cultura, economia e organização social e política dos Tembê. Isto ao mesmo tempo que me proporcionou a experiência de acompanhamento do processo de construção da oferta de créditos de carbono através da estocagem de carbono na floresta em pé, que virá a ser feita pelos Tembê.

Da recolha e análise de informação efectuada ao nível do estudo de caso na TIARG, emergem um conjunto de conclusões importantes para compreender as diferenças na atitude, objectivos e estratégias dos dois grupos de Tembê relativamente ao mecanismo REDD e mercado de carbono. Estas conclusões são detalhadas nos tópicos que se seguem, levando em conta os fundamentos teóricos desenvolvidos anteriormente neste trabalho que formam os alicerces e as colunas de sustentação daquilo que escrevo.

10.1. OS TEMBÊ DA TIARG: DOIS GRUPOS DISTINTOS

Os Tembê da TIARG pertencem a um só povo, porém apresentam-se como dois grupos completamente distintos. Apenas a Terra Indígena os une.

A língua Tembê é patrimônio dos indígenas que habitam o Alto Rio Gurupi já que aqueles que moram no Alto Rio Guamá a esqueceram quase completamente.

Apenas algumas palavras soltas ou pequenas frases são ditas pelos índios mais velhos do Guamá. Só no final do século XX, com a vinda do Tembê Patiko, também chamado de Chico Rico, da aldeia TekoHaw no Gurupi para morar na aldeia Ytaputyr (Flor na Pedra) na região do Guamá, é que os Tembê destas bandas, aos pouquinhos estão retomando o falar na sua própria língua.

O apropriação cultural, a língua e os costumes e a relação com os não índios faz o grupo dos Tembê do Guamá e os do Gurupi enxergarem o mundo de forma diferente. Diferem nas suas percepções, atitudes e comportamentos, designadamente em relação à floresta.

A escolaridade parece influenciar também de forma diferenciada a maneira de ver e viver a vida dos Tembê do Guamá e do Gurupi. Os primeiros estão em contato permanente com os não índios enquanto que os Tembê do Gurupi por encontrarem-se mais isolados, exibem um modo de vida mais próximo ao dos seus antepassados.

10.2. OS GRUPOS, A LÍNGUA TEMBÊ E A CULTURA

Atualmente, no Guamá, quase toda a aldeia Itaputyr é falante da língua, as crianças e os adultos usam as pinturas corporais e cultuam as tradições da cultura Tembê como, por exemplo, a Festa da Menina Moça.

Fora da aldeia Itaputyr somente dois jovens índios moradores da aldeia Sede, Tahlil e Bewane são alunos de Chico Rico e na sua aldeia cantam as melodias do Caê Caê na língua Tembê, começam a falar na língua e aprenderam a fazer a pintura corporal e o artesanato. É ainda muito pouco. Pouco porque no Gurupi, aldeias inteiras falam fluentemente a língua Tembê, preservam e passam adiante seus costumes e suas festas.

10.3. ENSINO E QUALIDADE DE VIDA NO GUAMÁ E NO GURUPI

No Guamá os três pólos mais importantes representados pelas aldeias Sede, São Pedro e Frásqueira possuem escolas de ensino fundamental mantidas pela Secretaria Municipal de Santa Luzia do Pará, município onde estão situadas as aldeias da TIARG do Guamá e escolas de ensino médio custeadas pela Secretaria Estadual de Educação do Governo do Estado do Pará. As três aldeias pólos do Guamá também possuem água encanada e tratada e energia elétrica de fornecimento direto pela companhia de energia Rede Celpa.

No Gurupi, são três as aldeias pólos de importância, todas têm água encanada e tratada, escolas de ensino fundamental mantidas pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Paragominas, município paraense onde estão situadas as aldeias do Alto Rio Gurupi. As pequenas aldeias têm grandes dificuldades para abastecer seus habitantes com água potável, na grande maioria das vezes recorrem a água do rio Gurupi, sem qualquer tratamento para o consumo diário, aumentando os problemas de saúde. Quanto ao fornecimento de energia elétrica direta, somente a aldeia Cajueiro foi contemplada, as demais aldeias têm fornecimento precário, com motor diesel e apenas em um pequeno período durante a noite. Em relação à instrução, apenas a aldeia Cajueiro tem uma turma de primeiro ano do ensino médio modular que é financiada pela Secretaria de Educação do Governo do Estado do Pará. As aldeias TekoHaw e Canindé ainda não têm escolas de ensino médio para seus habitantes.

10.4. ACESSO A INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO NO GUAMÁ E NO GURUPI

As aldeias Sede, São Pedro e Frásqueira, no Alto Rio Guamá já contam com o acesso à Internet, e parte dos habitantes das aldeias polos e de outras aldeias da região comunicam-se com o mundo utilizando o seu telefone celular ou telemóvel.

No Gurupi a situação é bem diversa. Apenas a aldeia Cajueiro tem a promessa de ter em sua escola computadores e acesso à internet, nenhuma das outras aldeias da região cogita em curto prazo acessar a rede mundial de computadores.

Telefones celulares também não são usados no Gurupi, não há sinal disponível. Quando um Tembés quer comunicar-se com Paragominas, com a FUNAI, pedir auxílio para transportar alguém doente para o hospital ou falar com outra de suas aldeias, utiliza o antigo Rádio Frequência existente ainda em algumas das aldeias.

10.5. ACESSOS E MOBILIDADE NO GUAMÁ E NO GURUPI

No período de chuvas intensas é possível chegar até a aldeia Sede, uma das aldeias pólos mais importantes e mais distantes do Alto Rio Guamá, a partir da cidade de Capitão Poço, usando um veículo com tração nas quatro rodas em cerca de uma hora e trinta minutos.

Nesse mesmo período de muitas chuvas, para se ter acesso à aldeia pólo do Alto Rio Gurupi mais perto, das três mais importantes que é a aldeia Cajueiro, partindo da cidade de Paragominas usando um veículo com tração nas quatro rodas teremos que obrigatoriamente viajar por estradas muito ruins em período de tempo que varia entre seis a oito horas.

Não há linhas de transporte regulares que levem até as aldeias do Guamá. Para que os Tembé possam deslocar-se para a cidade de Capitão Poço e regressar às suas aldeias necessitam usar veículos das Associações, quando existem, utilizar carros da FUNASA e/ou FUNAI, ou fazer o deslocamento usando motos ou bicicletas. Quando necessitam ir de uma aldeia para outra, podem fazer o percurso usando motos, bicicletas ou mesmo à pé. Se as aldeias ficam às margens do rio Guamá podem acessar pelo rio usando canoas ou voadeiras.

Para que os Tembé possam sair de suas aldeias para a cidade de Paragominas e retornarem para casa o percurso é mais longo e mais difícil. Não existem linhas regulares de transporte para as aldeias. Só há ônibus regular entre Paragominas e a vila da CAIP, onde os Tembé terão de prosseguir em motos ou no caminhão que serve a todas as aldeias. Isso no período de pouca chuva. Quando as chuvas destroem as estradas o único meio de chegarem até Paragominas é através do rio Uraim. Saindo da aldeia Cajueiro seguem até o local denominado Merendinha. De lá podem seguir de ônibus ou de caminhão até a cidade.

Quando necessitam ir até Belém, os Tembé que habitam as margens do rio Gurupi também podem usar outro caminho. Seguem de voadeira até a vila do Gurupi, na divisa entre os Estados do Pará e do Maranhão e de lá pela estrada Pará-Maranhão (BR 316) prosseguir viagem em veículos da FUNAI ou ônibus regulares até chegarem a cidade de Belém.

O acesso entre as aldeias do Alto Rio Gurupi pode ser feito por estradas, usando caminhão, motos ou bicicletas. É possível também acessar aldeias pelo rio Uraim e pelo rio Gurupi usando voadeiras. As aldeias Sussuarana e Araruna só são acessadas usando canoas e voadeiras porque a primeira está situada à margem esquerda do rio Uraim e a aldeia

Araruna está situada à margem esquerda do rio Gurupi. Entre as duas aldeias é possível o acesso a pé.

10.6. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TEMBE

A organização política dos Tembê também difere de acordo com a região à qual habitam. No Alto Rio Guamá as aldeias agrupam-se em torno de três pólos principais a aldeia Sede, a aldeia São Pedro e a aldeia Frasqueira e cada pólo criou sua própria Associação Indígena para representar a aldeia pólo e demais aldeias associadas que gravitam em torno dela. Vale a pena ressaltar que antes de cada pólo criar sua associação, os Tembê do Guamá eram representados por uma única associação AGITARGMA (Associação do Grupo Indígena Tembê do Alto Rio Guamá) que por problemas políticos e problemas de gestão foi levada à falência. Essa foi uma das razões que levaram as aldeias pólos a pensarem em ter cada uma sua própria associação.

No Guamá, apenas a AGITASI (Associação Indígena Tembê da aldeia Sede e Ituaçu) gere seus próprios recursos financeiros e é a única em caráter regular com todas as suas obrigações legais em ordem. Por isso ela pode firmar convênios com qualquer instituição quer seja governamental de qualquer nível ou privada. Com um número menor de associados as decisões são mais rápidas e isso confere à associação uma agilidade fora do comum para os padrões Tembê. Foi a AGITASI que assinou em nome de todos os Tembê da TIARG o contrato com a empresa C-Trade para iniciar os trabalhos visando no futuro comercializar os créditos de carbono.

Talvez seja interessante ressaltar que essa visão política, de organização e gestão dos bens comuns das associações tenha um componente ligado à instrução dos caciques e dirigentes. Apenas o cacique Naldo Tembê da aldeia Sede que dirige a AGITASI concluiu o ensino médio. O cacique Koakrai Tembê e o cacique Zequinha Tembê, respectivamente das aldeias São Pedro e Frasqueira não estudam, não tem ensino médio.

Na região do Alto Rio Gurupi os Tembê organizam-se a exemplo dos seus parentes do Guamá em três pólos mais representativos que são: a aldeia Cajueiro, a aldeia TekoHaw e a aldeia Canindé, cada qual com um grupo de pequenas aldeias satélites. Por volta dos anos 1960, a aldeia mais importante do Gurupi era Canindé, possuía inclusive um aeroporto. A FUNAI levava os doentes de avião para São Luiz do Maranhão e/ou para Belém. Não

havia estradas. As aldeias Cajueiro e TekoHaw eram muito distantes e pouco habitadas, por essa razão pouco influenciavam politicamente. Com a abertura da estrada que ligou a região do Alto Rio Gurupi à cidade de Paragominas a situação inverteu-se, passando a ser Canindé a aldeia mais distante e por isso, agora a menos importante e mais carente das três grandes. Cajueiro e TekoHaw cresceram.

O centro do comando passou para a aldeia TekoHaw e ainda é exercido pelo cacique Geral Lourival Tembê. As decisões políticas para o povo Tembê do Gurupi passam necessariamente pela aldeia TekoHaw, que chegou a criar uma associação que não prosperou. É bem provável, que os costumes antigos e a cultura dos Tembê ainda presentes no Gurupi não os fizesse despertar para outra forma de organização. Eram geridos por um cacique geral e isso lhes bastava. É bem provável que esses costumes, devido a terem já um comando centralizado, contrariamente ao que foi observado no Guamá, tenham facilitado a organização dos indígenas habitantes do Gurupi em torno de uma só Associação Indígena, que representa todas as aldeias, e conseqüentemente todos os Tembê viventes daquela região.

10.7. ÁREA DE DOMÍNIO DOS TEMBÊ DO GUAMÁ

Relativamente à área de floresta preservada sob o domínio dos Tembê, a distribuição entre as regiões do Alto Rio Guamá e do Alto Rio Gurupi mostra-se totalmente assimétrica e desigual.

Estão em contato há muito mais tempo com os não indígenas. Foram pressionados a ter seu modo de vida parecido com os seus vizinhos de fora da TIARG e por questões de sobrevivência, os Tembê do Guamá tiveram que fazer roças, cada vez maiores e mais longe da aldeia, usando a técnica de derrubar e queimar. Venderam sua madeira para grupos de madeireiros instalados nas cidades próximas: como Capitão Poço e Garrafão do Norte. Por isso, as suas florestas foram quase que totalmente dizimadas.

Atualmente restam algumas ilhas de floresta primária na região, grande quantidade de capoeira alta e capoeira baixa, portanto áreas em regeneração. Ainda mais, a região situada entre o Alto Rio Guamá e o Alto Rio Gurupi não é área de domínio dos Tembê. Essa área foi invadida por fazendeiros, posseiros, madeireiros e aventureiros de toda sorte.

Tal situação faz com que os Tembê do Guamá tenham em suas mãos poucos trunfos para serem colocados na mesa de negociação quando a questão se refere à preservação das florestas para a geração de créditos de carbono através do processo de mecanismo de REDD.

10.8. GUAMÁ PRONTO PARA O COMÉRCIO DOS CRÉDITOS DE CARBONO?

Por não ter uma área de floresta primária preservada que possa ser de tamanho considerável para ser usada como geradora de créditos de carbono pelo mecanismo REDD, o seu poder de barganha dos recursos arrecadados é ínfimo.

Esse fato faz com que os Tembê do Guamá tenham pouquíssimo interesse em discutir a questão dos créditos de carbono, designadamente como se deveriam organizar para que a região possa ser representada legalmente.

As três associações indígenas do Guamá têm interesses divergentes quanto a essa representação. Para qualquer instituição que se interesse em iniciar conversações sobre a compra de créditos de carbono dos Tembê do Guamá provenientes do processo do mecanismo REDD a negociação terá de ser feita com cada uma das Associações Indígenas, fato esse que dificultará sobremaneira os entendimentos.

Do mesmo modo os recursos provindos de uma eventual venda de créditos de carbono teriam de ser administrados por cada uma das Associações e aplicados de acordo com as prioridades eleitas pelas suas assembleias. Por todos esses fatores descritos acima os Tembê do Alto Rio Guamá, como um todo, não conseguiram avançar na sua organização para que possam comercializar créditos de carbono. Necessitam ainda de longas discussões a fim de harmonizar seus interesses e direccionar as ações para um ponto convergente.

Por terem muitas dificuldades para falarem uma só voz na direção de seus interesses, os Tembê do Alto Rio Guamá quando discutiram a implantação do PROGRAMA TENETEHARA na sua região não consentiram que os técnicos fizessem o levantamento das necessidades reais para as suas aldeias. Centraram suas discussões, sua energia e seu poder de barganha na aquisição de três caminhões. A aldeia Sede, a aldeia São Pedro e a aldeia Frasqueira seriam contempladas, cada uma, com um caminhão, para, segundo os indígenas, transportar para os mercados próximos a produção de cada uma das aldeias.

10.9. O QUE PRODUZEM NO GUAMÁ E O QUE MAIS DESEJAM

Os Tembê do Guamá produzem açaí e farinha de mandioca. Em todas as discussões esses indígenas não conseguiram justificar a utilização dos caminhões para o transporte da sua produção. O açaí é sazonal e a farinha não é suficiente para um transporte regular. Incluíram o transporte de aposentados e dos indígenas para as cidades próximas. Mas não abrem mão de obter três caminhões!

Não aceitam os projetos de eco-desenvolvimento que previam a criação de pequenos animais e de peixes em cativeiro, a produção de mel, que são necessários para assegurar a segurança alimentar dos indígenas. Do mesmo modo abrem mão da proposta de revitalização das Ramadas (casa de reuniões) e das casas de farinhas.

Querem os três caminhões. O PROGRAMA TENETEHARA não comprou os três caminhões. Comprou um. O dito caminhão foi entregue para a Associação dos Indígenas sediada na Aldeia São Pedro, sob os cuidados do cacique Koakrai Tembê.

10.10. ÁREA DE DOMÍNIO DOS TEMBÊ DO GURUPI

Os Tembê do Alto Rio Gurupi são detentores do domínio de uma área de mais de cem mil hectares de florestas primárias. Fazem uso dos Produtos Florestais Não Madeireiros encontrados nessa floresta. Preservam seus rios e ainda contam com uma grande quantidade de pescado que retiram dos rios da TIARG apenas para a sua alimentação. Não vendem nem permitem que os não índios invadam seus rios para pescar. Também têm suas roças que não afetam de modo significativo a floresta primitiva. Colhem açaí, fazem e vendem farinha de mandioca.

10.11. OS TEMBÊ E OS PFNMS NA TIARG

Esse raciocínio está embasado nos estudos feitos por PLOWDEN (2001 e 2002). Suas pesquisas demonstraram as dificuldades para encontrar PFNMs que reunissem as condições de alta densidade, alto rendimento percentual, redução de perdas durante o processamento. Todos esses fatores e mais, preço justo e a renovação rápida dos recursos utilizados, seriam imprescindíveis para fazer com que os Tembê colhedores de PFNMs pudessem obter um rendimento financeiro que os permitissem viver sem derrubar suas

florestas. Melhores estudos sobre os PFNMs se fazem necessários para que se possa compreender sua capacidade de produção e ao mesmo tempo entender os fatores que influenciam o seu processo de colheita, sua preparação e comercialização. Tais informações servirão para subsidiar as comunidades indígenas a avaliarem realisticamente o potencial com que cada recurso PFNM pode contribuir para aumentar sua renda anual e como a colheita pode ser controlada para preservar cada população vegetal como uma fonte de recursos em longo prazo.

Todas as dificuldades relatadas mostram que, é economicamente inviável para os Tembé viverem da coleta pura e simples dos PFNMs nas florestas da TIARG no Alto Rio Gurupi. Se o mesmo raciocínio for aplicado para os Tembé que habitam o Alto Rio Guamá, as perspectivas são ainda piores, porque suas florestas foram quase que completamente dizimadas.

Para o futuro se faz necessário identificar o potencial extrativo de cada PFNM, sua importância social, sua projeção econômica e definir as normas de comercialização. Isto aplica-se também aos serviços ambientais, como o seqüestro e a estocagem de carbono, que a procura internacional para os créditos de carbono configura actualmente como uma oportunidade relevante. O aproveitamento dos mecanismos internacionais de apoio à produção dos créditos de carbono, nomeadamente dos mecanismos REDD, passa pela compreensão das oportunidades que comporta, para, a partir daí, formular medidas de processamento e gestão e dar melhor qualidade de vida às sociedades formadas pelos indígenas da etnia Tembé que vivem na TIARG. Muitos serão os desafios que deverão ser enfrentados pelos indígenas quanto à gestão das suas florestas e de sua terra.

10.12. GURUPI E O COMÉRCIO DE CRÉDITOS DE CARBONO

Estão, à partida bem mais preparados para entrarem e continuarem no mercado de créditos de carbono, porque, mesmo que estejam politicamente organizados em três pólos de maior importância, conseguiram reunir todo o povo Tembé habitante das aldeias do Alto Rio Gurupi em uma só Associação Indígena com autoridade para representá-los em todas as instâncias nos diversos assuntos. Tanto os temas como a comercialização de créditos de carbono gerados pelo mecanismo REDD, quanto às questões relacionadas com a sustentabilidade, a educação e a saúde levada a cabo dentro das aldeias vinculadas aos três pólos.

Como ainda têm muito a aprender, se faz necessário o acompanhamento, treinamento e assessoria das Instituições parceiras como: o Ministério Público Federal, a FUNAI, a Universidade Federal do Pará, através do Núcleo de Meio Ambiente com ações diretas do Programa POEMA, no que diz respeito às negociações para a venda de créditos de carbono.

As necessidades de treinamento e aconselhamento dos Tembé, bem como de consolidação de redes de parceria, aplicam-se igualmente à elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação de Programas de Melhorias para as aldeias Tembé e na aplicação e gerenciamento dos fundos que por ventura forem conseguidos com o comércio de carbono visando o desenvolvimento local.

10.13. TEMBÉ DO GURUPI E O PROGRAMA TENETEHARA

Os Tembé do Gurupi estão muito mais receptivos às propostas do PROGRAMA TENETEHARA. Querem melhorar o seu modo de vida, mas não querem deixar de ser Tembé. Querem continuar a falar sua língua, querem preservar, difundir e fortalecer sua cultura, suas crenças e seus costumes para as gerações futuras. Mas também aspiram a chegada de energia elétrica de fornecimento direto para todas as aldeias do Gurupi através do programa do governo federal denominado Luz para Todos.

10.14. O QUE DESEJAM OS TEMBÉ DO GURUPI

Querem que todas as aldeias pólos tenham escolas de ensino médio e as aldeias menores, escolas de ensino fundamental. Da mesma maneira, anseiam ter mais professores Tembé para as suas escolas, para que suas crianças recebam aulas na sua própria língua. Os Tembé do Gurupi também querem ver seus jovens cursando a universidade e talvez seja de natureza basilar, necessária e inadiável que a UFPA possa discutir a forma de implantar um Núcleo Universitário dentro das aldeias para iniciar a formação de professores indígenas.

Para isso se faz urgente e imprescindível planejar a aceleração de ensino e aprendizagem para os índios Tembé do Gurupi.

10.15. A BOLSA FLORESTA NO GURUPI

Através do PROGRAMA TENETEHARA as mulheres Tembé do Gurupi receberam a Bolsa Floresta com recursos obtidos com o leilão de madeira apreendida no Alto Rio Gurupi e por essa razão tornaram-se as Guardiãs da Floresta naquela região. Aceitaram a presença dos técnicos para o levantamento das necessidades para a elaboração dos projetos.

Cerca de 160 famílias do Gurupi já foram beneficiadas com equipamentos e matrizes para a criação de frangos. Outras famílias estão a criar porcos com recursos do PROGRAMA TENETEHARA. Várias Ramadas estão sendo recuperadas para melhorar o local de reunião em cada uma das aldeias pólo.

E mais, os Tembé do Gurupi receberam e estão utilizando um caminhão para o transporte da sua produção e ao mesmo tempo transportando indígenas para a cidade de Paragominas e fazendo o intercâmbio entre as aldeias. Os Tembé do Gurupi ao que tudo indica encontraram um caminho para conciliar a preservação de suas florestas primárias e o desenvolvimento sustentável de seu povo.

10.16. SUGESTÕES PARA QUE OS TEMBÉ DA TIARG POSSAM SOBREVIVER NOS MERCADOS

Os Tembé do Guamá já não possuem madeira para vender, toda a sua floresta foi vendida para madeireiros da Cidade de Capitão Poço e cidades vizinhas. Não podem contar com essa alternativa económica para suprir suas necessidades imediatas.

No Gurupi, mesmo sendo os Tembé detentores de uma floresta primária de grandes dimensões, e tendo por algum tempo também vendido madeira para as madeiras de Paragominas, não cogitam ter essa atividade como alternativa eficaz, pois, correm o risco de ficarem com suas terras completamente desmatadas a exemplo do Guamá.

Logo a Região do Guamá poderá trabalhar com o reflorestamento, e no médio prazo participar no mercado de carbono, vendendo carbono sequestrado, enquanto que o Gurupi terá necessariamente que manter em pé suas florestas e ter no mecanismo REDD a solução de como conseguir recursos financeiros que suprirão suas necessidades e ao mesmo tempo destinando parte desses recursos para seus irmãos do Guamá.

Note-se que esta partilha de recursos financeiros entre dois grupos indígenas, resultantes de recursos naturais na posse de apenas um dos grupos foi uma experiência inédita no Brasil. Aconteceu, devido à intervenção do Ministério Público Federal que autorizou o repasse de recursos financeiros obtidos através do leilão de madeira apreendida no Alto Rio Gurupi, mas a partilha dos recursos deu-se também porque os Tembé do Gurupi a aceitaram. Espera-se que no futuro, ações semelhantes possam voltar a acontecer. Se os Tembé conseguirem negociar créditos de carbono obtidos via mecanismos REDD, e, como a área relevante está situada no Alto Rio Gurupi, é bem provável que uma partilha seja novamente proposta.

Vimos também que a exploração de alguns dos PFNMs como alternativa económica não pode ser feita no Guamá em razão da ausência de florestas. No Gurupi no momento, os estudos feitos por PLAWDEN em 2001 não recomendam sua exploração de forma comercial. Para o futuro se faz necessário identificar o potencial extrativo de cada PFNM, sua importância social e sua projeção económica.

Então, a única e possível alternativa para os Tembé da TIARG saírem da pobreza endêmica na qual navegam por anos a fio é usarem a seu favor a comercialização dos créditos de carbono. Para trazer esse processo da ficção para o mundo real, será preciso definir as normas de comercialização dos créditos de carbono oriundas do mecanismo REDD para, a partir daí, formular medidas de processamento e gestão e dar melhor qualidade de vida aos indígenas da etnia Tembé que vivem na TIARG.

Gigantescos serão os desafios a serem enfrentados pelos indígenas relativos à gestão de suas florestas e de sua terra. Para que os Tembé possam obter sucesso no mercado de carbono, terão que obrigatoriamente:

- 1) Implantar e desenvolver a organização administrativo-gerencial das Associações Indígenas às quais estão vinculadas às aldeias Tembé do Alto Rio Guamá e do Alto Rio Gurupi.
- 2) Melhorar a qualificação dos participantes das Associações para gerenciar e discutir entre si os rumos a tomar.
- 3) Obter conhecimentos para conseguir fazer uma orientação contábil básica para fins de apuração quantitativa consistente dos dados de produção e comercialização dos créditos de carbono da TIARG.

- 4) Assegurar o empoderamento das comunidades, utilizando os recursos financeiros obtidos com a venda dos créditos de carbono da TIARG através da distribuição de benefícios na forma que for definida pelas Assembleias Indígenas.

10.17. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, antes dos comentários e sugestões finais fez-se uma incursão mais geral que envolve uma pequena abordagem a respeito de assuntos complementares, e que fundamentam e justificam o esforço dos Tembé na busca de alternativas para o desenvolvimento local. Apoiados na manutenção da sua floresta primária em pé, no desenvolvimento de programas e projectos que garantam segurança alimentar, educação, a organização interna, a afirmação política e social do seu povo, garantindo com esse gesto a permanência e a continuidade do seu modo de vida, língua, sua unidade e sua cultura, em suma de sua identidade.

CAPÍTULO 11. OS CENÁRIOS

Antes de se concluir este trabalho e para responder mais detalhadamente ao seu objectivo central de se analisar a viabilidade do mecanismo REDD, através da venda de créditos de carbono resultantes da sua estocagem nas florestas primárias dos Tembé, sustentar uma estratégia de eco-desenvolvimento local, são delineados dois cenários alternativos para o futuro dos Tembé.

Os indígenas Tembé mantêm contato com os homens não índios há séculos. Não resultaram boas essas relações. Tomando por base os resultados e conclusões desta pesquisa, podemos hoje perspectivar para a TIARG dois *futuros* opostos: (1) Os Tembé no futuro, mantendo-se a sua situação atual em termos de renda e de condições de vida, ou seja, mantendo-se o *status quo*; (2) Os Tembé bem sucedidos numa estratégia de geração de renda.

11.1. CENÁRIO DO *STATUS QUO*

Nas aldeias do Alto Rio Guamá e do Alto Rio Gurupi, na TIARG, a pobreza é patente, visível e predominante. A grande maioria dos habitantes da Terra Indígena vive com extrema dificuldade financeira, dependendo quase que exclusivamente das acções governamentais, pontuais e raras no que concerne à geração de renda para cada uma das famílias Tembé. Nas aldeias menores e mais distantes das respectivas aldeias pólos a vida é tremendamente difícil, e a sobrevivência é colocada em primeiro plano.

Os Tembê do Guamá moram mal, alimentam-se mal e não participam de acções que visem assegurar sua segurança alimentar. Quase todos os recursos naturais do Alto Rio Guamá foram exauridos, e não existe mais madeira de floresta primária para ser explorada e comercializada pelos índios. No passado esse comércio representou uma fonte de renda para os Tembê, não para todos, somente poucos indígenas moradores das aldeias foram beneficiados e ganharam algum dinheiro com a venda de madeira. Não têm, como por exemplo, os Caiapós, ouro, que possam vender e com isso obter recursos financeiros para beneficiar suas aldeias. As pequenas roças que cultivam mostram-se incapazes de assegurar as suas necessidades alimentares básicas.

Os Tembê do Alto Rio Gurupi ainda possuem madeira de lei nas suas florestas primárias e poderiam em caso extremo, lançar mão desse recurso para prover suas famílias com o mínimo necessário para garantir a sua subsistência. Como consequência imediata e provável seria o desmatamento total da TIARG levando a um agravamento no modo de vida dos indígenas que seriam obrigados mudarem radicalmente seu dia a dia, podendo com isso afugentar seus jovens para as cidades próximas aumentando ainda mais o contingente de índios desaldeados. Os velhos permaneceriam nas aldeias e estariam condenados ao desaparecimento, tragados pela devastação da terra em que viveram.

A maioria das escolas nas aldeias continuará a ser deficiente, com instalações precárias, sem bibliotecas adequadas e ausência de acesso à internet, aliado ao mau e mesmo ausência de alojamentos reservados aos professores dessas escolas. Estes problemas infra-estruturais contribuirão de maneira definitiva para amplificar as dificuldades que atualmente sentem os jovens estudantes Tembê para ingressar nas universidades públicas. Os índios não terão dinheiro para pagar a conta da energia elétrica, a conta do telefone e, portanto estarão também condenados a desinformação. Sem dinheiro, os Tembê tendem a ser um povo terminal, uma vaga lembrança na memória daqueles que com eles tiveram qualquer tipo de relação, seja ela comercial, de estudo, afectiva ou de ou simples curiosidade.

11.2. CENÁRIO 2 – OS TEMBÊ COM UMA ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE RENDA

A implementação de uma estratégia de eco-desenvolvimento local capaz de gerar um fluxo de renda sustentável para os Tembê poderia mudar, para melhor, a vida de todos os indígenas que vivem na e da TIARG. Possibilitaria a conciliação entre o desenvolvimento

humano e social destes povos e a preservação da floresta primária, dos ecossistemas, da mega-biodiversidade, bem como da identidade cultural do povo Tembé.

As estratégias que se configuram nesse sentido são, à partida, várias, destacando-se:

1. Exploração racional com tecnologia e equipamentos modernos que agregassem valor aos PFNMs como, por exemplo, o açaí, cipós, copaíba e breu.
2. A criação voltada para o mercado de pequenos animais como: frangos e porcos em todas as aldeias da TIARG, eventualmente associada à exploração e domesticação de recursos silvestres, como os peixes e outros animais.

Os animais criados poderão ser vendidos, actualmente para a secretaria municipal de educação para serem servidos na merenda escolar nas escolas de todas as aldeias. O excedente seria usado como parte de o complemento alimentar das famílias envolvidas nesses projectos, assegurando sua segurança alimentar.

Com algum investimento e apoio técnico poderão desenvolver a criação de animais silvestres como veados, pacas, cutias e porcos selvagens, certificar e vender a carne certificada, com o selo Tembé que poderia ser criado.

1. Poderão melhorar as estradas entre as aldeias, e entre as regiões do Alto Rio Gurupi e do Alto Rio Guamá e com isso possibilitar uma melhor integração que intensificaria a troca de informações, ajudaria a resolver problemas de saúde e facilitaria a integração cultural entre sua gente. As estradas facilitarão a vigilância de suas terras e contribuirão para que os Tembé possam implantar novos núcleos populacionais e aumentarem a sua área dominial. Essas ações contribuirão para fortificar os laços de parentesco e servirá de base para a perpetuação da cultura, da língua e do modo de viver Tembé.
2. Podem construir um grupo de guarda-parque que terão como missão vigiar a floresta primária para evitar a entrada de não índios para derrubar a mata e extrair a madeira. Serão vigilantes da TIARG, contribuindo para a fixação de novas aldeias a serem criadas.

11.3. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros que serviriam de base para executar o planejamento e a implantação de programas de desenvolvimento sustentável para as diferentes regiões da

TIARG podem ser obtidos pelos Tembé de várias maneiras. Esses recursos e as ações propostas seriam geridos pelas instituições parceiras e pelos índios. Tais programas devem em princípio valorizar as ações que contemplem o manejo e a exploração adequada dos recursos da biodiversidade e dos serviços ambientais. Podemos listar várias sugestões:

1. Venda de créditos de carbono advinda dos mecanismos REDD nas florestas primárias do Alto Rio Gurupi;
2. Exploração racional dos PFNMs da TIARG;
3. O Governo do Estado do Pará poderá criar um FUNDO PARA O FINANCIAMENTO DO CARBONO nas Terras Indígenas, gerido pelas instituições parceiras e os índios.
4. O Governo do Estado do Pará poderá criar um FUNDO PARA AÇÕES NAS TERRAS INDÍGENAS com recursos vindos do imposto sobre energia elétrica, notadamente das hidrelétricas, e de recursos providos de multas que venham a ser aplicadas em ações de destruição ambiental. O FUNDO seria gerido por instituições parceiras nos projetos em terras indígenas e representantes dos índios.
5. O Governo do Estado do Pará poderá destinar o montante dos recursos obtidos com o leilão de madeira ou qualquer outro recurso extraído ilegalmente das terras indígenas. O dinheiro iria para o FUNDO citado anteriormente;
6. Os municípios onde estão situadas as Terras Indígenas poderão criar leis de compensação ambiental que prevejam pagamento dos serviços ecossistêmicos prestados aos proprietários de terras no território;
7. Podem os indígenas desenvolver um sistema de turismo guiado em suas terras, onde os guias seriam os próprios Tembé conhecedores da floresta, das árvores, dos peixes, das aves e dos animais. Seria um turismo seletivo e específico.
8. Podem os Tembé criar um selo para aplicar ao artesanato produzido na TIARG. Poderão financiar programas de aperfeiçoamento para seus artistas e com isso melhorar o desenho e a qualidade de suas peças;
9. Exploração racional dos recursos naturais do Alto Rio Guamá como a madeira oriunda de florestas secundárias em recuperação;
10. Manejo sustentável da floresta primária do Alto Rio Gurupi.

A situação ideal era conseguir-se a articulação de vários instrumentos de gestão e de financiamento de modo a ter-se uma solução robusta a alterações conjunturais nos mercados e uma solução integrada, sustentável no longo prazo que assegurasse a preservação da cultura Tembé e do património natural de que estes são ainda guardiões, através da melhoria da qualidade de vida, de renda e acessibilidade das populações indígenas. Trata-se, em síntese de pôr em marcha o desenvolvimento sustentável em prol destas comunidades essenciais para o sucesso do conceito.

CAPÍTULO 12. SÍNTESE E REFLEXÕES FINAIS

A importância da preservação da floresta Amazônica é hoje inquestionável. Ela proporciona serviços ecossistêmicos fundamentais a várias escalas, local, regional, nacional e internacional. A sua conservação interessa a todos, em particular aos que dela dependem mais directamente, como é evidenciado neste trabalho. As populações indígenas que foram objecto do estudo mostram bem, como estão interligadas a conservação da floresta e a sustentabilidade da identidade das culturas índias da Amazônia. Os Tembé do Guamá, já praticamente desapossados da floresta primária, apresentam-se como uma comunidade em desagregação do ponto de vista social e cultural, muito dependente de apoios externos, e pouco motivada para empreender no sentido de aproveitar seus recursos, nomeadamente a terra e a possibilidade de a cultivar e reflorestar. Pelo contrário, os Tembé do Gurupi, protegidos pelo isolamento geográfico, conseguiram manter a floresta primária a par da sua cultura e identidade, mostrando-se empenhados em manter ambas, embora aspirem a uma legítima melhoria nas suas condições de vida.

Apesar das inúmeras medidas, designadamente políticas públicas federais e estaduais, implementadas no sentido de salvaguardar a floresta Amazônica, as pressões sobre ela continuam fortíssimas, a terra e a madeira são nesta região do mundo, recursos com uma demanda crescente. O crescimento económico nos países ditos emergentes, onde se inclui o Brasil, tem criado uma pressão imensa nos mercados de matérias-primas e alimentos. A Amazônia representa nesta equação um reservatório de terras, mais do que um reservatório de serviços ecossistêmicos fundamentais. Urge por isso valorizar estes serviços de modo a criar-se uma pressão positiva no sentido da preservação da floresta em pé. A floresta precisa valer mais em pé do que derrubada para os que detêm o direito de propriedade sobre ela. Algumas populações indígenas, nomeadamente os Tembé, encontram-se nessa situação, precisam que a floresta em pé valha mais do que derrubada, só assim conseguirão resistir às pressões para desmatá-la. Atendendo-se a que estas populações são detentoras

(do usufruto) de uma parte importante da área de floresta primária que se encontra na fronteira agrícola, elas podem desempenhar um papel determinante na resistência à expansão dessa fronteira. Constituindo-se assim uma medida activa e eficiente para travar o desmatamento, complementar a outras medidas como a classificação das áreas, que é por si só uma medida passiva e com custos elevados de monitoramento e fiscalização.

No entanto, para que tal aconteça é indispensável que a floresta em pé se configure uma componente chave para o seu bem-estar e qualidade de vida. A análise das potencialidades do mecanismo REDD, através da venda de créditos de carbono resultantes de sua estocagem nas florestas primárias dos Tembé, para sustentar uma estratégia de eco-desenvolvimento local, que era um dos objectivos gerais deste trabalho, mostrou que a valorização dos serviços ambientais se configura de facto uma solução neste sentido. Não só parece ser capaz de gerar um volume de recursos financeiros atractivos para as populações indígenas detentoras de floresta primária, como é desejado por estas, que o vêem também como uma forma de salvaguardar os seus recursos. A experiência de outros povos, ou grupos neste caso os Tembé do Guamá, mostram já às comunidades indígenas que precisam manter seus recursos, que o desmatamento é apenas uma solução de curto prazo. A preservação da floresta em pé se for valorizada é a “solução ideal”: Permite-lhes dar continuidade à sua identidade cultural e garantir em simultâneo a sua subsistência material em condições dignas, ou seja, melhorando o seu nível de qualidade de vida actual.

O grande desafio está em conseguir-se implementar um modelo de governança que permita uma gestão participada e uma distribuição equitativa do esforço e do rendimento gerado pela preservação da floresta primária. A experiência dos Tembé do Gurupi com ações de eco-desenvolvimento anteriores, e seu bom relacionamento com as entidades que o coordenavam, indica que estes serão capazes de vencer esse desafio: De se organizarem localmente para fornecer um bem público global, neste caso a regulação climática, ingressando em mecanismos sofisticados que escapam, à primeira vista, ao seu conhecimento tácito.

Os Tembé do Alto Rio Gurupi mostraram ser capazes de se organizar colectivamente, de modo a se representarem social e politicamente como um grupo de interesse legítimo junto de entidades exteriores, detentoras do conhecimento formal imprescindível para se avançar com a venda dos créditos de carbono. Isto mostra, por outro lado, que este grupo de Tembé é um grupo suficientemente coeso para estabelecer relações de cooperação que envolvem

um capital de confiança substancial, quer ao nível interno, entre a comunidade, quer para com as entidades externas, de quem os Tembé sabem que terão de depender para viabilizar a solução que desejam para si.

A situação é completamente diversa no caso dos Tembé do Guamá, que desconfiam das entidades externas e mostram muitas dificuldades em cooperar entre si e com o exterior. Neste caso, é visível a disputa interna, pelos recursos externos, entre os diversos grupos representados pelas três Associações Indígenas distintas do Alto Rio Guamá. A perda de identidade aliada à perda das suas florestas primárias, resultante de um processo de assimilação cultural motivado pela proximidade e relações comerciais com os não-índios, fragmentaram este grupo e tornaram-no desconfiado do que vem de fora, e de dentro também. É, neste caso necessário um trabalho muito maior de fortalecimento da comunidade e da sua capacidade de auto-organização, que requer tempo e soluções que lhes demonstrem as vantagens da coesão e cooperação.

Destacam-se em seguida algumas conclusões e reflexões finais focadas nos objectivos gerais e específicos estabelecidos para o presente trabalho.

12.1. SERVIÇOS AMBIENTAIS NA TIARG

A grande maioria dos serviços prestados pelos ecossistemas é proveniente de áreas naturais, como a TIARG. Nessas áreas as comunidades locais como, aquelas formadas pelos índios Tembé e por outros povos tradicionais da Amazónia são protetoras da floresta, sendo elas também usuários e dependentes desses bens e desses serviços. Os mercados ambientais deverão ser capazes de garantir as condições necessárias para que os povos indígenas e outros habitantes das florestas sejam capazes de entrar, participar ativamente, permanecer e se beneficiar desses mercados de serviços ambientais.

Será imprescindível o desenvolvimento de mecanismos de auto-organização colectiva das comunidades representadas pelas aldeias formadas pelos Tembé da TIARG, de modo a que sejam capazes de eleger representantes legais entre seus pares e com isso garantir que as Associações Indígenas os representem de facto e de direito.

Para que a procura de serviços de ecossistemas à escala mundial crie uma vaga de oportunidades de investimento em áreas de floresta primária não derrubada a ser aproveitada pelos Tembé, seus representantes deverão ser capazes de fazer com que os

recursos obtidos sejam distribuídos de maneira justa, de modo que todos os habitantes da TIARG sejam igualmente beneficiados.

Caso o negócio entre a empresa C-Trade e os Tembé seja concretizado e após vencidas todas as etapas legais, uma das alternativas para que o dinheiro resultante da venda dos créditos de carbono da TIARG chegue até as aldeias e venha financiar os projectos a serem implantados na terra Indígena, será necessário criar um Fundo fora do país a ser alimentado com esses recursos. No Estado do Pará deverá ser criada uma Fundação para gerenciar os recursos dos Tembé. A criação de uma Fundação é interessante porque comporta na sua formação membros do Ministério Público Federal que teriam a missão de fiscalizar a gerência e a aplicação dos recursos financeiros.

12.2. PAPEL DOS POVOS INDÍGENAS NA CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS

As terras indígenas são actualmente a mais importante barreira ao desmatamento amazónico. Proteger as terras e áreas naturais dos indígenas e dos demais povos tradicionais que vivem na Amazônia é um dos elementos essenciais para evitar a desflorestação porque eles são as pessoas que melhor conhecem, usam e protegem a biodiversidade encontrada na floresta. Certamente a mais acertada forma de proteger as florestas tropicais primárias é incentivar as diferentes etnias indígenas da Amazônia a manterem sua terra, sua língua e a sua cultura. E uma das maneiras de ajudá-los a manter a sua cultura é fornecer meios para que possam proteger e conservar a floresta onde vivem.

As comunidades indígenas propugnam pelo desenvolvimento sustentável e a conservação florestal, e essas afirmações são amplamente confirmadas por imagens de satélites, que mostram diferenças dramáticas de uso da terra entre reservas indígenas e áreas adjacentes não indígenas. As terras indígenas permanecem relativamente intactas se comparadas ao desmatamento em larga escala (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, RUIZ-PÉREZ *et al.*, 2005). O sucesso obtido pelas reservas indígenas em impedir o desmatamento evidencia a importância da detenção da terra (KILLEEN, 2007).

Embora seus esforços proativos para proteger suas terras sejam fatores importantes para evitar o desmatamento nas áreas por eles detidas, igualmente importante é saber que grileiros não poderão adquirir titularidade sobre essas terras e fazendeiros e pecuaristas não invadam ou ocupem terras aleatoriamente (KILLEEN, 2007). Definir e executar um

modelo de desenvolvimento capaz de oferecer um melhor padrão de vida à população indígena dos Tembé do Alto Rio Guamá e do Alto Rio Gurupi e ao mesmo tempo manter ou conservar as características de sua cultura é um desafio de proporções gigantescas.

O envolvimento dos povos indígenas Tembé na redução da perda da Floresta Amazônica encravada na TIARG é considerado como sendo de vital importância na contribuição para a mitigação dos efeitos perversos do aquecimento global. Porque as atividades de conservação de florestas nativas, independente da existência iminente e imediata de desflorestação, são a mais recente dimensão discutida internacionalmente sobre as atividades relativas à manutenção e aumento da cobertura florestal no planeta (GARZÓN, 2009).

No entanto, é necessário que os Tembé consigam participar do comércio de créditos de carbono, e permanecer no mercado para obter com isso recursos financeiros suficientes para que possam implantar projectos que alavanquem a subida de nível na sua qualidade de vida. Só percebendo os benefícios da manutenção de sua floresta primária em pé permanecerão neste mercado. É, pois, fundamental que o mercado seja regulado de forma a que isso se venha a verificar.

Outros grupos indígenas somados aos Tembé controlam mais de um quinto da Amazônia. Além disso, outras comunidades tradicionais representadas pelos ribeirinhos e quilombolas, poderão servir de exemplo vencedor e tornarem-se protagonistas de uma mudança inovadora, tornando incontornável sua inclusão como peças chaves de qualquer “solução” a ser tomada como alternativa ao desmatamento. É preciso garantir que esses grupos que lutaram por décadas e ainda continuam a lutar com todas as forças para fazer valer o direito às terras de florestas que vêm usando há incontáveis gerações, se escolherem preservá-las sejam adequadamente compensados.

Os mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação poderão ser os veículos ideais para compensar os Tembé pela manutenção de sua floresta primária em pé, e com os recursos obtidos com a venda de serviços dos ecossistemas, como a estocagem do carbono, financiar iniciativas de desenvolvimento local sustentável. Ou seja, iniciativas que permitam melhorar a qualidade de vida nas aldeias indígenas e o nível de renda dos Tembé. O acesso à educação de qualidade é fundamental para assegurar-se o seu acesso ao mercado de trabalho e para que estes possam compreender e lidar com realidades complexas e sofisticadas como a do mercado de carbono.

12.3. COMO EFETIVAR OS BENEFÍCIOS DO MERCADO DE CARBONO

Grande parte das áreas de florestas da Amazônia está habitada por populações indígenas e comunidades tradicionais convivendo em harmonia com o seu território natural e tradicional, onde reproduzem uma forma de vida baseada nos usos dos recursos florestais e do solo. As terras indígenas representam 20% do território da Amazônia e por estarem localizadas nas regiões da fronteira agrícola, são elas que sofrem a maior pressão do avanço do desmatamento (NEPSTAD *et al.*, 2006).

A Terra Indígena Alto Rio Guamá tem sido alvo de exploração e devastação para apropriação de terras por empresas nacionais e multinacionais. Tal processo tem contribuído para que os povos indígenas percam suas terras, o que implica, de forma direta, nos seus modos de produção, em seus costumes e consequentemente em sua condição de sociedade autônoma (SALES 2000). É mais que compreensível que os povos indígenas, como os Tembé, que vivem nas florestas devam ser os principais beneficiários de qualquer iniciativa no sentido de compensar economicamente a manutenção da floresta primária.

Na Constituição Federal do Brasil de 1988, a questão das terras indígenas toma precedência nos problemas fundiários no Brasil, considerando que em seu artigo 231 garante aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Direitos que independem da existência ou não da demarcação ou qualquer reconhecimento formal das suas terras por parte do Estado. Os direitos dos índios são originários, decorrem da sua conexão sociocultural com povos pré-colombianos.

12.4. O EXEMPLO MUNDURUCU QUE PODE COMPROMETER AS ASPIRAÇÕES TEMBÉ.

Através da reportagem “Por milhões de dólares, índios vendem direitos sobre terra na Amazônia”, publicada no jornal O Estado de São Paulo do dia 11 de março de 2012³⁰, nos foi dado saber que “por US\$ 120 milhões, índios da etnia Mundurucu venderam a uma empresa estrangeira (Celestial Green Ventures, empresa irlandesa que se apresenta como líder no mercado mundial de créditos de carbono), direitos sobre uma área com 16 vezes o tamanho da cidade de São Paulo em plena floresta amazônica, no município de

³⁰ “Por milhões de dólares, índios vendem direitos sobre terra na Amazônia”. Jornal O Estado de São Paulo do dia 11 de março de 2012, nº 43244 (www.estadao.com.br), Caderno Vida/Ambiente/Ciência/Educação/ Saúde/Sociedade.

Jacareacanga (PA). O negócio garante à empresa “benefícios” sobre a biodiversidade, além de acesso irrestrito ao território indígena”. Do mesmo modo, o território indígena Trombetas-Mapuera no Estado de Roraima, fechou contrato com a empresa C-Trade, que também atua no mercado de créditos de carbono. Esta empresa é a mesma que negocia com os Tembé.

Em parecer recente, a Advocacia Geral da União (AGU) avalia que os contratos já assinados com comunidades indígenas devem sofrer a intervenção da União – não exatamente por parte do órgão indigenista do governo, mas por ato da presidente da República, Dilma Rousseff. A tendência é que os contratos com cláusulas consideradas abusivas, como as que impedem os índios de plantar roças e transferem direitos sobre a biodiversidade dos territórios, venham a ser considerados nulos. A Fundação Nacional do Índio (Funai) já encaminha a empresas que negociam créditos de carbono aviso sobre a insegurança jurídica desses contratos, ainda de acordo com o Jornal O Estado de São Paulo.

O que está a ocorrer com os Mundurucu pode vir a acontecer com os índios Tembé. A FUNAI pode vir a contestar o contrato com a empresa C-Trade, se encontrar cláusulas consideradas abusivas. Caso esse facto venha a ocorrer, os indígenas Tembé terão que buscar outras iniciativas.

12.5. E SE A VENDA DOS CRÉDITOS DE CARBONO PELOS TEMBÉ NAO FOR CONCRETIZADA?

A atual crise económica internacional que assola diversas economias de países desenvolvidos, particularmente os da Europa e que refletem em toda a economia mundial; a incerteza sobre os acordos internacionais que possam resultar em mecanismos que assegurem a continuidade e/ou o aperfeiçoamento do Protocolo de Kyoto; além das incertezas geradas pelas oscilações dos mercados financeiros, especialmente daqueles que atuam comprando e vendendo créditos de carbono; e falta de regulamentação desses ditos mercados, podem definitivamente influenciar os projetos e o planeamento daquilo que seria feito pelos Tembé na aplicação e desenvolvimento de seus projetos de eco desenvolvimento financiados pelos recursos gerados com a venda de créditos de carbono da TIARG.

As questões citadas anteriormente comportam o risco de um eventual insucesso na entrada/manutenção dos Tembés no mercado de carbono. Há pois o risco de os montantes arrecadados com a venda dos créditos de carbono para investidores fora do Brasil serem insuficiente para manter as actividades estabelecidas pelos indígenas. No limite, se a venda de carbono não chegar a ser concretizada, os Tembés, colocando sua sobrevivência como povo, em primeiro lugar, deverão manter o planeamento das ações previstas para serem desenvolvidas para e pelo seu povo tais como: manter a todo custo a sua terra, a sua língua, sua cultura e sua segurança alimentar, terão forçosamente que buscar alternativas em programas e fundos disponíveis ou a desenvolver no governo do Estado do Pará e no Governo Federal. Os sistemas de pagamentos por serviços de ecossistemas, de certo modo já configurados pela Bolsa Floresta, apresentam-se como uma alternativa para assegurar o financiamento das ações de melhoria de qualidade de vida e garantia de segurança alimentar dos Tembés.

12.6. PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NAS DECISÕES

A falta de participação dos povos indígenas que vivem na e da floresta nos debates e discussões sobre o assunto torna ilegítima, na sua maioria, os acordos e decisões dos governos com relação aos mecanismos de REDD, por envolverem a vida e o território dessas populações. Portanto, é de fundamental importância que os povos indígenas e os outros povos habitantes da floresta possam ter voz e voto nas esferas das negociações internacionais. É também igualmente importante que estes povos estejam preparados para os debates no interior de suas comunidades nas Associações Indígenas, discutindo iniciativas e propostas que regulem e garantam o respeito aos seus direitos territoriais e o acesso direto aos benefícios derivados das atividades de mecanismos REDD.

Na Amazônia a grande maioria dos países compartilha normas internacionais que reconhecem e protegem os direitos dos povos indígenas e similares tais como: o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais em países independentes, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), que vem sendo amplamente interpretada pela Comissão e a Corte Interamericana. Adicionalmente, no Estado do Pará, os indígenas Tembés contam com o apoio do Ministério Público Federal (MPF) para garantir os direitos dos povos indígenas, entre outros instrumentos de Direitos

Humanos reconhecidos de forma menos homogênea entre todos os países da Bacia Amazônica.

Os Tembé tanto do Alto Rio Guamá quanto os que habitam o Alto Rio Gurupi tradicionalmente tomam suas decisões colegiadas seja nas aldeias, ao nível da Região na qual moram e também exercitam o mesmo modo de democracia quando o assunto é pertinente a toda a TIARG. Fazem-no reunindo-se na Ramada e debatendo, se for preciso, por dias a fio até chegarem as suas conclusões, só então partem para as reuniões fora das aldeias para discutirem e defenderem as decisões provenientes de suas Assembleias comunitárias.

Para tomar posição relativa à comercialização dos créditos de carbono, os Tembé do Gurupi exercitaram ao limite seu ato de discutir e deliberar. Primeiro reuniram e tomaram decisões em cada um dos três pólos mais importantes: aldeia Cajueiro, aldeia TekoHaw e aldeia Canindé. Posteriormente, com os encaminhamentos definidos por aldeia, participaram ativamente, por dois dias na aldeia TekoHaw para criar sua Associação dos Povos Indígenas do Gurupi (APIGU), terminando por conferir plenos poderes para que essa instituição indígena pudesse falar e representar todos os Tembé daquela região.

Os Tembé do Alto Rio Guamá também costumam fazer reuniões por pólo para tomar suas decisões, como a reunião que ocorreu na aldeia Sede na qual rejeitaram inicialmente a proposta de discutir uma forma de participar do mercado de créditos de carbono e receber as ações do PROGRAMA TENETEHARA. Posteriormente reuniram-se em Belém, na sede do Ministério Público Federal para fazer suas cobranças e encaminhar as sugestões vindas de suas aldeias. Demonstrem, assim, uma maior dificuldade em se auto-organizarem, fruto dos factores antes inventariados, designadamente a erosão do capital de confiança interna e externa derivada de anos de contato e de relações de troca comercial desigual com os não-índios, que se aproveitaram largamente da sua ânsia em melhorar de vida para os desapossarem de seus recursos ancestrais ligados à floresta primária, desapossando-os involuntariamente também da sua identidade enquanto povo da floresta.³¹

³¹ São aqueles que vivem na e da floresta Amazônica: os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, caboclos e seringueiros.

12.7. SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto referente às estratégias de sobrevivência do povo Tembé da TIARG, e por essa razão, muito ainda tem que ser estudado. Como sugestão de propostas para investigações futuras se faz necessário fazer uma comparação entre os Tembé e os Caiapó sobre o uso histórico dos seus recursos naturais e sua tendência em transformar os recursos obtidos na floresta em mercadorias como o ouro e a madeira. E mais, investigar de que maneira os povos Tembé e Caiapó se relacionam com os mercados atuais.

Uma outra linha de investigação, que aqui apenas iniciamos, é a contribuição para o aperfeiçoamento dos mecanismos, designadamente de financiamento, da iniciativa REDD e de outras similares que venham a surgir. É necessária experiência e investigação nesta matéria e isso pode ser conseguido através de uma análise comparativa de casos de estudo, por exemplo as experiências em curso com povos indígenas na Amazônia e sua inserção no mercado do carbono. Este conhecimento ajudaria no redesenho da iniciativa REDD, e sobretudo na sua implementação ao nível nacional e regional, garantindo-se a efectivação de acordos justos e vantajosos para os povos indígenas que garantam de facto a preservação da floresta como peça chave na salvaguarda destes povos e de sua cultura. É imprescindível assegurar-se que não se repete o padrão tradicional de desapossamento destes povos agora configurado a uma escala global e por intermédio de actores e mercados mais sofisticados. Esta nova escala e grau de sofisticação dos “compradores” de serviços ambientais encerram estratégias e lógicas de atuação mais complexas, que exigem um esforço de empoderamento das comunidades locais e um reforço das redes inter-institucionais que precisa ser posto em marcha com a maior urgência.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, A. 1994. **O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- ANDRADE, A. M. 2006. **Patrimônio Ambiental e Cultural do Estado do Acre: A Economia do Meio Ambiente como instrumento de análise de bens ambientais e culturais**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE.
- ANGELSEN, A.; BROWN, S.; LOISEL, C.; PESKETT, L.; STRECK, C.; ZARIN, D. 2009. **Reduções de Emissão do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD): Relatório de Avaliação de Opções**. Preparado para o Governo da Noruega. MERIDIAN INSTITUTE.
- AMIN, M. M. 1997. **O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do Estado do Pará**. In XIMENES, T. (Org.) *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA; UNAMAZ, pp. 77-209.
- ÁVILA, V. F. 2003. **Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo**. Brasília: Plano Editora.
- ÁVILA, V. F. 2005. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA.
- BAINES, S. G. 2001. **As Terras Indígenas no Brasil e a “regularização” da implementação de grandes usinas hidrelétricas e projetos de mineração na Amazônia (1)**. Série Antropologia. Brasília.

BAKSH, M. 1995. **Changes in Machigeunga quality of life.** In Leslie E. Sponsel (Ed.). **Indigenous Peoples and the Future of Amazonia: An Ecological Anthropology of an Endangered World.** Tuscon: The University of Arizona Press, pp. 187-205.

BANCO MUNDIAL. 2004. **Sustaining Forests: A Development Strategy.** Washington: World Bank.

BANCO MUNDIAL. 2010. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2010: desenvolvimento e mudança climática / Banco Mundial.** – São Paulo: Editora UNESP.

BARRETO, P.; SOUZA JR, C.; ANDERSON, A.; SALOMÃO, R.; WILES. J. 2005. **Pressão Humana no Bioma Amazônia.** Maio Nº 3. Disponível em www.imazon.org.br

BARTOLI, H. 1999. **Repenser le Développement, En Finir avec la Pauvreté.** Paris: UNESCO/MOST/Economica.

BARROS, A.J.P; LEHFELD N.A.S. 1994. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.** Petrópolis (RJ): Vozes.

BECKER, B. K. 2007. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond.

BECKER, B. K. 2009. **Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições.** Brasília: DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

BECKER, BERTHA K. 2001b. **“Revisão das Políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?”.** Em: Parcerias Estratégicas, MCT, nº 12, pp: 135 a 139.

BELLO, W. 2009. **Carbon Markets: A Fatal Illusion. In Upsetting the Offset: The Political Economy of Carbon Markets.** In Steffen Böhm e Dabhi Siddhartha (Eds.). First published by MayFlyBooks in paperback in London and free online at www.mayflybooks.org.

BENCHIMOL, Samuel. 1999. **Amazônia: Formação social e cultural.** Manaus: Valer / Universidade do Amazonas.

BENCHIMOL, A. J. 2006. **Zona Franca de Manaus: Redesenhando o Projeto.** Manaus: Valer.

- BENSABAT, I. 1984. **An Analysis of Research Methodologies**. In F. Warren Mcfarland (Ed.). *The Information Systems Research Challenge*. Boston MA: Harvard Business School Press, pp. 47-85.
- BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D.; MEAD, M. 1987. **The Case Research Strategy in Studies of Information Systems**. *MIS Quarterly* – September, 11 (3): 369-386.
- BERNOUX, M.; CARVALHO, M.S.; VOLKOFF, B.; CERRI, C.C. 2002. **Brazil's soil carbon stocks**. *Soil Science Society of America Journal* 6: 888-896.
- BOGDAN, R.; TAYLOR, S. 1975. **Introduction to qualitative research methods: A phenomenological approach to the social sciences**. New York: J. Wiley.
- BÖHM, S. e DABHI, S. 2009. **Upsetting the Offset: An Introduction in Upsetting the Offset: The Political Economy of Carbon Markets**. First published by MayFlyBooks in paperback in London and free online at www.mayflybooks.org.
- BONOMA, T. 1985. **Case Research in Marketing: Opportunities, problems, and a Process**. *Journal of Marketing Research* 22 (2): 199-208.
- BRANDÃO, C. R. 1981. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BUARQUE, S. C. 1999. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável, Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal, Projeto de Cooperação Técnica**. INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília, Junho de 1999.
- BUTZENGEIGER-GEYER, S.; CASTRO, P.; HARTHAN, R.; HAYASHI, D.; HEALY, S.; MAGNUS, K.; MARIBU, A; MICHAELOWA, A.; OKUBO, Y.; SCHNEIDER, L.; I. STORRØ, I. 2009. **Options for utilizing the CDM for global emission reductions**. Report to the German Federal Environment Agency.
- CAPOBIANCO, J.P.R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A; SANTOS, I; L.P.PINTO, L.P.; SAWYER, D. (Eds.). 2001. **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. Editora Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, São Paulo.
- CASTRO, M. H. M. 2007. **Amazônia - soberania e desenvolvimento sustentável**. – Brasília: Confea. 120p. – (Pensar Brasil).
- CEDI. **Tembé**. 1985. pp. 177-209. In **Povos Indígenas no Brasil**, No. 8: Sudeste do Pará. Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo.

- CHEPSTOW-LUSTY, A. 2009. **Revista “Isto é”**, número 2074, pp. 98 e 99, de 12 de Agosto de 2009.
- CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. 2007. **A Amazônia e os Objetivos do Milênio. O Estado da Amazonia: Indicadores**. n.1. Belém: Imazon. 49 p. Disponível em: www.imazon.org.br
- CENAMO, M. C. 2006. **Pagamento por serviços ambientais para a conservação florestal: proposta para criação de um projeto-piloto na região do apuí, Amazonas**. Documento elaborado para publicação do Prêmio Samuel Benchimol.
- CF. 1988. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.
- CHAMBERS, J.Q.; TRIBUZY, E.S.; TOLEDO, L.; CHISPIM, B.F.O.; HIGUCHI, N.; SANTOS, J.; ARAUJO, A.C.; KRUIJT, B.; NOBRE, A.D.; TRUMBORE, S.E. 2002. **Respiration from a tropical forest ecosystem partitioning of sources and low carbon use efficiency**. Ecological Application, 14: S72 - S88.
- CLARK, D.A. 2004. **Sources or sinks? The responses of tropical forests to current and future climate and atmospheric composition**. Philos T Roy Soc B. 359: 477–491.
- CORBISHLEY, A.C.M.; CARNEIRO, M.L.M. 2001. **Considerações sobre o uso da observação participante na pesquisa em enfermagem**. Revista Mineira de Enfermagem; 5(½): 82–5.
- COWIE, J. 2007. **Climate Change: Biological and Human Aspects**. New York:- Cambridge University Press.
- CRUZ, G. A. S. 2009. **O pólo Manaus e o desequilíbrio intraregional na Amazônia Ocidental: o caso de Roraima**. Dissertação de Mestrado. – Porto Alegre.
- DABHI, S. 2009. **Where is Climate Justice in India’s First CDM Project? In Upsetting the Offset: The Political Economy of Carbon Markets. STEFFEN BÖHM AND SIDDHARTHA DABHI (EDS)**. First published by MayFlyBooks in paperback in London and free online at www.mayflybooks.org.
- DAVIDSON, E.A.; BELK, E.; BOONE, R.D. 1998. **Soil water content and temperature as independent or confounded factors controlling soil respiration in a temperate mixed hardwood forest**. Global Change Biology, 4: 217-227.

- DURIGAN, C. C. 1998. **Biologia e Extrativismo do Cipó-Titica (*Heteropsis* spp. – Araceae) – Estudo para Avaliação dos Impactos da Coleta sobre a Vegetação de Terra-Firme no Parque Nacional do Jaú**. M.S. Thesis, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Universidade do Amazonas (UA).
- FARNINOW, M.D. 1998. **Cattle, deforestation and development in the Amazon: an economic and environmental perspective**. CAB International, Nova York.
- FAUSTO, B. 2010. **História Concisa do Brasil**. – 2. ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- FEARNSIDE, P.M. 1987. **Causes of deforestation in the Brazilian Amazon**. In: R.F. DICKINSON (ed.). **The geophysiography of Amazonia: vegetation and climate interactions**, pp. 37-61. John Wiley & Sons, Nova York.
- FEARNSIDE, P.M. 1999. **Biodiversity as an environmental servicen in Brazil's Amazonian forests: risks, value and conservation**.
- FEARNSIDE, P.M. 2002b. **Can pasture intensification discourage deforestation in the Amazon and Pantanal regions of Brazil?** In C.H. WOOD & R. PORRO (Eds.). **Deforestation and land use in the Amazon**. pp. 283-364. University Press of Florida, Gainesville, EUA.
- FEARNSIDE, P. M. 2005. **Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências**. **Megadiversidade**. Volume 1. n° 1, Julho.
- FERREIRA, M. G. R.; BENTES-GAMA, M. M. 2005. **Ecologia e formas de aproveitamento econômico do cipó-titica (*Heteropsis flexuosa* (H.B.K.) G.S. Bunting)** – Porto Velho, Rondônia. Embrapa Rondônia.
- FIORAVANTI, C. 2010. **Riquezas à mão. Estudiosos oferecem caminhos para aproveitar melhor os bens da floresta**. Ciência e Tecnologia no Brasil. Pesquisa FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), n° 173, p. 32, Julho.
- GADELHA, R. M. A. F. 2002. **Conquista e Ocupação da Amazônia: Fronteira Norte de Brasil**. Revista Eletrônica do Instituto de Estudos Avançados. Vol 16, N° 45. Maio e Agosto.
- GARZÓN, B. R. 2009. **REDD em Territórios indígenas de la Cuenca Amazônica. ¿Serán los pueblos indígenas los directos beneficiarios?** Instituto Socioambiental (ISA).

GILBERTSON, T. 2009. **“How Sustainable are Small-Scale Biomass Factories? A Case Study from Thailand”**. In **Upsetting the Offset: The Political Economy of Carbon Markets**. STEFFEN BÖHM and SIDDHARTHA DABHI (eds). First published by MayFlyBooks in paperback in London and free online at www.mayflybooks.org in.

GODOY, A. S. 1995. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.35, n.3, pp. 20-29, Maio/Junho.

GOLD, R.L.1958. **Roles in sociological field observations**. *Social Forces*, v.36, n.3, pp.217-223, Março.

GOODE, W.; HATT, P. 1979. **Métodos em pesquisa social**. 7.ed. São Paulo:- Nacional.

GOMES, MÉRCIO PEREIRA. 2002. **O Índio na Amazônia – O Povo Tenetehara em busca da Liberdade**. Petrópolis: Editora Vozes.

GRACE, J.; MALHI, Y.; LLOYD, J.; MCINTYRE, J; MIRANDA, A.C.; MEIR, P.; MIRANDA, H.S. 1996. **The use of eddy covariance to infer the net carbon dioxide uptake of Brazilian rain forest**. 1996. *Global Change Biology*, 2: 209-217.

GUERRA, F. G. P. Q. **Contribuição dos Produtos Florestais não Madeireiros na geração de renda na floresta nacional do Tapajós – Pará**. 2008. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Área de Concentração em Economia e Política Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Florestais. CURITIBA, Paraná, Brasil.

HAGUETTE, T.M.F. 1987. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis:- Vozes.

HAVERROTH, M. 2004. **O contexto cultural das doenças diarreicas entre os Wari, Estado de Rondônia, Brasil: interfaces entre antropologia e saúde pública** [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

HECHT, SUZANA. 1987. **Desenvolvimento e conservação do meio ambiente: uma alternativa viável para a Amazônia**. Em: Seminário. Rio Branco, Acre. Anais...Rio Branco. IMAC.

- HOMMA, A. K. O. 1989. **Reservas Extrativistas: Uma alternativa de Desenvolvimento Viável para a Amazônia?** Pará Desenvolvimento 25: 38-48.
- HOMMA, A. K. 1993. **Extrativismo Vegetal na Amazônia: Limites e Oportunidades.** EMBRAPA-SPI, Brasília, 202p.
- HOMMA, A.K. 2000. **Amazônia: os limites da opção extrativa.** *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v.27, nº159, pp. 70-73, Abril.
- HOMMA, A. K. O. 2008. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia/ Alfredo Kingo Oyama Homma.** – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.
- HOLLOWAY, I.; WHEELER, S. 1996. **Qualitative research for nurses.** Great Britain: Blackwell Science.
- HOUGHTON, R.A. 2005. **Tropical Deforestation as a Source of Greenhouse Gas Emissions.** In **Tropical Deforestation and Climate Change.** Amazon Institute for Environmental Research – IPAM. Belém – Pará, Brazil.
- INPE. 2004. Disponível em: <http://www.obt.inps.br/prodes/>.
- INPE. 2010. **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. MCT – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Dados detalhados do PRODES/INPE confirmam estimativa de desmatamento na Amazônia.** 29 de Abril de 2010. Disponível em http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=2175. Acessado em 30.04. 2010.
- IPCC. 2007. **Intergovernmental Panel on Climate Change.** Fourth Assessment Report, http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf. Network, San Francisco.
- JUNQUEIRA, L. A. P. 2004. **A gestão Intersectorial das Políticas Sociais e o Terceiro Setor.** Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 13, nº1, pp: 25-36.
- KAPLAN, R. 1985. **The role of Empirical Research in Management Accounting** (Working Paper 9-785-001). Boston MA:- Harvard Business School.
- KILLEEN, T. J. K. 2007. **Uma Tempestade Perfeita na Amazônia Desenvolvimento e Conservação no Contexto da Iniciativa pela Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana (IIRSA).** Center for Applied Biodiversity Science (CABS) Conservation International 2011 Crystal Drive, Suite 500 Arlington, VA 22202.

KRAINOVICH-MILLER, B. 2001. **Revisão de literatura**. In **LOBIONDO-WOOD G, HABER J. Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

LAFLEUR, J. 1989. **Expanding Extractive Economies in Tropical Forests: Alternative Economic Models for Elevating Forest Values**. Recife: REBRAAF, Manuscrito.

LANG, C. 2009. **REDD text an insult to Indigenous Peoples**. **Climate Chronicle from COP15 Issue 5**. Thursday, 17th December 2009. www.carbontradewatch.org. e www.redd-monitor.org.

LANG, C. 2009b. **REDD, REDD+, REDD++, REDD and bacon, sausage and spam**. In **Climate Chronicle from COP15. Issue 1**. Monday, 7th December. Disponível em www.reddmonitor.org.

LAPASSADE, G. 1991. **L' Éthnosociologie**. Paris:- Méridiens Klincksieck.

LAVRATTI, P. 2010. **Código Florestal e as mudanças climáticas**. IPAM – INSTITUTO DE PESQUISAS DA AMAZONIA. A advogada Paula Lavratti, do Instituto O Direito por um Planeta Verde abordou, durante o seminário Brasil – Celeiro do Mundo ou Realidade Socioambiental?, as conclusões do Projeto Direito e Mudanças Climáticas nos Países Amazônicos. <http://www.climaedesmatamento.org.br/revista/-p-Codigo-Florestal-e-as-mudancas-climaticas-p-197> acessado em 29 de Abril de 2010.

LIMA, M. A. D. S.; ALMEIDA, M. C. P.; LIMA, C. C. 1999. **A utilização da Observação Participante e da Entrevista Semi-Estruturada na Pesquisa de Enfermagem**. **Revista Gaucha de Enfermagem**, Porto Alegre, RS, v.20, n. esp., pp.130-142.

LONG, S. (Organização). 2008. **“Mudanças climáticas”: vozes das comunidades afetadas pelas mudanças climáticas/**; tradução [de] Gabriela Petit ; revisão técnica [de] Carolina Herrmann Coelho de Souza - Porto Alegre : Núcleo Amigos da Terra Brasil. <http://www.natbrasil.org.br> e <http://www.foei.org/es/campaigns/climate>.

LOHMANN, L. 2006. **Carbon Trading: a critical conversation on climate chance, privatisation and power**. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, www.thecornerhouse.org.uk/pdf/document/carbonDDlow.pdf.

- LOHMANN, L. 2009. “Neoliberalism and the Calculable World: The Rise of Carbon Trading” In **Upsetting the Offset: The Political Economy of Carbon Markets**. STEFFEN BÖHM and SIDDHARTHA DABHI (Eds). First published by MayFlyBooks in paperback in London and free online at www.mayflybooks.org.
- LONDON, M.; KELLY, B. 2007. **A última floresta – a Amazônia na era da globalização**. Martins Editora, São Paulo.
- LOUREIRO, V. R. 2009. No artigo **A Amazônia no Século XXI: Novos Dilemas e suas Implicações no Cenário Internacional**. Publicado em **Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas**/ Gilberto de Miranda Rocha, Sonia Barbosa Magalhães, Pierre Teisserenc, organizadores. – Belém:- EDUFPA.
- LOUREIRO, VIOLETA REFKALEFSKY. 2009. **A Amazônia no Século XXI: Novos Dilemas e suas Implicações no Cenário Internacional**. Publicado em **Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas**/ Gilberto de Miranda Rocha, Sonia Barbosa Magalhães, Pierre Teisserenc, organizadores. – Belém: EDUFPA, 2009.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. 1986. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU.
- MABEY, N.; HALL, S.; SMITH, C.; GUPTA, S. 1997. **Argument in the Greenhouse: the International Economics Controlling Global Warming**. (Londres): Routledge.
- MALINOWSKI, B. 1975. **Uma teoria científica da cultura**. São Paulo:- Zahar.
- MADSEN, B.; CARROL, N.; MOORE, B.K. 2010. **State of Biodiversity Markets Report: Offset and Compensation Programs Worldwide**. Disponível em www.ecosystemmarketplace.com/documents/acrobat/sbdmr.pdf.
- MARGULIS, S. 2003. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira**. **The World Bank, Brasília**. Disponível em <http://www.finefrint.com>.
- MARTINELLI, D.P.; JOYAL, A. 2004. **Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas**; 1ª edição; Editora Manole:- Barueri, São Paulo.
- MARTINELLO, P. A. 1988. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e Suas Consequências Para o vale Amazônico**. Rio Branco:- Editora UFAC.
- MARTINS, J. S. 1997. **Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: - Hucitec.

- MARTINS, E. 1982. **Amazônia, a última fronteira**. Rio de Janeiro: Codecri.
- MATTOS, M.M.; UHL, C. 1994. **Economic and ecological perspectives on ranching in the eastern Amazon**. *World Development* 22: 145-158.
- MELATTI, J. C. 2003. Sobre o Livro **O índio na História. O Povo Tenetehara em busca da Liberdade, de MÉRCIO PEREIRA GOMES**. Ed. Petrópolis, Vozes, 2002. Publicada na Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v.46, n°1.
- MEIR, P.; GRACE, J.; MIRANDA, A.; LLOYD, 1996. J. **Soil respiration in Amazônia and cerrado in central Brazil. Amazonian Deforestation and Climate**. J. C. H. GASH (eds.), **Amazon Deforestation and Climate**, John Wiley and Sons, Chichester, UK, pp. 319-330.
- MILANDO, J. 2005. **Cooperação sem Desenvolvimento**. In ICS, **Colecção Estudos e Investigação**, n.º 39. Lisboa: ICS.
- MILANI, C. 2005. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS).
- MILLES, M.B.; HUBERMAN, M.A. 1984. **Qualitative data analysis: a source book of new methods**. Londres (UK):- Sage Publications.
- MINAYO, M.C.S. 2004. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro:- Abrasco.
- MIRANDA, E. E. 2007. **Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MITSCHEIN, T. A. 2010. **O direito à diversidade sócio-ambiental como utopia andino-amazônica no século XXI** / organizado por THOMAS ADALBERT MITSCHEIN. – Belém:- NUMA/UFPA.
- MORENO, C. 2010. **REDD y El futuro de los Bosques: una opción por El ambientalismo de mercado**. Amigos da Terra. Disponível em www.amigosdaterrabrasil.wordpress.com. Acessado em 04 de Maio de 2010.

- MORIN, E. 1997. **Complexidade e ética da solidariedade**. In CASTRO, G.; CARVALHO, E. A.; ALMEIDA, M.C. **Ensaio da complexidade**. Porto Alegre (RS):- Sulina.
- MORTON, D. C.; DEFRIES, R. S.; SHIMABUKURO, Y. E.; ANDERSON, L. O.; ARAI, E.; ESPIRITO-SANTO, F. B.; FREITAS, R.; MORISETTE, J. C. 2006. **Expansion changes deforestation dynamics in the southern Brazilian Amazon**. Sustainable Science.
- MOUTINHO, P.; SCHWARTZMAN, S. 2005. **Tropical Deforestation and Climate Change**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) and Environmental Defense (Eds).
- MOUTINHO, P.; SANTILLI, M.; SCHWARTZMAN, S.; RODRIGUES, L. 2005. **Why ignore tropical deforestation? A proposal for including forest conservation in the Kyoto Protocol**. *Unasylva* 222 (56): 27-30.
- MOUTINHO, P. 2009. **Desmatamento na Amazônia: desafios para reduzir as emissões brasileiras**. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS.
- MOUTINHO P.; CENAMO, M. C.; MOREIRA, P.F. 2009a. **Reducing carbon emission by slowing deforestation: REDD initiatives in Brazil**. In *Avoided Deforestation: prospects for mitigating climate change*. PALMER & ENGEL (Eds). Swiss Federal Institute of Technology. SERIES: Routledge Explorations in Environmental Economics.
- MUKERJI, A. K. 1997. **La importancia de los productos forestales no madereros (PFNM) y las estrategias para el desarrollo sostenible**. In CONGRESO FORESTAL MUNDIAL, 11, Antalya, Turquia, v. 3, tema 15. pp. 217-227.
- MYERS, E. 2009. **Mudança Climática e Setor Florestal: Cartilha de REDD**. In *Florestas: o setor florestal nos Mercados Voluntários de Carbono*. Segunda Edição. The Katoomba Group's. Ecosystem Marketplace.
- NASCIMENTO, D. M. 2005. **Projeto Calha Norte: Política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea**. Belém. 337 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

- NEPSTAD, D. C.; SCHWARZMAN, S. 1992. **Non-timber products from tropical forests**: evaluation of a conservation and development strategy. New York: New York Botanical Garden.
- NEPSTAD, D. C.; MOREIRA, A.G.; ALENCAR, A. A. 1999. **Flames in the Rain Forest: Origins, Impacts and Alternatives to Amazonian Fire**. The Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest, Brasília.
- NEPSTAD, D.; SCHWARTZMAN, S.; BAMBERGER, B.; SANTILLI, M.; ALENCAR, A.; RAY, D.; SCHLESINGER, P. 2006. **Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous reserves**. Conservation Biology Vol. 20(1): 65-73.
- NEPSTAD, D. C.; SCHWARTZMAN, S.; BAMBERGER, B.; SANTILLI, M.; RAY, D.G.; SCHLESINGER, P.; LEFEBVRE, P.A.; ALENCAR, A.; PRINS, E.; FISKE, G.; ROLLA, A. 2006b. **Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous lands**. Conservation Biology, 20(1), 65-73.
- NEPSTAD, D.; STICKLER, C.; SOARES-FILHO, B. S.; MERRY, F. 2008. **Interactions among Amazon land use, forests, and climate: prospects for a near-term forest tipping point**. Philosophical Transactions of The Royal Society doi:10.1098/rstb.2007.0036, pp. 1-10.
- NOBRE, C. 2001. **Amazônia: Fonte ou Sumidoro de Carbono**. In Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia. MMA-Brasília, pp. 197-224.
- NOBRE, A. D. 2006. **Is the Amazonian Rainforest a Sitting Duck for Climate Change?** Apresentação realizada durante o VI Simpósio Religião Ciência e Meio Ambiente: Amazônia Fonte da Vida. Manaus, 13 a 20 de Julho de 2006.
- NOVAES, W. 1999. **Do Xingu a Kosovo**. O Estado de S. Paulo, p.2, 18 Junho.
- OLIVEIRA, F. 1994. **A reconquista da Amazônia**. In D'INCAO, M. A. e SILVEIRA, I. M. (Orgs.) Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.
- PARKER, C.; MITCHELL, A.; TRIVEDI, M.; MARDAS, N. 2009. **The Little REDD+ Book**.
- PEREIRA, J. M. 1997. **O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia**. A implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. Brasília a. 34 nº 134 Abril/Junho.

- PERROUX, F. 1961, **L'Economie au XXe siècle**. Paris, Presses Universitaires de France.
- PETITINGA, C. S. 2007. **Mais definições em trânsito, DESENVOLVIMENTO LOCAL** Disponível em <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf>
- PHILLIPS, J.G., CANE, M.A.; ROSENZWEIG, C. 1998. **ENSO, seasonal rainfall patterns and simulated maize yield variability in Zimbabwe**. Agr. Forest Meteorol., **90**, 39-50, doi:10.1016/S0168-1923(97)00095-6.
- PINTO, L. F. 2009. **A amazônia entre estruturas desfavoráveis**. In A Amazônia e a crise de modernização/ Maria Ângela D'Incao e Isolda Maciel da Silveira – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA)/Museu Paraense Emílio Goeldi:- Belém.
- PINTO-JUNIOR, O. B.; SANCHES, L.; DALMOLIN, A. C.; NOGUEIRA, J. S. 2009. **Efluxo de CO² do solo em floresta de transição Amazônia Cerrado e em área de pastagem**. Acta Amazônica. vol. 39(4) 2009: 813 – 822.
- PIROLO, M. A. M. e Colaborares. 2004. **Pesquisa de opinião em Relações Públicas: técnicas ou estratégias?** Textos originais, revisados pelos membros do conselho editorial. Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo. São Paulo. Ano 1 – nº 1. Janeiro/Junho. Acessado em 17 de Fevereiro de 2010. <http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/pesquisa.pdf>.
- PLOWDEN, J. C. 2001. **The Ecology, Management and Marketing of Non-Timber Forest Products in the Alto Rio Guamá Indigenous Reserve (Eastern Brazilian Amazon)**. The Pennsylvania State University ,The Graduate School, Intercollege Graduate Degree Program in Ecology. A Thesis in Ecology.
- PLOWDEN, C.; UHL. C.; OLIVEIRA, F.A. 2002. **Breu resin harvest by Tembé Indians and its dependence on a bark-boring beetle**. In J.R. STEPP, F.S. WYNDHAM, and R.K. ZARGER (eds.) *Ethnobiology and Biocultural Diversity*. University of Georgia Press.
- QUEIROZ, J. A. L.; GONCALVES, E. G.; RABELO, B. V.; CARVALHO, A. C. A.; PEREIRA, L. A.; CESARINO, F. 2000. **Cipó-titica (Heteropsis flexuosa (H. B. K.) G. S. Bunting): diagnóstico e sugestões para o uso sustentável no Amapá**. Macapá: Embrapa Amapá. 17 p. (Embrapa Amapá. Documentos, 17).

- QUEIROZ, D.T.; VALL, J.; SOUZA, A.M.A.; VIEIRA, N.F.C. 2007. **Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicação na Área da Saúde.** *Revista de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)*, Abril/Junho; 15(2): pp. 276-283.
- RAICH, J.W.; SCHLESINGER, W.H. 1992. **The global carbon dioxide flux in soil respiration and its relationship to vegetation and climate.** *Tellus*, 44B, pp. 81-99.
- RAICH, J.W.; POTTER, C.S.; BHAGAWATI, D. 2002. **Interannual variability in global soil respiration 1980-94.** *Global Change Biology*, 8: 800-812.
- REIS, A. C. F. 1997. **Seringal e Seringueiro.** – Segunda Edição. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, p. 77.
- RIBEIRO, D. 1970. **Os Índios e a Civilização – a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** Petrópolis:- Vozes.
- RIBEIRO, D. 1995. **O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil.** Companhia das Letras, São Paulo.
- RIBEIRO, N. F. 2006. **A Questão Geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita.** Belém:- EDUFPA.
- RICARDO, F. 2001. **Terras Indígenas na Amazônia Legal. Em Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios/ organizadores JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO...[et. al].** – São Paulo:- Estação Liberdade: Instituto Sócioambiental.
- RICHARDSON, R, J. 1999. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo:- Atlas.
- ROBINSON, J. G.; REDFORD, K.H. (Eds). 1991. **Neotropical Wildlife Use and Conservation.** The University of Chicago Press, Chicago.
- ROS-TONEN, M. A. F. 1993. **Tropical hardwood from the Brazilian amazon. a study of the timber industry in western Pará.** Saarbrücken/Fort Lauderdale, Verlag Breitenbach Publishers.
- ROS-TONEN, M. 2007. **Novas perspectivas para a gestão sustentável da floresta amazônica: explorando novos caminhos.** Amsterdam Research Institute for Metropolitan and International Studies – AMIDSt, Universiteit van Amsterdam, Nieuwe Prinsengracht

130, NL-1018 VZ Amsterdam, Países Baixos. In *Ambiente & Sociedade*. v. X, nº 1, pp. 11-25, Janeiro/Junho.

RUIZ-PÉREZ, M.; ALMEIDA, M.; DEWI, S.; LOZANO COSTA, E.M.; PANTOJA, M.C.; PUNTODEWO, A.; ARRUDA DE POSTIGO, A.; GOULART DE ANDRADE, A. 2005. **Conservation and development in Amazonian extractive reserves: The case of Alto Juruá**. *AMBIO* 34: 218 – 223.

SACHS, I. 2008. **Amazônia – laboratório das biocivilizações do futuro**. Texto para discussão para o Fórum Social Mundial a se reunir em Belém em Janeiro 2009. Disponível em <http://www.win2pdf.com>.

SACHS, I. 1993. **L'Ecodéveloppement, Stratégies de Transition vers le XXIe siècle**. Paris, Syros, 120 p.

SACHS, I. 2001. **Das coisas e dos homens: Teoria do Desenvolvimento a espera de sua revolução copernicana**. *Jornal da Ciência* (JC E-Mail) - Notícias de C&T - Serviço da SBPC, nº. 1836. São Paulo, 23 de Julho de 2001.

SALES, N. P. 1993. **Pressão e Resistência: Os Índios Tembé-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a Relação com o Território**. União das Escolas Superiores do Pará (UNESPa), Belém.

SALES, N. P. 1994. **Os Tembé no Alto Rio Guamá: Reelaborações Étnicas - Identidade e Território**. UNAMA - Universidade da Amazônia, Belém.

SALES, N. P. 2000. **“Pressão e resistência: os índios Tembé – Tenetehara do alto rio Guamá e a relação com o território.”** Belém – Pará. UNAMA.

SANTILLI, M.; MOUTINHO, P.; SCHWARTZMAN, S.; NEPSTAD, D.; CURRAN, L.; NOBRE, C. 2005. **Tropical deforestation and the Kyoto Protocol: an editorial essay**. *Climate Change* 71: 267-276.

SCHMIDT, C. W. 2009. **Las compensaciones de carbono, Los dolores de crecimiento de un mercado creciente**, Publicado originalmente en *Environmental Health Perspectives*, Volumen 117, Número 2, páginas A62-A68; em *saúde pública de México* / vol. 51, nº. 3, Mayo-Junio.

- SCHNEIDER, R.; ARIMA, E.; VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; SOUZA JR. 2000. **Sustainable Amazon: limitations and opportunities for rural development. World Bank Technical Paper No 515. Environment Series.** Washington DC:- World Bank.
- SCHWARTZMAN, S.; MOREIRA, A.; NEPSTAD, D. 2000. **Rethinking tropical forest conservation: Perils in parks.** Conservation Biology 14: 1351 – 1357.
- SELING, I.; SPATHELF, A. 1999. **Benefícios indiretos da floresta social benefits of the forest.** Ciência Florestal, Santa Maria, v. 9, n°. 2, pp. 137-146.
- SEPPÄNEN, M. (2004 a). **Amazonía: radiografía de un contexto político**, Módulo “Del Río Grande a la Tierra del Fuego”, Proyecto AMELAT XXI, Madrid.
- SEXTON, S. 2009. **What’s at stake?.** In **Climate Chronicle from COP15 Issue 1.** Monday, 7th December. Carbon Trade Watch. www.carbontradewatch.org
- SILVA, M. C. 1997. **Metamorfoses da Amazônia.** Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp.
- SMC e COP15. 2009. – **SEMINÁRIO MUDANÇAS CLIMÁTICAS e COP 15 .** 28 e 29 de Outubro. Belém, Pará, Brasil.
- SOARES-FILHO, B. S.; NEPSTAD, D. C.; CURRAN, L. M.; CERQUEIRA, G. C.; GARCIA, R. A.; RAMOS, C. A.; VOLL, E.; MCDONALD, A.; LEFEBVRE, P.; SCHLESINGER, M. D. 2005. **Cenários de desmatamento para Amazônia.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n°. 54, pp. 138-152.
- SOARES-FILHO B.S.; NEPSTAD, D.C.; CURRAN, L.M.; CERQUEIRA, G.C.; GARCIA, R.A.; AZEVEDO RAMOS, C.; VOLL, E.; MCDONALD, A.; LEFEBVRE, P.; SCHLESINGER, P. 2006. **Modelling conservation in the Amazon basin.** Nature 440: 520-523.
- SOARES-FILHO, B. S.; DIETZSCH, L; MOUTINHO, P.; FALIERI, A.; RODRIGUES, H.; PINTO, E.; MARETTI, C. C.; SCARAMUZZA, C.A.M.; ANDERSON, A.; SUASSUNA, K.; LANNA, M.; ARAÚJO, F.V. 2008. **Redução das emissões de carbono do desmatamento no Brasil: o papel do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).** Brasília: IPAM. v1, 32p. www.climaedesmatamento.org.br/biblioteca.
- SOUZA, M. A. C., YUYAMA, L. K. O., AGUIAR, J. P. L., PANTOJA, L. 2006. **Suco de açaí (Euterpe oleracea Mart.): avaliação microbiológica, tratamento térmico e vida de prateleira.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para

obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas, Instituto Cultural de Ensino Superior do Amazonas – ICESAM. Faculdade de Ciências Biológicas. Acta Amazônica, VOL. 36 (4), pp. 483-496.

SOUZA, M. 2009. **Representação Regional, Cabanagem e Leseira: “Só é elite quem age contra os interesses da Região”**. In A Amazônia e a crise de modernização/ Maria Ângela D’Incao e Isolda Maciel da Silveira – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA)/Museu Paraense Emílio Goeldi:- Belém.

STEARMAN, A. M. 1995. **Neotropical foraging adaptations and the effects of acculturation on sustainable resource use**. pp. 207-224 In LESLIE E. SPONSEL (Ed.) *Indigenous Peoples and the Future of Amazonia: An Ecological Anthropology of an Endangered World*. The University of Arizona Press, Tuscon.

STONE, E. 1978. **Research Methods in Organizational Behavior**. Glenview:- Scott, Foresman and Company.

STROH, P. Y. 1998. **Sustentabilidade da biodiversidade florestal da Amazônia: um desafio complexo de construção da democracia participativa**. Mimeo. Brasília.

STUART, M. 2009. **‘REDD – The Basis of a ‘Carbon Federal Reserve’?’**, Cleantech Blog, 8 May. <http://bit.ly/11K627>

TAKESHY, T. 2008. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. – 5.ed. revista e ampliada – São Paulo:- Atlas.

TATENO, M.C.N. 2001. **Exportação do açaí sob forma de bebida natural e energética: apontando o mercado Alemão**. Centro de ensino superior do Pará. Monografia (Curso de Habilitação em Comercio Exterior). Belém-PA. 32p.

TRIVINOS, A. N. S. 1994. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo:- Atlas.

TROY, A.; HARTE, A. 1998. **The Liana Project: Traditional Arts, Conservation, and Economic Development in the Amazon**. Rainforest Action.

UN. 2009. **Department of Economic and Social Affairs 2009 Indicators of SustainableDevelopment**. Disponível em

www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/methodology_sheets/poverty/without_electricity.pdf (1 June 2009).

VIANA, V. M. *et al.* 2008. **The Juma Sustainable Development Reserve Project: Reducing greenhouse gas emissions from deforestation in the state of Amazonas, Brazil.** See www.fasamazonas.org/arquivos/juma_executive_summary.pdf

VIANA, V. M. 2009. **Desatando o nó entre florestas e mudanças climáticas.** Fundação Amazonas Sustentável. Manaus.

VIANA, V. M. 2009b. **Financiando o REDD: mesclando o Mercado com Fundos do Governo.** International Institute for Environmental and Development (iied). www.iied.org/pubs/display.php?o=17053PiiED, acessado em 09 de Setembro de 2010.

VICTORA, C.G., KNAUTH, D.R., HASSEN, M.N.A. 2000. **Técnicas de pesquisa.** In: Víctora CG, Knauth DR, Hassen MNA. Pesquisa qualitativa em saúde. Porto Alegre (RS):- Tomo Editorial.

WICKENS, G. E. 1991. **El desarrollo de los productos forestales no madereros: principios de ordenacion.** Unasylva, Roma, n°. 165, v. 42, pp. 4-8.

YUYAMA, L.K.O.; AGUIAR, J.P.L.; MELO, T.; BARROS, S.E.; SILVA-FILHO, D.F.; YUYAMA, K.; FÁVARO, D.I.T.; VASCONCELLOS, M.B.A.; PIMENTEL, S.A.; BADOLATO, E.S.G. 2002a. **Açaí (Euterpe oleracea Mart): Qual seu potencial nutricional?** Anais XVIII Congresso Brasileiro de Fruticultura. CD-Rom.

YUYAMA, L.K.O.; AGUIAR, J.P.L.; SILVA FILHO, D.F.; YUYAMA, K.; FÁVARO, D.I.T.; VASCONCELLOS, M.B.A. 2002b. **Açaí como fonte de ferro: mito ou realidade?** Acta Amazônica. 32(3): 521-525.

YIN, R. K. 1984. **Case Study Research: Design and Methods.** Newbury Park CA: Sage Publications.

YIN, R. K. 2010. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Ana Túnel; revisão técnica de Cláudio Damascena. – 4. Ed. – Porto Alegre:- Bookman.